

DESENVOLVIMENTO **REGIONAL**

Debates Interdisciplinares

Barbara Fadel

ORGANIZADORA



31
2

CULTURA
ACADÊMICA
Editora


fundepê
editora

Uni-FACEF
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FRANCA

Uni-FACEF
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FRANCA
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Debates Interdisciplinares

BARBARA FADEL
Organizadora

2009

Uni-FACEF
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FRANCA
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional

1401102812



DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Debates Interdisciplinares

BARBARA FADEL
Organizadora



2009

CULTURA
ACADÊMICA
Editora


fundepe
editora

Uni-FACEF
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FRANCA

102. B12

CITATION 338.981
F144d

Nº Tomo 102.812

Aquisição D

Preço R\$ 5,00

Data 05/08/15

Proced. Editora

UNESP

© 2009 dos autores

Direitos de publicação
FUNDEPE

Av. Vicente Ferreira, 1346 - CEP 17515-000 - Marília - SP

Fone: + 55 14 3311-9500 - Fax: + 55 14 3311-9501

www.fundepe.com

Conselho Editorial da Fundepe

Barbara Fadel – Presidente
Edvaldo Soares
Paulo Sergio Teixeira do Prado

Revisão de texto

Ana Lúcia F. Campos-Toscano
Regina H. Almeida Durigan
Sheila F. O. e Oliveira

Os pontos de vista expressos na publicação são de responsabilidade dos autores.

Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F131d Fadel, Barbara, org.
Desenvolvimento regional: debates interdisciplinares / Barbara Fadel, org. - Marília: Fundepe; Franca: Uni-Facef; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.
p. 256

ISBN: 978-85-98176-27-7

ISBN: 978-85-87406-45-3

ISBN: 978-85-7983-048-8

DOI: <https://doi.org/10.36311/2009.978-85-7983-048-8>

1. Desenvolvimento regional. 2. Indústria de calçados - SP. 3. Cultura Organizacional. 4. Desenvolvimento empresarial. 5. Desenvolvimento Social. 6. Responsabilidade social. I. T.

CDD 338.98161

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS - É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Decreto nº 1.825, de 20 de dezembro de 1907.

Impresso no Brasil/Printed in Brazil

SUMÁRIO

Apresentação, 7

Capítulo 1

Problemas de desenvolvimento: reflexões e desafios, 11
Helio Braga Filho

Capítulo 2

Direito Humano ao desenvolvimento: os modelos de desenvolvimento e a posição do Brasil, 43
Carla A. A. Ventura

Capítulo 3

Cultura Organizacional: alavanca ou entrave ao desenvolvimento regional, 73
Barbara Fadel
Marinês S. J. Smith

Capítulo 4

Cultura informacional para arranjos produtivos locais e cadeias produtivas, 101
Marta Lígia P. Valentim
Luana Maia Woida
Letícia Gorri Molina
Juliana C. dos Santos

Capítulo 5

A internacionalização da indústria de calçados de Franca: as oportunidades da crise, 125
Alfredo José Machado Neto
Ana Cristina G. Carvalho
Everton Roberto de O. Pires
Fernando Carvalho de Almeida

Capítulo 6
Pensando o desenvolvimento regional sustentável: a atuação do Banco do Brasil S/A, 155
Melissa F. C. Bandos
André Ruwer

Capítulo 7
O espaço em questão: segregação e desigualdade na periferia de Ribeirão Preto - SP, 173
Maria Esther Fernandes

Capítulo 8
Do projeto pedagógico à prática de responsabilidade social: um estudo de pesquisas e ações universitárias para o desenvolvimento comunitário, 195
Daniela de Figueiredo Ribeiro
Patrícia do Socorro M. F. do E. Santo
Paulo de Tarso Oliveira

Capítulo 9
Produção científica e gerenciamento de bases de dados, 227
Leilah Santiago Bufrem

Sobre os autores,247

APRESENTAÇÃO

O desenvolvimento regional é pauta central nas discussões das organizações e instituições, públicas ou privadas, principalmente pela sua importância nas transformações econômicas, políticas, humanas e sociais de uma região. Espera-se que as regiões propiciem um desenvolvimento auto-sustentado, promovendo progressos qualitativos e não apenas quantitativos. Nesse sentido, há grande preocupação dos atores, isto é, empresas, instituições, governo, pesquisadores e sociedade, que fazem parte desse processo de mudanças, em compreender e estimular essa auto sustentabilidade regional.

Diante desse contexto e buscando contribuir com esse cenário atual, insere-se essa obra “Desenvolvimento Regional: debates interdisciplinares” no meio acadêmico e científico, como fruto das discussões travadas entre as duas linhas de pesquisas “Desenvolvimento Industrial e Cadeias Produtivas” e “Desenvolvimento Social e Políticas Públicas” do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional do Centro Universitário de Franca – Uni-FACEF.

O Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional do Uni-FACEF, recomendado pela CAPES, oferece mestrado acadêmico interdisciplinar e tem por objetivo a formação de quadros qualificados para executar atividades profissionais e acadêmicas voltadas à análise, compreensão, interpretação e discussão do desenvolvimento em suas dimensões econômica, social e ambiental, contribuindo, assim, para o aprimoramento e expansão da reflexão e da intervenção no que diz respeito à promoção do desenvolvimento sustentável com a sua inserção profissional nas regiões em que exercerá suas funções.

Os docentes e alunos integrantes do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional do Uni-FACEF têm pesquisado conceitos e

metodologias aplicadas aos fenômenos relacionados ao desenvolvimento regional e os resultados de algumas de suas pesquisas foram sistematizados nos capítulos desta publicação apresentados a seguir, contando com a contribuição de pesquisadores pertencentes a outros Programas de Pós-Graduação como: Programa de Pós Graduação em Administração da FEA-USP, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP de Marília (SP), Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPR e do Programa de Pós-Graduação em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação da Universidade Federal do Paraná.

Assim, o primeiro capítulo foi escrito pelo Professor da disciplina de *Teorias do Desenvolvimento* do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional do Uni-FACEF, Dr. Hélio Braga Filho, no qual são apresentadas as reflexões e os desafios sobre os problemas de desenvolvimento.

Na seqüência, o segundo capítulo foi escrito pela Professora da disciplina de *Direito ao Desenvolvimento* do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional do Uni-FACEF, Dra. Carla Aparecida Arena Ventura, no qual trata da evolução histórica do direito humano ao desenvolvimento, com base nos diferentes paradigmas de desenvolvimento adotados pelos países subdesenvolvidos, enfatizando a posição do Brasil.

O terceiro capítulo foi escrito pela Professora da disciplina de *Cultura Organizacional, Sistemas de Informação e Desenvolvimento Regional* do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional do Uni-FACEF, Dra. Bárbara Fadel, em conjunto com a doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP, Marinês Santana Justo Smith, proporcionando a discussão acerca da cultura organizacional como alavanca ou entrave no desenvolvimento regional, pontuando os valores e crenças embutidas no planejamento e nas ações que direcionam a tomada de decisão dos responsáveis pelas organizações.

O quarto capítulo foi escrito pela professora Dra. Marta Lígia Pomim Valentim do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

da UNESP, junto com seus orientandos de mestrado e doutorado, Luana M. Woida, Letícia G. Molina e Juliana C. dos Santos, e trata do desenvolvimento de uma cultura informacional positiva nos arranjos produtivos locais como sendo essencial por se tratar de um espaço ao mesmo tempo de cooperação e de competição.

O quinto capítulo foi escrito pelo Professor da disciplina *Políticas de Desenvolvimento e Internacionalização da Economia* do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional do Uni-FACEF, Dr. Alfredo José Machado Neto, em conjunto com o Professor do Programa de Pós Graduação em Administração da FEA-USP, Dr. Fernando Carvalho de Almeida, e pelos mestrandos do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional do Uni-FACEF, Ana Cristina Ghedini Carvalho e Everton Roberto de Oliveira Pires. Os autores contribuem com o contexto acadêmico científico debatendo a internacionalização da indústria de calçados de Franca (SP), tentando identificar os fatores, comportamentos e formas de gestão como oportunidade em um cenário de crise.

O sexto capítulo foi escrito pela Professora da disciplina de *Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional* do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional do Uni-FACEF, Dra. Melissa Franchini Cavalcanti Bandos, em conjunto com o mestrando, André Ruwer, do mesmo Programa, apresentando o Banco do Brasil S/A como agente interessado na promoção do Desenvolvimento Regional Sustentável. Resulta da investigação de sua pesquisa que tem como objetivo propor um modelo baseado na visão sistêmica a partir da avaliação da efetividade das políticas públicas de apoio as MPME's na cidade de Franca SP.

O sétimo capítulo foi escrito pela Professora da disciplina Espaço e Sociedade do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional do Uni-FACEF, Dra. Maria Esther Fernandes, no qual descreve a segregação e desigualdade na periferia de Ribeirão Preto, dando foco ao espaço.

O oitavo capítulo foi escrito pela Professora da disciplina *Relações Interpessoais e Desenvolvimento Social*, Dra. Daniela de Figueiredo Ribeiro, pela Professora da disciplina *Saúde e Desenvolvimento Regional*, Dra. Patrícia do Socorro Magalhães Franco do Espírito Santo e pelo Professor da disciplina *Ensino Superior e Desenvolvimento Regional*, Dr. Paulo de Tarso de Oliveira, todos docentes do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional do Uni-FACEF. Os autores debatem pesquisas e ações universitárias para o desenvolvimento comunitário, apresentando práticas de responsabilidade social a partir do projeto pedagógico.

Por fim, o nono capítulo foi escrito pela Professora da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Dra. Leilah Santiago Bufrem, apresentando questões relativas à produção científica e interdisciplinaridade no gerenciamento de Base de dados com foco no caso específico da Base Brasileira de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci).

Almeja-se que após a leitura desse livro, a partir dos debates interdisciplinares, os atores (empresas, instituições, governo, pesquisadores e sociedade) tenham uma importante contribuição para compreender e promover o desenvolvimento regional, por meio das pesquisas descritas nos capítulos.

Profa. Dra. Bárbara Fadel

Doutora em História Social pela USP
Coordenadora e docente do Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Regional do Uni-FACEF

Profa. Dra. Melissa Franchini Cavalcanti Bandos

Doutora em Administração pela FEA-USP
Docente do Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Regional do Uni-FACEF

PROBLEMAS DO DESENVOLVIMENTO: REFLEXÕES E DESAFIOS

Hélio Braga Filho

Questões Preliminares

A população total do planeta Terra passou de 540 milhões no ano de 1650, para 6 bilhões de habitantes no ano de 2000. Em termos de distribuição espacial, mais de 80% da população mundial localiza-se nas grandes áreas continentais da Ásia, África, Índia e América Latina.

Essas mesmas áreas, até poucas décadas conviviam com elevadas taxas de crescimento demográfico, de analfabetismo e, de mortalidade infantil, sem contar ainda com a precariedade das condições de habitação, saneamento básico, educação, saúde, entre tantos outros problemas. Classificados pela literatura econômica como regiões subdesenvolvidas, essas economias apresentavam um quadro de debilidades estruturais ainda mais grave traduzido pelos baixos níveis de poupança e investimentos; baixos níveis de renda per capita e reduzidos níveis absolutos de consumo global e por habitante; baixos níveis de escolaridade e de produtividade do trabalho; expressiva participação do setor primário na composição do produto total da economia e fraca inserção no comércio internacional.

Nos últimos trinta anos (1970 – 2007), importantes modificações na estrutura da economia de países como o Brasil, China e Índia ocorreram. De acordo com a ONU – *United Nations Statistics Division – National Accounts* – a participação da agricultura no PIB desses mesmos países reduziu-se de 12%, 35% e 44% em 1970, para 6%, 12% e 18% em 2007, respectivamente,

conquanto, aumentaram as contribuições das indústrias extrativas e de transformação e o segmento de serviços.

As exportações dos países subdesenvolvidos além de tímidas em termos monetários, concentravam-se em poucos produtos de baixo valor agregado e destinavam-se a poucos países. Por sua vez, as importações desses mesmos países via de regra constituíam-se de produtos de maior valor agregado, resultando daí em deterioração dos termos de comércio e desequilíbrios das contas externas, além do que, o reduzido estoque de capital por unidade de trabalho, a adoção de técnicas rudimentares e de tecnologia obsoleta, mais o emprego de uma força de trabalho de baixo nível instrucional e de pouca qualificação, refletiam os baixos níveis de produtividade e da reduzida capacidade de oferta.

Outras importantes mudanças processaram-se na estrutura da demanda agregada nas economias do Brasil, China e da Índia. Segundo a mesma base de dados da ONU: no Brasil, as exportações de 7% em 1970, passaram a representar 14% em 2007, os investimentos (Formação Bruta de Capital Fixo – FBCF) de 19%, recuaram para 18%; na China, as exportações aumentaram de 24% para 41% e os investimentos, de reduzidos 3%, saltaram para 41%; e, na Índia, as exportações de 4%, somaram 22%, enquanto os investimentos ampliaram-se de 16% para 32%.

Já os países industrializados e desenvolvidos configuravam um quadro estrutural diferente. As reduzidas taxas de crescimento demográfico, de analfabetismo e de mortalidade infantil somadas às condições favoráveis de habitação, educação e saúde públicas, saneamento básico, etc, refletiam o elevado padrão de desenvolvimento dessas sociedades. As economias desses países destacam-se em razão da adoção de modelos de gestão e do emprego de estratégias de desenvolvimento industrial mais modernas e arrojadas, evidenciando o vigor e o dinamismo de suas empresas. A sua expressiva participação no comércio internacional decorre também da existência de uma robusta base tecnológica resultante dos esforços e do progresso continuado

alcançados nas áreas de C&T (Ciência e Tecnologia) e dos gastos expressivos das empresas nas atividades de P&D (Pesquisa e Desenvolvimento) enquanto atividades desenvolvidas pelas esferas de governo e pela própria iniciativa particular.

Nos países industrializados e desenvolvidos – França, Alemanha, Itália, Japão, Suécia, Suíça, EUA e Reino Unido – a participação em 2007 do setor primário no PIB, oscilava entre 1% a 2%, conquanto as indústrias extrativas e de transformação com diferentes percentuais, juntamente com o setor de serviços, representavam a quase totalidade do produto dessas economias.¹

Após a 2ª Guerra Mundial, ao tomarem os países subdesenvolvidos consciência do fosso que os separava dos países industrializados e desenvolvidos, perceberam a grandeza do esforço a ser empreendido. Não resta dúvida de que os governos de países considerados atrasados e subdesenvolvidos se empenharam para superar esta condição e, principalmente, reduzir a distância que separava estas nações do mundo desenvolvido.

Tabela 1: Brasil, China e Índia segundo relação com o PIB per capita mundial – 1970 e 2007.

PAÍSES E ÁREA	PIB per Capita		RELAÇÃO c/ MUNDO	
	Em US Dollars		(diferença em proporção)	
	1970	2007	1970	2007
MUNDO	885	8,191	-	-
BRASIL	441	6,852	2,006	1,195
CHINA	112	2,604	7,901	3,145
ÍNDIA	112	976	7,901	8,392

Fonte: United Nations Statistics Division – National Accounts, Elaborada pelo autor.

¹ Indústrias Tradicionais: alimentos; bebidas; tabaco; têxteis; roupas; calçados; moveis e madeira. Indústrias Modernas: Fabricação de metal; equipamento elétrico; equipamento de transportes; produtos químicos.

O PIB per capita brasileiro em 2007 comparativamente ao seu valor em 1970, aumentou de 15,53 vezes, o da China em 23,25 e o da Índia em apenas 8,71 vezes. Em relação ao PIB per capita mundial é notória a redução da distância que separava a China do resto do mundo, enquanto no caso da Índia aconteceu o inverso, isto é, aumentou, no Brasil, a redução, foi bem mais moderada. Por sua vez, o fosso social que existia entre Brasil, China e Índia com os países mais desenvolvidos do capitalismo industrial cêntrico, diminuiu de forma bem heterogênea com a globalização.

Tabela 2: Brasil, China, Índia e países desenvolvidos segundo PIB per capita – 1970 e 2007.

PAÍSES	PIB per Capita (US Dollars)	
	1970	2007
BRASIL	441	6,852
CHINA	112	2,604
ÍNDIA	112	976
FRANÇA	2,831	40,090
ALEMANHA	2,672	40,162
ITÁLIA	2,030	35,585
JAPÃO	1,945	34,225
SUÉCIA	4,407	49,873
SUIÇA	3,696	56,579
REINO UNIDO*	2,223	45,549
EUA	4,878	45,047

Fonte: United Nations Statistics Division – National Accounts, Elaborada pelo autor.

* Inclusive: Great Britain and Northern Ireland.

Mesmo entre os países desenvolvidos e industrializados o PIB per capita aumentou – em 2007 comparativamente ao ano de 1970 – de forma bem

diferenciada. Para a Alemanha, e Suíça, e Itália e Japão, o PIB por habitante registrou aumento bem mais homogêneo, na Suécia e na França os acréscimos foram menores, no Reino Unido o PIB per capita aumentou de 20,48 vezes e, nos EUA, este mesmo indicador contabilizou o menor aumento, 9,23 vezes.

Tabela 3: Brasil, China e Índia segundo relação com o PIB per capita de países desenvolvidos – 1970 e 2007.

PAÍSES	RELAÇÃO com o PIB per capita					
	BRASIL		CHINA		ÍNDIA	
	1970	2007	1970	2007	1970	2007
FRANÇA	6,42	5,85	25,27	15,39	25,27	41,08
ALEMANHA	6,06	5,86	23,86	15,42	23,86	41,15
ITÁLIA	4,60	5,19	18,12	13,67	18,12	36,46
JAPÃO	4,41	4,99	17,37	13,14	17,37	35,07
SUÉCIA	9,99	7,28	39,35	19,15	39,35	51,09
SUIÇA	8,38	8,26	33,00	21,73	33,00	57,97
REINO UNIDO	5,04	6,65	19,85	17,49	19,85	46,67
EUA	11,06	6,57	43,55	17,29	43,55	46,15

Fonte: United Nations Statistics Division – National Accounts, Elaborada pelo autor.

Decorridos trinta e sete anos, ainda se pode constatar, que as diferenças entre os países do Primeiro Mundo com aqueles que passaram a figurar o bloco das economias emergentes continuam em boa medida bem acentuadas. Muito embora, no Brasil as alterações foram pouco significativas, para a China, constata-se expressiva redução, porém, em relação à Índia, a situação deteriorou-se profundamente. Entre outros fatores, a redução destas diferenças condiciona-se em grande medida ao crescimento econômico, desde que a sua expansão esteja associada a uma melhor distribuição do produto entre os membros da sociedade. No entanto, convém ressaltar que

nas últimas décadas, o comércio internacional cresceu a taxas bem superiores às taxas de crescimento econômico, além do que, por este importante corredor, passou a circular um fluxo enorme de mercadorias com maior conteúdo tecnológico.

Tabela 4: Mundo, Brasil, China e Índia segundo a estrutura de comércio – 1990 e 2005.

PAÍSES / ÁREA	ESTRUTURA DE COMÉRCIO									
	Importações de bens e serviços (% do PIB)		Exportações de bens e serviços (% do PIB)		Exportações de Produtos (% das exportações de mercadorias)					
					Primários		Manufaturados		Alta Tecnolog.	
	1990	2005	1990	2005	1990	2005	1990	2005	1990	2005
BRASIL	7	12	8	17	47	46	52	54	7,1	12,8
CHINA	16	32	19	37	27	8	72	92	6,1	30,6
ÍNDIA	9	24	7	21	28	29	70	70	2,4	4,9
MUNDO	19	26	19	26	26	21	72	75	17,5	21,0

Fonte: Relatório do Desenvolvimento Humano 2007 / 2008 – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento / PNUD, Elaboração do autor.

No Brasil, muito embora o setor exportador tenha alcançado inquestionável destaque no comércio internacional, a participação das exportações brasileiras no comércio mundial ainda é bem reduzida comparada com a China, Coréia do Sul, Hong Kong, Cingapura e Taiwan. Por outro lado, enquanto as exportações chinesas de produtos manufaturados e de produtos de alta composição tecnológica superam com larga vantagem a de produtos primários, as exportações brasileiras configuravam expressiva participação dos produtos primários – o que reforça o caráter da

especialização regressiva do setor exportador do país – como o da reduzida contribuição dos produtos de alta intensidade tecnológica.

De acordo com o estudo “Inovação Tecnológica no Brasil” organizado pela ANPEI – CNPq, [...] enquanto nos EUA os investimentos em P&D, aumentaram 2,7% a.a, e na UE 3.3%, na China o crescimento foi de quase 20% e na Coreia do Sul de 6% a.a. (BRAGA FILHO, 2009).

Não obstante, segundo estatísticas do CNPq referentes aos anos de 2002 e 2003, em países como Alemanha, Canadá, China, Cingapura, Coreia, EUA, França, Israel, Japão, Reino Unido, etc., os dispêndios nacionais do setor empresarial nas atividades de P&D nesses países, superavam em muito os percentuais registrados no Brasil.

Mediante la innovación es posible crear nuevos patrones de aprendizaje y nuevos mercados, dando lugar a una estrecha relación entre los ciclos prolongados de crecimiento y el surgimiento de un conjunto de innovaciones encadenadas, con fuertes efectos de arrastre e interconexiones entre diversos sectores. El potencial de impulsar el desarrollo de los distintos países depende en gran medida de su capacidad de participar en este tipo de ciclos y de las oportunidades que ofrece la transformación productiva, incorporando las innovaciones de procesos y productos en las empresas y setores [...].²

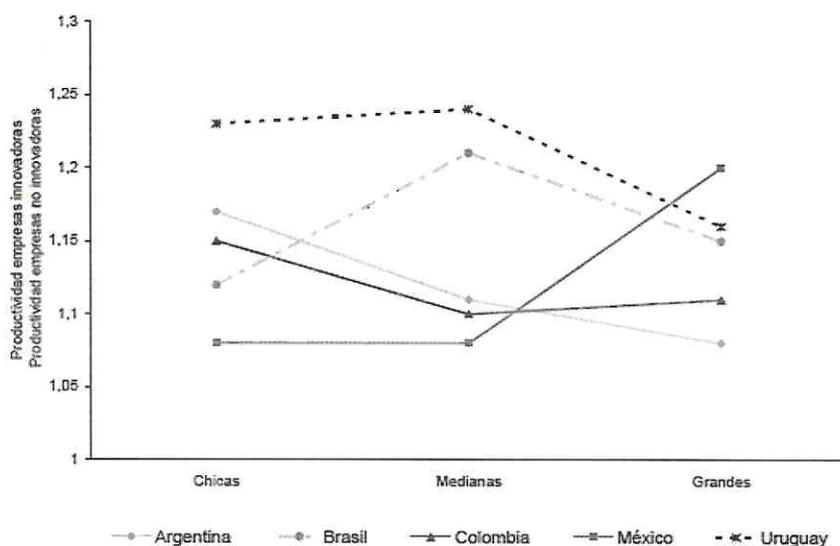
Vale lembrar, que estudos não tão recentes já evidenciavam a importância e o peso que o comércio internacional assumira no tocante ao crescimento econômico, notadamente em razão da demanda mundial declinar considerável tendência de expansão por produtos de maior composição tecnológica. Diante disto, o crescimento e o desenvolvimento econômico ficam em boa medida condicionados à capacidade das empresas de

² La Transformación Productiva 20 Años después. Viejos Problemas, Nuevas Oportunidades. Cap III – Innovación y Desarrollo económico. CEPAL (Comissão Económica para a América Latina). – Santiago do Chile, Naciones Unidas, Mayo de 2008. p. 113.

promoverem por intermédio das atividades de P&D (Pesquisa e Desenvolvimento) inovações tanto em processos como em produtos.

Ademais, a globalização das economias e dos mercados, aumentou de forma intensa a concorrência inter-capitalista, motivo pelo qual a sobrevivência e a permanência das empresas no mercado não mais dependiam tanto das vantagens comparativas tradicionais, mas, sim, da obtenção de vantagens comparativas dinâmicas, principalmente no que diz respeito à conquista de novos mercados.

Gráfico 1: América Latina (5 países): Diferencias de Productividad entre Empresas Innovadoras y no Innovadoras



Fonte: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), sobre la base de las encuestas nacionales de innovación.

Convém ressaltar que o papel desempenhado pelas inovações – sejam em processos, ou em produtos – não se limita apenas em reforçar ou, sustentar as bases da competitividade microeconômica, quer seja enquanto

estratégia diferenciada de concorrência, quer seja enquanto fundamento aplicado para somente assegurar contínua acumulação de capital. Mesmo porque a competitividade econômica, deve estar diretamente associada a outros fundamentos, sobressaindo-se na dimensão social a capacidade de aumentar a qualificação e as condições de vida dos trabalhadores.

A construção da competitividade coetânea à 3ª Revolução Industrial, não pode prescindir de *fundamentos sociais*, como educação básica universalizada, elevada qualificação da força de trabalho, novas formas de organização do processo de produção, relações de trabalho cooperativas e mercados que exigem qualidade. Em suma, fundamentos que significam um mínimo de equidade na sociedade. De outro lado, é essencial reconhecer que os processos espontâneos de busca da competitividade, através do jogo das forças de mercado, tendem a provocar efeitos adversos em matéria de emprego e salários (e, portanto de equidade social).³

No que diz respeito à promoção do desenvolvimento econômico e social, os desafios a serem enfrentados assumem elevado grau de complexidade e considerável ordem de grandeza, ainda mais, quando, sob o imperativo do livre jogo das forças de mercado, a competição entre os participantes se torna mais aguda e a lógica dominante se baseia na racionalidade micro do cálculo econômico. Assim, compatibilizar eficiência econômica com certa equidade social e preservação ambiental, requer notável esforço dos governantes e de efetiva capacidade de cooperação e articulação dos atores sociais pertencentes à sociedade civil.

Destaca-se ainda que as aspirações das sociedades em larga escala por maior igualdade, justiça e liberdade, caso não sejam devidamente

³ COUTINHO, Luciano & FERRAZ, João Carlos. *Estudo da competitividade da indústria brasileira*. – Campinas, SP: Papirus, 1994, p. 95.

atendidas, colocam em risco a própria democracia o que requer senão contínuo aperfeiçoamento das suas mesmas instituições.

O problema fundamental das democracias capitalistas, na fase de incorporação das massas trabalhadoras ao processo político, consiste em permitir o avanço da representação popular sem que isso comprometa o marco institucional básico em que se abrigam os privilégios da classe dirigente. O manejo desse problema exige grande habilidade política dos líderes dessa classe. (...) Quanto mais ampla a base de um governo representativo, mais este estará em condições de captar as tensões sociais criadas pelos obstáculos ao desenvolvimento e traduzi-las em linguagem política. Por esta forma, abre-se caminho para o debate e a identificação de denominadores comuns que permitirão somar forças capazes de impor uma solução com o mínimo de dano para o marco institucional. Este caminho, entretanto, somente é acessível quando já se alcançou elevada representatividade no governo dos grupos econômicos e sociais de maior relevância. Sendo limitada ou insuficiente essa representatividade, escassa é a aptidão do Governo, através de seu órgão político principal, que é o legislativo, para captar em tempo oportuno aquelas tensões sociais. Neste caso, é de esperar que ocorram eclosões de forças reprimidas, levando a soluções políticas extralegais.

Na quase totalidade das democracias capitalistas, as transformações de maior relevância no marco institucional têm sido realizadas por processos políticos extralegais, isto é, por movimentos revolucionários.⁴

Em se tratando de um país como o Brasil, dadas as suas proporções continentais, assim como sua heterogeneidade étnica, cultural, econômica e social, romper com o atraso secular e promover o seu desenvolvimento, sobretudo pelas vias de um processo democrático, requer

⁴ FURTADO, Celso. *Dialética do desenvolvimento*. 2.ed. – Rio de Janeiro, Portugal: Editora Fundo de Cultura S.A., 1964. p. 73 – 74.

sem dúvida “grande habilidade política dos líderes da classe dirigente”. Assim, “limitar e/ou tornar insuficiente” a base de um governo, pode ou poderá não se traduzir na eclosão de “movimentos revolucionários”, mas provavelmente poderá resultar do distanciamento, da apatia e do desinteresse de importantes grupos representativos da sociedade civil. Do mesmo modo, limitar a base de um governo a uma casta de poucos privilegiados significa opugnar as potencialidades e o gênio criativo do próprio homem.

Assim, não basta promover o crescimento do produto da economia e suprir com abundância de bens as necessidades materiais, pois o desenvolvimento do homem demanda sobremaneira o exercício da liberdade e a garantia de sua plena cidadania.

Brasil: desenvolvimento industrial e urbanização

A partir de 1930, o Governo brasileiro rompe com o modelo de dependência clássica baseado na atividade agrícola-exportadora e inaugura uma nova etapa de desenvolvimento econômico cuja liderança passaria a ser exercida pela indústria.

A industrialização baseada no modelo substitutivo de importações promoveu importantes mudanças na estrutura da economia e da indústria, na estrutura social e política do país.

Na economia, a partir de 1940, a composição do PIB descreve progressiva redução da contribuição do setor agropecuário e crescente aumento da participação da indústria e dos serviços, denotando assim, nítida mudança na composição estrutural da economia. No âmbito da indústria, podemos vislumbrar suave mudança na estrutura do produto industrial traduzida pela elevação do percentual de participação do setor dinâmico em detrimento da redução da participação do setor da indústria tradicional, isto já entre 1960 e 1970. Ressalta-se ainda que a industrialização passou a requerer

novas categorias profissionais – administradores, empresários, técnicos, economistas, capitalistas, tecnoburocratas, etc – emergindo daí novas classes sociais. O poder político até então conferido à elite agrária, desloca-se para o baronato da indústria.

A crescente participação da indústria na economia e o progressivo declínio do setor agrícola, tanto no que tange à sua contribuição no PIB, quanto na absorção da força de trabalho, promoveram concomitantemente o êxodo rural e intenso movimento migratório no sentido campo-cidade.

Na sua fase inicial, a industrialização brasileira configurou acentuada concentração da atividade industrial no eixo Rio-São Paulo, enquanto os empregos na indústria de transformação concentravam-se nas empresas de médio e grande porte. Daí o porquê dos fluxos migratórios direcionarem-se para as áreas metropolitanas e mais dinâmicas do país.

Essa expansão urbana, embora em alto ritmo, foi de certa forma suportável, até meados da década. Contudo, a ausência de um planejamento eficaz, a crise econômica que se manifesta entre 1962 e 1967 e a postura autoritária do Estado, relegando a segundo plano as questões atinentes aos problemas sociais, permitiram que essa urbanização se desse de forma desorganizada, gerando aquilo que se convencionou chamar de “problema urbano”, ou seja, uma carência, a deficiência de infra-estrutura e de atendimento às demandas sociais urbanas. O fenômeno não se restringiu à São Paulo, atingindo os principais centros urbanos do país.

À medida que avançássemos na década de 70, mudaria a adjetivação: do “problema urbano” passaríamos, rapidamente para o “caos urbano”.⁵

⁵ CANO, Wilson. *Urbanização: sua crise e revisão de seu planejamento*. Revista de Economia Política – São Paulo: Brasiliense, vol. 9, nº 1, Janeiro-março/1989.

De fato, o aumento dos custos de aglomeração apontava para a necessidade de desconcentração da atividade industrial, sobretudo da área metropolitana de São Paulo.

Embora a ‘mania’ descentralizadora em São Paulo já existisse desde o início da década de 70, através de políticas estaduais persuasivas, será na segunda metade da década que ganhará maior ímpeto a transferência e/ou localização industrial interiorizada em São Paulo. (...) A “industrialização interiorizada” contou ainda, a seu favor, com o beneplácito de vários municípios, que formularam políticas atrativas de investimentos de diversas modalidades: barateamento do custo de terreno e/ou infra-estrutura, distritos industriais, incentivos fiscais, etc.

Sob o ponto de vista do empresário privado, é verdade que o aumento dos custos de aglomeração na Grande São Paulo teria sido um fator importante para a decisão de se transferir para o interior.⁶

A adjetivação “caos urbano” é derivada do agravamento dos problemas econômicos, sociais, ambientais e urbanos nas grandes áreas metropolitanas do país, sobressaindo a Grande São Paulo.

O aumento do custo de transporte e o conseqüente aumento do tempo de deslocamento residência-trabalho, a ampliação da frota de veículos resultando daí o aumento da poluição ambiental, congestionamentos e acidentes de trânsito são apenas alguns dos ingredientes do caos urbano. A produção crescente de lixo (residencial, industrial, hospitalar, etc.), o consumo também crescente de água e de energia elétrica, o desemprego entre os jovens na faixa de 14 a 25 anos de idade, a marcante escalada da violência urbana, entre outros, retratam a outra face do caos urbano nas áreas metropolitanas e aglomerações de grande e médio portes.

Os últimos dados censitários estão revelando que continua de forma intensa, a migração rural-urbana em

⁶ CANO, Op. Cit; p. 75

quase todos os países da América Latina. As grandes tensões sociais, que se supunha existirem no campo, estão sendo aparentemente levadas pelos migrantes às cidades. A população urbana cresce aos saltos, os serviços urbanos, principalmente o da habitação, atendem cada vez mais precariamente as necessidades do público, e os sinais exteriores de miséria – mendicância, prostituição, comércio ambulante etc – se multiplicam. (...) Há os que atribuem os “males” da urbanização ao excessivo crescimento demográfico, a falta de reforma agrária ao caráter demasiadamente avançado da tecnologia industrial e assim por diante.⁷

De 1940 a 2000, a população brasileira praticamente quadruplicou-se e, sua concentração na área urbana, isto é, nas cidades, contribuiu ainda mais para o agravamento do problema urbano. Por sua vez, acrescenta-se ainda o fato de que a industrialização brasileira, notadamente o modelo de desenvolvimento vigente entre 1930-1961, baseou-se no aumento da relação capital/produto, na urbanização e ampliação do mercado doméstico de consumo. O crescimento demográfico se fazia de certo modo mister, pois, garantiria o suprimento do mercado de trabalho e ampliaria o mercado de consumo, o qual, por seu turno, possibilitaria a utilização mais eficiente das plantas industriais instaladas e a geração de excedente econômico necessário e requerido para novas inversões.

A “industrialização interiorizada” ou ainda, a “interiorização do desenvolvimento” promoveu a desconcentração industrial da Grande São Paulo e a realocização industrial dela derivada reverteu o fluxo migratório para o interior paulista.

Na década de 1990, o intenso processo de reestruturação produtiva pelo qual passou a indústria brasileira, produziu novo movimento de realocização espacial, modificando sobremaneira a espacialidade da

⁷ SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. 14 ed. – São Paulo: Contexto, 1998. p.63.

indústria, dos investimentos, do VTI (Valor da Transformação Industrial) e dos empregos.

A taxa de crescimento populacional, muito embora reduziu-se – referimo-nos à taxa de crescimento geométrico médio anual – de 2,39% na década de 1940 para 1,89% na década de 1990, não mitigará os problemas urbanos e sociais.

Transparece que a taxa de crescimento da oferta de mão-de-obra nas duas décadas será expressivamente maior do que a taxa de crescimento da população total em todas as regiões e áreas.

A população nacional economicamente ativa será de 76 milhões de pessoas no ano 2000 e 88 milhões em 2010, refletindo uma demanda de 15,1 milhões de empregos durante 1990-2000 e de 13,6 milhões na primeira década do século XXI, só por causa do crescimento demográfico, (...) Em decorrência do processo de urbanização e das migrações rural-urbanas, a totalidade dessa demanda ocorrerá no meio urbano porque a PEA rural decrescerá durante os vinte anos.⁸

A questão demográfica e da urbanização, dada a sua complexidade, deve no curto e a longo prazos, receber atenção especial dos gestores públicos, privados, como também, da sociedade em geral, principalmente no que se refere aos municípios de médio e grande porte.

Mais de 80 por cento da população mundial vive em países em que as diferenças de rendimento estão a aumentar. Como conseqüência, é necessário um maior crescimento para que se consiga alcançar resultados equivalentes no que respeita a redução da pobreza. De acordo com uma análise, os países em vias de desenvolvimento terão de crescer acima de três vezes mais relativamente aos valores do período anterior a 1990 para atingirem a mesma redução na incidência de

⁸ COSTA, Manoel Augusto. O problema demográfico e as migrações internas. In: *Estratégia social e desenvolvimento*. João Paulo dos Reis Velloso (coord.). Fórum Nacional – Rio de Janeiro: José Olympio, 1992. p. 98.

pobreza. [...]. Num mundo cada vez mais urbano as disparidades entre as populações rurais e urbanas continuam a ser assinaláveis. [...]. Contudo, o urbanismo não é sinônimo de progresso humano. O crescimento de bairros urbanos degradados está a suplantar o crescimento urbano por uma larga margem.⁹

É oportuno observar que segundo projeções feitas pela ONU – PNUD, para o ano de 2015 a população brasileira residente na área urbana, deverá representar 88,2% da população total de residentes no país.

Em termos demográficos, ainda que a taxa geométrica de crescimento em ritmo progressivamente cadente possa significar algo positivo, convém ressaltar que a diminuição da base, isto é, da população pré-produtiva, coincide com progressiva dilatação do topo, ou seja, da população pós-produtiva. Assim, se por um lado, deverá reduzir a demanda por investimentos públicos para atender às necessidades da população mais jovem, por outro lado, aumentará a demanda por serviços públicos de transporte, saúde, lazer, cultura, etc., direcionados à população idosa.

No entanto, vale lembrar que se a profecia de fato se realizar, isto é, se o crescimento de bairros já degradados superar o crescimento urbano, a tendência para o futuro próximo será senão de imoderado aumento da vulnerabilidade das populações carentes que já se encontravam em situação de assinalável vulnerabilidade social, cuja exposição ao risco – violência, tráfico, drogadização, prostituição, alcoolismo, etc. – já era preocupante.

Além do mais, nestas áreas do território urbano a falta de equipamentos sociais e do baixo nível instrucional da população jovem, podem contribuir para o agravamento do quadro social, sobretudo da população jovem situada na faixa etária dos 15 aos 24 anos de idade.

⁹ PNUD. 2007 / 2008, p. 25 – 26.

Como senão fosse suficiente, o problema da urbanização acelerada poderá se complicar ainda mais, quando nos depararmos com o quadro já debilitado da saúde e da educação públicas.

Tabela 5: Porcentagem da despesa pública com saúde, educação e com o serviço da dívida total em porcentagem do PIB em países selecionados.

PAÍSES	DESPESA PÚBLICA EM % DO PIB			
	c/ SAÚDE 2004	c/ EDUCAÇÃO 2002 - 2005	SERVIÇO DA DÍVIDA TOTAL	
			1990	2005
BRASIL	4,8	4,4	1,8	7,9
FRANÇA	8,2	5,9	-	-
ALEMANHA	8,2	4,6	-	-
ITÁLIA	6,5	4,7	-	-
SUÉCIA	7,7	7,4	-	-
SUIÇA	6,7	6,0	-	-
REINO UNIDO	7,0	5,4	-	-
EUA	6,9	5,9	-	-

Fonte: Relatório do Desenvolvimento Humano 2007 / 2008 – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento / PNUD. Elaboração do autor

Se pretendermos aumentar a competitividade da indústria e da economia em sentido mais amplo e, promover o desenvolvimento humano, muito ainda está por ser alcançado, notadamente no âmbito da saúde e da educação públicas. Mas, para ampliar as despesas públicas em áreas críticas – saúde, educação, habitação e urbanismo, meio-ambiente, segurança, equipamentos sociais, saneamento básico, etc. – torna-se imperativo recuperar as finanças do Estado, principalmente sua capacidade de poupar.

Convém ressaltar que de 1990 em diante, fora o intenso movimento migratório de empresas industriais motivado pela guerra fiscal, a atividade produtiva e conseqüentemente os empregos migraram das médias e grandes empresas para unidades de micro e pequeno portes.

Sem embargo, vale mencionar também que a elevada carga tributária, o excesso de burocracia e o acirramento da concorrência

contribuíram decisivamente para a imoderada ampliação do setor informal da economia, para precarização da estrutura dos empregos e as relações de trabalho.

(...) houve, entre os anos de 1970 e 1985, um processo de desconcentração industrial no país e com isso, naturalmente, São Paulo, o principal estado fabril brasileiro, perdeu participação no valor de transformação industrial. No entanto, essa desconcentração não aconteceu igualmente em todo o estado, muito pelo contrário, se a análise levar em conta a divisão geográfica, foi a RMSP que viu sua participação na produção industrial nacional cair. O interior de São Paulo, de maneira oposta, observou até crescimento¹⁰

A manifestação de deseconomias de aglomeração de um lado e as possibilidades de obtenção de ganhos advindos de outras vantagens comparativas (estáticas ou dinâmicas) induzem e/ou motivam a movimentação do capital por diferentes setores e/ou localidades, sendo tal mobilidade intrínseca à sua própria dinâmica.

O governo toma decididamente o rumo da inserção internacional subordinada, cada vez mais atrelando o funcionamento da economia nacional aos designos dos mercados financeiro internacional e nacional. (...). De um lado, a séria desnacionalização da produção e dos serviços; as irresponsáveis privatizações para fazer caixa e o comprometimento da infra-estrutura; o brutal agravamento do desemprego e da crise social, particularmente no que se refere às metrópoles e grandes cidades. De outro, o desmonte do Estado, cuja face mais gritante é a falência da segurança pública, a explosão da criminalidade e as profundas distorções na justiça, sem falar das epidemias e das intoleráveis carências nas áreas de saúde e saneamento

¹⁰ POCHMANN, Márcio. [org.]. *Perspectivas de desenvolvimento local com inclusão social*. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p.106.

público, de educação, de habitação e dos transportes urbanos de massa etc.¹¹

Em se tratando de desenvolvimento, as questões de natureza econômica, social, política, etc são apenas algumas das suas dimensões. Os problemas de habitação, saneamento básico, de educação, de promoção da justiça, de inclusão social, de promoção dos direitos e da cidadania, entre outros, constituem outra dimensão do desenvolvimento. Logo, trata-se de um processo complexo cujas interfaces demandam, para a sua devida compreensão e implementação, significativa mudança na cultura das sociedades.

A idéia de desenvolvimento está no centro da visão de mundo que prevalece na época atual. A partir dela o homem é visto como um fator de transformação, tanto do contexto social e ecológico em que está inserido como de si mesmo.

(...) Uma vez que a idéia de desenvolvimento refere-se diretamente à realização das potencialidades do homem, é natural que ela contenha, ainda que apenas implicitamente, uma mensagem de sentido positivo. As sociedades são consideradas desenvolvidas na medida em que nelas o homem mais cabalmente logra satisfazer suas necessidades, manifestar suas aspirações e exercer seu gênio criativo.¹²

Sem a devida pretensão de emitir algum juízo de valor, acreditamos que ainda temos um longo e árduo caminho a percorrer, cujo *timing* será decisivo, quer para o aumento, quer para a redução da distância que nos separa das sociedades desenvolvidas. Contudo, convém ainda assinalar que não basta que o suprimento das necessidades, sobretudo daquelas

¹¹ PRONI, Marcelo Weishaupt & HENRIQUE, Wilnês. (orgs.). *Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil dos anos 90*. – São Paulo: Editora UNESP, Campinas, SP: Instituto de Economia da UNICAMP, 2003. p. 26.

¹² FURTADO, Celso. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 105.

consideradas básicas, seja atendido, para acreditarmos que estamos nos desenvolvendo. Ledo engano, pois, ao admitirmos que essa idéia seja verdadeira, estaríamos reduzindo o homem a uma de suas dimensões. Assim, a noção de homem e a noção aí circunscrita de desenvolvimento, seriam por si limitadas em demasia.

A aventura da cidade é, além do mais, condicionada por seu estado econômico. A cidade feliz não deve ser demasiado rico, nem demasiado pobre, pois enquanto a riqueza engendra a ociosidade e a moleza, a pobreza faz nascer a inveja e os baixos sentimentos, sempre acompanhados de um triste séqüito de desordens. Quanto ao território, o justo limite intransponível é o que conserva ao Estado a sua perfeita unidade. Tal unidade é, com efeito, princípio essencial de duração e força. Uma cidade cujas classes estejam unidas, mesmo que disponha apenas de mil combatentes, supera, em real poder, cidades que parecem bem maiores, mas cujas classes se apresentam divididas. O melhor meio de manter a unidade e a união é salvaguardar as instituições estabelecidas, sobretudo no que concerne à educação.¹³

Ora, as questões até então examinadas, muito embora restritas ao problema do desenvolvimento industrial retratam em maior ou menor proporção o cotidiano das cidades brasileiras. Assim, compreender a cidade, sua gênese, sua evolução, seus contrastes, seus limites e suas possibilidades, não é tarefa tão simples, principalmente, em se tratando de aglomerações que já atingiram certo grau de complexidade.

Os problemas de ocupação e uso do solo, saneamento básico, educação, de geração de emprego e renda, equipamentos sociais, cultura, lazer e entretenimento, coleta e armazenamento de lixo, acessibilidade, promoção da justiça e da cidadania, violência e delinquência juvenil, a questão da vulnerabilidade social, etc refletem por si mesmos a amplitude e a

¹³ PLATÃO. *A República*. Trad. de J. Guinsburg. – São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973. p. 25-26.

complexidade da questão urbana, como também e, principalmente, o desenvolvimento.

Contudo, se o desenvolvimento é um processo de transformação no qual o homem é capaz de “manifestar suas aspirações e seu gênio criativo” como afirmara Furtado, podemos assim entendê-lo e concebê-lo como sendo um processo político de construção e participação cidadã. Sendo ainda o desenvolvimento um processo de transformação que se materializa no território, ou seja, na cidade – limite que conforme Platão conserva ao Estado sua unidade – promovê-lo requer manter a união e salvaguardar as instituições, logo, trata-se de um processo político-institucional.

A ação única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo. Todos os aspectos da condição humana têm alguma relação com a política: mas esta pluralidade é especificamente a condição – não apenas a *conditio sine qua non*, mas a *conditio per quam* – de toda a vida política¹⁴.

Assim, a transformação do contexto social e ecológico e de si mesmo, bem como a realização das potencialidades do homem não dependem apenas do pensamento e da reflexão, mas, sobretudo da ação. Portanto, acreditamos que tanto Furtado como Arendt não apenas valorizam a participação política, consideram-na sim, essencial para a realização do homem.

Numa sociedade democrática, inibir, limitar e/ou impedir a participação política do cidadão é puro ato de castração dos direitos e da cidadania, é violação da liberdade, atitude típica dos regimes autocráticos e autoritários.

¹⁴ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Tradução: Roberto Raposo. 9. ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999. p. 15.

Franca e o desenvolvimento local: desafios e possibilidades

Diante dos questionamentos até então analisados, podemos em se tratando de desenvolvimento local interrogar: até que ponto este conjunto de problemas é recorrente e relevante para o município?

Até 1940, o PIB de Franca era em aproximadamente quase 50% de origem agrícola. De 1950 em diante, a indústria assumiu o comando da economia local. As plantas industriais pré-existentes ampliaram-se, expandindo a capacidade de oferta, atraindo fluxos migratórios que contribuíram sobremaneira para o aumento da população local. A indústria desenvolveu-se verticalizando-se, emergindo daí o que se denomina aglomeração industrial. Até a década de 1980, o padrão da indústria configurava significativa predominância das plantas industriais de médio e grande portes.

O crescimento da população, a quantidade de empregos diretos e indiretos ocupados na indústria e em toda a cadeia produtiva ampliaram a massa de salários, aumentando o consumo local, criando assim, condições favoráveis para o desenvolvimento do comércio e dos serviços. A demanda por infra-estrutura social e urbana também aumentou, requerendo por sua vez, investimentos públicos suscetíveis de acompanharem sua dinâmica.

Contudo, a década de 90 seria sem dúvida marcante para o município. A indústria foi impelida a realizar expressivo ajuste estrutural. As plantas industriais de grande porte praticamente desapareceram, dando assim novo contorno à indústria.

A compressão dos investimentos públicos ampliou e agravou os problemas urbanos e sociais. O desemprego e a falta de oportunidades para os jovens de 15 a 25 anos alimentaram a situação de delinquência e criminalidade juvenil.

As populações carentes sofreram sobremaneira as conseqüências da reestruturação da indústria e do fraco dinamismo do investimento privado,

cuja seqüela traduziu-se na situação de preocupante vulnerabilidade social. A população idosa aumentou e, juntamente com as populações carentes, pressionam por investimentos públicos em equipamentos sociais. A frota de veículos descreve trajetória crescente, requerendo por sua vez, investimentos na recuperação e ampliação da malha rodoviária urbana.

A ocupação e uso do solo demandam no âmbito da política pública orientação adequada e medidas eficazes de preservação ambiental e de prevenção de riscos, do mesmo modo que tal indicação é válida para o problema da acessibilidade.

O crescimento da população para os próximos anos traz consigo outras e desafiadoras preocupações: a) necessidade de suprir a demanda habitacional; b) ampliação do consumo de água potável e de energia elétrica (residencial, industrial, comercial, etc.); c) crescimento da frota de veículos e aumento da poluição ambiental e sonora; d) aumento da produção de lixo e de detritos orgânicos; e) necessidade de emprego e geração de renda; f) novos equipamentos sociais, entre outros.

Diante deste quadro resumido de questões antigas e de novos desafios, o que se pretende colocar em discussão é: o governo municipal consegue promover o desenvolvimento atendendo no tempo tais questões?

A resposta para tal questionamento não pode e nem deve assumir caráter demagógico, muito menos populista. Somos partidários de que a situação presente combinada com as perspectivas de futuro não permitem mais tratamento baseado exclusivamente no critério subjetivo da vontade política de alguns poucos.

A cidade é um organismo vivo, dinâmico, cujo desenvolvimento produz sem margem de dúvida tensões e conflitos. A cidade é um território político onde os grupos econômicos e sociais possuem diferentes orientações e interesses. A cidade é também território de produção, de distribuição e de consumo, arena em que se trava constante conflito entre forças antagônicas. Na economia, aqueles que possuem e/ou administram os meios de produção

são submetidos à intensa concorrência e ao perseguirem a obtenção de lucros, via de regra são forçados a praticarem medidas muitas vezes incompatíveis com objetivos de caráter social.

Vale lembrar que enquanto os proprietários de capital – que detêm e controlam os meios de produção e comandam o trabalho – desejam apropriar-se de maior parcela do produto social (lucros), os trabalhadores que são comandados, em sentido oposto, lutam por uma participação maior deste mesmo produto (salários), configurando deste modo o tradicional conflito distributivo lucros versus salários. Sendo assim, convém salientar que as condições de crescimento da economia e de reprodução da força de trabalho são definidas pelas proporções nas quais o produto da economia é distribuído entre os membros da sociedade.

No município de Franca, sua atividade econômica de base ainda vivencia um processo de reestruturação que poderá resultar em razão das estratégias a serem adotadas num novo formato industrial.

Outra questão local que sinaliza para uma maior articulação entre o público e o privado se manifesta concretamente por meio da acumulação de capital materializada sob a forma do surgimento de novas empresas, traço marcante da capacidade empreendedora dos seus respectivos cidadãos, fenômeno este que requer atenção especial, tanto em termos de orientação, como e, principalmente, em preocupação com a formação e capacitação destes empreendedores.

À medida que novas vocações são despertadas, delas emergem novas demandas, sobretudo quando as primeiras se materializam sob a forma de novas inversões. Daí, a emergência do envolvimento da administração pública local nos termos de políticas públicas suscetíveis de proporcionar a alavancagem dessas iniciativas.

Entre outros também importantes, um dos grandes desafios para o município de Franca acreditamos ser, de um lado manter e possibilitar novo impulso modernizador da indústria calçadista e da sua cadeia produtiva, por

outro lado, estimular e encorajar novos e diversificados empreendimentos. Tais iniciativas se fazem necessárias quando pensamos no desenvolvimento econômico, destacando o desejo de ampliar a base exportadora e diversificar a estrutura da indústria e da economia local.

Daí decorre o imperativo esforço de participação conjunta do governo local, agência de desenvolvimento, universidades, associações de classes, instituições de fomento (bancos comerciais, caixas econômicas, etc), entre outros.

Acreditamos e defendemos a idéia de que a promoção do desenvolvimento requer a construção de um plano de desenvolvimento local capaz de “articular e mobilizar os atores” envolvidos nesse processo, vale dizer, governo local com a sociedade civil.

(...), a questão é como reverter o quadro de exclusão socioterritorial, inter-regional e intra-urbano produzido pelo desenvolvimento desigual brasileiro associado ao urbanismo de risco. Isso pressupõe uma nova política de investimentos e uma nova estratégia de regulação. Entretanto, estas não serão possíveis se não se democratizar o processo de tomada de decisões sobre os investimentos e o controle do território urbano. Os conselhos de desenvolvimento e política urbana, as instâncias de participação popular no conjunto dos processos são instrumentos que agem nesse sentido, abrindo espaços reais de interlocução para que os setores populares possam efetivamente interferir na construção de um projeto de cidade.¹⁵

Os Conselhos Municipais e os Centros Comunitários, legítimos representantes da sociedade civil, são atores e parceiros deveras importantes, uma vez que são os interlocutores de representativos segmentos populares,

¹⁵ ROLNIK, Raquel; NAKANO, Kazuo. Cidades e políticas urbanas no Brasil: velhas questões, novos desafios. In: *Brasil no Limiar do Século XXI: alternativas para a Construção de uma sociedade sustentável*. Henrique Rattner (org.). – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. p. 121-122.

cujas demandas devem integrar o projeto de cidade a ser elaborado juntamente com a administração pública municipal.

Cumprido, no entanto, salientar que a politização da sociedade civil clama a nosso ver pela despolitização da política pública conduzida pelo governo. Deste modo, acreditamos que harmonizar as relações entre a sociedade civil e o governo local, seja de cabal importância na construção da governança local.

Para que tal propositura se torne concreta, entendemos ser vital a substituição do tratamento subjetivo pelo critério da racionalidade. De outra forma, queremos dizer que as questões de políticas públicas sejam preferencialmente tratadas segundo critério técnico, ao invés da preponderância do critério político apenas.

Outro importante segmento da sociedade civil é aquele constituído pelos atores corporativos – empresários, sindicatos, etc. – os quais, por sua vez, devem fazer-se presentes na construção do projeto de cidade, bem como, na promoção do desenvolvimento econômico e social local.

O tema do desenvolvimento local ganha importância no cenário de redemocratização do país como uma alternativa de intervenção articulada de novos atores sociais e políticos na *reorientação da ação* do Estado, no sentido de atender aos objetivos de construção da cidadania e da melhoria da qualidade de vida dos brasileiros. Nesse sentido, coloca-se como um novo patamar de um processo de lutas sociais. (...) É importante identificar o município como essa unidade política que atua sobre uma base territorial por conta da questão da governabilidade. Um projeto de desenvolvimento local, que articule e mobilize os atores do desenvolvimento, precisa se apoiar nas iniciativas da

sociedade civil, mas necessita do estímulo e da articulação dos governos locais para se viabilizar.¹⁶

Não poderíamos isentar a universidade do papel e da responsabilidade que lhe é conferida, posto que, essa instituição é deveras importante para o desenvolvimento local através das atividades de ensino – pesquisa - extensão.

O papel que, venham a desempenhar nossas universidades dependerá, certamente, da forma como elas se insiram na vida social. Para identificar os verdadeiros problemas da região – aqueles de cuja solução depende a melhoria das condições de vida da massa da população – faz-se necessário um contato direto com a realidade social em seus múltiplos aspectos. Coloca-se, assim, em primeiro plano, o tema da organização da pesquisa, cujo objetivo central deve ser a identificação da realidade regional captada em seus múltiplos aspectos e não como reflexo da visão própria dos pesquisadores, ou do ângulo particular de grupos sociais que exercem o poder ou simplesmente negam a *priori* legitimidade a esse poder.¹⁷

Diante dos argumentos de Bava e de Furtado, cabe-nos senão refletir a respeito do desenvolvimento local como um processo de participação e de construção coletivo e não como uma decisão unilateral baseada na visão e nos interesses de grupos sociais que dotados de poder e influência, possam impor a sua vontade em detrimento da vontade e das aspirações dos outros.

Quando pensamos em desenvolvimento local, o desenho organizacional serve como referência, pois, o que de fato importa são as

¹⁶ BAVA, Silvio Caccia. *Desenvolvimento local uma alternativa para a crise social?* – São Paulo: Revista São Paulo em Perspectiva: Fundação SEADE, 10 (3) 1996, p. 58.

¹⁷ FURTADO, Celso. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 61.

atitudes concretas passíveis de serem iniciadas através da “Carta de Princípios” e do “Planejamento Estratégico Local”.

Esquema 1: Desenvolvimento local: instituições da governança local.



Fonte: Elaboração do autor

Diante disto, a cultura do isolamento e do individualismo, a gestão centralizada das decisões e dos investimentos públicos fazem parte do passado. Se somos partidários de Platão, Furtado e Arendt, acreditamos e defendemos a idéia de desenvolvimento – nos quadros de uma sociedade democrática – enquanto processo participativo, político-institucional de construção cidadã. Para tanto, a sociedade civil devidamente representada, articulada com o governo local, são indispensáveis na construção da governança local.

A privação do direito de participar, de manifestar suas aspirações, de exercer o seu gênio criativo são atitudes que conspiram contra a liberdade e fragilizam a própria democracia.

A bem da verdade, a sociedade brasileira já está de certo modo acostumada, porém, saturada do fosso abissal que a separa do discurso intencional da prática convencional.

Considerações finais

Caso pretendemos promover o desenvolvimento pleno, devemos canalizar esforços no sentido de sensibilizar, motivar e incluir a sociedade civil para que, em parceria com o governo local, seja possível construir um projeto local de desenvolvimento orientado para melhorar a qualidade de vida, resgatar a cidadania e promover a justiça.

Vale dizer que tal empreendimento requer sem sombra de dúvida (re)educar-se para (re)construir, demandando por sua vez a compreensão da educação não como processo fragmentado ou fragmentador, mas sim como parte de um sistema social. Lembrando que governo local e sociedade civil fazem parte desse sistema social, logo, precisam ser (re)educados.

Acrescentamos ainda que pensar e promover o desenvolvimento requer ousadia e criatividade como recomendara o mestre Furtado. Convém lembrar e ressaltar que Franca projetou-se nacionalmente, assim como, conquistou o reconhecimento internacional, devido a ousadia e criatividade de homens que no passado enfrentaram desafios e, sobretudo, acreditaram.

Para o futuro próximo, os desafios são e serão maiores, motivo que nos faz abonar que as virtudes pessoais de ousadia e criatividade não mais devam ser exercidas no isolamento, e sim, enquanto energias a serem canalizadas e empregadas de forma complementar e participativa.

Se pretendemos no presente lançar as bases de uma sociedade melhor para o futuro esta decisão não mais pode ser postergada, mesmo porque, alcançar tal objetivo requer espaço de tempo bem mais dilatado.

Além do que são necessárias outras mudanças em termos de organização e de caráter institucional que devem ser implementadas. De um lado, torna-se mister sensibilizar por meio da liderança política legitimada – governo local – os demais atores representativos da sociedade civil para participarem da formulação do projeto de desenvolvimento local, vale dizer inclusive e principalmente da formatação da estrutura de governança local. Por outro lado, o projeto local de desenvolvimento para não submeter-se à ação da descontinuidade política e gerencial deverá ser formalizado e devidamente institucionalizado enquanto aspiração legítima da sociedade civil.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Tradução: Roberto Raposo. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

BAVA, Silvio Caccia. *Desenvolvimento local uma alternativa para a crise social?* – São Paulo: Revista São Paulo em Perspectiva: Fundação SEADE, 10 (3) 1996.

CANO, Wilson. *Urbanização: sua crise e revisão de seu planejamento*. Revista de Economia Política São Paulo: Brasiliense, vol. 9, n° 1, Janeiro-março/1989.

COSTA, Manoel Augusto. O problema demográfico e as migrações internas. In: *Estratégia social e desenvolvimento*. João Paulo dos Reis Velloso (coord.). Fórum Nacional – Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

COUTINHO, Luciano & FERRAZ, João Carlos. *Estudo da competitividade da indústria brasileira*. Campinas, SP: Papirus, 1994.

FURTADO, Celso. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FURTADO, Celso. *Dialética do desenvolvimento*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura S.A., 1964.

LA TRANSFORMACIÓN PRODUCTIVA 20 AÑOS DESPUÉS. VIEJOS PROBLEMAS, NUEVAS OPORTUNIDADES. Cap III – Innovación y desarrollo económico. CEPAL (Comissão Económica para a América Latina). Santiago do Chile, Naciones Unidas, Mayo de 2008.

PLATÃO. *A República*. Tradução: J. Guinsburg. – São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. 14 ed. – São Paulo: Contexto, 1998.

POCHMANN, Márcio. [org.]. *Perspectivas de desenvolvimento local com inclusão social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

PRONI, Marcelo Weishaupt & HENRIQUE, Wilnês. (orgs.). *Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil dos anos 90*. – São Paulo: UNESP, Campinas, SP: Instituto de Economia da UNICAMP, 2003.

ROLNIK, Raquel; NAKANO, Kazuo. Cidades e políticas urbanas no Brasil: velhas questões, novos desafios. In: *Brasil no Limiar do Século XXI: alternativas para a Construção de uma sociedade sustentável*. Henrique Rattner (org.). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.

<http://unstats.un.org/unsd/snaama/resultsGPD.asp?Series> - United Nations Statistics Division – National Accounts – 03/04/2009, 23:52.

Relatório do Desenvolvimento Humano 2007 / 2008 – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento / PNUD

DIREITO HUMANO AO DESENVOLVIMENTO: OS MODELOS DE DESENVOLVIMENTO E A POSIÇÃO DO BRASIL

Carla A. Arena Ventura

Introdução

Desde a segunda metade do século XX, a humanidade tem experimentado rápidas e profundas mudanças nas esferas da vida econômica, cultural, social e política (HUNTINGTON, 1997; STIGLITZ, 2003). A internacionalização da produção, distribuição e consumo de bens e serviços, juntamente com o avanço das tecnologias da informação intensificaram a globalização da economia ao mesmo tempo em que se observa o aumento das desigualdades entre os povos e grupos sociais, da violência e do desrespeito aos direitos humanos, apesar do movimento crescente de afirmação destes direitos em âmbito mundial.

Os direitos humanos representam os direitos inerentes a todos os seres humanos. Não são um dado, mas um construído, uma invenção humana, em constante processo de construção e reconstrução. Refletem, pois, um construído a partir de um espaço simbólico de ação e de luta social (ARENDT, 1979; PIOVESAN, 2006). Dentre os direitos humanos, ressaltam-se os direitos civis e políticos, os direitos econômicos, sociais e culturais e os direitos de titularidade coletiva, ou direitos difusos. São sujeitos dos direitos difusos grupos humanos como os povos, a nação, coletividades regionais ou étnicas e a própria humanidade. Os direitos difusos ou coletivos embasam-se em reivindicações fundamentais de uma sociedade marcada por mutações sociais, econômicas,

políticas e tecnológicas, que influem consideravelmente na vida humana nos planos global e regional (DELGADO, 2001). O direito ao desenvolvimento é um direito de titularidade coletiva, alvo de muitos debates, especialmente em função das diversas mudanças ocorridas a partir da segunda metade do século XX, que resultaram no declínio e agravamento das condições de vida e marginalização das pessoas no mundo do pós guerra-fria.

Sendo assim, o direito ao desenvolvimento adquire espaço cada vez mais importante na agenda internacional, passando da condição de princípio ao status de direito humano. Insere-se nos direitos de titularidade coletiva, também denominados direitos dos povos, relativos à cidadania reivindicada em face da complexa realidade que envolve os países subdesenvolvidos, ou também chamados países “em desenvolvimento” (DELGADO, 2001). Na realidade, o direito ao desenvolvimento representa o direito a uma repartição equitativa concernente ao bem-estar social e econômico mundial.

Considerando a importância do direito humano ao desenvolvimento como um conjunto de princípios ou regras que servem de fundamento ao homem, enquanto indivíduo ou membro do corpo social, este capítulo apresenta como objetivo compreender a evolução histórica do direito humano ao desenvolvimento, com base nos diferentes paradigmas de desenvolvimento adotados pelos países subdesenvolvidos, enfatizando a posição do Brasil.

Neste contexto, inicialmente é apresentado, de forma geral, o movimento internacional de proteção dos direitos humanos, para, posteriormente, introduzir-se o sentido do direito ao desenvolvimento, os modelos de desenvolvimento adotados pelos países subdesenvolvidos e a influência da cooperação internacional para a consolidação do direito ao desenvolvimento. Por fim, realiza-se uma breve análise dos princípios do direito humano ao desenvolvimento, consagrado pela legislação brasileira.

O movimento internacional de proteção dos Direitos Humanos: dimensões e universalidade dos direitos do homem

Desde a origem da humanidade, verifica-se a preocupação de se atribuir valor à pessoa humana (DELGADO, 2001). Desta forma, o movimento internacional de proteção dos direitos humanos cresceu substancialmente desde a Revolução Francesa, ganhando dimensões inegavelmente importantes nos contextos internacional e interno dos países. A passagem do súdito a cidadão, ocorrida com a Declaração Francesa dos Direitos do Homem de 1789, deu origem ao processo de enaltecimento do ser humano e seus direitos, e à busca por sua proteção, primeiramente frente ao Estado totalitário para, posteriormente, impor-se contra todos (COMPARATO, 2005; PIOVESAN, 2006). Contudo, foi a partir da segunda metade do século XX, no final da Segunda Guerra Mundial, que os direitos humanos se aperfeiçoaram, adquirindo um caráter de universalidade, embasados no consenso expresso pela comunidade global sobre a relevância de seu reconhecimento e proteção.

Nesta perspectiva, pode-se afirmar que o movimento de consolidação da cidadania é concomitantemente à própria evolução histórica dos direitos humanos, que ganharam força na luta contra o Estado, pelo reconhecimento dos direitos civis, políticos, culturais e sociais do ser humano. A cidadania representa, portanto, o efetivo exercício dos direitos humanos, sejam eles civis, políticos, culturais, econômicos e sociais.

A concepção atual de direitos humanos é produto de uma formação histórica, de gerações ou dimensões de direitos que foram sendo reconhecidos à medida que dada comunidade sentia a necessidade de sua efetivação. Apesar de suas diferentes dimensões, diversos tratados internacionais reafirmam o caráter universal e atemporal dos direitos humanos. Trata-se, afinal, de algo que é inerente à própria condição humana, em ligação

com particularidades determinadas de indivíduos ou grupos (CURY, 2005; COMPARATO, 2005).

Os direitos humanos de primeira dimensão são os direitos individuais, da liberdade, os primeiros a constarem do instrumento normativo constitucional dos Estados. São os direitos civis e políticos, que em grande parte correspondem, pelo prisma histórico, à fase inaugural do constitucionalismo do Ocidente (CURY, 2005). Têm por titular o indivíduo e são oponíveis ao Estado, ou seja, representam faculdades ou atributos do ser humano. Para sua consolidação, é necessário que o Estado se omita, estabelecendo para si a fiscalização destes direitos. Possuem, então, um caráter antiestatal. Sendo assim, os direitos civis e políticos valorizam em primeiro lugar o homem-singular, o homem das liberdades abstratas, o homem da sociedade mecanicista, que compõe a chamada sociedade civil. Procuram proteger o espaço individualizado do homem em relação ao Estado (PIOVESAN, 2006). Ligam-se, portanto, à liberdade física, de consciência, de manifestação, de culto, e à privacidade, à intimidade, à vida e à segurança. Caracterizam-se por exigirem do Estado uma abstenção, uma atitude negativa. Por isso, passaram à história como direitos burgueses, direitos perquiridos na Revolução Francesa.

A partir do século XIX, do momento em que o sufrágio passou a ser universal e os políticos passaram a observar que precisavam do voto do trabalhador, começaram a aparecer as concessões sociais, fazendo surgir os direitos fundamentais de segunda dimensão, os direitos sociais. Enquanto os direitos de liberdade procuram libertar o homem da atuação do Estado, os direitos sociais procuram libertar o homem do jugo do próprio homem (CURY, 2005). Os direitos sociais exigem do Estado não uma postura de abstenção, mas uma postura positiva. Começam aqui a nascer as pretensões aos direitos materiais a serem atendidos pelo Estado, como a educação e a saúde. O Estado tem, portanto, que agir positivamente para garantir estes direitos.

Os direitos humanos de segunda dimensão fizeram aparecer, além do Estado de Direito, o Estado Social de Direito, o bem-estar social. São os

direitos sociais, culturais e econômicos introduzidos no constitucionalismo das distintas formas de Estado social, depois que germinaram por obra da ideologia e da reflexão antiliberal do século XX (COMPARATO, 2005). Os direitos humanos de segunda dimensão prevaleceram nas Constituições do segundo pós-guerra. No entanto, atravessaram inicialmente um ciclo de baixa normatividade, em virtude de sua própria natureza de direitos que exigem do Estado determinadas prestações materiais nem sempre resgatáveis, em razão da exigüidade, carência ou limitação essencial de meios e recursos (CURY, 2005).

Neste mesmo cenário histórico, surgiram, no século XX, os direitos humanos de terceira dimensão. São os direitos de solidariedade ou direitos coletivos. O homem deixa de ser visto como indivíduo e passa a merecer proteção coletiva. Começam a ser valorizados o direito ao desenvolvimento, ao meio ambiente e o direito do consumidor (COMPARATO, 2005; CURY, 2005).

Não há dúvida de que o avanço tecnológico, bem como a complexidade geral, cada vez maior, trazida pela globalização, fez multiplicarem-se os direitos referentes a novos bens e decorrentes do incremento do número de sujeitos de direito. Os novos direitos surgiram, a partir do desenvolvimento histórico dos direitos humanos. São os chamados direitos de quarta dimensão. Os direitos humanos de quarta dimensão são os direitos de manipulação genética, relacionados à biotecnologia e à bioengenharia. Envolvem questões sobre a vida e a morte e requerem discussão ética (CURY, 2005).

Todavia, esta divisão dos direitos em dimensões sofre severas críticas porque tende a reduzir os direitos a uma hierarquia, podendo desvalorizá-los. Neste sentido, as dimensões possuem um caráter didático, mas não podem limitar a universalidade e indivisibilidade dos direitos humanos (CANÇADO TRINDADE, 1991).

Os direitos civis e políticos, econômicos, sociais e culturais estão expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos aprovada pela

Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948. Representam um marco para a consolidação dos direitos humanos que, pela primeira vez na história, foram unificados e aclamados pela comunidade internacional, originando um movimento mundial relevante que, posteriormente, passou a se refletir na legislação interna dos países, ou seja, na transformação dos direitos humanos (inseridos nos documentos internacionais) em direitos fundamentais (positivados nas constituições e outras leis nacionais). Os direitos fundamentais podem ser compreendidos, portanto, como conjunto de normas que cuidam dos direitos e liberdades garantidos institucionalmente pelo direito positivo de determinado Estado.

A despeito da consagração dos direitos humanos em uma série de tratados internacionais, consolidando a sua internacionalização, persistem situações no presente que contribuem para a sua degradação e contínua violação, com base na visão de que o ser humano é supérfluo e sem lugar no mundo (LAFER, 1998). Deve-se ressaltar, portanto, que, em face da deterioração das condições de vida e direitos de vastos segmentos da população em numerosos países, a proteção dos direitos humanos é cada vez mais importante como item de discussão da agenda internacional, no sentido de buscar assegurar-lhes proteção mais eficaz, em virtude de sua implementação internacional ter sido e ainda continuar sendo negligenciada (PIOVESAN, 2006).

Em suma, observa-se que o problema fundamental em relação aos direitos humanos não é o de justificá-los, mas sim o de protegê-los. Na busca histórica por esta proteção, emerge a consciência de novos desafios não relacionados somente à liberdade e à igualdade, mas em especial à qualidade de vida dos povos e à solidariedade, conduzindo ao surgimento dos direitos de terceira dimensão. Dentre os direitos de terceira dimensão, ressaltam-se o direito à paz, o direito à autodeterminação dos povos, o direito à comunicação, o direito ao meio ambiente, o direito ao patrimônio comum da humanidade em

relação ao fundo do mar e seu subsolo e o direito ao desenvolvimento (DELGADO, 2001).

Do direito ao desenvolvimento: conceito e evolução histórica

O desenvolvimento é um processo complexo e almejado historicamente por todas as nações do mundo. A partir de 1945, com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e a reunião em seu seio de países com distintos níveis de desenvolvimento, promulga-se o chamado direito ao desenvolvimento (SOARES, 1994; MARCOVITCH, 1994), embasado em um conjunto de ações de cooperação com o objetivo de diminuir a lacuna entre centro e periferia, fundamentadas em uma demanda por uma globalização mais ética e solidária.

Deste modo, a Carta das Nações Unidas afirma que os Estados, como membros da comunidade internacional, gozam do princípio do direito ao desenvolvimento, sem que haja interferência dos outros membros da mesma comunidade. Neste sentido, prevê a cooperação dos países desenvolvidos e países em desenvolvimento, fundada no conceito de justiça econômica distributiva (RISTER, 2007).

Apesar da proposta da ONU de consolidação do direito ao desenvolvimento dos países periféricos, expressa em sua carta de criação, durante muitos anos discutiu-se sobre a admissibilidade do direito ao desenvolvimento como um direito humano. A discussão sobre o fato de se considerar o direito ao desenvolvimento como um direito humano levou em conta questões relacionadas à compatibilidade filosófica do direito ao desenvolvimento com os demais direitos humanos, face à sua dimensão coletiva, apontando-se, também, a sua falta de justiciabilidade e dificuldade de implementação. Ainda, argumentos como a idéia de que esse direito não passaria, na realidade, de aspirações de ideais de igualdade, no âmbito do

diálogo Norte/Sul sobre a Nova Ordem Econômica Internacional, minimizando, assim, a sua importância, foram utilizados para refutar a admissibilidade do direito ao desenvolvimento como direito humano. Outrossim, estas afirmações perderam respaldo na atualidade, tendo em vista que tanto os direitos individuais como os direitos coletivos são concebidos como direitos humanos. Nesta perspectiva, adverte-se que o maior desafio reside na implementação do direito ao desenvolvimento, como ocorre com a maioria dos direitos humanos, o que não lhe retira a relevância no processo de emancipação da pessoa humana na luta contra o crescente hiato entre ricos e pobres e contra o aumento da deterioração da qualidade de vida dos países do Terceiro Mundo (DELGADO, 2001).

Desta forma, além da própria Carta da ONU, a consagração do direito ao desenvolvimento como um direito humano ocorreu na Resolução 4 (XXXV) de 4 de março de 1979 da Assembléia Geral da ONU, que convidou os Estados a tomarem medidas para remover os obstáculos para a realização dos direitos econômicos, sociais e culturais e recomendou que o Conselho Econômico e Social deveria convidar o Secretário Geral da ONU a proceder um estudo mais aprofundado das dimensões regionais e internacionais do direito ao desenvolvimento, enfocando os obstáculos encontrados pelos países subdesenvolvidos nos seus esforços para assegurar o pleno exercício deste direito. A partir desta resolução, o direito ao desenvolvimento evoluiu no plano internacional, passando a fazer parte de diferentes documentos, o que contribuiu para o seu processo de reconhecimento e sedimentação no universo conceitual dos direitos humanos (DELGADO, 2001; RISTER, 2007).

Dentre os documentos internacionais celebrados, durante este movimento de consolidação do direito ao desenvolvimento, salienta-se também a Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos adotada pela Organização da Unidade Africana (OUA) em 1991, sob a forma de tratado, que alude ao direito ao desenvolvimento no seu preâmbulo e no artigo 22, ressaltando a relevância da interdependência e da indivisibilidade das categorias

de direitos humanos, bem como destacando o dever de cooperação dos Estados para promover o exercício do desenvolvimento.

A Carta Africana refere-se, portanto, a uma tríplice dimensão do direito ao desenvolvimento (econômico, social e cultural), cujo exercício deve ser garantido por meio da solidariedade dos Estados que compõem a sociedade internacional, externada sob a forma de cooperação (DELGADO, 2001).

Como ação decisiva neste movimento de fortalecimento do direito ao desenvolvimento, em 1986, a ONU proclamou a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, adotada por 146 Estados, com um voto contrário (EUA) e oito abstenções, elucidando questões referentes aos sujeitos, ao fundamento jurídico e ao conteúdo do direito ao desenvolvimento. A Declaração reconheceu o desenvolvimento como um processo econômico, social e político abrangente, portanto, de caráter multidimensional, que visa ao incremento das condições de vida e de bem-estar de todas as pessoas. Neste contexto, todos os aspectos do direito ao desenvolvimento são considerados indivisíveis e interdependentes. Proclamou, ainda, o direito ao desenvolvimento como um “direito humano inalienável”, o que fez com que a pessoa humana deixasse de ser vista como mero fator de produção e passasse a ocupar uma posição central no processo de desenvolvimento. Deste modo, a Declaração situa como sujeito ativo ou beneficiário do direito ao desenvolvimento os povos, razão pela qual este direito é também concebido como “direito de titularidade coletiva”, ou ainda, direito difuso (DELGADO, 2001; RISTER, 2007).

Para a real efetivação do direito ao desenvolvimento, a Declaração estabelece ainda as responsabilidades dos Estados no sentido de criar condições nacionais e internacionais favoráveis à realização do direito ao desenvolvimento, enfatizando a cooperação como instrumento fundamental para eliminar os obstáculos que impedem o desenvolvimento. A Declaração ressalta também a participação pública como fator de relevância para a consolidação do direito ao desenvolvimento, revelando que o desenvolvimento

deve ter como base o direito de livre escolha dos cidadãos (SENGUPTA, 2002).

Outro ponto relevante é a complementaridade existente entre o direito ao desenvolvimento, os direitos civis, políticos, econômicos e culturais. Neste sentido, a efetivação do direito ao desenvolvimento somente ocorrerá de fato à luz da indivisibilidade e da interrelação dos direitos humanos (TRINDADE, 1991).

O direito ao desenvolvimento consagrado, então na Declaração de 1986, foi reafirmado pela Declaração e Programa de Viena de 1993, que em seu parágrafo 10 endossa o disposto na Declaração de 1986, de que o direito ao desenvolvimento é um direito humano inalienável, e parte integral dos direitos humanos. A Declaração de Viena enfatiza ainda que o subdesenvolvimento não constitui justificativa para o esfacelamento dos direitos humanos, ressaltando a necessidade de ação face ao desequilíbrio existente entre os Estados da comunidade internacional.

Estas desigualdades representam a perpetuação das condições de pobreza e dependência que constituem a realidade dos países “em desenvolvimento” e que causam, por conseguinte, a negação dos direitos humanos, relegando ao indivíduo a posição que deveria ocupar como sujeito central do processo de desenvolvimento. De fato, os direitos humanos e o próprio direito ao desenvolvimento, enquanto direito humano, somente se realizam por meio da real participação de todos os indivíduos nos mecanismos de controle de decisões. Uma das peças-chave para alcançar o efetivo gozo dos direitos humanos e do desenvolvimento consiste na participação democrática através da qual as pessoas possam determinar os sistemas econômicos, políticos, sociais e culturais que nortearão suas vidas (DELGADO, 2001).

O direito ao desenvolvimento compreende, assim, três dimensões prioritárias: a) a importância da participação das pessoas, com realce ao componente democrático a orientar a formulação de políticas públicas, dotando-lhes de maior transparência e *accountability*; b) proteção às necessidades

básicas de justiça social enunciadas na Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento da ONU; e c) necessidade de adotar programas e políticas nacionais, como de cooperação internacional (SEN, 1999; PIOVESAN, 2006).

Em 1994, no Cairo, a *Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento* também reafirmou o direito ao desenvolvimento como um direito humano inalienável, reforçando a premissa de que o direito ao desenvolvimento deve ser realizado de modo a atender equitativamente as necessidades da população, do desenvolvimento e do meio-ambiente das gerações presentes e futuras (DELGADO, 2001).

A *Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social de 1995*, realizada em Copenhague, a exemplo das Conferências anteriores, também contribuiu para a inserção do direito ao desenvolvimento no núcleo dos direitos humanos, situando o ser humano no centro do desenvolvimento e determinando que a economia deve estar a serviço das necessidades humanas e não acima delas.

Verifica-se, assim, que a Declaração de 1986 e o ciclo de Conferências Mundiais posteriores contribuíram para a consolidação do direito ao desenvolvimento. Contudo, apesar destes documentos refletirem uma possível conscientização internacional, ainda existe divergências de ordem conceitual por parte de diversos Estados a respeito do direito ao desenvolvimento (DELGADO, 2001). Estas diferenças englobam o próprio conceito de direito humano e a visão de desenvolvimento que embasa as políticas públicas de alguns países.

Em suma, observa-se que apesar das dimensões elencadas anteriormente e estipuladas pela ONU, não há uma única compreensão do desenvolvimento, que varia de acordo com as relações de poder e o auto-interesse dos atores envolvidos, sejam eles Estados ou Organismos Internacionais (MEDEIROS, 1994; SEITENFUS, 1994; JAGUARIBE, 1994). Constatam-se, portanto, diferentes paradigmas de desenvolvimento a nortear as políticas externas e internas dos países, bem como as diretrizes das organizações internacionais para a cooperação internacional a partir da década de 1950.

mais complexa, que também influenciou a filosofia de desenvolvimento em evolução. É o que alguns autores chamam de paradigmas de contra ponto (STOKKE, 1996).

Contudo, o otimismo do movimento de busca pelo desenvolvimento dos anos de 1950 e 1960, estimulado ainda mais pelo paradigma da modernização e pelo entusiasmo com o apoio aos projetos de cooperação oferecidos por organizações multilaterais, criadas com a missão de fomentar o desenvolvimento, não foi acompanhado por resultados reais: uma grande proporção da população dos países subdesenvolvidos, particularmente nos setores mais pobres, não se beneficiou da cooperação. A lacuna entre o Norte e Sul estava crescendo ainda mais e as previsões para o futuro continuavam incertas.

A discrepância entre as previsões e as expectativas e a realidade fizeram nascer a perspectiva da dependência no desenvolvimento, ou mais precisamente, no subdesenvolvimento. O desenvolvimento, no terceiro mundo, dependia das relações com o Norte industrial, e essas relações estruturais resultaram em dependência e subdesenvolvimento para o Sul. A integração do Sul no Norte capitalista iria aprofundar ainda mais sua dependência e aumentaria o seu “subdesenvolvimento”, exceto para as elites que serviram de ligação com o centro. Implicitamente, se não explicitamente, a escola da dependência argumentava que o Sul deveria se desvincular do Norte industrial.

Ainda que o paradigma da dependência não conste das pranchetas das agências multilaterais ou bilaterais de cooperação do ocidente, de acordo com algumas interpretações (TISCH; WALLACE, 1994; STOKKE, 1996), a cooperação, quase que por definição, seria um instrumento de exploração imperialista do Sul e, portanto, prejudicial ao desenvolvimento. O paradigma da dependência estimulou, assim, a criação de uma maior consciência do perigo de que a cooperação pudesse estimular a dependência ao invés do desenvolvimento sustentável, contrariamente ao conjunto de objetivos mencionados.

Neste contexto, os países latino-americanos foram os que mais contribuíram para este modelo. A *Comissão Econômica para a América Latina e Caribe* (CEPAL) elaborou as bases latino-americanas desta Escola. A partir de idéias de economistas como o argentino Raúl Prebisch, surgiram teorias alternativas para o comércio internacional, utilizando o termo centro para designar países ricos e periferia para referir-se a países pobres. Tais pensadores achavam que havia uma forte tendência para aumentar a brecha entre o centro e a periferia (RODRIGUES, 1994). Por isso, a crença de que os países agroexportadores da época deveriam desencadear um amplo processo de substituição de exportações surgiu como única possibilidade de se converterem em países industrializados.

Destaca-se, então, o conceito de dependência como o instrumento teórico que acentua tanto os aspectos econômicos do subdesenvolvimento como os processos de dominação de alguns países sobre outros e também de umas classes sobre outras, dentro de um contexto de dependência nacional. Assim, o conceito de dependência buscava demonstrar que a dominação existia de fora para dentro (divisão internacional do trabalho) e também de dentro para dentro (elites locais).

De acordo com o modelo da dependência, os Estados são atores relevantes do sistema internacional; no entanto, não são os únicos. O reconhecimento de organizações internacionais e empresas multinacionais não só faz parte deste paradigma, mas também tem sua importância. Entretanto, tal reconhecimento não desfigurou a relevância do Estado como ator central, visto como meio fundamental para proteger e fomentar a economia.

Outro fator essencial no contexto do paradigma da dependência é sua visão pessimista quanto à possibilidade de convivência harmônica entre os atores internacionais, prevalecendo a idéia de um jogo de soma zero, ou seja, no sistema internacional haverá sempre um ganhador e um perdedor. Assim, a cooperação entre nações ricas e pobres não passaria de um instrumento paliativo e de legitimação do “status quo”, em que uma negociação entre um

país desenvolvido e outro em desenvolvimento poderia ser representada, segundo o dependentismo, como sendo um jogo de xadrez em que os menos desenvolvidos jogariam sem algumas peças importantes (RODRIGUES, 1994).

A nova ordem econômica internacional

Como as relações com o Norte não poderiam ser bruscamente interrompidas, em razão da própria “dependência” do Sul, formularam-se, nos anos de 1970, novos fundamentos para a cooperação, especialmente no âmbito da *Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento* (UNCTAD). Neste sentido, os países do Sul buscaram um sentido de força conjunta, proclamando a constituição de uma Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI).

Esta estratégia, ou seja, a opção por uma nova ordem econômica internacional era, em parte, baseada em argumentos normativos, em busca de uma divisão internacional mais justa no trabalho e a distribuição mais equitativa de bem-estar e poder. Fundamentava-se, ainda, na idéia de força advinda da primeira crise do petróleo, em que os produtores de petróleo, com o controle desse importante recurso natural, tiveram sucesso em aumentar seu lucro substancialmente. Nesta perspectiva, os países do Sul acreditavam que poderiam fazer o mesmo no comércio de suas matérias-primas. A noção era de que o que se havia conseguido por um setor de matéria-prima poderia ser generalizado para os outros, uma vez que os principais mercados para os produtos primários do Sul estavam no Norte.

Todavia, esta estratégia não produziu resultados significativos. Ainda que tivesse atraído vários graus de apoio do grupo de pequenas e médias potências ocidentais simpatizantes na segunda metade dos anos de 1970, e início da década de 1980, o que contou foi a rejeição consistente pelas principais potências ocidentais, em particular os EUA, das principais exigências envolvidas. O fundamento do poder no qual a estratégia foi baseada revelou-se

mais fraco que o previsto. A série de acordos internacionais de *commodities*, que surgiram como os principais meios de aumentar e/ou estabilizar os preços e as receitas dos países produtores, não foram facilmente atingidos e ainda eram difíceis de serem operacionalizados. Os recursos naturais não eram encontrados exclusivamente no Sul, e mesmo quando eram, a competição entre os antigos e os novos produtores tornava-se um grande problema.

Nesta situação, a cooperação internacional continuou com seu papel tradicional de preencher lacunas, servindo a função primária de gerenciamento de crises. Permitiu aos governos endividados do Sul acomodarem suas dívidas. Não propiciou recursos novos para sanar a necessidade de investimento, como por exemplo, o desenvolvimento de recursos humanos ou outras áreas críticas; entretanto, serviu aos interesses das instituições financeiras privadas ocidentais, ajudando-as a recuperar seu capital de risco, e, similarmente, aos interesses das agências financeiras de desenvolvimento multilateral.

O paradigma das necessidades básicas

Outras estratégias de desenvolvimento focaram-se mais particularmente no desenvolvimento de micro-níveis associados ao processo de desenvolvimento, ou seja, no alívio da pobreza e no aumento do bem-estar visando, em particular, aos segmentos mais pobres da população. A estrutura de trabalho destas iniciativas centrava-se no Estado, em níveis nacional, regional e local, e a ênfase estava na dimensão social do desenvolvimento.

Mecanismos adicionais foram considerados necessários. O foco principal, em um contexto de cooperação, centrava-se nos serviços sociais melhorados, de acordo com linhas estabelecidas pelo Norte, envolvendo transferência de recursos e conhecimento, mas também educação e treinamento. A fraqueza da estratégia foi a dificuldade de garantir sustentabilidade, pois pressupunha uma economia que pudesse arcar não

apenas com os investimentos em construção e estruturas de manutenção, mas também com os custos recorrentes envolvidos – ou ajuda continuada.

No meio dos anos de 1970, a manifestação principal dessa aproximação era o paradigma das necessidades básicas humanas, com o seu foco no desenvolvimento humano e necessidades básicas. Estas últimas eram interpretadas de diferentes modos: para alguns, como aquilo necessário para a mera sobrevivência, como o acesso à comida, abrigo e saúde; para outros, como incluindo facilidades que permitiriam ao indivíduo assumir o comando de seu próprio destino, como o acesso à educação e o exercício de direitos civis e políticos (TISCH; WALLACE, 1994).

A Contra-Revolução Neo Liberal

As estratégias de desenvolvimento, que tiveram seu auge na metade dos anos de 1970, optando pela reforma do sistema global (NOEI) e pela reforma social, econômica e política dentro das sociedades, ou melhor, pela satisfação das necessidades básicas humanas, perderam sua atração nos anos de 1980. Na verdade, os governos da maioria dos países industrializados ocidentais nunca foram atraídos pelos ideais de reforma estrutural do sistema internacional contidos na estratégia da NOEI. Entretanto, o clima tornou-se ainda mais frio no final da década de 1970 e começo de 1980. A filosofia de desenvolvimento predominante nos países industriais ocidentais e suas atitudes frente à cooperação com países em desenvolvimento mudou dramaticamente.

Durante este período, o neo-liberalismo emergiu como a ideologia predominante entre as maiores potências do oeste e nas instituições de Bretton Woods, ou seja, *Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM)*. Mudanças ocorreram nos ambientes políticos, particularmente nos EUA e no Reino Unido, que pavimentaram o caminho para o ressurgimento do paradigma de desenvolvimento da ala tradicionalista da economia neoclássica: nos anos de 1980, esse paradigma tornou-se dominante; ainda que não sem

contestação, minando a ideologia de desenvolvimento predominante. A crise econômica do final dos anos de 1970 e a crise de desenvolvimento em várias partes do terceiro mundo, na forma de dívidas explodindo e bem-estar social econômico diminuindo apesar da cooperação crescente, facilitaram aos tradicionalistas neoclássicos saírem das sombras.

Neste modelo, o papel do Estado como um agente de desenvolvimento, assim como a intervenção estatal e interestatal na esfera econômica, perderam ênfase. A intervenção do governo passou a ser considerada como uma restrição prejudicial ao desenvolvimento e a cooperação passou a significar intervenção, através de fortes críticas ao papel interventor do Estado nacional. Entretanto, alguns governos não eliminaram drasticamente suas iniciativas de cooperação durante o início dos anos de 1980, mas sua orientação mudou: a assistência ao desenvolvimento tornou-se cada vez mais um instrumento na promoção da reforma da política econômica em países em desenvolvimento. A ligação do financiamento do desenvolvimento a um compromisso do governo beneficiário, com a realização de ajustes estruturais na direção de um regime econômico liberal, tornou-se a expressão mais evidente desta política.

Na década de 1990, com o colapso do socialismo e as mudanças na balança de poder entre os países, aumentando o número de Estados que necessitavam de ajuda e retirando o componente ideológico das diferentes negociações de projetos de cooperação internacional, ficou mais evidente a motivação econômica e estratégica dos países do Norte na cooperação para o desenvolvimento. O montante de recursos financeiros diminuiu e apareceram novos itens na agenda de cooperação apoiada pelos países e pelas organizações internacionais: direitos humanos, democracia e meio ambiente (TISCH; WALLACE, 1994; STOKKE, 1996). Ainda, no final da década de 1990, com o apoio da ONU, os diferentes atores internacionais rediscutiram a agenda do desenvolvimento, celebrando a *Declaração de Desenvolvimento do Milênio*, adotada em 2000, por todos os 189 *Estados Membros da Assembléia Geral da ONU*,

lançando um movimento de cooperação global no século XXI. Foram, então, identificados desafios centrais enfrentados pela humanidade e aprovados oito objetivos de desenvolvimento a serem atingidos em um prazo de 25 anos: erradicar a pobreza extrema e a fome; alcançar a educação primária universal; promover a igualdade de gênero e capacitar as mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; assegurar a sustentabilidade ambiental e, desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento (ONU, 2000). Foram ainda estabelecidas metas quantitativas para os objetivos, com o intuito de possibilitar a medição e o acompanhamento dos progressos efetuados para sua concretização, no âmbito global e nacional.

Observa-se, portanto, que com o passar do tempo e a ineficiência dos modelos de desenvolvimento adotados pela maioria dos países, o sentido de desenvolvimento tornou-se mais abrangente, agregando diferentes adjetivos e subjetivos, como social, sustentado, inclusivo, não-excludente e humano.

O Desenvolvimento Humano

O conceito de Desenvolvimento Humano é a base do *Relatório de Desenvolvimento Humano*, publicado anualmente, e também do *Índice de Desenvolvimento Humano* (IDH), construído pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, a partir do início da década de 1990 (UNDP, 2002). Parte do pressuposto de que para aferir o avanço da população não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade de vida humana.

A principal meta do desenvolvimento, na perspectiva do desenvolvimento humano, é alargar as possibilidades de escolha das pessoas, por meio da ampliação de suas capacidades e do âmbito das suas atividades, permitindo a elas desfrutarem uma vida longa, saudável e criativa. Do ponto de vista do desenvolvimento humano, as pessoas não podem ser apenas

beneficiárias do desenvolvimento, mas, por meio da ação individual e coletiva, também devem ser seus agentes.

O objetivo da elaboração do *Índice de Desenvolvimento Humano* é, então, oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o *Produto Interno Bruto* (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento (UNDP, 2002). Além de computar o PIB per capita, depois de corrigi-lo pelo poder de compra da moeda de cada país, o IDH também leva em conta dois outros componentes: a longevidade e a educação. Para aferir a longevidade, o indicador utiliza números de expectativa de vida ao nascer. O item educação é obtido pelo índice de analfabetismo e pela taxa de matrícula em todos os níveis de ensino. A renda é mensurada pelo PIB per capita, em dólar PPC (paridade de poder de compra), que elimina as diferenças de custo de vida entre os países. Essas três dimensões têm a mesma importância no índice, que varia de zero a um. O IDH representa um índice-chave para a viabilização dos *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas* e, no Brasil, tem sido utilizado pelo governo federal e por administrações municipais, por meio do *Índice de Desenvolvimento Humano Municipal* (IDH-M).

Em 2009, o Brasil obteve o 70º lugar em desenvolvimento humano, apesar de estar entre as vinte maiores economias do mundo. O IDH possui, assim, o mérito de demonstrar que nem sempre o potencial econômico de um país está correlacionado com a sua capacidade de promover o desenvolvimento humano de sua população.

O Brasil e o direito ao desenvolvimento

Neste item, são elencados alguns dos princípios norteadores do tratamento jurídico atribuído ao desenvolvimento pelo Brasil, sem a pretensão de exaurir tema tão complexo.

A *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988* consagra, em seu artigo 3º, como objetivo da República, a garantia de desenvolvimento nacional e promove como titular do direito ao desenvolvimento a própria nação. Ainda, como balizador das lutas entre os Estados federados, com vistas ao seu próprio desenvolvimento, a Constituição previu, em seu art. 3º, III, conjuntamente com os objetivos de erradicação da pobreza, da marginalização e a redução das desigualdades sociais, o propósito de redução das desigualdades regionais. Neste contexto, a redução das desigualdades regionais e sociais refere-se à busca de se conquistar uma sociedade mais igualitária e condiz com a justiça social almejada pela República. O seu enunciado expressa o reconhecimento explícito de marcas que caracterizam a realidade nacional: pobreza, marginalização e desigualdades regionais, num quadro de subdesenvolvimento incontestado (RISTER, 2007).

Ao tratar do desenvolvimento na ordem econômica e financeira, o art. 170 da Constituição brasileira, em seu caput, explicita como fundamentos da ordem econômica a valorização do trabalho humano e da livre iniciativa. Desta forma, o trabalho humano consiste em verdadeiro princípio conformador da ordem econômica nacional, devendo servir como base para a legislação. Sendo assim, a valorização do trabalho humano foi consagrada na legislação sobre os direitos sociais dos trabalhadores e deve ser efetivada com a boa gestão da Seguridade Social. Cabe também notar que a valorização do trabalho humano se desdobra por meio do princípio da busca do pleno emprego, contemplado pelo art. 170, VIII, da Constituição Federal, como um dos princípios da ordem econômica.

A soberania nacional como um princípio da ordem econômica, segundo o previsto no inciso I do art. 170, tem ainda estreita relação com o desenvolvimento, à medida que demanda a elaboração de um projeto próprio de desenvolvimento nacional, considerado como manifestação da soberania do país. A afirmação da soberania nacional econômica não supõe o isolamento econômico, mas antes, pelo contrário, a modernização da economia, e da

sociedade, bem como a ruptura da situação de dependência do Brasil em relação às sociedades desenvolvidas (RISTER, 2007). Neste sentido, pode-se afirmar que a Constituição criou as condições jurídicas fundamentais para a adoção do desenvolvimento autocentrado, nacional e popular.

Outrossim, ao se verificar a posição brasileira quanto ao índice de desenvolvimento humano, constata-se que romper com a dependência crônica, revela-se como uma tarefa quase impossível (RISTER, 2007). O Brasil, assim como a maioria dos países em desenvolvimento, não conseguiu sair da condição de periferia, em virtude da dificuldade de adotar, em sua história, um projeto próprio de desenvolvimento, ou seja, um modelo de desenvolvimento que não tivesse sido imposto, mas elaborado de acordo com as particularidades e necessidades locais.

O processo de industrialização brasileiro legou ao país um capitalismo tardio, instalado em um momento em que a economia mundial capitalista já estava constituída, e produziu, dentre outras sequelas, a institucionalização dos agentes econômicos nacionais como meros intermediários entre produtores industriais estrangeiros e o mercado. Além disso, os conceitos de Estado e de nação foram apontados como obstáculos ao desenvolvimento, com a idéia de que o 'nacionalismo é retrógrado' (MELLO; NOVAIS, 1999; RISTER, 2007).

Nesta perspectiva, é relevante a reafirmação do princípio da soberania nacional, como base da ordem econômica e social, na busca por um desenvolvimento independente, cujo destinatário seja o seu povo, observando-se os limites do possível pela correlação de forças políticas e econômicas verificável no cenário econômico mundial.

Deve-se ressaltar também os princípios da livre concorrência e da defesa do consumidor, elencados nos incisos IV e V do art. 170, à medida que contribuem para a difusão do desenvolvimento. Refletem, dessa forma, a concepção de uma ordem econômica capitalista, em que a dimensão humana se

exterioriza, dentre outros meios, mediante a denominada relação de consumo (RISTER, 2007).

Há ainda o princípio da defesa do meio ambiente, previsto no inciso VI do art. 170, que se relaciona estreitamente com o desenvolvimento, à medida que compõe o conceito de desenvolvimento sustentável. Deste modo, o princípio do desenvolvimento sustentável fornece um possível vínculo entre o direito ao desenvolvimento e o direito ao meio ambiente sadio. O meio ambiente e o desenvolvimento devem ser enfocados, então, conjuntamente, o que se aplicaria a regiões desenvolvidas, assim como a países em desenvolvimento do mundo, criando obrigações para todos, tendo em mente a comunidade internacional: o desenvolvimento sustentável seria, portanto, considerado não só um conceito, mas um princípio do direito internacional contemporâneo. O desenvolvimento sustentável implica, assim, o ideal de um desenvolvimento harmônico da economia e da ecologia.

Em suma, os princípios previstos no art. 170 relacionados à ordem econômica traduzem uma proposta de desenvolvimento econômico que não é um fim em si mesma, mas um meio ou instrumento para se atingir o desenvolvimento social.

Para a realização desta proposta, a Constituição Federal, em seu artigo 174, tratou do planejamento que consiste num importante meio na busca do desenvolvimento. Adverte-se, ainda, que ao mencionar Estado, a Constituição refere-se à União, Estados-membros e Municípios, uma vez que a competência normativa em matéria de direito econômico é concorrente. Pressupõe, como resultado, a cooperação entre estes entes nas ações e planejamento do desenvolvimento nacional, regional e local.

O parágrafo 1º do artigo 174 refere-se, então, ao planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado. Estabelece-se que o Estado Brasileiro deve pensar criativamente o futuro, orientado para que toda a sociedade brasileira, em qualquer região geográfica nacional, seja beneficiada. É, neste quadro, função da lei dispor sobre planos e programas nacionais, regionais e

setoriais de desenvolvimento (art. 48, IV), elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional, como previstos pelos artigos 165, parágrafo 4º, e 48, II, da Constituição Federal (RISTER, 2007).

Cumpre ainda mencionar alguns dispositivos constitucionais do Capítulo I do Título da Ordem Econômica, que se relacionam ao desenvolvimento ou que o representam diretamente na ordem jurídica, como os parágrafos 2º a 4º do art. 174, que prevêm o apoio ao cooperativismo e outras formas de associativismo, que consistem em manifestações do princípio da cooperação aplicado às pessoas, que se reúnem em grupos para a realização de objetivos comuns (RISTER, 2007). Há também o art. 172, que prevê a disciplina por lei, com base no interesse nacional, dos investimentos de capital estrangeiro, de modo a incentivar os reinvestimentos e regular remessa de lucros ao país.

O art. 179 cuida do tratamento jurídico diferenciado às micro e pequenas empresas, visando incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas. A Constituição também se preocupou com a possibilidade de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária de imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social (arts. 170, III, e 184). Sendo assim, observa-se que a política de reforma agrária consiste num relevante instrumento de desenvolvimento econômico e social, à medida que a estrutura fundiária do Brasil se revela injusta e um entrave ao melhor aproveitamento da terra no país (RISTER, 2007). Ressalta-se que a Constituição Federal menciona a política urbana e agrícola, mas não a política industrial.

O *Sistema Financeiro Nacional*, de acordo com o art. 192, deve ainda ser estruturado para promover o desenvolvimento equilibrado do país e servir aos interesses da coletividade. Segundo a Constituição, deve-se atentar para o conjunto de variáveis macroeconômicas, de modo a obter um equilíbrio que permita a continuidade do processo de desenvolvimento nacional (RISTER, 2007).

O Título VIII da Constituição brasileira trata da ordem social, tendo em vista que o desenvolvimento social é o fim último na busca pelo desenvolvimento. O art. 193 afirma que a ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais, em consonância com o que se previu para a ordem econômica. Importa argumentar que o bem - estar e a justiça sociais traduzem-se por meio dos direitos sociais e outras disposições constitucionais previstas nos capítulos do título da ordem social: seguridade social (englobando a previdência social, a saúde e a assistência social); educação, cultura e o desporto; ciência e tecnologia; comunicação social; meio ambiente; família, criança, o adolescente e o idoso e os índios (RISTER, 2007). Os direitos sociais não são meios ou ferramentas para se atingir o desenvolvimento, mas representam o próprio desenvolvimento, especialmente quando se adota o conceito de desenvolvimento humano detalhado anteriormente.

Outro ponto que merece destaque, ao tratar de alguns elementos do direito ao desenvolvimento no Brasil, é a eficácia das normas consagradoras dos direitos econômicos e sociais. Eficácia implica a realização efetiva dos resultados buscados pela norma (GRAU, 1998). Nesta perspectiva e considerando que a busca do desenvolvimento ocorre por meio das chamadas “políticas públicas”, é relevante que elas realmente reflitam os princípios norteadores do desenvolvimento estabelecidos pela lei e que sejam sujeitas ao controle jurisdicional amplo e exauriente, especialmente no tocante aos meios empregados e à avaliação dos resultados alcançados.

Em suma, a Constituição Federal estabeleceu um sistema de valores que estabelecem a base para o desenvolvimento nacional voltado à satisfação das necessidades humanas. Com base nos princípios elencados neste item, observa-se que o direito não consiste em um obstáculo ao desenvolvimento nacional, mas estabelece os fundamentos para o delineamento de um projeto de desenvolvimento nacional, por meio de políticas que

busquem concretizá-lo na realidade, por meio de mudanças de ordem estrutural e qualitativa.

Considerações finais

O direito ao desenvolvimento proclamado, pela primeira vez, pela Carta constitutiva da Organização das Nações Unidas em 1945, originou-se, no contexto do pós Segunda Guerra Mundial, da motivação da comunidade global em desenvolver ações de cooperação internacional que permitissem alterar o “status quo” existente, caracterizado pela divisão do mundo em países desenvolvidos e subdesenvolvidos, ricos e pobres, centro e periferia, Norte e Sul.

Contudo, os modelos de desenvolvimento adotados pelos países e organizações internacionais, para nortear seus projetos comuns, não consideraram as particularidades e reais necessidades dos países em desenvolvimento, resultando em uma situação de inércia da periferia ou até no aumento das desigualdades entre ricos e pobres.

Nesta perspectiva, o direito ao desenvolvimento, até então considerado como um princípio que deveria direcionar as relações internacionais, passou a ser compreendido como um direito humano inalienável, especialmente após a adoção, em 1986, da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento e de diferentes instrumentos internacionais elaborados *a posteriori*. Atualmente, o direito ao desenvolvimento constitui um direito de terceira geração ou direito da coletividade, que possui como “sujeito” os povos, com base na responsabilidade dos Estados de criarem condições para a sua consolidação.

Nesta perspectiva, o desenvolvimento, compreendido como um processo complexo e multidimensional, vai além do crescimento econômico, pois envolve a valorização do humano, do social. Está, portanto, conectado à

garantia do direito ao desenvolvimento de sua população. Um Estado inteligente na área social não é um Estado mínimo, nem ausente, nem de ações pontuais de base assistencial, mas um Estado com uma ‘política de Estado’, não de partidos, e sim de educação, saúde, nutrição, cultura, orientado para superar as graves iniquidades, capaz de impulsionar a harmonia entre o econômico e o social (KLIKSBERG, 1998).

O desenvolvimento abarca, portanto, a formação de capital social e a revisão da importância e papel do Estado na elaboração de políticas sociais. Desenvolvimento implica a remoção das principais fontes de privação de liberdade, por intermédio da valorização das pessoas. Assim, a equidade e a inclusão social devem nortear o processo de desenvolvimento, com o fortalecimento da cidadania, da democracia e da promoção e garantia dos direitos dos seres humanos.

Estes valores são preconizados pela *Constituição da República Federativa do Brasil*, em seus Títulos sobre a ordem social e econômica. Outrossim, apesar de presentes na legislação, constata-se que o país ainda precisa “realizar” na prática o seu desenvolvimento, por meio de um projeto próprio que garanta a eficácia dos princípios constitucionais e que se reflita no exercício pelos brasileiros de seus direitos civis e políticos, econômicos e culturais, mas sobretudo de seus direitos sociais.

REFERÊNCIAS

- ARENDET, H. *As origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- CANÇADO TRINDADE, A.G. *A proteção internacional dos direitos humanos: fundamentos jurídicos e instrumentos básicos*. São Paulo: Saraiva, 1991.
- COMPARATO, F.K. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. São Paulo: Saraiva, 2005.
- CURY, I. T. *Direito fundamental à saúde*. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2005.
- DELGADO, A.P.T. *O Direito ao desenvolvimento na perspectiva da globalização*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
- GRAU, E. *A ordem econômica na Constituição de 1988*. São Paulo: Malheiros, 1998.
- HUNTINGTON, S.P. *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.
- KLIKSBERG, B. *Repensando o Estado para o desenvolvimento social: superando dogmas e convencionalismos*. Tradução de Joaquim Ozório Pires da Silva. São Paulo: Cortez, 1998.
- MELLO, J.M.C.; NOVAIS, F. A. *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Lebras, 1998.
- ONU. *Declaração do milênio*. Nova Iorque: ONU, 2000.
- PIOVESAN, F. *Direitos humanos e justiça internacional*. São Paulo: Saraiva, 2006.
- RISTER, C. A. *Direito ao desenvolvimento: antecedentes, significados e conseqüências*. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.
- RODRIGUES, G.M.A. De entrada: paradigmas das Relações Internacionais. In: *O que são Relações Internacionais*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- SEN, A. *Development as freedom*. New York: Alfred A. Knopf, 1999.

SEGUPTA, A. *On the Theory and practice of the right to development*. 24 Human Rights Quarterly, nov. 2002. Disponível em <http://muse.jhu.edu/journals/human_rights_quarterly/toc/hrq24.4.html>.

STIGLITZ, J.E. *Globalization and its discontents*. New Yor-London: WW Norton Company, 2003.

STOKKE, O. *Foreign aid: what now?* In: STOKKE, O. (Ed.). *Foreign Aid Towards the Year 2000: Experiences and Challenges*. London: Frank Cass, 1996, p. 16-129.

TISCH, S.J.; WALLACE, M.B. *Dilemmas of development assistance*. San Francisco: Westview Press, 1994.

UNDP. *Human Development Report 2002; Deepening democracy in a fragmented world*. New York: Oxford University Press, 2002.

CULTURA ORGANIZACIONAL: ALAVANCA OU ENTRAVE AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Barbara Fadel
Marinês S. J. Smith

Introdução

A competitividade inserida pela globalização, nas últimas décadas, tem levado as empresas a concentrar seus esforços na otimização de processos, redução de custos e realização de lucros, o que pode trazer crescimento econômico para o país, mas, ao mesmo tempo, imprimir graves danos à sociedade, visto que o crescimento econômico, para muitos, é articulado sem computar seu impacto de concentração dos frutos desse crescimento e seu consequente poder de exclusão social. O crescimento econômico é necessário, mas não fator exclusivo para que ocorra o desenvolvimento.

Para promover desenvolvimento, a geração de riqueza deve estar acompanhada da preocupação com a forma de sua distribuição. É necessário levar em consideração, entre outros pontos, que a qualidade de vida da presente e da futura sociedade é primordial para que haja desenvolvimento econômico sustentável de uma região. E a capacidade de consumo dessa qualidade de vida, pela maioria da comunidade, é que mostrará a ocorrência de desenvolvimento de uma economia local.

Diante desse contexto, resgata-se a discussão de que crescimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento econômico, visto que pode haver a ocorrência do primeiro sem a ocorrência simultânea do segundo. O que mostra que há fatores internos e externos que influenciam, positivamente ou

não, nessa relação e, portanto, no desenvolvimento econômico regional. No contexto local e regional, como fatores externos, podemos citar os impactos da globalização e as mudanças tecnológicas, entre outros. Quanto aos internos, temos os agentes e/ou protagonistas locais, que são direcionados pela sua cultura; entre estes, destacam-se as organizações empresariais, cujas ações, muitas vezes, são guiadas por valores imbuídos pela sua identidade e cultura organizacional.

Concomitante a esse comportamento das empresas, a sociedade tem assumido uma postura de cobrança de responsabilidade social pelas mesmas, com vistas a contribuir para o desenvolvimento econômico, social e ambiental de determinada área. Entretanto, a atitude da empresa, ao atender a esta chamada, pode refletir os valores que permeiam a sua cultura ou, simplesmente, a obediência ou o cumprimento do que a legislação lhe impõe.

Dessa forma, tem-se como objetivo contribuir para os estudos de Identidade e Cultura Empresarial como fatores de propulsão ou de entrave na dinamização das reais e potenciais condições locais para seu próprio desenvolvimento.

Para tanto, partindo de uma perspectiva conceitual, o trabalho resgata as discussões entre crescimento econômico e desenvolvimento; desenvolvimento regional econômico/ social/ ambiental; responsabilidade social empresarial; Identidade e Cultura Organizacional no Desenvolvimento Regional; e, por fim, uma reflexão da cultura e identidade cultural empresarial como alavancas ou entraves para o desenvolvimento regional.

Crescimento econômico e desenvolvimento

Furtado (1964, p. 64) retrata que, nas primeiras fases do capitalismo industrial, o desenvolvimento se apoiava na acumulação pela minoria dirigente. Entretanto, o autor também já destacava que o

desenvolvimento não depende apenas da acumulação, mas, também, da força dinâmica que surge nas sociedades, sob a forma de impulso para a melhoria das condições de vida. Nas fases avançadas do desenvolvimento capitalista, a dinâmica econômica tendeu a se deslocar para a classe trabalhadora. Destarte, o autor observou que “se o incremento do produto, decorrente da acumulação, permanecesse indefinidamente concentrado nas mãos de pequenos grupos dirigentes, o processo de formação de capital tenderia a um ponto de saturação”. Para o autor, a distribuição do resultado do produto do capital entre a classe trabalhadora é que permite o avanço do processo de desenvolvimento.

Entretanto, destaca-se a ocorrência de duas correntes do pensamento econômico sobre o conceito de desenvolvimento econômico, onde a primeira corrente assinala o crescimento como sinônimo de desenvolvimento, enquanto na segunda corrente o crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente. Esta corrente, defendida pelos economistas, conceitua o crescimento como uma simples variação quantitativa do produto, enquanto o desenvolvimento é caracterizado por mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, nas instituições e nas estruturas produtivas, o que incorre em mudança estrutural (SOUZA, 1993).

Vieira (1977) destacou a importância de discutir a complexidade dos conceitos ligados ao desenvolvimento e às polêmicas que os diferentes critérios suscitam, como, por exemplo, a escolha do critério de desenvolvimento pela exploração ótima dos recursos naturais, o que levaria a questionar a posição dos países onde uma indefinida exploração dos recursos naturais assegura a empregabilidade.

Assim, as discussões acerca do conceito de desenvolvimento têm tido presença constante no meio acadêmico; no entanto, apesar das divergências, as diferentes concepções de desenvolvimento não são, muitas vezes, excludentes e até se completam em alguns pontos.

Diante desse contexto, este estudo resgata, em um primeiro momento, discussões sobre a distinção entre os conceitos de desenvolvimento e de crescimento econômico. Visto que “muitos autores ainda atribuem apenas os incrementos constantes no nível de renda como condição para se chegar ao desenvolvimento, sem, no entanto, se preocupar como tais incrementos são distribuídos” (OLIVEIRA, 2002, p. 38).

Pode-se pensar, conforme Furtado (1984, p. 30), “em desenvolvimento a partir de uma visualização dos fins substantivos que desejamos alcançar”, e ainda, “para no futuro conduzir a uma crescente homogeneização de nossa sociedade e abrir espaço à realização das potencialidades de nossa cultura”.

O desenvolvimento deve ser visto como um processo complexo de mudanças e transformações, com dimensões: econômica, política e social. Pode ser definido como crescimento econômico, com incrementos positivos no produto e na renda, desde que transformado em níveis de satisfação das mais diversificadas necessidades da sociedade, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras necessidades sociais (OLIVEIRA, 2002).

Surge uma nova concepção de desenvolvimento econômico, na qual, entre outros, alguns componentes socioculturais ganham relevância, o espaço deixa de ser apenas suporte físico para as atividades econômicas; os territórios e as relações entre os atores sociais passam a ser mais valorizados, juntamente com as organizações sólidas, os processos produtivos, a relação com o meio ambiente e a mobilização social e cultural (MARTINELLI; JOYAL, 2004).

Brose (Apud MARIN FILHO, 2005) advoga que não existe metodologia ou recursos financeiros que, por si só, afiancem, efetivamente, o desenvolvimento, visto que este depende de uma complexa, demorada e contínua interação entre as dimensões econômicas, políticas, sociais e culturais para propiciar sua ocorrência.

Milone (Apud OLIVEIRA, 2002) aponta que, para identificar a ocorrência de desenvolvimento em determinada região, deve-se observar, ao longo do tempo, a existência de variação positiva de crescimento econômico, medido pelos indicadores de renda, renda per capita, PIB e PIB per capita. Contudo, indiscutivelmente, deve-se também medir a redução dos níveis de pobreza, desemprego, desigualdade, melhoria dos níveis de saúde, nutrição, educação, moradia e transporte.

O desenvolvimento econômico demanda um ritmo de crescimento econômico contínuo e superior ao crescimento da população. Entretanto, o cerne da questão é saber como as variações do crescimento são distribuídas entre a população. Conclui-se que, nesses termos, o crescimento econômico precisa acontecer em compasso capaz de atender às solicitações das diferentes classes sociais e locais. É dessa maneira que o desenvolvimento pode ser entendido, como uma resultante do processo de crescimento, cujo êxito e solidificação se dão ao atingir o crescimento autossustentado com ampliação regional da qualidade de vida, e não de forma concentrada em poucos. E, principalmente, com um crescimento fruto de investimentos em habitação, educação, dentre outros fatores que contribuem para melhorar as condições de vida da sociedade presente (SOUZA, 1993).

Deluqui (2007) também resgata as discussões sobre a necessidade de mudança estrutural para alcance do desenvolvimento, em suas diversas concepções, como: humana, social e sustentável. E destaca que é necessário, além da criação e reprodução do capital econômico, preocupar-se, de forma concomitante, com a criação e a reprodução do capital humano e do capital social, sendo que o capital humano abrange o conhecimento, as habilidades e as competências, e, o capital social, a confiança, a cooperação, o empoderamento, a organização e a participação social. Segundo a autora, esses três “capitais” não devem ser apenas de uma minoria dirigente, mas acessíveis a todos os agentes sociais da região ou localidade em que se busca o desenvolvimento.

Dessa forma, são três “capitais” a se administrar em busca do desenvolvimento pleno. Entretanto, a própria autora, citando Franco (2006), destaca a ampliação desse quadro, com a inserção do conceito de capital empresarial e de capital natural, sendo que este refere-se às condições ambientais e físico-territoriais legadas. E, ainda, segundo a mesma autora, para promover o desenvolvimento básico de qualquer região, é preciso aumentar os quatro tipos de “capital” - a renda, o empresarial, o humano e o social, e, ainda, conservar, dinamicamente, o quinto tipo de capital: o capital natural.

Este resgate de discussões conceituais sobre crescimento e desenvolvimento econômico conduz à conclusão de que a ampliação da geração de riqueza é relevante, mas não traz, por si só, desenvolvimento. Portanto, a discussão de políticas de desenvolvimento inclui, necessariamente, a discussão de políticas de distribuição de renda, promoção de saúde, educação, meio ambiente, transporte, lazer, dentre outras dimensões que podem afetar a qualidade de vida da sociedade das diversas localidades.

Assim, é preciso repensar e ponderar o desenvolvimento regional que tenha como ênfase exclusiva o aspecto econômico, de forma a nele incluir os aspectos sociais, culturais e ambientais, e, ainda, os elementos da responsabilidade social.

É premente levantar a questão de que a complexidade do desenvolvimento, por estar centrada na combinação das dimensões espacial, social e individual, tem suscitado uma multiplicidade de conceitos em seu entorno. Muitas vezes, essa diversidade de conceitos ocorre em decorrência da evolução natural das dimensões abrangidas pelos estudos e propostas, bem como pela simples aspiração ou pretensão de estudiosos e ou promotores de programas de desenvolvimento de apresentar sua própria marca. O que, muitas vezes, resulta em novas palavras para o mesmo conceito e acaba por trazer algumas dúvidas ao ambiente de discussões sobre os tipos de desenvolvimento. O Quadro 1 mostra alguns conceitos de desenvolvimento, sob a perspectiva espacial.

Quadro 1 – Tipos de Desenvolvimento sob a perspectiva espacial

Tipos de Desenvolvimento	Conceito
<u>Territorial</u>	“O Desenvolvimento Territorial é a combinação de políticas governamentais descendentes com iniciativas de desenvolvimento endógeno. Trata-se de um desenvolvimento local baseado na participação da sociedade civil. Sendo o Território a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade entre pessoas, grupos sociais e instituições que podem ser mobilizadas e convertidas em um trunfo crucial para o estabelecimento de iniciativas voltadas para o desenvolvimento”. Ministério da Integração Social (2009)
Regional	A região é definida como um território organizado que tem em si os fatores, reais ou potenciais, de seu próprio desenvolvimento. Deluqui (2007)
<u>Local</u>	O termo Desenvolvimento Local teve grande destaque no Brasil com o DLIS –Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável – programa criado pelo Conselho de Comunidade Solidária em 1997. Martinelli e Joyal (2004)
	No Brasil, em geral, quando se pensa em desenvolvimento local, faz-se referência a processos de desenvolvimento nos níveis municipal ou regional. Martinelli e Joyal (2004)
	Desenvolvimento é local, seja este local um distrito, um município, uma microrregião, uma região de um país, um país, uma região do mundo. O conceito de local adquire, pois, a conotação de alvo sócio-territorial das ações e passa, assim, a ser retro-definido como o âmbito abrangido por um processo de desenvolvimento em curso. Deluqui (2007)

Fonte: Adaptação feita pelas autoras.

Pode-se entender, para finalizar, que a terminologia utilizada – local / regional – depende do recorte dado ao foco/assunto em estudo. Esse recorte é delimitado pela abrangência de características próprias e suas interferências e ramificações envolvidas no processo de desenvolvimento, delimitado pela realização de potencialidades de sua cultura.

Desenvolvimento regional ou local

Para falar de desenvolvimento regional ou local, é premente destacar que, para este estudo, o conceito *local* surge em relação ao conceito *global*; esta relação pode ter características de oposição, integração, soberania ou subordinação, com destaque para a relação do local no global. O local pode ser definido como qualquer porção territorial organizada, que se distingue a partir de determinados elementos de identidade elegíveis e dependentes do critério de escolha de quem desenha o território (PAULA, 2004). E, segundo o autor, quando um território é instituído por ação endógena, seu desenho é definido por elementos de identidade escolhidos de forma participativa, o que propicia o desenvolvimento regional em todas as suas dimensões.

Portanto, há necessidade de alterar as condições que permitiram a centralização do poder, do conhecimento, da riqueza. Isso, para promover o protagonismo local e, conseqüentemente, ampliar a tendência da população local de explorar seus próprios recursos, exaltar o seu estilo de vida e fortalecer sua convivência social, enfim, construir e afirmar uma identidade local. O resultado desse processo é o que muitos autores definem como passo relevante para a ocorrência do desenvolvimento local ou regional.

Entretanto, Martinelli e Joyal (2004, p. 2) retomam, ainda, que, de certo prisma, os discursos sobre desenvolvimento têm tido como tônica o aspecto econômico, incluindo apenas questões financeiras, tributárias e de geração de receitas. E que, apesar da globalização fortalecer estratégias que tornam comunidades, regiões e países mais competitivos, o resultado pode levar a uma visão distorcida de desenvolvimento local.

E, ainda, a globalização, muitas vezes, apresenta resultados com ênfase voltada exclusivamente ao crescimento econômico, o que independe de criar ou não maiores desigualdades sociais e regionais, de manter o poder, a capacitação e conhecimento em níveis, ainda, fortemente concentrados e, por conseguinte, a renda nas mãos de poucos.

As dificuldades expostas para alcance do desenvolvimento local em ambiente globalizado são discutidas por Borba (2000 apud MARTINELLI; JOYAL, 2004, p. 4), que observa que “a comunidade urbana no nível global, sofre uma ameaça permanente, que independe de sua competitividade, pois está ligada aos fatores macroeconômicos da economia emergente”.

Entretanto, Lopes (2002, p. 16) destaca que discutir as políticas de “Desenvolvimento Regional é indispensável, ao menos como elemento crítico dos efeitos da globalização desregulada e, mais do que isso, como um dos instrumentos reguladores da própria globalização”. Para o autor, a globalização negligencia a ética e os valores e não leva em consideração as pessoas, e, portanto, o desenvolvimento local ou regional tem que ser o objetivo no conjunto dos valores humanos, para que, assim, possa “orientar a globalização para o aproveitamento dos recursos endógenos; para ter presentes as pessoas”.

Dessa forma, é necessário trabalhar o local voltado para o global, com o intuito de inibir que a globalização continue a assolar o local com pressão imposta de cima para baixo, do global para o local. E, como pretensão, a globalização e o crescimento econômico passem a ser instrumentos do desenvolvimento local ou regional.

Paula (2004) corrobora com esse pressuposto, ao destacar que a globalização provoca reações e resistências. E, de forma contrária ao que muitos pensam, isso faz com que surja, na mesma proporção de uma economia global, uma tendência de afirmação local em decorrência da luta contra a exclusão, como tentativa de integração não subordinada e ampliação das condições locais para geração de riqueza.

E, nesse contexto, inserir qualidade de vida à sociedade é primordial para a ocorrência do desenvolvimento local. E essa qualidade deve incluir um conjunto de ofertas de infraestrutura, urbana, física e social, para o bem-estar da comunidade, mas, principalmente, para possibilitar capacidade de consumo a ela, com vistas a imprimir sustentabilidade à economia local (MARTINELLI; JOYAL, 2004).

Nesse sentido, os já mencionados autores destacam que, para que as cidades possam enfrentar bem as mudanças impostas pelo ambiente competitivo globalizado e ampliar as condições locais de geração e distribuição de riqueza, é essencial que a sociedade, as lideranças da localidade, assim como os empresários e políticos trabalhem integrados, em suas atividades. Estes são considerados agentes e devem ser os protagonistas do desenvolvimento regional.

E, sob uma visão sistêmica, resgatam-se argumentos que ditam que “a racionalidade do mercado não deve ser o único fator a ser considerado e que não se pode basear todas as políticas de desenvolvimento nessa premissa” (MARTINELLI; JOYAL, 2004, p. 3).

O que sugere que, em paralelo à competitividade imposta pela globalização de mercados, ocorre a necessidade de se considerar outras dimensões, como aspectos sociais, ambientais, culturais, éticos e de desenvolvimento comunitário, na formulação de políticas que beneficiem a sociedade como um todo, para que realmente se imprima uma situação que possa ser classificada como desenvolvimento local ou regional.

Franco (2006) destaca o desenvolvimento local como um projeto que chama a atenção de muitos, visto que o desenvolvimento de unidades maiores, como o país, a região ou o estado, dependerá, cada vez mais, do desenvolvimento das unidades menores, em termos da escala humana e social. Dessa forma, é no âmbito local que se processa o “empoderamento”, ou seja, a capacidade da comunidade realizar, por si mesma, as mudanças e ações que levam à sua evolução e ao seu fortalecimento, o que explica a necessidade do “Capital Social” como recurso sistêmico para o desenvolvimento local.

Dentro da diversidade de aspectos discutidos anteriormente, portanto, para que ocorra o desenvolvimento local, é relevante a ocorrência do desenvolvimento em suas diversas dimensões, econômica, social, ambiental e sustentável. E para que ocorra o desenvolvimento local de forma sistêmica e

que atenda à comunidade local, pode-se dizer que os elementos-chave para o desenvolvimento regional são:

- **Desenvolvimento econômico local:** pode ser definido como o resultado da inter-relação da economia e da sociedade, capaz de estimular crescimento econômico, gerar empregos e melhorar a qualidade de vida local, tudo isso mediante o aproveitamento eficiente dos recursos endógenos disponíveis em uma área determinada. Sendo assim, a efetiva realização do potencial endógeno é, então, um dos fatores que define o desenvolvimento econômico local (MARTINELLI; JOYAL, 2004).
- **Desenvolvimento social local:** está sendo almejado pela agregação de valores culturais a bens e serviços de determinada localidade. É a revalorização de ativos culturais e do patrimônio natural pelo ponto de vista econômico (ARANTES, 2004).
- **Desenvolvimento ambiental:** está relacionado com a busca do equilíbrio entre a atividade produtiva, comercial ou empresarial, e o ambiente social onde se produz e se atua. Assim, há o destaque da responsabilidade das empresas para com os agentes envolvidos, de alguma forma, em suas atividades ou com o produto de suas atividades.
- **Desenvolvimento sustentável:** Nascimento e Vianna (2007, p. 8-9) destacam que “não existe ainda um consenso sobre as dimensões e a essencialidade do desenvolvimento sustentável”. Contudo, citam que a definição mais recorrente desenha um trevo com três folhas: eficiência econômica, conservação ambiental e equidade social. Os autores asseveram que a “eficiência econômica só tem valor se conservar a natureza e produzir equidade social”.

Responsabilidade social empresarial

A participação das empresas como agentes sociais locais, no processo de desenvolvimento econômico regional, na busca de todas essas dimensões do desenvolvimento, pode ocorrer como resultado de decisões internas, pela legislação que lhes é imposta ou, ainda, por cobrança da sociedade. No entanto, o ambiente empresarial, muitas vezes, suscita problemas no plano da ética empresarial, problemas que se transferem para o meio social e para o meio ambiental, com a fácil transgressão dos direitos dos trabalhadores e dos direitos ambientais.

As empresas são constituídas e estabelecidas por pessoas que as influenciam e, ao mesmo tempo, abarcam, em seu entorno, diversos agentes da sociedade que interagem com elas, ou, ainda, cidadãos que apenas vivenciam os impactos de suas decisões cotidianas.

Como Grajew constata,

toda empresa é uma força transformadora poderosa, é um elemento de criação, e exerce ascendência na formação de idéias, de valores, nos impactos concretos na vida das pessoas, das comunidades, da sociedade em geral. (2000 apud GARCIA, 2002, p. 28)

Dessa forma, o desenvolvimento da comunidade em que a empresa está inserida depende, muitas vezes, de como a empresa se relaciona com as demandas da sociedade e de como ela estabelece suas estratégias rumo ao alcance de seus objetivos.

À medida que o processo de elaboração e execução de estratégias empresariais engloba a participação de diversos agentes, dentro e fora da organização, observa-se a possibilidade de sua influência ou impacto no ambiente e na vida de muitas pessoas em seu entorno, que evidencia uma relação de interdependência entre empresa e sociedade.

É nesse contexto que se destaca a responsabilidade social das empresas como forma de balizar seu relacionamento ético com os demais agentes sociais.

O comportamento ético pressupõe decisões empresariais resultantes da “reflexão sobre os impactos de vida atual e futura de todos os que se relacionam e são afetados pelas operações de uma empresa” (ORCHIS; YUNG; MORALES, 2002, p. 63).

E, no âmbito das contribuições para o desenvolvimento de ferramentas que auxiliem as empresas a analisar suas práticas de gestão e a aprofundar seu compromisso com a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável, destaca-se o Instituto ETHOS, uma organização brasileira, sem fins lucrativos, criada em 1998 e caracterizada como OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), considerada referência internacional. O Ethos tem como missão “mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade justa e sustentável”. Para o Instituto Ethos, a RSE – *Responsabilidade Social Empresarial* é definida como a

forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais (INSTITUTO ETHOS, 2009).

No entanto, a RSE não deve ser considerada por ações isoladas ou por projetos que envolvam relacionamentos esporádicos. E, apesar de apresentar resultados positivos, as iniciativas assistencialistas representam, na maioria das vezes, ações pontuais e desconectadas da missão, visão, planejamento estratégico e posicionamento da empresa, e, conseqüentemente, não expressam um compromisso efetivo com o desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, Orchis, Yung e Morales, (2002, p. 56) ressaltam que o “relacionamento da empresa com os denominados *stakeholders* e o meio ambiente deve estar de acordo com seus valores, políticas, cultura e visão estratégica”. Esta é a condição para que ela firme um compromisso contínuo com o desenvolvimento, em todas as suas dimensões.

Condição que denota a premência da constante avaliação dos princípios e valores que estão presentes nas múltiplas relações empresariais, que cercam seu poder transformador. Essa dinâmica conduz a um também dinâmico conceito de responsabilidade social empresarial, que assume uma noção de “processo de transformação social” fora do alcance de uma visão que busca, acima de tudo, o resultado (GARCIA, 2002, p. 28).

A responsabilidade social admite a questão do retorno financeiro, desde que advindo de uma “nova postura” das empresas, e se impõe como uma articulação entre o retorno financeiro e o desenvolvimento social, o que deve fomentar o desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, a transformação da sociedade embasada em princípios éticos. Assim, temos que

As empresas, por convicção pessoal dos dirigentes, por filosofia, por valores e princípios, e mesmo por inteligência empresarial, estão percebendo a necessidade de um novo comportamento, na medida em que acabam por adquirir grande vantagem competitiva sobre seus concorrentes (GRAJEW, 2000 apud GARCIA, 2002, p. 29)

Entretanto, a responsabilidade social empresarial pode ser praticada pela exigência de normas, ainda que legisladas como resultado das pressões da sociedade para normatizar as formas de gestão relacionadas ao meio ambiente, à saúde e à segurança dos funcionários. A cobrança por responsabilidade social pela sociedade faz parte dos indícios de que a mesma esteja em transformação. Contudo, algumas empresas podem, ainda, destacar a RSE apenas como estratégia de marketing em mercados competitivos.

Entretanto, Orchis, Yung e Morales destacam que a responsabilidade social não deve ser vista como

um modismo e sim uma realidade no contexto empresarial, que acarreta alterações gradativas de comportamento e de valores nas organizações, devendo estar presente nas decisões de seus administradores e balizar seu relacionamento com a sociedade. (2002, p. 69)

Esta reflexão nos remete a abstrair e concluir que uma organização pode ser considerada socialmente responsável quando é caracterizada por valores e princípios que balizam a sua forma de agir com cada *stakeholder*, noção que define os grupos de interesse que influenciam ou são influenciados pela empresa, como acionistas, funcionários, fornecedores, clientes, governos, sociedade em geral e comunidades de seu entorno.

Grajew (2000 apud GARCIA, 2002, p. 28) constata que a responsabilidade social deve começar “com avaliação da importância e do poder das empresas, que seriam detentoras de meios de influência muito grandes, o que implica muita responsabilidade”.

E, sendo a organização constituída e construída por pessoas, o posicionamento institucional reflete um processo coletivo de pensar, o que justifica Amaral (2007) indagar se a responsabilidade social da empresa é um valor e se este permeia sua cultura organizacional. Se a resposta for afirmativa, pode-se pressupor que esse valor tenha sido absorvido, primeiramente, pelos indivíduos. Nesse contexto, os indivíduos passam a

olhar a organização não pela via da hierarquia, das áreas funcionais ou pela fragmentação dos papéis subjacentes à estrutura da organização, mas sim enxergar, no todo organizacional, os fluxos de relações sociais que verdadeiramente mantêm e fazem a vida organizacional existir (AMARAL, 2007, p. 281).

Portanto, pode-se dizer que as empresas lidam com recursos financeiros, operam em escala global, estabelecem relações com diferentes

agentes econômicos, e que a articulação instituída desses elementos tem grande poder de transformação social e as fazem protagonistas fundamentais no desenvolvimento social das nações. E, assim, devem incutir, em suas ações, responsabilidade para com a sociedade com a qual interagem.

É sob esse cenário que a ONU lançou, em 1999, o programa intitulado *Pacto Global (Global Compact)*. O programa tem o intuito de avigorar e conscientizar as empresas de todo o mundo em relação à importância da responsabilidade social corporativa. Ele é considerado um programa de estímulo ao comprometimento das empresas com a adoção, em suas práticas corporativas, dos dez princípios universais do pacto global, conforme mostra o Quadro 2, com vistas a um comportamento socialmente responsável (VEIGA, 2004).

Quadro 2 - 10 princípios do *Pacto Global* – Responsabilidade Social Corporativa

Áreas	Princípios
Direitos Humanos	<ol style="list-style-type: none"> 1. As empresas devem apoiar e respeitar a proteção de direitos humanos reconhecidos internacionalmente, na sua área de influência. 2. Assegurar-se de sua não-participação em violações de direitos humanos
Relações de Trabalho	<ol style="list-style-type: none"> 3. As empresas devem apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva. 4. Apoiar a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório. 5. Apoiar a erradicação efetiva do trabalho infantil 6. Apoiar a eliminação da discriminação no emprego
Meio Ambiente	<ol style="list-style-type: none"> 7. As empresas devem adotar uma abordagem preventiva para os desafios ambientais 8. Desenvolver iniciativas para promover maior responsabilidade ambiental 9. Incentivar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias ambientalmente sustentáveis
Corrupção	<ol style="list-style-type: none"> 10. As empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, incluindo extorsão e suborno.

Fonte: <<http://www.pactoglobal.org.br/dezPrincipios.aspx>>. Acesso em: 25 out 2009.

O programa conta com a participação de agências das Nações Unidas, empresas, sindicatos, organizações não-governamentais, entre outros parceiros. Todas as empresas do mundo, sem distinção da área em que atuam ou de seu porte, podem participar. O Pacto Global não é um instrumento regularizador ou um código de conduta, mas uma plataforma baseada em valores que visam promover a educação institucional (VEIGA, 2004).

E, ainda, os 10 princípios do *Pacto Global* se relacionam com as *Metas do Milênio*, também constituídas no âmbito da ONU, que servirão de medida para o desenvolvimento humano, com pretensão de alcance até 2015.

No Brasil, segundo Veiga (2004, p. 15), “as Metas do Milênio e o Pacto Global vão ao encontro das ações empresariais promovidas pelo Instituto Ethos no que diz respeito à responsabilidade social corporativa”.

E, para a participação nesse processo, resgata a discussão sobre a necessidade de relacionamento da empresa com a sociedade e o meio ambiente ser embasado pelos valores, cultura, políticas e visão estratégica embutidos em seu planejamento estratégico, e, portanto, na forma de operar o negócio.

Identidade e cultura organizacional no desenvolvimento regional

Esse relacionamento com responsabilidade social estimulará o processo de desenvolvimento regional, que, por sua vez, foi visto que depende da efetiva realização do potencial endógeno da localidade. Sua complexidade está centrada na combinação das dimensões espacial, social e individual. Isso define o processo do desenvolvimento regional como um fenômeno que resulta das relações humanas e indica que são as pessoas que fazem o desenvolvimento. E, nesse sentido, o desenvolvimento regional depende das aspirações, da adesão e da participação, nas decisões e nas escolhas, dos agentes locais, o que tratamos como protagonismo local.

Entre os protagonistas do desenvolvimento local destacam-se as organizações empresariais, refletindo os numerosos interesses dos indivíduos que as compõem. Suas ações, muitas vezes guiadas por valores expressos em sua identidade e imbuídos pelos elementos da cultura organizacional, impactam diretamente em seu entorno, positivamente ou não, no aproveitamento das realidades ou potencialidades regionais e, portanto, na qualidade de vida da sociedade.

Dessa forma, aos agentes locais, como às organizações empresariais protagonistas do processo de desenvolvimento regional, cabe planejar ações que conduzam as localidades à maior autonomia econômica e social frente às imposições da globalização, mas que sirvam aos interesses das identidades culturais do local, respeitando sua história, cultura, instituições e a relação específica com desenvolvimento local e o capitalismo global.

Entende-se que identidade cultural é a soma de significados estruturais da vida de um indivíduo ou de um povo, partindo do princípio de que a identidade cultural não é única, mas, sim, múltipla. O conceito de Identidade Cultural aponta, segundo Teixeira Coelho,

para um sistema de representação de elementos de simbolização e procedimentos de encenação desses elementos, das relações entre os indivíduos e os grupos e entre estes e seu território de reprodução e produção, seu meio, seu espaço e seu tempo. (2000, p. 201)

Ainda, segundo Teixeira Coelho, este conceito de identidade vem sendo substituído, atualmente, pelo de identificação e transforma-se em processo de construção continuada.

As organizações podem ser consideradas um subsistema em interação com um sistema maior e mais abrangente. Para o conhecimento do contexto organizacional, faz-se a transposição do conceito de cultura e de identidade para o ambiente organizacional, buscando subsídios para o seu conhecimento.

Segundo Wood Jr e Caldas (2007), a idéia de identidade organizacional pode surgir na forma pela qual a organização é percebida, a sua imagem externa, por aqueles com quem ela interage, como, por exemplo, clientes e fornecedores. Pode surgir, também, na forma como seus membros internos, especialmente seus dirigentes, a percebem, de forma compartilhada, correspondendo a uma percepção de si mesma ou autopercepção ou auto-imagem. Ou, ainda, pode surgir na definição da razão de ser, finalidade, ou propósito da entidade ou do grupo de indivíduos, de modo que a identidade representaria esse propósito existencial.

Para Albert e Wheten (apud CARRIERI, PAULA; DAVEL, 2008), a identidade organizacional compreende as crenças compartilhadas pelos membros, ou seja, a resultante de um conjunto de afirmativas sobre atributos a respeito do que é central, distintivo e duradouro na organização. Esses três critérios seriam, segundo os autores, cada um necessário e, como conjunto, suficientes para definir identidade organizacional.

Corroborando, Fadel (2009) descreve identidade institucional como o conjunto de suas características próprias e exclusivas, que reflete sua personalidade. Compõe-se das definições do seu negócio, da sua missão, visão e valores;

- Negócio é o âmbito de atuação da empresa. Representa o espaço que a organização deseja ocupar em relação às demandas da sociedade. Permite orientar as ações de todos com os propósitos da alta administração.

- Missão de uma organização descreve a natureza e o conceito de suas atividades, ressaltando a filosofia que deve orientar sua relação com os usuários/clientes e organizações relacionadas.

- A visão de futuro de uma organização expressa o entendimento sobre o seu papel no futuro, tendo em vista sua missão e seus possíveis espaços de intervenção. Ela tem o objetivo de clarificar a direção da mudança organizacional, permitindo a tomada de decisões e iniciativas que possam, aos poucos, ir colaborando na construção da nova organização.

- Os valores são definidos como um conjunto de convencimentos acerca do que é essencial para a instituição. Os princípios são relevantes para a definição daquilo em que os seus funcionários devem prestar atenção. Princípios ou crenças e valores constituem a base de sustentação de todas as ações de administradores e empregados da instituição. Representam o que se acredita como certo.

Nesse sentido, Carrieri, Paula e Davel (2008) resgatam de Fiol et al (1998) que a identidade é definida em relação a um sistema de significações, valores, ideologias. E que a identidade de uma organização sempre é afetada pelas significações culturais que perpassam as empresas e pode variar de acordo com as situações e a história dos atores organizacionais.

Machado (2005) destaca que existe uma complementaridade entre identidade e cultura, visto que a cultura influencia amplamente a identidade organizacional, na medida em que ela abarca um conjunto de símbolos e de valores com os quais os indivíduos constroem as representações acerca dos fatos.

O significado das organizações é construído pelos seus integrantes, a partir dos elementos da cultura que permeiam a organização e embasam as ações de gestão e justificam suas necessidades de consumo e formas de produção. Portanto, pode refletir na forma como as organizações agem e são percebidas, em seu entorno, como promotoras ou não do desenvolvimento regional pleno, no sentido econômico, social e ambiental.

A cultura tem sido utilizada nos estudos do ambiente empresarial. Por tratar do comportamento humano nas organizações, tem servido como base para explicar as ações coletivas ou, mesmo, individuais que lá ocorrem (FADEL, 2009).

Pode-se dizer que formação da cultura acontece dentro de um processo histórico, no qual as pessoas, em interação entre si e com o ambiente, vão absorvendo valores e princípios que ditam regras, comportamentos e ações que se refletem na promoção do desenvolvimento. Corroborando com esta

percepção, Schein (2001 p.178) assevera que “a cultura é, portanto, produto do aprendizado social, e as maneiras de pensar e agir compartilhadas que funcionam acabam se tornando elementos da cultura”.

Dessa forma, a cultura pode ser definida como um comportamento transmitido socialmente e que não é adquirido, nem individual e nem geneticamente, é algo que se aprende com os outros (MORAES, 2004).

Visualizar a cultura como uma forma de representação da realidade enfatiza a maneira pela qual as pessoas entendem a organização. Por outro lado, a identificação dos aspectos da cultura organizacional na própria rotina da organização, no significado dado para cada ato realizado, no fundamento do agir, assim como nas atitudes, seria calcada na interpretação que a pessoa faz do ambiente organizacional.

Tendo por base as diferentes interpretações, pode-se mapear os elementos da cultura organizacional, como valores, crenças, histórias, mitos, heróis, tabus, normas e rituais. A descrição desses elementos e a forma como eles funcionam e provocam mudanças no comportamento das pessoas contribui para revelar os aspectos culturais de forma concreta e objetiva (FREITAS, 2007).

Morgan (Apud FADEL, 2009) destaca que esses elementos, presentes no ambiente empresarial, podem ser assimilados pela integração ao grupo, num processo de socialização, como pode ser contínua e individualmente construído e incorporado ao ambiente organizacional. Também são resultados da forma de interpretação da realidade, a estrutura organizacional, as regras, as políticas, os valores, os objetivos, as missões e as descrições de cargos, todos eles influenciados pela forma como o coletivo humano interpreta a organização.

Schein (1992) interpreta a cultura como sendo formada pelo conjunto de pressupostos básicos que um grupo inventou, descobriu ou desenvolveu, ao aprender a lidar com os problemas de adaptação externa e

integração interna, e que funcionaram bem o suficiente, sendo, por isso, perpetuados pelo grupo.

Muitos autores mencionam o núcleo mais profundo da cultura organizacional, em nível de valores, crenças e pressupostos, como sendo um dos principais responsáveis pelo processo de tomada de decisões na empresa.

Chiavenato (1999, p.142-143), citando Kotter e Heskett, preconiza que “a cultura corporativa constituirá importante fator na determinação do sucesso ou fracasso das organizações na próxima década”. E o autor já destacava a necessidade de uma cultura organizacional não apenas flexível, mas, sobretudo sensitiva, para acomodar as diferenças sociais e culturais de seus funcionários.

Sendo a cultura organizacional o resultado de um longo processo de existência de uma organização, a necessidade de mudança pode se tornar um processo demorado e doloroso. São os valores da organização que definem a sua cultura organizacional; assim, esses valores devem ser compatíveis com a adaptação e com a orientação de mudança, expansão e crescimento. Entretanto, na atual conjuntura, a sociedade cobra que esses valores devam estar aliados à perseguição da participação da empresa como agente local no desenvolvimento regional.

Considerando a cultura organizacional como uma interpretação da realidade da empresa, ela deve oferecer os caminhos para estudos e para a inclusão de ações no tocante aos elementos-chave do desenvolvimento regional, tal como a responsabilidade social das empresas.

Os elementos da cultura organizacional que possibilitam a gestão da Responsabilidade Social Empresarial podem ser detectados através dos valores, das crenças, pressupostos, atividades que se caracterizam por uma postura proativa, aberta, abrangente e atuante.

Nesse sentido, é relevante investigar, também, os aspectos de conteúdo e de força da cultura. Segundo Freitas (2007), que destaca a proposta de Sathe, o conteúdo é derivado dos pressupostos dos fundadores e

empregados, que se juntaram na constituição da empresa, assim como das experiências de aprendizagem atuais que as pessoas têm tido para solucionar novos problemas. A força da cultura influencia a veemência do comportamento das pessoas e dos grupos e está relacionada com a importância, a intensidade do compartilhamento e a clareza de alguns pressupostos em relação a outros.

A organização adquire uma identidade somente ao tornar-se infundida de valor. Os valores podem ou não incentivar ações que colaboram com o processo do desenvolvimento regional. Dessa forma, a significância e os valores da cultura organizacional, detectados através dos componentes explícitos e dos implícitos, podem ser o caminho para a compreensão da identidade da organização, seleção dos elementos da cultura a serem preservados e dos que devem ser trabalhados para guiar a empresa como agente de desenvolvimento regional.

Considerações

A partir das discussões referenciadas, pode-se concluir que a cultura organizacional emerge como base dos fatores de sucesso ou de fracasso das organizações. Ela pode ser flexível e impulsionar a organização, como também pode ser rígida e travar o seu próprio desenvolvimento. E, ao travar seu desenvolvimento, ela também trava o crescimento econômico e não contribui para a efetiva realização do potencial endógeno do local, o que impacta no primeiro elemento-chave do desenvolvimento regional. O desenvolvimento econômico local depende da inter relação do crescimento econômico dos fornecedores, da geração de empregos no local e do incremento da qualidade de vida da comunidade, onde todos serão beneficiados e consumidores das benesses da riqueza gerada no local ou advindas do global.

A essência da cultura de uma empresa expressa a maneira como ela faz seus negócios, como trata seus clientes, funcionários, como ela utiliza os

recursos naturais. E, ainda, como ela se preocupa com a comunidade em seu entorno, ou seja, como a empresa busca o equilíbrio entre a atividade produtiva ou comercial empresarial e o ambiente social onde ela produz e atua.

Dessa forma, a cultura organizacional tem preponderância, ou seja, forte influência e força nos elementos-chave do Desenvolvimento Regional, estabelecidos neste trabalho como desenvolvimento econômico, social, ambiental e sustentável, visto que a perspectiva para a eficiência econômica só é válida se acompanhada de valores culturais que incitam a dinamização das reais e potenciais condições locais para seu próprio desenvolvimento e instigam ações para preservar a natureza e produzir equidade social.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Roberto Galassi. Responsabilidade social da empresa: um novo modelo de gestão empresarial. In: LEITE, H.A.R (Org.) *Gestão de projeto do produto*. São Paulo: Atlas, 2007.

ARANTES, Antonio. Cultura e territorialidade em políticas sociais. In: *Territórios em movimento: Cultura e Identidade como estratégia de inserção competitiva*. LAGES, V. BRAGA, C. MORELLI, G.. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Brasília, DF: SEBRAE, 2004. Disponível em <[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/E1C3CE6A43DBDB3203256FD6004907B7/\\$File/NT000A61AE.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/E1C3CE6A43DBDB3203256FD6004907B7/$File/NT000A61AE.pdf)>. Acesso em 06/10/2009.

CARRIERI Alexandre de Pádua; PAULA, Ana Paula Paes; DAVEL, Eduardo. Identidade nas organizações: Múltipla? Fluída? Autônoma? In: *Revista Organizações & Sociedade*. Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia. v. 15 no. 45, p.127-144, – abr./jun. 2008.

CHIAVENATO, Idalberto. *Gestão de pessoas: o passo decisivo para a administração participativa*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

DELUQUI, Monica. N° 11 desenvolvimento - um novo olhar. In: *Informativos Cultura e Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em: <<http://www.fatorbrasis.org/node/45>>. Acesso em 10/10/2009.

FADEL, Barbara, Identidad cultural y gestión de la información y del conocimiento en las organizaciones en cambio. In: IBERSID - *Encuentros Internacionales sobre Sistemas de Información y Documentación*, 14, 2009, Zaragoza (ES), Universidad de Zaragoza, 2009.

FRANCO, Augusto. *O desenvolvimento local e o governo atual*. Carta Capital Social 102. 2006. Disponível em: <<http://augustodefranco.locaweb.com.br/index.php>>. Acesso em: 9 out. 2009.

FREITAS, Maria Ester. *Cultura organizacional: evolução e crítica*. São Paulo: Thomsom Learning, 2007.

FURTADO, Celso. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

_____. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GARCIA, Bruno Gaspar. Responsabilidade social empresarial, estado e sociedade civil: o caso do Instituto Ethos. In: *Prêmio ETHOS Valor*. (Org.) Responsabilidade Social das Empresas: contribuição das universidades. São Paulo: Peirópolis, 2002.

INSTITUTO ETHOS de empresas e responsabilidade social. 2009. disponível em: <http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/29/o_que_e_rse/o_que_e_rse.aspx>. Acesso em 25 out. 2009.

LOPES, António Simões. *Globalização e desenvolvimento regional*. Gestão e desenvolvimento, Lisboa, n. 11, p. 9-25, 2002.

MACHADO, Hilka Vier. *Identidade Organizacional: um estudo de caso no contexto da cultura brasileira*. Fundação Getulio Vargas. RAE eletrônica – v. 4, n.1, artigo 12, jan/jun. 2005. Disponível em <WWW.rae.com.br/eletronica>. Acesso em: 18 de out. 2009.

MARIN FILHO, José Carlos. *Desenvolvimento: um processo de mudanças, atores, conceitos e alguns pressupostos*. Material de apoio à disciplina. URI-Universidade Regional Integrada – Campus de Santo Angelo, 2005.

MARTINELLI, Dante P.; JOYAL, André. *Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas*. Barueri, SP: Manole, 2004.

MILONE, Paulo César. Crescimento e desenvolvimento econômico: teorias e evidências empíricas. In: MONTORO FILHO, André Franco et al. *Manual de economia*. São Paulo: Saraiva, 1998.

MINISTÉRIO da Integração Social. Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). disponível em http://www.codevasf.gov.br/programas_acoes/desenvolvimento-territorial>. Acesso em 18 out. 2009.

MORAES, Cássia R.B. *Ambientes Informacionais sob a ótica da Cultura Organizacional: um estudo de caso sobre mudanças tecnológicas e comportamentais na organização*. 2004. (Dissertação de Mestrado). Marília: UNESP, 2004.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro; VIANNA, João Nildo. Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil. In: NASCIMENTO, Elimar Pinheiro; VIANNA, João Nildo (Org.). *Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. *Revista da FAE*, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002.

ORCHIS, M.A.; YUNG, M.T.; MORALES, S.C. Impactos da responsabilidade social nos objetivos e estratégias empresariais. In: Prêmio ETHOS Valor (Org.). *Responsabilidade Social das Empresas: contribuição das universidades*. São Paulo: Petrópolis, 2002.

PAULA, Juez. Territórios, redes e desenvolvimento. In: *Territórios em movimento: Cultura e Identidade como estratégia de inserção competitiva*. LAGES, V. BRAGA, C. MORELLI, G.. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Brasília, DF: SEBRAE, 2004. Disponível em: [http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/E1C3CE6A43DBDB3203256FD6004907B7/\\$File/NT000A61AE.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/E1C3CE6A43DBDB3203256FD6004907B7/$File/NT000A61AE.pdf)>. Acesso em: 6 out. 2009.

SCHEIN, E. H. *Organizational culture and leadership*. San Francisco: Jossey-Bass Publisher, 1992

_____. *Guia de sobrevivência da cultura corporativa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

SOUZA, Nali de Jesus de. *Desenvolvimento econômico*. São Paulo: Atlas, 1993.

TEIXEIRA, F. J. *Gerenciando conhecimento*. São Paulo: Senac, 2000. 192p

VASCONCELOS, Marco Antonio; GARCIA, Manuel Enriquez. *Fundamentos de economia*. São Paulo: Saraiva, 1998.

VEIGA, João Paulo Cândia. *O compromisso das empresas com as metas do milênio*. São Paulo: Instituto Ethos, 2004.

VIEIRA, Dorival Teixeira. *Economia e sociedade*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977.

WOOD Jr., Thomaz; CALDAS, Miguel P. *Comportamento organizacional: uma perspectiva brasileira*. São Paulo: Atlas, 2007.

102.812

CULTURA INFORMACIONAL PARA ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS E CADEIAS PRODUTIVAS

Marta Lígia Pomim Valentim
Luana Maia Woida
Letícia Gorri Molina
Juliana Cardoso dos Santos

Introdução

As organizações são complexas no que tange à sua inserção social, visto que ao mesmo tempo em que fazem parte de uma sociedade e, portanto dela dependem, são empregadoras da mão-de-obra trabalhadora e, assim, influenciam na qualidade de vida local e regional. Para atuarem, dependem de diferentes insumos, mas destacam-se neste capítulo dois insumos fundamentais: a informação e o conhecimento.

A informação e o conhecimento são essenciais para as organizações de qualquer tipo ou natureza porque todas as atividades desenvolvidas, desde o planejamento até a execução das ações propriamente ditas, assim como o processo decisório, são apoiadas por informação e conhecimento. No entanto, a informação e o conhecimento dependem das pessoas e do uso que fazem desses dois elementos aplicados à organização.

Nesse contexto, as organizações devem se preocupar com o gerenciamento da informação e do conhecimento, como insumos que podem propiciar valor agregado à organização. Para tanto, há que se compreender o macro ambiente e os diversos microambientes de informação e conhecimento que compõem a organização, observando que, nesse processo, as pessoas interagem tanto no espaço organizacional quanto no conjunto da sociedade.

Além disso, as organizações precisam perceber os complexos contextos – político, econômico, social, tecnológico e cultural:

A relação entre o poder econômico (as organizações) e o poder político (os governos) é extremamente forte, pois historicamente verificamos que essa relação é imbricada a tal ponto que, muitas vezes, não percebemos onde começa um e onde termina o outro. A globalização modificou de tal modo a relação entre o mundo empresarial e o mundo político, que estabeleceu um novo paradigma de poder. Os governos são, cada vez mais, apoiados por grupos econômicos, que definem, de certo modo, o rumo econômico, político e social, tanto no nível macro (país, bloco econômico), quanto no nível micro (município, estado) (VALENTIM, 2008).

A interação existente entre as organizações e a sociedade, assim como o papel que elas têm nesse contexto é real, pois os fenômenos organizacionais se inserem naturalmente na sociedade, uma vez que os indivíduos participam de ambos os contextos, portanto, a sociedade é resultado dessa relação.

Os processos organizacionais dependem de informação e de conhecimento, já que ambos os insumos permitem às pessoas atuarem de maneira mais assertiva, criativa e segura, proporcionando inovação e competitividade à organização. Choo (2003) acredita que a informação e o conhecimento podem propiciar às organizações: melhores condições para adaptarem-se às mudanças ambientais; aprendizagem constante; experiências inovadoras e criativas; ações racionais e decisivas.

A informação precede a comunicação, a tecnologia, o conhecimento e a ação (ILHARCO, 2003). Considera-se a informação insumo do saber e do fazer em diferentes contextos, bem como ela possui diferentes objetivos e, portanto, pode ser aplicada em ações distintas, convergentes e/ou divergentes. No ambiente organizacional, isso se reflete diretamente nos resultados obtidos e nas metas que a organização quer alcançar.

Ressalta-se que para nomeá-la ‘informação’ é necessário que a compreendamos, ou seja, é necessário que haja, por parte do sujeito cognoscente, consenso em relação ao seu significado, pois caso contrário não é informação. Acrescentam-se também como qualidades inerentes ao termo ‘informação’, relevância e propósito, uma vez que o sujeito cognoscente busca informação com um determinado objetivo (consciente ou inconscientemente), assim o sujeito cognoscente infere síntese e contexto a ela (VALENTIM, 2008).

O conhecimento é resultado da apropriação de diferentes informações e percepções e das relações que um sujeito cognoscente estabelece com o seu próprio conhecimento acumulado, elaborando ou reelaborando seu ‘novo’ conhecimento. Esse mecanismo individual é também coletivo, pois o conhecimento construído por um indivíduo alimenta a construção do conhecimento coletivo e, por outro lado, o conhecimento coletivo alimenta a construção do conhecimento individual em ambientes organizacionais (VALENTIM, 2008).

Os fenômenos informacionais podem ser estudados sob diferentes perspectivas, por isso mesmo, no caso das organizações, há a necessidade de se compreender essas perspectivas de forma mais aprofundada. A informação e o conhecimento são, portanto, insumos organizacionais cujas características são inerentes ao ambiente, contextos e sujeitos.

Cultura Organizacional e Cultura Informacional

As organizações têm um modo próprio de ‘olhar o mundo’. Nesse contexto, a forma convencional de agir dos indivíduos de uma determinada organização, denomina-se cultura organizacional. Se, por um lado, os indivíduos que compõem a organização influem diretamente na formação dessa cultura organizacional, por outro lado, a própria organização, em termos sistêmicos, influencia na forma pela qual cada indivíduo age no seu cotidiano. A

cultura organizacional perpassa toda a organização, sendo sua essência a relação entre as pessoas, tanto no ambiente interno quanto no ambiente externo à organização.

Para Morin (2003) cultura é

[...] o conjunto de hábitos, costumes, práticas, *savoir-faire*, saberes, normas, interditos, estratégias, crenças, idéias, valores, mitos, que se perpetua de geração em geração, reproduz-se em cada indivíduo, gera e regenera a complexidade social.

Apesar de essa definição ser mais geral, insere-se perfeitamente no contexto organizacional, sem que isso se constitua em um problema teórico-prático, uma vez que a linha de argumentação de Morin pretende a interação de diferentes áreas do conhecimento, com o fim de compreender melhor o ambiente sociocultural das pessoas. Nesse sentido, o autor apresenta uma abordagem que contribui com o ambiente organizacional, inclusive os competitivos.

Usar e aplicar informação e conhecimento nos distintos processos organizacionais depende essencialmente de uma cultura organizacional positiva em relação a isso, ou seja, sem que haja uma cultura organizacional que valorize o uso e a aplicação da informação e do conhecimento nas atividades cotidianas e na tomada de decisão, certamente as pessoas não exercerão essa prática.

A cultura informacional assume papel determinante frente à importância da informação e das tecnologias de informação e comunicação (TICs) para as organizações atuais. Trata-se do fulcro organizacional, em outras palavras, é o elemento que equilibra, relaciona e sustenta todos os processos. Pode-se definir a cultura informacional como

Uma cultura na qual o valor e a utilidade da informação em conseguir sucesso operacional e estratégico é conhecido, onde a informação forma a base da tomada de decisão organizacional e a informática é facilmente

explorada permitindo um Sistema de Informação efetivo (CURRY; MOORE, 2003, p. 94).

Estabelecer uma cultura organizacional que favoreça o comportamento individual e coletivo voltado ao uso e aplicação da informação e do conhecimento não é fácil, primeiramente, porque as pessoas acreditam que compartilhar informação e conhecimento, significa perder a propriedade intelectual da idéia; em um segundo momento porque as pessoas acreditam que compartilhar informação e conhecimento, significa perder o poder frente às outras pessoas da organização, uma vez que não será o único a conhecer determinado assunto, possibilidade ou cenário.

A cultura é o que permite aprender e conhecer, mas também é o que impede de aprender e de conhecer fora dos seus imperativos e das suas normas, havendo, então, antagonismos entre o espírito autônomo e sua cultura (MORIN, 2003).

Trabalhar a cultura organizacional visando ao uso e aplicação de informação e conhecimento demanda tempo, energia e planejamento. Nesse sentido, as organizações precisam realizar inicialmente um diagnóstico sobre os fluxos formais e informais existentes. Após o diagnóstico é necessário mapear de que forma a informação e o conhecimento são acessados, compartilhados/ socializados entre as pessoas, quais são os setores envolvidos e, com qual finalidade, houve a socialização/compartilhamento. A cultura organizacional é um processo dinâmico que influencia na ação de todos os indivíduos que atuam em uma determinada organização.

Nesse sentido, torna-se necessário abandonar uma abordagem ingênua e idealista da cultura, uma vez que a cultura organizacional é um processo social de controle e, portanto, deve ser planejada e praticada em seus processos sociais: comunicação, aprendizagem, socialização e liderança.

Algumas organizações recorrem a técnicas que incentivam uma cultura organizacional positiva em relação ao uso e aplicação da informação e

do conhecimento nesse ambiente, entre elas, destacam-se os seguintes: aumentos salariais, benefícios, prêmios etc., aos indivíduos que tenham um comportamento positivo em relação ao uso e aplicação da informação e do conhecimento nas atividades e processos organizacionais. Contudo, tais mecanismos de motivação não possuem resultados efetivos, se a organização não divulgar de forma sistemática aos indivíduos suas intenções, metas, objetivos e políticas instituídas sobre o comportamento adequado frente à informação e ao conhecimento.

Além disso, uma cultura organizacional positiva em relação ao uso e aplicação de informação e de conhecimento passa, também, por treinamentos e capacitação contínua, inclusive em tecnologias de informação e comunicação, uma vez que essas ferramentas são essenciais para apoiar as atividades e os processos organizacionais.

A cultura organizacional estabelece princípios, valores e crenças essenciais para o uso e aplicação da informação e do conhecimento na organização, portanto, pode afetar profundamente as estruturas organizacionais, as relações humanas e a atuação dos indivíduos em relação ao negócio da organização.

Segundo Schein (2001), a cultura organizacional é um processo de construção da realidade coletiva, conduzido por um líder, que define os melhores elementos e processos culturais, assim como os comportamentos inerentes ao clima organizacional, visando motivar os indivíduos por meio de relações de compartilhamento de informações, conhecimento, experiência e condutas que visam atingir o objetivo organizacional.

Recorre-se a Freitas (*Apud* ALIGLERI, 2001), para explicar alguns dos componentes da cultura organizacional. Ressalta-se que se trata de uma lista sucinta, com ausência de outros processos considerados também fundamentais, como a socialização, por exemplo.

- *Valores*: em geral as organizações possuem um número reduzido de valores, mas são mantidos por um longo período de tempo por serem constantemente enfatizados;
- *Crenças e Pressupostos*: são usados como sinônimos para expressar o que é aceito como verdade nas organizações e por isso tendem a tornarem-se inquestionáveis;
- *Ritos, Rituais e Cerimônias*: atividades planejadas em que são expressos certos gestos, linguagem e comportamentos salientando uma visão consensual para a ocasião;
- *Estórias e Mitos*: informam sobre a organização, sustentando os valores organizacionais;
- *Tabus*: demarcam as áreas de proibições, orientando o comportamento com ênfase no não-permitido;
- *Heróis*: personagens que sistematizam as forças da organização;
- *Normas*: são regras que defendem o comportamento que é esperado e aceito pelo grupo, podendo ou não estar escrito;
- *Processo de comunicação*: é a rede de relações e papéis informais e formais criados pelos membros da organização.

Observa-se que, na representação do ambiente organizacional, exposto na Figura 1, há interação entre os componentes da cultura organizacional, demonstrando que mesmo as estruturas sociais menos perceptíveis estão em constante interação entre si e com o ambiente externo organizacional. Este é o contexto sociocultural das organizações.

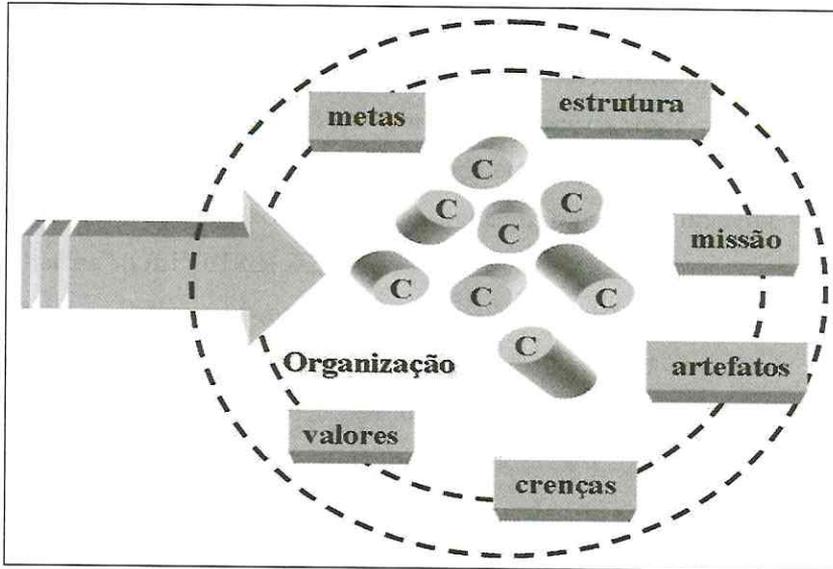


Figura 1: Contexto Cultural

Fonte: Valentim, 2006.

A cultura organizacional é essencial para se obter um comportamento positivo em relação à: construção de conhecimento; socialização de informação e conhecimento; compartilhamento de dados, informação e conhecimento; uso e aplicação de dados, informação e conhecimento; e uso e aceitação das tecnologias de informação e comunicação.

Como já mencionado anteriormente, compreende-se a cultura organizacional como um conjunto de pressupostos básicos que, por sua vez, é construído coletivamente, isso implica em haver lideranças positivas e negativas, em relação aos pressupostos estabelecidos. A influência dos líderes junto a um determinado grupo de pessoas da organização pode ser modificada, a partir dos próprios indivíduos e do surgimento de novas lideranças. No entanto, a organização influencia diretamente nessa construção, uma vez que a cultura organizacional reflete o modelo de gestão organizacional.

As situações vivenciadas por grupos organizacionais e entendidas como “de sucesso” ou “de destaque”, são imediatamente copiadas em todos os níveis da organização. Essa atitude constitui-se em um fator essencial para a construção da cultura organizacional e, também, para a modificação da cultura organizacional, uma vez que ocorre sem a percepção das pessoas que estão envolvidas nesse processo, ou seja, de forma natural. Contudo, deve-se mencionar que é possível reformulá-la, procurando adaptá-la ao contexto no qual a organização quer atuar.

A cultura organizacional também é construída por meio de alianças estratégicas, isto é, os indivíduos se aliam às pessoas que, de alguma forma, possam contribuir com as atividades cotidianas e com a tomada de decisão. Assim, a interação se dá de forma mais efetiva com um determinado número de indivíduos que compartilham os mesmos problemas e as mesmas expectativas.

Esse tipo de relação, muitas vezes, constrói jargão próprio e estabelece códigos que os outros grupos não conseguem reconhecer. Por isso, a importância dos líderes estabelecerem relações com outros grupos de forma que a comunicação possa ser fluída e consistente.

A cultura informacional é um conjunto de pressupostos básicos composto por princípios, valores, crenças, ritos e comportamentos positivos em relação à construção, socialização, compartilhamento, uso e aplicação de dados, informação e conhecimento no âmbito organizacional.

Comunicação organizacional e comunicação informacional

Para Megginson, Mosley e Pietro Jr. (1986), a comunicação é o “processo de transferir significado sob a forma de idéias ou informação de uma pessoa para outra”. Esse intercâmbio de significados implica mais do que o uso de uma linguagem ou um meio de transmissão em comum (escrita,

fala), mas inclui as atitudes, os gestos, os modos de vestir, os objetos do ambiente, os espaços existentes, entre outros aspectos.

Kunsch (2003) acredita que os processos e os fluxos organizacionais se viabilizam graças ao sistema de comunicação da organização, uma vez que permite a realimentação do sistema, pois caso contrário, a organização pode entrar em um processo de entropia e morte, portanto, o sistema comunicacional é essencial para o processamento das atividades administrativas, bem como para a interação da organização com o ambiente externo.

Defende-se que a comunicação informacional é um processo contínuo que alimenta, reconhece, gera, usa e compartilha dados, informação e conhecimento existentes no ambiente organizacional, entendido aqui de forma lato (ambiente interno e externo) (VALENTIM, 2007).

Nesse contexto, a comunicação informacional é o fator que permite às pessoas da organização interagir com o coletivo, bem como propicia participar ativamente dos processos que são desenvolvidos nesse âmbito. Davenport e Prusak (1998) explicam que a comunicação é um recurso essencial para que as pessoas acessem, usem e apliquem informação e conhecimento no dia-a-dia organizacional. Para esses autores, algumas ações são essenciais:

- Comunicar que a informação é valiosa.
- Tornar claras as estratégias e os objetivos da organização.
- Identificar competências informacionais necessárias.
- Atribuir responsabilidades pelo comportamento informacional, tornando-o parte da estrutura organizacional.
- Criar um comitê ou uma rede de trabalho para cuidar da questão do comportamento informacional.
- Instruir os funcionários a respeito do comportamento informacional.

- Apresentar a todos os problemas do gerenciamento da informação.

O ciclo informacional depende essencialmente da comunicação, certamente neste contexto as TICs são ferramentas que auxiliam e agilizam a interação entre pessoas e setores.

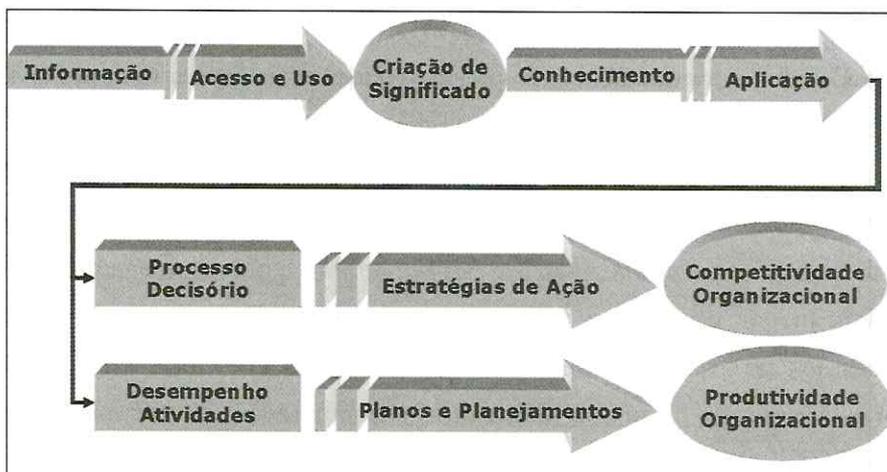


Figura 2: Ciclo Informacional.

Fonte: Valentim, 2009.

O ambiente organizacional necessita de condições que amenizem a complexidade dos processos existentes, nesse âmbito e a informação e o conhecimento são elementos que proporcionam a diminuição da complexidade organizacional.

Arranjos produtivos locais e cadeias produtivas

A acirrada competitividade global alterou as condições de mercado e de concorrência, esse fato influenciou diretamente no desenvolvimento

das empresas de micro, pequeno e médio porte, que precisaram buscar novas estratégias de sobrevivência.

A globalização altera a competição organizacional e influi em vários aspectos econômicos modificando a relação de forças entre seus atores, entre elas destaca-se a cooperação entre empresas, institutos de pesquisa, universidades e associações, visto que este tipo de aliança estratégica gera um forte diferencial competitivo para as organizações envolvidas.

Nesse contexto, surgem os arranjos produtivos locais (APLs), considerados aglomerações de empresas voltadas a um mesmo segmento de negócio, cujo objetivo maior é o fortalecimento da estrutura de produção, de comercialização e de inovação. Além disso, o compartilhamento de conhecimento, também, se constitui em uma forma de aprendizagem constante e de desenvolvimento. Caporalli e Volker (2004) explicam que um APL é “formado por pequenas e médias empresas, agrupadas em torno de uma profissão ou negócio, onde enfatiza o papel desempenhado pelos relacionamentos – formais e informais - entre empresas e demais instituições envolvidas”.

Para Santos (2007), o APL é uma

[...] forma de aglomeração industrial territorial geradora de vantagens competitivas para as empresas nele localizadas, quando comparadas às empresas dispersas no território [...] busca destacar a vínculo das unidades produtivas com o território, seja na relação específica de produção e distribuição, seja pela presença de externalidades resultantes da interação com agentes públicos e privados, voltados para capacitação tecnológica, gerencial e financeira.

Essa “aglomeração” empresarial proporciona a construção de conhecimento especializado, direcionado às características das empresas participantes do APL, sua área de atuação, serviços e produtos desenvolvidos,

além de criar mecanismos de atuação e preservação do grupo, bem como o desenvolvimento de ações referentes ao ambiente em que se encontram.

O *Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas* (SEBRAE) compreende os APLs como aglomerações empresariais localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva, bem como mantém algum vínculo de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com os outros atores locais, tais como governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa (SEBRAE, 2009).

Cassarotto Filho et al. (2001) também defendem que os APLs são fenômenos vinculados às economias de aglomeração territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais e explicam que os APLs são: "[...] redes cooperativas de negócios caracterizadas por concentração territorial por especialização em torno de um produto básico e por ativa solidariedade entre vários atores".

Os arranjos produtivos locais constituem-se em um tipo particular de agrupamento de pequenas e médias empresas em torno de um negócio comum a todas, sendo de relevante o relacionamento formal e informal entre as empresas e com outras instituições (ARRANJOS, 2006). O agrupamento de distintas empresas em APLs possibilita a obtenção de vantagens locais e internacionais, estimula a inovação a partir do desenvolvimento de pesquisa básica ou aplicada.

A constituição de um APL voltado a um determinado segmento econômico propicia às empresas que dele fazem parte, vários benefícios e as fortalece individualmente. Os APLs se constituem em estruturas de cooperação, que bem gerenciados podem ter uma inserção de destaque no segmento econômico em que atuam, visto que tanto os problemas de produção, quanto os problemas de mercado são enfrentados conjuntamente. A pesquisa industrial pode ser compartilhada, assim como é possível explorar as melhores práticas industriais, eliminando os gargalos e debilidades individuais.

A socialização do conhecimento gerado nesse âmbito influencia nos resultados obtidos pelas empresas que participam do APL, bem como influi na qualidade e produtividade dos produtos e serviços desenvolvidos.

Caporalli e Volker (2004) defendem que nesse tipo de sistema as organizações envolvidas podem ter atividades consideradas como similares e/ou complementares, predominando uma parceria e um relacionamento entre os seus diferentes participantes: empresas produtoras de serviços e produtos, centros de pesquisa, organizações de capacitação e treinamento e unidades de pesquisa e desenvolvimento, sejam públicas e/ou privadas.

Esse contexto proporciona um ambiente de aprendizado que Santos (2007) define como:

[...] um processo permanente, cumulativo através do qual as firmas ampliam seus conhecimentos, aperfeiçoam seus procedimentos de busca e refinam suas habilidades em desenvolver, produzir e comercializar bens e serviços. Os processos de aprendizagem nunca são automáticos, requerem um investimento específico de recursos, de diferente qualidade e magnitude.

As ações e as práticas de atuação de um APL proporcionam um ambiente de constante troca de informações e experiências, fator que possibilita o desenvolvimento de um aprendizado coletivo entre as empresas participantes e as organizações educacionais e de pesquisa que fazem parte do processo. Para tanto, a cultura informacional deve ser estimulada.

O *Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social* (BNDES), em um estudo realizado sobre o desenvolvimento de APLs, menciona que

Nas cidades onde os APLs são parte importante da economia, a política parece ser feita de maneira muito mais consensual. É uma política onde há como referência constante alguns princípios ou interesses comuns. É uma política mais baseada no diálogo e união de formas do que o normal na política brasileira, que se funda fortemente na divisão entre “nós” e “eles” (BNDES, 2007).

Nesse contexto, considera-se o APL uma estrutura estratégica, que possibilita o desenvolvimento da região no qual está inserido, bem como propicia o estabelecimento de políticas econômicas regionais mais realistas e direcionadas às necessidades prioritárias das empresas que dele fazem parte, obtendo resultados mais competitivos. Além do aspecto econômico, o APL envolve a sociedade local, colaborando e atendendo as demandas locais de trabalho, cujo reflexo final é a melhoria da qualidade de vida da população local.

O BNDES (2007) considera que

[...] as aglomerações de empresas que desenvolveram atividades cooperativas e um processo de criação e difusão do conhecimento enraizado na localidade podem ser uma grande chance para o desenvolvimento nacional e regional em um mundo globalizado, onde os movimentos de capitais e de mercado estão cada vez mais livres.

Os APLs são formados pelos setores empresarial, educacional e de pesquisa. Sua atuação se desenvolve, por meio de um trabalho cooperativo, cujas ações estão relacionadas à análise e discussão da realidade da região ao qual o APL está inserido, visando conhecer as potencialidades e dificuldades que o setor pode enfrentar. Dessa maneira, com a participação de todos os setores, desenvolvem-se ações que auxiliam tanto no desenvolvimento das empresas participantes, quanto na preparação de recursos humanos capacitados e qualificados para atuar nas empresas. Essa forma de atuação proporciona o crescimento e o progresso regional de forma mais efetiva e consistente, visto que gera novos postos de trabalho e, também, o aumento de divisas regionais e locais.

A economia brasileira necessita de caminhos alternativos e inovadores. Nesse contexto, os APLs se destacam, visto que centram seus objetivos na obtenção de vantagem competitiva, na cooperação, na identificação de oportunidades e ameaças, no fomento e desenvolvimento do

setor melhorando os pontos fracos e fortalecendo os pontos fortes, e potencializando a excelência do setor/segmento.

Essas aglomerações de empresas têm como propósito promover um ambiente favorável ao desenvolvimento e geração de riquezas, tornando micros, pequenas e médias empresas competitivas frente ao cenário internacionalizado, visto que os APLs estimulam o crescimento econômico regional em que a competição é a realidade que vivenciam, e impactam fortemente o desenvolvimento das economias que buscam se inserir nos mercados internacionalizados. Destaca-se que a competição tem sofrido profundas alterações, ou seja, a competição baseada simplesmente no menor preço tem cedido espaço para a competição baseada em qualidade, cuja capacidade inovativa da empresa é fundamental.

Atualmente, visando sustentar a vantagem competitiva os APLs

[...] têm um papel fundamental no desenvolvimento econômico, tecnológico e social de uma região, beneficiando todas as empresas e engajando comunidades locais, centros de tecnologia e pesquisa, instituições de ensino e entidades públicas ou privadas. Tudo isso possibilita a geração de competências às empresas, competitividade e inserção em novos mercados inclusive externos (ARRANJO, 2008).

Os APLs têm ganhado mais destaque e influenciado fortemente o desenvolvimento regional, bem como têm se tornado referência no que tange à competitividade organizacional, visto que propiciam significativo crescimento econômico local e regional, cujos efeitos incidem sobre toda a sociedade. Essa prática proporciona forte interação entre distintos setores da sociedade e gera relações cooperativas entre diferentes organizações, estimula a sinergia entre os envolvidos e forma alianças que promovem e fortalecem as estratégias competitivas de determinado setor/segmento, uma vez que os APLs traduzem a noção de eficiência coletiva.

Os arranjos produtivos locais são muito mais que simples pólos produtivos, visto que se caracterizam pela cooperação em busca do desenvolvimento sustentável, compartilham inovações tecnológicas, e se unem para qualificar mão de obra, investir, comprar, vender etc., com o objetivo de conquistar novos mercados, reduzir custos e melhorar a produtividade, de forma que os resultados da cooperação são visíveis, porquanto as empresas aproveitam as vantagens proporcionadas pela aglomeração e as ações conjuntas permitem viabilizar soluções de infraestrutura e treinamento (ARRANJOS, 2006).

No ambiente de um APL, a competição entre as empresas que o compõe continua existindo, contudo, essa relação é mais voltada à ‘coopetição’, isto é, uma relação mais madura que visa a benefícios mútuos, uma vez que a cooperação é necessária para inovar, pois fortalece o setor como um todo, rompe velhas formas de trabalho e estimula o surgimento de novos tipos de emprego.

Os APLs “[...] representam a reunião geográfica de indústrias do mesmo segmento e atividades complementares”, e com o relacionamento cooperativo entre as empresas é possível desenvolver novas competências, obter sustentabilidade, ter agilidade no mercado e atrair excelentes opções de investimento (ARRANJOS, 2006, p. 7).

As análises realizadas sobre desenvolvimento regional recebem a influência dos APLs, assim como se tornaram referência para a formulação de políticas setoriais, justamente pelos potenciais efeitos multiplicadores dessa forma de organização empresarial, cujos resultados de crescimento econômico local são contundentes. Os APLs promovem a capacidade das empresas em formar um ambiente marcadamente pela interação, porquanto cooperam entre si e envolvem diferentes setores da sociedade.

A competitividade das empresas vinculadas a um APL é maior, porque consolida redes organizacionais que fomentam o desenvolvimento, uma vez que esse tipo de sistema produtivo leva à geração de sinergia,

incrementando o desenvolvimento econômico e tecnológico de um determinado setor, por meio de articulações de diferentes naturezas e, portanto, se fortalecem frente aos outros sistemas ou redes organizacionais.

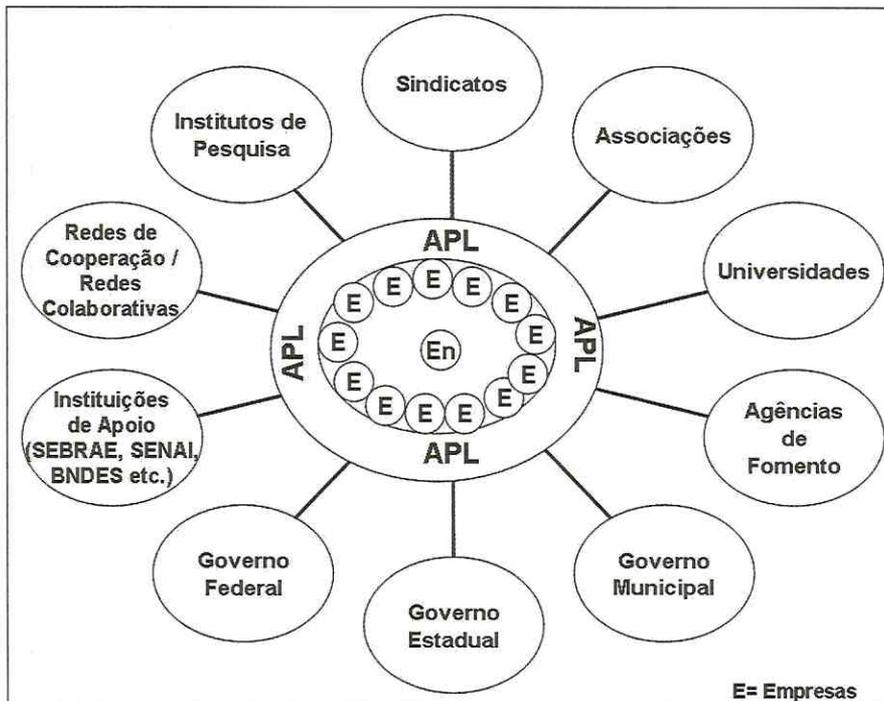


Figura 3: Estrutura de APLs.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Os APLs possuem diversas formas de cooperação que podem se caracterizar como uma mistura adequada de cooperação e competição, cujos arranjos se constituem em mecanismos que auxiliam e fomentam o desenvolvimento de determinado setor, gerando vantagem competitiva. Ressalta-se que os APLs são concentrações regionais/locais de empresas que possuem elos verticais, horizontais e multilaterais e, portanto, desenvolvem atividades coordenadas com um fim em comum.

Cassiolo, Lastres e Szapiro (2000, p.14) e Albagli e Brito (2008, p. 3) defendem que os APLs são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais cujo centro é um conjunto específico de atividades econômicas e que apresentam vínculos entre si, mesmo que incipientes. Há participação e interação de empresas prestadoras de serviços, produtoras de bens e serviços finais, fornecedoras de insumos e equipamentos, instituições públicas e privadas que formam recursos humanos, desenvolvem pesquisa básica e aplicada, tecnologias de diferentes naturezas, além do setor financeiro e dos governos em diferentes níveis.

Desse modo, a proximidade geográfica e a especialização se constituem no ponto de partida, para formar novas estruturas econômicas de aglomeração. Schmitz (1997, p.173) acredita que a eficiência coletiva é fundamental para atuar no mercado internacionalizado, uma vez que “[...] a vantagem competitiva derivada de ação conjunta”. Além disso, o conceito de arranjos produtivos locais é um fenômeno em evolução que vem se consolidando.

Lemos (2003, p.80-81) explica que

[...] o termo arranjos produtivos locais pode ser definido como aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas e que apresentam vínculos e interdependência. Já os sistemas produtivos e inovativos locais são aqueles arranjos produtivos cuja interdependência, articulação e vínculos consistentes resultam em interação, cooperação e aprendizagem, possibilitando inovações de produtos, processos e formatos organizacionais e gerando maior competitividade empresarial e capacitação social.

Os APLs melhoram a competitividade das empresas, por meio do aprendizado coletivo e das ações conjuntas. Ganham relevância os aspectos relacionados ao compartilhamento do conhecimento tácito, a formação das redes de cooperação, bem como o aprendizado por meio da interação

constante entre fornecedores, produtores e consumidores que são elementos constitutivos de um arranjo produtivo local.

Além da identidade econômica, os APLs propiciam uma identidade sociocultural própria; vantagem local, regional e internacional; capital intelectual e social, eficiência individual e coletiva; conhecimento tácito individual e coletivo compartilhado/socializado; mão-de-obra mais bem qualificada para ocupar postos de trabalho; melhor negociação com fornecedores de insumos e matéria prima; competência técnica e especializada, entre outras vantagens (ARRANJOS, 2006, p. 71).

Para a existência de um APL são necessárias algumas condições como, por exemplo, um número significativo de empresas e demais agentes relacionados; especialização dos agentes em determinada atividade produtiva; existência de atividades correlacionadas à cadeia produtiva; articulação do sistema local interno e externo; interdependência forte entre as empresas e os demais agentes; existência de comunidade e forte identidade local ou regional que favoreçam cooperação, solidariedade e reciprocidade; e presença de instituições locais comunitárias e públicas capazes de compreender e sustentar o sistema e de promover seu desenvolvimento favorecendo a inovação (ARRANJOS, 2006, p. 158).

Os APLs auxiliam as empresas que fazem parte do sistema a desenvolver novas competências, obter sustentabilidade, correr riscos de forma planejada atraindo opções de investimento para o negócio/setor, aumento de competitividade (ARRANJOS, 2006 p. 184).

Além disso, geram maior sinergia entre as empresas, cujos empreendimentos passam a ser auto-sustentados e tenham condições de usufruir as próprias capacidades tecnológicas e comerciais, incrementando a qualidade e produtividade empresarial, bem como possam ter inserção rápida no processo de internacionalização (ARRANJOS, 2006, p. 251).

A cooperação e a competição explicam o sucesso dos APLs, uma vez que as empresas que os compõem alcançam mais rapidamente a

competitividade através da cooperação, aprendizado coletivo, conhecimento e capacidade inovativa que é associada à capacidade produtiva

com o objetivo de estimular o desempenho e a competitividade através do crescimento econômico, e social os APLs criam alianças entre agentes sociedade e empresas estimulando a capacidade de competição do conjunto e fortalecendo o capital social (ARRANJOS, 2006, p. 255).

Os APLs também podem ser entendidos como articuladores do desenvolvimento local, porquanto fomentam a integração sócio-econômica do país, proporcionam a criação de novos negócios, diminuem os riscos, geram potenciais inovações entre outros fatores fundamentais para competitividade atual. Além disso, estão inseridos em cadeias produtivas e, portanto, devem ter um olhar mais amplo em relação às oportunidades e ameaças existente. Compreender a extensão do segmento econômico é fundamental para o sucesso do APL, principalmente no caso de APLs muito especializados.

Considerações finais

A cultura informacional necessita ser trabalhada em contextos de cooperação, uma vez que a comunicação é relevante para ambientes colaborativos. A construção de conhecimento ocorre de forma individual, contudo é na relação com outras pessoas e contextos que o conhecimento é gerado. Portanto, os ambientes colaborativos e/ou cooperativos como no caso dos APLs, mesmo quando há competição, prescinde de uma cultura informacional e comunicacional que possibilite o compartilhamento e socialização constante de informação e conhecimento, promovendo um ciclo dinâmico e retroalimentador do sistema.

Os atores que compõem um APL, de distintos tipos de organização, possuem culturas informacionais próprias e, portanto, carregadas de princípios, pressupostos, crenças e mitos que, muitas vezes, obstruem o processo dinâmico de colaboração e cooperação. Nesse sentido, os gestores de APLs necessitam aplicar métodos e técnicas que desenvolvam uma cultura informacional positiva para as ações de colaboração. Caso contrário, haverá uma comunicação truncada e lenta, bem como o planejamento e as ações conjuntas não contarão com o apoio de todos os atores envolvidos.

Os APLs se constituem em estruturas econômicas de desenvolvimento locais/regionais, que envolvem vários setores/segmentos da sociedade local/regional, conforme mencionado anteriormente. Por isso mesmo, dependem de uma cultura que envolva todos os atores que fazem parte do APL, propiciando maior consistência, confiabilidade e credibilidade às ações de gestão necessárias ao desenvolvimento das empresas que compõem o APL.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, S.; BRITO, J. *Arranjos produtivos locais: uma nova estratégia de ação para o SEBRAE – Glossário de Arranjos Produtivos Locais*. Rio de Janeiro: RedeSist, 2008.

ALIGLERI, L. M. Cultura organizacional e as influencias da cultura brasileira: a incompatibilidade cultural na adoção de tecnologia gerencial estrangeira. *Revista de Estudos Organizacionais*, Maringá, v.2, n.1, p.63-80, jan./jun. 2001.

ARRANJO produtivo local. Disponível em:
<<http://www.ielpr.org.br/apl/FreeComponent1575content6082.shtml>>.
Acesso em: 18 nov. 2009.

ARRANJOS produtivos locais no Paraná: APLs. Curitiba: IEL, 2006. 349 p.

BNDES. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. *Arranjos produtivos locais e desenvolvimento*. 2007. Disponível em:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Paginas/s_apl.html>. Acesso em: 18 nov. 2009.

CAPORALLI, R.; VOLKER, P. (Orgs). *Metodologia de desenvolvimento de arranjos produtivos locais*. Projeto Promos – Sebrae – BID. Brasília: Sebrae, 2004.

CASSAROTO FILHO, N. et al. *Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local: estratégias para conquista da competitividade global com base na experiência italiana*. São Paulo: Atlas, 2001.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H.; SZAPIRO, M. *Arranjos e sistemas produtivos locais e proposições de políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico*. In: SEMINÁRIO LOCAL CLUSTERS, INOVATION SYSTEMS AND SUSTAINED COMPETITIVENS, IE_BNDES, Nota Técnica 5, Rio de Janeiro, 2000.

CHOO, C. W. *A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões*. São Paulo: SENAC, 2003. 425 p.

CURRY, A.; MOORE, C. Assessing information culture - an exploratory model. *International Journal of Information Management*, n.23, p.91-110, 2003.

DAVENPORT, T. H.; PRUSAK, L. *Ecologia da informação: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação*. São Paulo: Futura, 1998. 316p.

ILHARCO, F. *Filosofia da informação: uma introdução à informação como fundação da acção, da comunicação e da decisão*. Lisboa: Universidade Católica, 2003. 207p.

KUNSCH, M. M. K. *Planejamento de relações públicas na comunicação integrada*. 4.ed. São Paulo: Summus, 2003. 417p.

LEMOS, C. *Micro pequenas e médias empresas no Brasil: novos requerimentos de políticas para a promoção de sistemas produtivos locais*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003. 263 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade Federal do Rio de Janeiro/ COOPPE.

MEGGINSON, L. C.; MOSLEY, D. C.; PIETRI JR., P. H. *Administração: conceitos e aplicações*. São Paulo: Harbra, 1986. 543p.

MORIN, E. *O método 5: a humanidade da humanidade*. 2 ed. Porto Alegre: Sulina/Meridional, 2003. 309p.

SAINSAULIEU, R.; KIRSCHNER, A. M. *Sociologia da empresa: organização, poder, cultura e desenvolvimento no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 464p.

SANTOS, L. D. *Sistemas e arranjos produtivos locais: o caso do pólo de informática de Ilhéus/Ba*. Disponível em: <<http://www.redesist.ie.ufrj.br/>>. Acesso em: 18 nov. 2009.

SCHEIN, E. H. *Guia de sobrevivência da cultura corporativa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001. 191p.

SCHIMITZ, H. Eficiência coletiva: caminhos de crescimento para indústria de pequeno porte. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v.18, n.2, p.164-200, 1997.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa. *Arranjos produtivos locais - APL*. 2009. Disponível em: <http://www.sebraesp.com.br/empresas_rede/acao_territorial/apl>. Acesso em: 18 nov. 2009.

VALENTIM, M. L. P. *Cultura informacional para arranjos produtivos locais e cadeias produtivas*. Franca: UNI-FACEF, 2009. (Slides - aula proferida no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UNI-FACEF)

VALENTIM, M. L. P. (Org.). *Gestão da informação e do conhecimento no âmbito da Ciência da Informação*. São Paulo: Polis: Cultura Acadêmica, 2008. 268p.

VALENTIM, M. L. P. (Org.). *Informação, conhecimento e inteligência organizacional*. 2.ed. Marília: FUNDEPE, 2007. 278p.

VALENTIM, M. L. P. Inteligência competitiva organizacional: ferramenta ou processo? I CONGRESSO IBERO AMERICANO DE GESTÃO DO CONHECIMENTO E INTELIGÊNCIA COMPETITIVA. *Anais Eletrônicos...* Curitiba: FIEP/IBICT, 2006. p.1191-1202. (CD-ROM)

A INTERNACIONALIZAÇÃO DA INDÚSTRIA DE CALÇADOS DE FRANCA: AS OPORTUNIDADES DA CRISE

Alfredo José Machado Neto
Ana Cristina Ghedini Carvalho
Everton Roberto de Oliveira Pires
Fernando Carvalho de Almeida

Introdução

O processo de globalização da economia, que se intensificou nas últimas décadas em razão da maior abertura comercial e financeira das economias e da evolução das tecnologias da informação, acirrou a concorrência no âmbito internacional e fez com que as empresas passassem a buscar novas formas de elevar a sua competitividade para crescer e expandir seus mercados. Nesse sentido, a estratégia de internacionalizar suas atividades para aumentar a participação no comércio internacional, surge como uma das principais formas utilizadas pelas empresas para aumentar a sua competitividade (SZAPIRO, M.; ANDRADE, 2001).

Transformações no ambiente econômico, provocadas pelo rápido crescimento dos mercados financeiros em escala global, pela desregulamentação das economias e pelo advento de novas tecnologias, têm levado as empresas a desenvolver estratégias de internacionalização e os países a se unirem em espaços regionais unificados. As mudanças ambientais que a globalização encerra colocam a competitividade internacional como um dos fatores da maior prioridade, tanto para os governos como para os agentes privados.

O processo de internacionalização das empresas surge mais intensamente, assim, com a globalização dos mercados e a interação econômica

internacional, que passou a exigir do administrador o desenvolvimento de novas competências organizacionais, necessárias para o atendimento do mercado globalizado.

Dentro deste contexto, é relevante o estudo de setores da economia brasileira que tenham a possibilidade de elevar o volume das vendas externas, em especial aqueles setores da indústria que tenham por característica a utilização de mão-de-obra intensiva, como é o caso da cadeia coureiro-calçadista. O aumento das exportações deste setor é necessário não apenas para melhorar os resultados das contas externas do país, como também para redução das taxas de desemprego.

Machado Neto (2006), na realização do estudo sobre o tema, procurou identificar os fatores intrínsecos à indústria de calçados da cidade de Franca, estado de São Paulo (Brasil), que influenciavam o seu desempenho exportador, bem como discutiu um modelo que explicasse a permanência dessas empresas no mercado externo.

O levantamento dos dados da referida pesquisa foi realizado no período de outubro de 2005 a fevereiro de 2006, momento em que a indústria calçadista francana passava por sua mais grave crise em relação ao mercado externo, que culminou com o encerramento de atividades de várias empresas e com uma queda na sua participação nas exportações brasileiras do produto (MACHADO NETO, 2006).

Não obstante, o autor observou que algumas empresas calçadistas de Franca conseguiram passar pelo período de crise sem que a mesma impactasse negativamente suas atividades, pelo contrário, algumas estavam conseguindo, inclusive, ampliar os seus negócios nos mercados interno e externo.

Nesse sentido, o presente trabalho procura dar continuidade ao estudo de Machado Neto (2006), um dos co-autores deste artigo, aprofundando a análise sobre essas empresas, com foco nas estratégias diferenciadas de inserção no mercado internacional.

Tem o objetivo geral de compreender, em profundidade, o processo de internacionalização da indústria de calçados de Franca, com ênfase nas empresas que estão conseguindo, num momento de crise do setor exportador, incrementar suas vendas no mercado externo. Busca, assim, analisar as formas de gestão e de comercialização dos produtos destas empresas no mercado internacional e os diferenciais que apresentam em relação às demais empresas do setor. Por último, busca identificar se os resultados positivos apresentados por elas estão relacionados com o deslocamento parcial de sua produção para outros estados brasileiros.

Além dessa introdução, o trabalho apresenta, inicialmente, o contexto da indústria calçadista no Brasil, mostrando a localização espacial dos principais produtores. O item seguinte apresenta um breve histórico da atuação da indústria brasileira de calçados no mercado internacional. Em seguida, volta o seu foco para a indústria de calçados da cidade de Franca (SP), objeto deste estudo, que é especializada na produção de calçados masculinos de couro, vendidos para todos os estados brasileiros, tem importante participação no mercado externo e se constitui no principal pólo calçadista do Estado de São Paulo. O marco teórico apresentado a seguir contempla as principais vertentes da teoria sobre a internacionalização de empresas. Em seguida, são apresentados a metodologia utilizada, os resultados da pesquisa empírica e as conclusões e as recomendações.

Contexto da indústria de calçados no Brasil

Segundo a Abicalçados (2008), o setor calçadista brasileiro é composto, atualmente, por mais de 7,6 mil indústrias, sendo um dos setores que mais geram postos de trabalho no país, empregando, no ano de 2006, cerca de 295 mil trabalhadores diretamente na indústria. A grande variedade de fornecedores de matéria-prima e componentes, máquinas e equipamentos,

aliada à tecnologia de produtos e inovações, faz do setor coureiro-calçadista brasileiro um dos mais importantes do mundo.

O mesmo estudo mostra que, historicamente, a produção de calçados no Brasil concentrava-se, principalmente, em dois pólos. O primeiro deles, situado no estado do Rio Grande do Sul, principalmente no Vale dos Sinos, especializado em calçados femininos, possuía 3,4 mil indústrias e gerava cerca de 127 mil postos de trabalho, correspondente a cerca de 43% dos empregos no setor, no ano de 2005. As empresas gaúchas exportaram, no ano de 2007, 69 milhões de pares de calçados (64% das exportações brasileiras), com um ingresso de divisas da ordem de US\$ 1.215 bilhões (49,4% do valor exportado pelo setor). O segundo, no estado de São Paulo, com cerca de 2,7 mil empresas e 54,5 mil postos de trabalho. A concentração maior de empresas é na cidade de Franca, com 760 indústrias especializadas em calçados masculinos de couro (MACHADO NETO, 2006), seguida por Birigui, com 160 empresas e foco em calçados infantis, e Jaú, com cerca de 200 fábricas especializadas em calçados femininos. As empresas do estado exportaram, em 2007, 15 milhões de pares (9% do Brasil), gerando divisas da ordem de US\$ 210 milhões (11,3% do Brasil) (ABICALÇADOS, 2008).

O estudo destaca, ainda, outros dois pólos tradicionais da indústria calçadista que são os de Santa Catarina e Minas Gerais. A indústria de calçados de Santa Catarina, especializada em calçados femininos, concentra-se no Vale do Rio Tijucas, nas cidades de São João Batista, Tijucas, Canelinha e Nova Trento, onde se encontram 150 empresas, que geraram, 6 mil postos de trabalho, no ano de 2005. O setor calçadista de Minas Gerais é composto por cerca de 1,5 mil empresas que geraram 23,5 mil postos de trabalho, no ano de 2005. As indústrias se concentram, principalmente, em Nova Serrana (calçados esportivos) e Belo Horizonte (calçados femininos), e foram responsáveis pela exportação de cerca de 1,8 milhões de pares de calçados em 2007 (1,0% do Brasil) e divisas de US\$ 17 milhões (0,9% do Brasil) (ABICALÇADOS, 2008).

A partir da década de 90, com a migração de grandes empresas das regiões Sul e Sudeste, surgiu um novo pólo calçadista no Nordeste. A formação dos novos pólos calçadistas no Nordeste decorre, basicamente, de dois fatores: os insuperáveis subsídios concedidos pelos governos nordestinos, em especial os estados do Ceará, da Paraíba e da Bahia; e os salários pagos aos trabalhadores destes estados que são, em média, a metade dos praticados na cidade de Franca e do Vale dos Sinos (HENRIQUES, 1999).

Segundo a Abicalçados (2008), o estado do Ceará concentrava, no ano de 2005, cerca de 221 empresas, que empregavam 44,2 mil pessoas. As empresas cearenses exportaram, em 2007, 51 milhões de pares de calçados (29,2% das exportações brasileiras), gerando US\$ 299 milhões em divisas (15,6% do Brasil). Na Paraíba, existiam, em 2005, 104 empresas que empregavam 8,4 mil pessoas. Estas empresas exportaram, em 2007, cerca de 20 milhões de pares (11,4% das exportações brasileiras), gerando divisas da ordem de US\$ 52 milhões (2,7% do Brasil). Já o pólo calçadista da Bahia apresentava, em 2005, 95 empresas e em torno de 22,9 mil empregados. Estas empresas exportaram, em 2007, mais de 6 milhões de pares de calçados (3,7% das exportações do setor) e geraram divisas de US\$ 79 milhões (4,1% do setor) (ABICALÇADOS, 2008).

Atuação no Mercado Externo

Na década de 80, tendo em vista a necessidade de divisas (dólares), o governo federal implantou, no Brasil, uma política de incentivo as exportações (REIS, 1994), cujo objetivo principal foi a obtenção de saldos positivos na balança comercial, com a finalidade de atender os encargos financeiros da dívida externa. Para promover as exportações e conter as importações, foram concedidos vários incentivos (isenções de impostos,

subsídios, benefícios fiscais a programas de exportação), além de uma política cambial caracterizada por constantes minidesvalorizações.

Aproveitando tais benefícios, a indústria calçadista expandiu as suas exportações de forma significativa, passando de 22 milhões de pares e um ingresso de divisas da ordem de 93 US\$ milhões, no ano de 1973, para 93 milhões de pares e US\$ 682 milhões de divisas em 1983, atingindo o seu ponto mais alto em 1993, com a exportação de 201 milhões de pares e o ingresso de US\$ 1 846 milhões em divisas (ABICALÇADOS, 2006).

Com a implantação do Plano Real, no ano de 1994, porém, a indústria calçadista brasileira apresentou uma queda expressiva em sua atuação no mercado externo, em decorrência de uma valorização de nossa moeda em relação ao dólar, que retirou a competitividade dos nossos produtos no exterior. Em 2000, dois anos após o fim da paridade cambial, o setor deu início ao processo de recuperação das vendas externas, mas somente no ano de 2004, mais de dez anos depois, conseguiu suplantar a quantidade de pares exportada em 1993, porém sem alcançar o faturamento obtido naquele ano. Em 2004, com uma produção de 755,0 milhões de pares, o Brasil se colocou como o terceiro maior produtor de calçados do mundo; o quinto maior exportador, com um volume exportado de 212,0 milhões de pares; e o quinto maior consumidor de calçados do planeta, com um consumo anual de 552,0 milhões de pares. Em 2005, os números da indústria calçadista foram um pouco inferiores: 725,0 milhões de pares produzidos; 189,0 milhões de pares exportados e 552,0 milhões de pares consumidos (ABICALÇADOS, 2006).

Mas esta relevante posição do setor calçadista no comércio internacional pode estar ameaçada, à medida que se mantém a tendência de queda nas exportações: em 2006, foram exportados 180 milhões de pares, gerando divisas da ordem de US\$ 1.863 milhões: e, no ano de 2007, o Brasil exportou um volume de 177,0 milhões de pares, obtendo US\$ 1.911 milhões. O acréscimo no valor das exportações se deu em razão da elevação do preço

médio dos produtos exportados, que passou de U\$ 10,33, em 2006, para US\$ 10,80 no ano de 2004.

Para Campanhol e Smith (2002, p. 335), as dificuldades encontradas pelas empresas brasileiras, especialmente as micros e pequenas indústrias de calçados de Franca, para ingressar no mercado internacional estão concentradas principalmente “na comercialização não centrada na marca, qualidade ou estilo, ou seja, o calçado francano não tem identidade no exterior”.

Pesquisa realizada pelo SEBRAE (2004), com 87 indústrias calçadistas da cidade de Franca (SP) mostra que 70% das exportações de calçados eram realizadas por intermédio de agentes de exportação e com marcas de terceiros, normalmente das grandes distribuidoras internacionais. Ao realizarem suas vendas para essas distribuidoras internacionais, as empresas do setor não desenvolvem marcas próprias no exterior, nem canais próprios de distribuição. São os agentes que determinam os modelos a serem fabricados, exigem a colocação de suas marcas nos produtos e estipulam os preços a serem pagos.

A indústria calçadista francana

A origem da indústria calçadista de Franca remonta a meados do século XIX, quando a posição geográfica do núcleo urbano incipiente de Franca, possibilitou a formação de um significativo entreposto comercial para os viajantes que se dirigiam de São Paulo para o Brasil Central pela "Estrada dos Goyases" (SUZIGAN *et al*, 2001). A existência de uma expressiva atividade de criação de gado de corte estimulou a atividade artesanal de selaria, para aproveitamento dos produtos derivados do couro (SUZIGAN *et al*, 2001; GARCIA, 1996).

No ano de 1950, a cidade de Franca já era a sexta maior produtora de calçados do país, atrás apenas das cidades de São Paulo, do Rio de Janeiro,

de Novo Hamburgo, de São Leopoldo e de Belo Horizonte (CONSTANZI, 1999). A cidade foi beneficiada pelo processo de "interiorização" da indústria calçadista paulista, a partir da década de 50, que se deslocou da cidade de São Paulo, motivada pelos menores salários prevalentes nas cidades do interior (CONSTANZI, 1999). Neste período, as indústrias modernizam seus equipamentos, ampliam seus prédios e elevam sua capacidade de produção, passando a fabricar sapatos médios e finos (REIS, 1994).

Uma nova fase de crescimento se deu na década de 1960, com a expansão das vendas para o mercado externo, especialmente para os EUA, que passou a responder por parcela crescente da demanda para o setor (REIS, 1994; SUZIGAN *et al.*, 2001; CARVALHO NETO 2004). Na década de 80, a indústria calçadista francana apresentou flutuações significativas, alternando períodos de crescimento e redução, tanto na produção para o mercado interno como para o mercado externo, evidenciando a sensibilidade do setor às flutuações na conjuntura econômica do país e do ambiente externo (REIS, 1994).

O início da década de 90 foi extremamente favorável para o setor, em especial para as empresas exportadoras, que tiveram, no ano de 1993, o seu melhor desempenho de todos os tempos no mercado externo, exportando 14,5 milhões de pares e proporcionando um ingresso de divisas para o país da ordem de US\$ 228,0 milhões.

A partir de 1994, com a implantação do Plano Real de estabilização econômica, a indústria calçadista francana passou por sérias dificuldades, em especial as empresas exportadoras, que viram suas vendas no mercado externo despencarem dos 14,5 milhões de pares exportados em 1993, para 3,6 milhões de pares no ano de 1998. Medidas como a redução das alíquotas de importação, somadas à sobrevalorização da taxa de câmbio tiveram reflexos extremamente negativos na competitividade do setor, tanto no mercado externo, como no mercado interno, resultando em perda de mercado, fechamento de empresas e eliminação de postos de trabalho (REIS, 1994). O

pior desempenho se deu no ano de 1995, com a produção do setor caindo para o segundo nível mais baixo dos últimos vinte anos, 22,0 milhões de pares, destinando 66,4% deles para o mercado interno e 33,6% para o mercado externo (MACHADO NETO, 2006).

As vendas no mercado externo, no entanto, continuaram a cair, até o ano de 1998, quando a desvalorização do real perante o dólar permitiu, finalmente, que o setor pudesse voltar a alavancar a exportação dos seus produtos. A partir do ano de 1999, o setor começa um novo processo de recuperação, lento, porém gradual e constante, apresentando, no ano de 2004, a maior produção dos últimos 20 anos, estimada pelo Sindifranca (2006) em 35,4 milhões de pares de calçados. Deste montante, 25,3 milhões de pares (71%) foram vendidos no mercado interno e 10,1 milhões de pares foram exportados, gerando divisas da ordem de US\$ 175,6 milhões. No ano de 2005, novamente em razão de problemas cambiais, houve uma queda na produção do setor, que fechou o ano com um volume de 27,9 milhões de pares produzidos, dos quais 19,6 milhões foram colocados no mercado interno e 8,3 milhões de pares exportados (SINDIFRANCA, 2006).

Estimativas do *Sindicato da Indústria de Calçados de Franca* (2008) mostram que a tendência de queda permaneceu, nos últimos dois anos. Em 2006, as 760 indústrias da cidade, geraram 27 mil postos de trabalho e produziram cerca de 25,5 milhões de pares, sendo 19,0 milhões destinados ao mercado interno e 6,5 milhões vendidos no mercado externo, com um ingresso de divisas da ordem de US\$ 141,8 milhões. No ano de 2007, o setor apresentou nova queda em todos estes números: 20,8 milhões de pares produzidos; 15,5 milhões de pares vendidos no mercado interno; e 5,3 milhões de pares exportados, gerando apenas US\$ 128,0 milhões em divisas (SINDIFRANCA, 2008).

Se considerarmos, ainda de acordo com o *Sindifranca* (2008) que o pólo produtor de calçados da cidade de Franca tem capacidade de produção

para 37 milhões de pares, vamos verificar que a capacidade ociosa da indústria, no ano de 2007, foi muito elevada (cerca de 43,7 %).

Esta ociosidade é o resultado da crise que atingiu o setor nos últimos anos, acarretando, inclusive, o fechamento de várias indústrias tradicionais e reconhecidas nacionalmente, como *Calçados Samello*, *Calçados Sândalo*, *Calçados H. Bettarello* (HB), entre outras. Vários fatores são considerados determinantes desta crise, como a valorização cambial, a guerra fiscal entre estados, principalmente do Nordeste, uma maior concorrência de países asiáticos e mesmo a cultura de gestão empírica das empresas calçadistas locais.

Finalizado o delineamento do setor calçadista brasileiro, a próxima parte do artigo apresenta os conceitos relacionados às teorias sobre o processo de internacionalização das empresas e a sua aplicação à indústria calçadista.

As teorias sobre o processo de internacionalização das empresas

As teorias sobre a internacionalização das empresas, geradas no âmbito da Administração, oferecem um enfoque alternativo ao propor explicações sobre o processo pelo qual a firma ingressa no mercado internacional, escapando dos limites do seu mercado doméstico (BARRETO, 1998). Para Dal-Soto (2006, p. 2), “a internacionalização pode ser definida como um processo crescente e continuado de envolvimento das operações de uma empresa com outras de países fora de sua base de origem”.

Boa parte dos modelos que tratam das estratégias de entrada no mercado externo, embora apresentem concepções diferentes, partem de uma premissa básica comum: as empresas, no desenvolvimento de suas atividades internacionais, evoluem de forma sequencial e consistente, através de uma aprendizagem organizacional contínua.

O trabalho pioneiro, de autoria de Johanson e Wiedersheim-Paul (1975), modelo que se baseou em observações empíricas a partir de estudos

sobre negócios internacionais desenvolvidos na Universidade de Uppsala, analisou o processo de internacionalização de quatro empresas industriais suecas com grande atividade no mercado externo, constatando a existência de características comuns entre elas e um padrão linear no desenvolvimento das suas operações internacionais. A pesquisa permitiu identificar como ocorreu o processo de ingresso daquelas empresas em um país estrangeiro concreto e explicar as pautas seguidas em sucessivas entradas em outros mercados.

A teoria das “fases de desenvolvimento” (JOHANSON; WIEDERSHEIM-PAUL, 1975), estabelece que a empresa passa por quatro diferentes estágios no processo de penetração em um mercado estrangeiro: Estágio 1 – Exportações esporádicas não regulares; Estágio 2 – Exportações por intermédio de representantes independentes; Estágio 3 – Implantação de filial comercial no país estrangeiro; e Estágio 4 – Implantação de unidade produtiva no país estrangeiro. A evolução da empresa nos diversos estágios, que os autores denominaram de “canal de estabelecimento”, implica um comprometimento sucessivamente maior de recursos no mercado alvo. Na primeira fase, não existe praticamente nenhum comprometimento de recursos e faltam informações regulares sobre aquele mercado. Na segunda fase, a empresa possui um canal para o mercado que provê informações bastante regulares sobre os fatores que influenciam as vendas e assume um certo compromisso com o mercado. Na terceira fase, a empresa controla o canal de informação tendo possibilidade de dirigir o tipo e a quantidade de informação que flui do mercado e adquire experiência direta dos fatores que influenciam os recursos. A quarta fase significa um comprometimento de recursos ainda maior.

Paralelamente ao modelo desenvolvido pela Escola Escandinava, e seguindo também o enfoque sequencial, surge outra corrente de autores - Bilkey e Tesar (1977), Cavusgil (1984), Reid (1981) e Czinkota (1985) - cujos trabalhos dão origem ao chamado “Modelo I”, por enfocarem o processo de internacionalização da empresa sob a perspectiva de uma inovação. Este está integrado por um conjunto de modelos que têm em comum, por um lado, a

defesa do caráter sequencial do referido processo e, por outro, a utilização de distintos níveis de comprometimento com a atividade exportadora, por parte da empresa, como variável definidora das distintas etapas de expansão internacional da mesma (ANDERSEN, 1993).

A questão das redes de relacionamentos (networks) pode ser considerada uma evolução natural do modelo da *Escola de Upsala*, que passou a ser conhecida como *Escola Nórdica de Negócios Internacionais*. Seus seguidores

têm desempenhado um papel central no desenvolvimento da perspectiva das networks industriais, focalizando os relacionamentos existentes entre firmas e mercados industriais” (HEMAIS, C. A.; HILAL, 2002). "Uma network é formada por relações comerciais duradouras desenvolvidas e mantidas através de interações entre diferentes empresas atuantes em mercados industriais - por exemplo clientes, clientes de clientes, fornecedores, distribuidores, agentes, concorrentes - que constroem, assim, uma base de conhecimento e confiança recíprocos (BARRETTO, 1998).

Para Souza, Dreher e Amal (2007, p. 108), os participantes de uma rede são mutuamente interdependentes e a coordenação de suas atividades “ocorre através do próprio processo de entrelaçamento das transações desenvolvidas pelas empresas, reduzindo assim uma parte significativa dos custos de transação”. Os autores ressaltam que, deste modo, as ações e estratégias dos integrantes da rede não são orientadas para a realização de benefícios imediatos, mas para preservar não apenas a eficiência da rede como um todo, mas também a da própria empresa no longo prazo (SOUZA; DREHER; AMAL, 2007).

Johanson e Vahlne (2003) ressaltam, no entanto, que na ótica do modelo de *networks*, as dificuldades para a inserção em novos mercados, estão relacionadas mais com os problemas gerenciais associados ao estabelecimento e desenvolvimento de relações com os clientes ou os fornecedores, do que com a existência de eventuais barreiras à internacionalização. De qualquer modo, o

processo de internacionalização continua a ser resultado da interação entre um aprendizado organizacional gradativo, baseado na experiência e no comprometimento com os novos mercados, variáveis que passam a depender, também, da capacidade e do potencial dos parceiros existentes na rede (JOHANSON; VAHLNE, 2003).

Em um artigo mais recente, Johanson e Vahlne (2006) dão ênfase ao papel das *networks* não apenas para a redução das incertezas, mas também no desenvolvimento de oportunidades de negócios no exterior. Ressaltam que o modelo inicial desenvolvido por eles não se constitui numa simples cadeia de estabelecimento, que se desenvolveria da exportação inicial até a instalação de unidades produtivas em outros países, mas trata da relação entre a aprendizagem organizacional e o aumento do comprometimento no mercado externo. Segundo os autores, o aprendizado e o comprometimento, embora importantes para a redução da incerteza, possibilitam ainda a descoberta ou o desenvolvimento de oportunidades de negócios no mercado internacional (JOHANSON; VAHLNE, 2006; GONÇALVES, 2008).

A teoria comportamentalista de inserção no mercado internacional, mesmo tendo sido respaldada por diversas pesquisas, é objeto de críticas por parte de alguns estudiosos do processo de internacionalização. Uma das principais críticas ao modelo é a sua visão determinista, ao não reconhecer que a firma pode permanecer em um determinado estágio e não evoluir, bem como adotar uma estratégia diferente quanto aos modos de entrada e expansão no mercado internacional (ANDERSEN, 1993). São feitas críticas, também, à consistência teórica desses modelos, por considerá-los conceitual e metodologicamente insuficientes, incapazes de explicar por que o processo ocorre (ou não) e de prever a passagem de um estágio de internacionalização para o seguinte (ANDERSEN, 1993).

Uma outra abordagem sobre o processo de internacionalização de empresas é proporcionada por um conjunto de teorias que procura explicar os comportamentos das empresas com base no conceito de custos de transação.

Os conceitos iniciais dessa teoria foram expostos por Williamson (*Apud* BARRETTO, 1998) e partem do princípio de que as empresas poderiam se utilizar, basicamente, de duas formas para a organização de suas atividades: mercados, através da contratação externa de atividades; e hierarquias, ou seja, pela utilização de sua própria estrutura para conduzir estas atividades. A empresa faria opção pela alternativa que apresentasse um custo de transação mais favorável, considerando-se os aspectos relativos às variáveis ambientais (incerteza e complexidade) e comportamentais (racionalidade limitada e oportunismo) (ROCHA, 2002).

No caso da internacionalização da indústria calçadista de Franca, a pesquisa de Machado Neto (2006) buscou verificar em que medida os modelos de internacionalização existentes na literatura eram capazes de explicar o comportamento dessa indústria no seu processo de inserção no mercado internacional, e quais as características presentes nas empresas exportadoras de calçados que as destacavam das demais que não exportavam ou que já exportaram e deixaram de fazê-lo.

Os resultados apurados mostraram que as formas mais frequentes de inserção da indústria de calçados de Franca no mercado externo foram através de exportação indireta (através de terceiros), exportação direta, por subsidiárias de comercialização próprias e, por fim, mediante a instalação de unidades de produção próprias. Essa seqüência na ordem de ingresso no mercado internacional, colocada pela maioria das empresas da amostra pesquisada, estava de acordo com as pesquisas internacionais relatadas, em especial com o modelo desenvolvido pela *Escola Nórdica*.

Embora algumas empresas tenham indicado a exportação direta como a primeira etapa no seu processo de internacionalização, a maioria das empresas exportadoras iniciou suas atividades no exterior por intermédio de agentes de exportação. Essa forma de colocação dos produtos no mercado internacional continua sendo utilizada por grande parte das empresas exportadoras, mesmo por aquelas que já possuem grande experiência na

exportação. Os agentes sujeitam as empresas a fabricar os modelos determinados por eles, a comercializar o produto com as marcas de grandes redes distribuidoras internacionais e a aceitar os preços propostos, com reduzida margem de negociação.

Essa forma de inserção no mercado externo, utilizada pela maioria das indústrias calçadistas de Franca, dificultou a obtenção do necessário conhecimento dos mercados externos, que lhes permitiria avançar para as etapas posteriores no processo de internacionalização (instalação de subsidiárias comerciais e unidades produtivas no exterior), impediu que essas empresas desenvolvessem suas marcas e canais próprios de distribuição no exterior, colocando-as numa posição de extrema fragilidade frente às crises cambiais (MACHADO NETO, 2006).

Metodologia da pesquisa

A pesquisa realizada tem natureza essencialmente exploratória e qualitativa, justificando-se em razão da limitação de casos disponíveis a serem examinados, pela ênfase nos eventos contemporâneos, pela existência de interrelações complexas entre os fenômenos e pela própria tradição empírica da linha comportamental nos estudos de internacionalização (BARRETO, 1998).

Nesse sentido, em favor da abordagem qualitativa dos fenômenos objetos de estudo, adota-se a linha de pesquisa seguida pela *Escola de Uppsala*, que tem privilegiado os estudos qualitativos como os mais adequados ao entendimento dessas questões.

Dentre os métodos qualitativos disponíveis utilizou-se o método de estudos de casos múltiplos, com foco no problema específico a ser investigado. Segundo Yin (2001), um estudo de caso permite uma investigação que preserva as características holísticas e significativas da vida real da empresa, como processos organizacionais e administrativos, relações internacionais e

maturação de setores. De acordo com o mesmo autor, um estudo de caso é “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (YIN, 2001, p. 32).

A ausência de fontes secundárias e as dificuldades de acesso a dados documentais das empresas ensejaram a opção pela entrevista em profundidade como a principal forma de coleta de dados neste estudo. Tal prática está em consonância com o método de estudo de caso, no qual uma das principais fontes de informação é a entrevista.

Não obstante, outras fontes de pesquisa foram sistematicamente utilizadas para a análise do setor calçadista, quais sejam: as bases de dados do IBGE (*Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*), do Ministério da Indústria, Comércio e Desenvolvimento, da *Abicalçados (Associação Brasileira da Indústria de Calçados)*, do *Sindifranca (Sindicato da Indústria de Calçados de Franca)* e outros, como revistas e jornais especializados e de circulação em geral.

Para este trabalho, foram pesquisadas duas empresas exportadoras de calçados da cidade de Franca (SP), escolhidas por conveniência dos pesquisadores. Procurou-se escolher indústrias de grande porte, considerando o número de funcionários e o faturamento, que apresentaram um desempenho diferenciado em suas atividades no mercado internacional no período avaliado. As informações foram obtidas por meio de entrevistas em profundidade, em uma delas com um de seus diretores e na outra com o gerente administrativo, visando compreender o significado que os mesmos atribuem às questões propostas, relacionadas ao entendimento dos fatores determinantes da internacionalização das empresas, focando em pontos como as práticas de gestão adotadas, os canais de distribuição adotados para a colocação de seus produtos no mercado internacional e as estratégias adotadas nos últimos anos.

As entrevistas foram realizadas durante o período de 05 a 10 de novembro de 2008, feitas por meio pessoal e por contatos extras, via telefone e internet.

Resultados da pesquisa de campo

Buscou-se verificar, junto às indústrias pesquisadas, os fatores internos à empresa que pudessem ser relacionados à manutenção e expansão das operações no mercado internacional. Dessa forma, a pesquisa considerou as mesmas proposições constantes do trabalho de MACHADO NETO (2006), quais sejam, se os modelos de internacionalização da firma, existentes na literatura, explicam o comportamento dessas indústrias calçadistas em sua inserção no mercado internacional e quais as características existentes nessas empresas exportadoras que as destacam das demais.

Primeiramente, serão descritas as indústrias pesquisadas, bem como apresentados os resultados obtidos para, na sequência, confrontar os casos práticos com as teorias de internacionalização apresentadas no referencial teórico, bem como com as proposições acima citadas.

Análise da empresa “A”

Trata-se de uma empresa do tipo familiar, constituída sob a forma de sociedade por cotas de responsabilidade limitada. Iniciou suas atividades em 1984 e possui, aproximadamente, mil funcionários. Não possui participação estrangeira no seu capital e não pertence a qualquer grupo de empresas. Seu quadro de dirigentes é composto por seis pessoas, com idade média de 47 anos, todos com título universitário. Apenas três desses dirigentes possuem aptidão para as relações comerciais em idioma estrangeiro. As informações foram prestadas pelo gerente administrativo, no cargo há dez anos. Essa empresa industrializa apenas calçados masculinos de couro, com uma produção diária de 2001 a 5000 pares, todos produzidos em Franca, visando consumidores integrantes da classe alta.

A empresa “A” fatura mensalmente mais de quatro milhões de reais. Uma característica marcante dessa indústria de calçados é que a totalidade

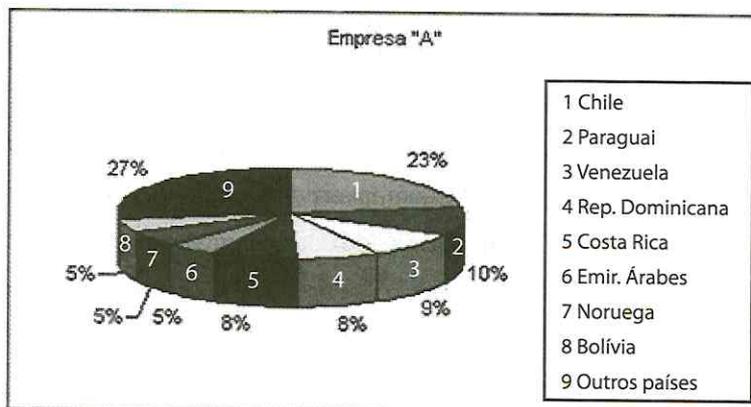
da produção é vendida com marca própria, tanto para o mercado interno como para o externo. O preço médio do calçado produzido para o mercado interno é de R\$ 99,90 e para o externo R\$ 93,21.

A empresa iniciou sua inserção no mercado externo há aproximadamente 15 anos, primeiramente através de agentes de exportação, tendo na sequência passado às exportações diretas, sendo que atualmente as vendas diretas para o exterior correspondem a 80% do total das exportações e por meio de agentes de exportação 20%. Não possui subsidiárias ou unidades produtoras no exterior.

De todas as barreiras à exportação citadas no questionário, como dificuldades em função de diferenças linguísticas e culturais, falta de capacidade de produção para atender às exportações, pessoal não qualificado para a atividade exportadora, desconhecimento geral de como exportar e intensidade da concorrência nos mercados estrangeiros, apenas essa última, da concorrência, foi apontada como existente no seu caso.

A empresa exportou, em 2003, aproximadamente 5% do total das suas vendas; em 2004, cerca de 7%; em 2005, mais de 15%; em 2006 e em 2007 exportou 12% da sua produção.

Gráfico 01 – Empresa “A”: principais destinos das exportações



Atualmente, fiel à sua política de diversificação dos mercados externos, a empresa “A” exporta seus produtos para mais de 40 países, conforme se pode verificar na Figura 01.

A empresa pretende aumentar as exportações nos próximos dois anos, alcançando um patamar de 20 a 25% da produção para o mercado externo. Uma das estratégias para alcançar esse objetivo tem sido uma maior participação em feiras internacionais, a fim de expandir as vendas para novos mercados externos como plano estratégico de crescimento. Além das feiras, os representantes de “A” realizam, ainda, várias viagens aos principais centros de desenvolvimento do calçado para pesquisas das novas tendências da moda. Foi destacado que não há nenhuma diferença em termos de qualidade de produto exportado se comparado com o vendido no mercado interno. O mesmo calçado produzido para o mercado interno é vendido no externo. Questionada sobre alguns dos fatores que influencia na tomada de decisão relativa à internacionalização, foram apontados, além dos incentivos fiscais, o acesso a linhas de crédito favorecidas.

Análise da empresa “B”

Indústria de calçados localizada em Franca, estado de São Paulo, constituída sob a forma de sociedade por cotas de responsabilidade limitada, de natureza familiar. Foi fundada em 1983, conta com um quadro de aproximadamente 2 100 funcionários. Possui outra unidade no Ceará e não há participação estrangeira no seu capital. Seu quadro de dirigentes é composto por três pessoas, com idade média de 53 anos, sendo que apenas um desses diretores, o que concedeu a entrevista, tem título universitário. Nenhum deles teve experiência profissional ou acadêmica no exterior e apenas um possui aptidão em idioma estrangeiro, para as relações comerciais.

A empresa industrializa apenas calçados masculinos de couro, com uma produção diária acima de 5 000 pares, visando consumidores integrantes, preponderantemente, das classes média e alta.

A empresa “B” fatura mensalmente mais de quatro milhões de reais, sendo que desse total 60% decorre de vendas para o mercado interno e 40% para o mercado externo. Dos produtos destinados ao mercado interno, 40% são produzidos em Franca e o restante na unidade do Ceará. Quanto aos produtos para o mercado externo, metade da produção ocorre em cada uma das duas unidades citadas.

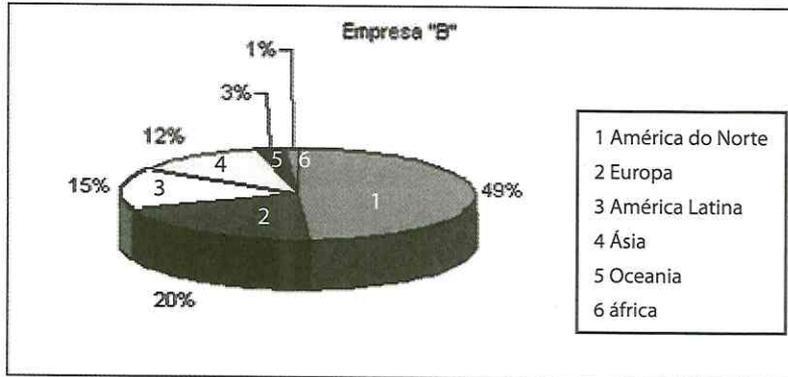
Relativamente às vendas para o mercado interno, 70% dos produtos são com marca própria e 30% com marcas do revendedor, do lojista ou de terceiros. No tocante às exportações, apenas 20% são de vendas para com marca própria. De acordo com o diretor entrevistado, a empresa tem um plano estratégico voltado à consolidação da sua marca em pelo menos três, dos 59 países para os quais exporta, até 2 010. O preço médio do calçado produzido para o mercado interno é de R\$ 84,90 e para o externo US\$ 32,00, ou seja, trata-se de um produto de maior valor agregado e que não sofre a concorrência, no mercado externo, dos produtos chineses.

A empresa iniciou sua inserção no mercado externo há aproximadamente 13 anos, primeiramente através de agentes de exportação, tendo na sequência passado às exportações diretas e por meio de subsidiárias comerciais no exterior. Atualmente, as vendas diretas para o exterior correspondem a 70% do total das exportações, 10% por meio de agentes de exportação e 20% através de subsidiárias.

Das barreiras à exportação citadas no questionário, foram apontadas como de pouca dificuldade as diferenças linguísticas e culturais e a falta de qualificação para a atividade exportadora, como de nenhuma dificuldade a falta de capacidade de produção para atender às exportações e o desconhecimento geral de como exportar. Como dificuldade foi considerada apenas a intensidade da concorrência nos mercados estrangeiros.

Nos anos de 2003 e de 2004, exportou aproximadamente 30% do total das suas vendas; em 2005, cerca de 40%, em 2006, perto de 47%, em 2007, a exportação caiu para 43% e em 2008, para 40% das vendas.

Gráfico 02 - Empresa "B": principais destinos das exportações



Fonte: Elaboração do autor

Embora ainda concentre grande parte das suas exportações para o mercado norte americano, a Empresa "B" também está buscando diversificar seus mercados externos e já exporta para 59 países, de seis continentes, conforme se pode verificar pela Figura 02.

A empresa pretende aumentar as exportações nos próximos dois anos como plano estratégico de crescimento. Para fomentar os negócios internacionais, os representantes dessa empresa participam constantemente de feiras internacionais na Europa, nos Estados Unidos e no Japão.

Os produtos exportados se diferenciam em parte daqueles vendidos no mercado interno, no tocante à qualidade, uma vez que o mercado externo é mais exigente e os produtos exportados são submetidos a padrões mais rigorosos de qualidade. Além do fator crescimento, a tomada de decisão relativa à internacionalização decorre dos incentivos fiscais que desoneram o preço final do calçado exportado, aumentando a competitividade.

Do ponto de vista do entrevistado, os diferenciais da empresa que permitiram a sua permanência no mercado, inclusive com crescimento no período de crise em que muitas indústrias de calçados de Franca encerraram suas atividades, foram a diversificação do mercado externo, a diversificação do produto e a administração financeira, via operações de *hedge*, que protegeram a atividade exportadora da empresa dos efeitos negativos da variação da taxa de câmbio.

Análise dos resultados

Inicialmente, verificou-se que o processo de internacionalização nos dois casos estudados, iniciou-se através da inserção dos produtos no mercado externo por meio de agentes de exportação, passando com o tempo e a aquisição de maior conhecimento sobre os mercados internacionais e a atividade exportadora, às exportações diretas, atualmente predominantes em face das vendas totais para o exterior. Pode-se dizer, dessa forma, que a internacionalização dessas empresas está de acordo com os pressupostos do modelo da *Escola de Uppsala*, estando uma delas no segundo estágio do processo de penetração no mercado estrangeiro e a outra iniciando a terceira fase, contando já com uma subsidiária de comercialização no exterior.

O que se observou, diferentemente do resultado geral obtido no trabalho de Machado Neto (2006), é que as duas empresas em foco, a despeito de terem iniciado suas exportações, por meio de agentes exportadores e ainda terem esse tipo de venda, não são mais dependentes dessa forma de internacionalização. Pelo contrário, no caso da Indústria “A”, as vendas diretas para o exterior correspondem a 80% do total das exportações, subsistindo apenas 20% por meio de agentes de exportação. No caso da Indústria “B”, as vendas diretas para o exterior correspondem a 70% do total exportado, 10% por meio de agentes de exportação e 20% através de subsidiárias. Essa

mudança na forma de exportar conferiu às empresas pesquisadas uma maior independência na negociação com o cliente, um maior conhecimento dos mercados externos, inclusive proporcionando a uma delas a instalação de uma subsidiária no exterior, em consonância com as teorias sobre internacionalização.

Deve ser destacado que a Indústria “A”, embora exporte uma média de 12% da sua produção total, todos os produtos são vendidos com marca própria, o que demonstra a preocupação de solidificar sua marca no mercado internacional de forma gradual e consistente.

Outra questão relevante a se destacar é que as duas indústrias pesquisadas exportam para uma grande variedade de mercados. A primeira para 40 países, com uma concentração maior para os da América Latina e a segunda para 59 países, com uma maior concentração para os Estados Unidos (49% das exportações), seguidos dos países da Europa e da América do Sul. Essa indústria, no entanto, ressaltou ter como meta para os próximos anos uma maior diversificação do seu mercado externo, com redução da participação relativa do mercado norte-americano.

A manutenção e a expansão da atividade exportadora podem ser explicadas, também, pelo diferencial dos produtos fabricados, de alto valor agregado e destinados a clientes de alta renda, o que faz com que não tenham a concorrência dos produtos chineses, normalmente de baixo valor agregado e de grandes volumes.

No caso da Indústria “A”, a pesquisa mostrou que os principais compradores do seu calçado são os países próximos ao Brasil, tanto geográfica, como psicologicamente, como o Chile, o Paraguai e a Venezuela. Já a Empresa “B”, mesmo exportando 49% do total aos Estados Unidos, tem procurado conquistar novos mercados e diversificar suas vendas externas.

Algumas outras características próprias das empresas exportadoras puderam ser confirmadas com as conclusões obtidas no trabalho de Machado Neto (2006), após a realização da pesquisa.

Em relação ao dinamismo da indústria no mercado internacional, foram verificadas como influentes, no processo de internacionalização, as variáveis relacionadas ao seu porte e o foco no crescimento, já que as duas indústrias pesquisadas destacaram, como um dos objetivos do plano estratégico, a expansão das exportações nos próximos dois anos.

Quanto ao grau de escolaridade dos dirigentes, a formação acadêmica ou profissional no exterior e o domínio de idiomas, aspectos que a literatura pesquisada coloca como determinantes da permanência da empresa na exportação, observou-se a existência de um moderado suporte empírico para a hipótese estudada. Em uma das indústrias, dos três diretores, apenas um possuía título universitário e aptidão para conduzir negócios internacionais em outro idioma.

Ademais, foi possível notar a percepção favorável dos dirigentes quanto às vantagens das vendas no mercado externo para as suas empresas, impactando na decisão de expandir as exportações. Nesse sentido, as variáveis relacionadas às barreiras à exportação não foram consideradas como fatores negativos ao compromisso exportador. Apenas a intensidade da concorrência nos mercados estrangeiros foi colocada como um complicador no processo de inserção no mercado externo. Essa postura se coaduna com a intenção manifestada por ambas as indústrias de expandirem a internacionalização dos seus produtos nos próximos anos.

Merecem serem destacadas duas importantes questões observadas nas indústrias pesquisadas: a primeira relacionada ao tempo de internacionalização (ambas mais de dez anos), que lhes permitiu a aquisição de conhecimento da atividade exportadora, favorecendo a permanência e expansão das suas atividades no mercado internacional. Inclusive, as duas empresas ressaltaram a frequente participação dos seus dirigentes em feiras internacionais ligadas ao setor, a fim de se adequarem às novas tendências da moda internacional e assim, aumentarem suas capacidades de inovação quanto ao design de novos produtos.

O outro diferencial constatado foi a percepção de uma das indústrias quanto à necessidade de se trabalhar com a administração financeira, via operações de *hedge*, visando garantir uma maior segurança na atividade exportadora, frente às incertezas cambiais decorrentes das crises econômicas.

Finalmente, o fato da maior parte da produção de ambas as empresas estar localizada na cidade de Franca (a totalidade, no caso de uma delas), permite concluir que a transferência de parte da produção para os estados do nordeste não é fator preponderante para a manutenção das empresas calçadistas no mercado internacional.

Conclusões e recomendações

O presente trabalho teve por finalidade, ao analisar o processo de internacionalização de duas indústrias calçadistas da cidade de Franca, verificar os fatores internos das mesmas e as estratégias diferenciadas por elas utilizadas para a permanência e até mesmo a expansão das suas vendas para o mercado externo. Isto num momento em que o setor calçadista nacional como um todo e a indústria de Franca, em particular, passavam por dificuldades que levaram à redução das exportações e até ao encerramento das atividades de importantes empresas da região.

As experiências das indústrias relatadas neste trabalho mostram que a obtenção de melhores resultados na internacionalização das atividades da indústria calçadista da cidade de Franca, deve passar por medidas que diminuam a sua dependência para com os agentes de exportação e acelerem a diversificação de mercados, em especial incrementando as vendas para países da América Latina e do Mercado Comum Europeu.

Essas medidas passam pela produção de calçados de maior valor agregado, para escapar da concorrência com os produtos chineses, pela exportação com marca própria e pela implantação de representações comerciais

em outros países, fatores que permitiriam a construção de canais próprios de distribuição no exterior, e um maior conhecimento dos mercados consumidores.

Espera-se que a identificação dos fatores que levaram estas empresas a ter sucesso na exportação, possa servir para que as próprias indústrias calçadistas reavaliem seus processos e métodos de atuação no comércio internacional, com vistas a recuperar a participação relativa do setor na pauta de exportações do Brasil e até mesmo para a busca de novas formas de inserção no mercado externo.

No sentido de facilitar e acelerar este processo, a intervenção de órgãos de apoio às exportações, o trabalho da universidade e o próprio desenvolvimento do arranjo produtivo local, talvez sejam os caminhos mais adequados para mudar a realidade atual.

Como limitação desta pesquisa, destaca-se o fato de a população investigada ter sido definida de forma estreita, contando apenas com duas empresas calçadistas da região de Franca, o que impossibilita a generalização dos resultados observados.

Uma sugestão para estudos futuros seria a realização de pesquisas semelhantes em outras empresas da cidade, bem como de outras regiões produtoras de calçados no Brasil, em especial com as empresas do Vale dos Sinos (RS), devido à sua importância na produção e comercialização de calçados brasileiros. Dessa forma, poderiam ser feitas comparações entre os resultados alcançados em diferentes regiões, possibilitando ao setor a elaboração de planos de ação para atacar suas fraquezas e desenvolver sua competitividade.

REFERÊNCIAS

- ABICALÇADOS. Associação Brasileira das Indústrias Produtoras de Calçados. *Resenha estatística da indústria calçadista 2006*. Disponível em: <<http://www.abicalcados.com.br>>. Acesso em abr. 2006.
- _____. *Resenha estatística da indústria calçadista 2006*. Disponível em: <http://www.abicalcados.com.br>.. Acesso em out. 2008.
- ANDERSEN, O. On the internationalization process of firms: a critical analysis. *Journal of International Business Studies*, Washington, v. 24, n. 2, p. 209-231, 1993.
- BARRETO, A. S. P. *Internacionalização de empresas brasileiras: processos, pessoas e networks no investimento direto no exterior*. 1998. Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brasil), 1998.
- BILKEY, W. J.; TESAR, G. The export behavior of smaller-sized Wisconsin manufacturing firms. *Journal of International Business Studies*, Washington, v. 8, n. 1, p. 93-98, 1977.
- CARVALHO NETO, S. *Competência para exportar: alternativa de crescimento para a indústria de calçados de Franca*. 2004. Dissertação (mestrado). FACEF - Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativa e Contábeis de Franca (Brasil), 2004.
- CAVUSGIL, S. T. Organizational characteristics associated with export activity. *Journal of Management Studies*, Oxford, v. 21, n. 1, p. 3-22, 1984.
- CONSTANZI, R. N. *Distribuição espacial da indústria de calçados no Brasil no século XX*. 1999. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo - Faculdade de Economia e Administração, São Paulo/SP (Brasil), 1999.
- CZINKOTA, M.R.; JOHNSTON, W. J. Exporting: does sales volume make a difference? - Reply. *Journal of International Business Studies*, p. 157-161, Summer, 1985.
- DAL-SOTO, F. O processo de internacionalização de empresas brasileiras do setor de componentes para couro, calçados e artefatos. *Workshop sobre Internacionalização de Empresas – Desafios e oportunidades para países emergentes*, São Paulo (SP): FEA/USP 60 anos, 2006.

GARCIA, R. *Vantagens competitivas de empresas em aglomerações industriais: um estudo aplicado à indústria brasileira de calçados e sua inserção nas cadeias produtivas globais*. 2001. Tese (Doutorado). Universidade de Campinas, Instituto de Economia, Campinas/SP (Brasil), 2001.

_____. *Aglomerações setoriais ou distritos industriais: um estudo das indústrias têxtil e de calçados no Brasil*. 1996. Dissertação (Mestrado). Universidade de Campinas, Instituto de Economia, Campinas/SP (Brasil), 1991.

GONÇALVES, F. F. *A influência da cultura organizacional no processo de internacionalização da empresa: caso Spoleto*. 2008. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPPEAD, Rio de Janeiro (Brasil), 2008.

HENRIQUES, L. F. R. *A análise da competitividade da indústria calçadista do Vale dos Sinos: uma aplicação da metodologia de Michel Porter*. 1999. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas/SP (Brasil), 1999.

HEMAIS, C. A.; HILAL, A. O processo de internacionalização da firma segundo a Escola Nórdica. In: ROCHA, A. (Org.). *A internacionalização das empresas brasileira: estudos de gestão internacional*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

JOHANSON, J.; WIEDERSHEIM-PAUL, F. The internationalization of firm: four swedish cases. *Journal of Management Studies*, Oxford, v. 12, n. 3, p. 305-322, Oct, 1975.

JOHANSON, J.; VAHLNE, J. E. The mechanism of internationalization. *International Marketing Review*, Londres, v. 7, n. 4, p. 11-24, 1990.

_____. Business relationship learning and commitment in the internationalization process. *Journal of International Entrepreneurship*, Amsterdam, v. 1, p. 83-101, 2003.

_____. Commitment and opportunity development in the internationalization process: a note on the Uppsala Internationalization Process Model. *Management International Review*, Gütersloh, v. 42, n. 2, p. 165-178, 2006.

MACHADO NETO, A. J. *Os determinantes do comportamento exportador da indústria calçadista francana*. 2006. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA), São Paulo / SP (Brasil), 2006.

- REID S. D. The decision-maker and export entry and expansion. *Journal of International Business Studies*, Washington, p. 101-112, Fall 1981.
- REIS, C. N. *A indústria brasileira de calçados: inserção internacional e dinâmica interna nos anos 80*. 1994. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas / SP (Brasil), 1994.
- REIS, M. dos. *Reestruturação internacional e inserção do Brasil na indústria de calçados*. 1992. Dissertação (Mestrado). Inst. de Econ. da Unicamp. Campinas: Unicamp, 1992.
- ROCHA, A.; CHRISTENSEN, C. H. Como as empresas brasileiras exportam: revisão dos estudos sobre exportação (1978-1990). In: ROCHA, A. (Org.). *A internacionalização das empresas brasileira: estudos de gestão internacional*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.
- SEBRAE. Serviço de Apoio à micro e pequena empresa. *Projeto APL Franca*. Franca, 2004.
- SZAPIRO, M.; ANDRADE, M. *Internacionalização em arranjos e sistemas de MPME - NT 1.8*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.
- SINDIFRANCA. Sindicato da Indústria de Calçados de Franca. *Informações gerais sobre o setor calçadista*. Franca: Sindifranca, mar. 2006.
- _____. *Entrevista com um Diretor do Sindicato da Indústria de Calçados de Franca*. Franca: Sindifranca, nov. 2008.
- SOUZA, V. S. F.; DREHER, M. T.; AMAL, M. A influência da responsabilidade sócio-ambiental no processo de internacionalização: o caso da Electro Aço Altona. *Revista de Ciência da Administração*, Florianópolis, v. 9, n. 19, p. 103-126, 2007.
- SUZIGAN, W. et al. Sistemas produtivos locais no Estado de São Paulo: o caso da indústria de calçados de Franca. In: TIRONI, L.F. (Coord.). *Industrialização descentralizada: sistemas industriais locais*. Brasília: IPEA, 2001.
- YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

PENSANDO O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL: A ATUAÇÃO DO BANCO DO BRASIL S/A

Melissa Franchini Cavalcanti Bandos
André Ruwer

Introdução

O tema desenvolvimento, nos últimos anos, passa a ser pauta constante em todo o mundo nos debates políticos e científicos, pois estão cada vez mais evidentes os desequilíbrios causados pelo atual modelo de crescimento econômico nas esferas ambiental e social, sendo necessárias medidas imediatas, repensando o meio ambiente e as condições de vida para a população.

Concretiza-se, assim, a busca da equidade e da justiça social por meio da materialização de uma forma de desenvolvimento que assegure a permanência e a continuidade das conquistas e dos avanços no contexto social, bem como na estrutura econômica atual e que evite, ou minimize as agressões ao ambiente que provocam, no futuro, comprometimento ao desenvolvimento e à qualidade de vida da população.

Assim, há que se considerar que o desenvolvimento é um fenômeno complexo, com inferências econômicas, sociais, políticas e culturais (TOLOSA, 1978), e que, embora dependa do crescimento econômico, não pode ser considerado simplesmente como sinônimo de crescimento (OLIVEIRA, 2002; MARTINELLI; JOYAL, 2004), avaliado apenas como um processo de expansão quantitativa do produto e da renda, e sim, considerado como uma transformação qualitativa da sociedade na mudança de suas características.

Nesse sentido, insere-se no amplo conceito de desenvolvimento, o Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) como resultado da ação articulada dos diversos agentes sociais, políticos e econômicos, públicos ou privados, da região em análise, voltada ao alcance de um objetivo comum, pela construção de um projeto estratégico orientador de suas ações em longo prazo (MAGALHÃES; BITTENCOURT, 1997).

É fato que a sua construção pressupõe a mobilização das energias e capacidades endógenas (DEL CASTILHO, 1994; MAGALHÃES; BITTENCOURT, 1997; MARTINELLI; JOYAL, 2004) de maneira a propiciar a introdução de mudanças que elevem as oportunidades sociais e as condições de vida no plano local, tendo como base a participação da sociedade no processo. Assim, a importância de instituições públicas e privadas pensarem o desenvolvimento, isto é, debaterem o tema, inserirem em suas pautas estratégicas e atuarem, torna-se fundamental ao próprio processo de Desenvolvimento Regional Sustentável.

Dessa forma, o presente capítulo tem o objetivo de analisar a atuação da principal instituição financeira do país acerca da construção do Desenvolvimento Regional Sustentável, o Banco do Brasil S/A, ou seja, verificar como essa importante instituição brasileira atua no desenvolvimento, quais as atividades proporcionadas no sentido de contribuir efetivamente no DRS, em específico, focada na educação corporativa, qualificando seus profissionais para assessoria à elaboração de planos de negócios voltados para o incremento das comunidades.

Para condução desse estudo, foi escolhida a pesquisa qualitativa descritiva desenvolvida com base em dados secundários por meio de uma ampla revisão bibliográfica extraída principalmente de livros, anais de congressos e *sites* da internet e complementada por um estudo de caso, com a intenção de detalhar a investigação e analisar um contexto real.

Para tanto, inicialmente, será abordado o tema desenvolvimento de forma ampla, na seqüência, aborda-se o Desenvolvimento Regional

Sustentável e a importância da atuação endógena de instituições públicas e privadas no debate. Insere-se o estudo de caso descrevendo a atuação do Banco do Brasil S/A no Desenvolvimento Regional Sustentável e, ao final, as conclusões.

Pensando o desenvolvimento

O desenvolvimento será abordado como um tema amplo e complexo envolvendo não apenas o crescimento econômico, mas também atrelado ao crescimento social, cultural, político e ambiental. Oliveira (2002, p.38) destaca que “o desenvolvimento, em qualquer concepção, deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida”.

O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras (OLIVEIRA, 2002, p.40).

Historicamente, o desenvolvimento resulta de transformações estruturais que, por sua vez, são conseqüência de movimentos cumulativos de recursos técnicos, materiais e humanos de uma sociedade (BUARQUE, 1994). Da mesma forma, também na era da globalização, “[...] o espaço geográfico ganha novos contornos, novas características, novas definições” (SANTOS, 2000, p. 79), deixando de ser considerado apenas o suporte físico das atividades e dos processos econômicos para representar a valorização dos “[...] territórios e as relações entre os atores sociais, suas organizações concretas, as técnicas

produtivas, o meio-ambiente e a mobilização social e cultural” (MARTINELLI; JOYAL, 2004, p.7).

Assim, as exigidas mudanças de orientação e novas formas de produção realizam-se pela fragmentação territorial, onde “[...] renascem as identidades culturais e políticas nos níveis local e regional” (COELHO apud MARTINELLI; JOYAL, 2004, p. 1) impulsionando a atenção para estratégias de desenvolvimento no próprio nível local (MARTINELLI; JOYAL, 2004, p. 1). Nesta perspectiva, Albuquerque (1996) salienta que a identidade própria de cada território se converte em sustentação de seu desenvolvimento produtivo.

A proximidade dos problemas, necessidades, recursos e atores sociais locais permite, [...] formular políticas mais realistas e, sobretudo, baseadas no consenso com tais atores. Igualmente, se abre a possibilidade de promover a criação negociada de instituições de fomento produtivo empresarial em nível local, de gerar um clima de confiança e cooperação entre entidades públicas e o setor privado empresarial e de estimular assim uma cultura local de desenvolvimento (ALBUQUERQUE, 1996, p.3-4).

Deve-se, então, buscar complementar o esforço das políticas macroeconômicas com políticas específicas, ou melhor, políticas ou atuações regionais/locais, alcançando, por essas medidas, uma mudança de atitude frente a um enfoque em que antes se privilegiava a atração de recursos externos focada em problemas gerais ou de grandes grupos, voltando-se às possibilidades e iniciativas de desenvolvimento endógeno, em que

é possível aproximar-se das circunstâncias e características concretas dos diversos territórios ou regiões e formular políticas e instrumentos de fomento produtivo e modernização tecnológica e empresarial mais ajustados ao perfil específico de cada zona (ALBUQUERQUE, 1996, p.5).

Nesse sentido, faz-se necessária a abordagem do conceito de desenvolvimento regional ou local, em que a preocupação é específica com o

espaço em que o desenvolvimento ocorrerá. Lorenzo (2007) descreve que no desenvolvimento local, a própria comunidade faz surgir suas capacidades e competências de gestão das suas próprias condições de vida. Sobre os fatores endógenos, continua Lorenzo (2007), são potenciais e forças individuais e/ou coletivas presentes de forma implícita ou explícita em uma comunidade. A autora exemplifica que são interesses e objetivos comuns como a identidade social, as diversidades de funções que podem ser forças de alavancamento.

Da mesma maneira, Martinelli e Joyal (2004, p.10-11) continuam acerca do desenvolvimento regional.

Do ponto de vista regional, o conceito de desenvolvimento endógeno pode ser entendido como um processo interno de ampliação contínua de agregação de valor na produção, bem como da capacidade de absorção da região. Esse processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda local ou da região, em um modelo de desenvolvimento definido. O novo paradigma de desenvolvimento regional endógeno está no fato que o modelo de desenvolvimento passa ser estruturado a partir dos próprios atores locais, e não mais pelo planejamento centralizado.

Para tanto, os termos local e regional serão abordados em conjunto. O desenvolvimento local é a terminologia adotada para explicar as transformações econômicas, políticas, sociais, culturais e ambientais de uma localidade com peculiaridades que a torna singular e o desenvolvimento regional trata das transformações econômicas, políticas, sociais, culturais e ambientais de uma região definida geograficamente. Ao inserir o termo sustentável junto ao desenvolvimento regional está se pensando em transformações de uma região específica “[...] socialmente desejável, economicamente viável e ecologicamente prudente” (SACHS, 1986, p.110) que será amplamente abordada no tópico a seguir.

O Desenvolvimento Regional sustentável

O Desenvolvimento Regional Sustentável é o resultado da ação articulada dos diversos agentes sociais, políticos e econômicos, públicos ou privados, do município ou região, voltados ao alcance de um objetivo específico, por meio da mobilização das capacidades internas a localidade, isto é, endógenas (DEL CASTILHO, 1994; MAGALHÃES; BITTENCOURT, 1997; MARTINELLI; JOYAL, 2004).

Sachs (apud OLIVEIRA, 2002) destaca cinco dimensões de sustentabilidade dos sistemas econômicos, que devem ser observadas para se planejar o desenvolvimento: a social, a econômica, a ecológica, a espacial e a cultural.

Explicando cada dimensão, o autor afirma que a dimensão social diz respeito à melhora nos níveis de distribuição de renda com a finalidade de diminuir a exclusão social e as diferenças econômicas entre as classes sociais; a dimensão econômica está relacionada à eficiência na alocação e gestão de recursos; a dimensão ecológica diz respeito à preservação ambiental sem comprometer a oferta de recursos naturais ao homem; a dimensão espacial relaciona-se à ocupação do território, rural e urbano e, por fim, a dimensão cultural está ligada a mudanças no pensar e agir da sociedade de maneira a despertar uma consciência ambiental que reduza o consumo de produtos que provoquem impactos ambientais.

Verifica-se, portanto, que, ao abordar o Desenvolvimento Regional Sustentável, está se falando em positivas transformações econômicas, sociais, ecológicas, espaciais e culturais que se sustentem no longo prazo, fomentadas e implementadas pela própria sociedade. Trata-se de uma combinação dos fatores: recursos (terra, trabalho e tecnologia); comunidade (uma população de um determinado espaço, região ou município); e organizações governamentais ou não governamentais (tais como universidades, instituições, sindicatos, associações, agências, órgão governamentais no âmbito

federal, estadual e municipal) com foco em aumentar as oportunidades sociais e as condições de vida no plano local/regional.

É o caminho que deve ser percorrido por uma comunidade em busca da qualidade de vida e participação democrática nos destinos de sua região, cidade ou localidade (FRANCO, 2000). É necessária uma proposta de desenvolvimento a partir das bases, com a participação ativa da população na identificação das necessidades e na priorização de ações por meio dos atores locais, com vistas a garantir resultados que demonstrem melhoria na qualidade de vida da população. Essas ações necessitam de uma política para promover a descentralização das decisões em prol da autonomia dos locais e de um sistema de estímulo à criatividade e auto-realização pessoal em que os membros da comunidade aplicam sua efetiva vocação.

O conceito do Desenvolvimento Regional Sustentável, como uma nova maneira de promover mudanças e transformações, propiciando o surgimento de comunidades mais equilibradas, foi adotado no Brasil a partir de 1995 com o programa Comunidade Solidária, ligado à Presidência da República. Com essa experiência, evidenciou-se a necessidade de promoção e fortalecimento de parcerias entre as três esferas de governo e destas com as organizações da sociedade civil, propiciando o despertar de vocações locais para o Desenvolvimento Sustentável, com a “identificação e o fortalecimento das potencialidades produtivas dos municípios-alvo, a organização da sociedade em torno de objetivos comuns e o suprimento de suas carências mais imediatas para colocar em marcha o processo de desenvolvimento” (ACCARINI; COSTA, 2002, p.58).

Em relação à prática do processo de DRS, além dos fatores citados anteriormente, Albuquerque (1996) expressa que o mesmo também implica em criar novas instituições para o desenvolvimento territorial, com a participação negociada dos gestores públicos e do setor privado; impulsionar iniciativas empresariais inovadoras e melhorar a capacitação da força de trabalho local (ALBUQUERQUE, 1996).

A partir da análise dos discursos da maioria dos autores que trabalham o DRS, verifica-se que esse processo deve ser administrado de forma participativa pela sociedade, com o objetivo de constituir um fórum representativo da comunidade, em que todos os segmentos devem estar representados para construir uma proposta que se consolide num projeto para local ou região. Esse processo presuppõe atores locais unidos por uma vontade solidária em prol do desenvolvimento de sua localidade, município ou região.

Nessa perspectiva, o setor público assume papel fundamental na forma de estimulador de inovações, tão fundamentais ao processo de Desenvolvimento Regional sustentável (MARTINELLI; JOYAL, 2004), e:

(...) o papel principal do setor público é estimular os elementos que viabilizam a inovação, tornando-a possível: infra-estrutura intelectual efetiva, força de trabalho instruída e qualificada, qualidade de vida adequada e atraente, ambiente de negócios estimulante, oferta real de capital de risco; mercado receptivo para novos produtos e processos, compromisso com a modernização industrial, cultura voltada para a industrialização com flexibilidade e cooperação, e o sistema social apoiando a inovação e a diversidade (BERMAN e MARTIN apud MARTINELLI; JOYAL, 2004, p.59).

Dessa forma, a temática é pertinente uma vez que, no Brasil, o tema desemprego e a exclusão social a ele associada, é objeto da preocupação de estudiosos e de diversos atores sociais. O agravamento das capacidades regionais de gerar postos de trabalho e renda para a maioria dos habitantes impulsiona a busca por alternativas dentro de um conceito de Desenvolvimento Regional Sustentável, conforme apresenta Singer (1998, p.62,63):

[...] como dever do Estado à promoção de um processo público de inclusão social, sustentando e treinando os desempregados, financiando e assistindo de diversas maneiras a pequenas empresas ou comunidades de trabalho, redistribuindo terras subutilizadas entre os camponeses, etc.

Assim, algumas ações estão sendo implementadas pelo governo brasileiro voltadas para um desenvolvimento sustentável que seja capaz de gerar riquezas e melhoria da qualidade de vida enquanto promove o equilíbrio social e impede a degradação ambiental. Dentre essas ações, destaca-se a iniciativa do Banco do Brasil S/A que, em parceria com o Governo Federal, apoia a implantação de programas de Desenvolvimento Regional Sustentável, como forma de catalisar as ações dos diferentes agentes existentes nas comunidades.

Inserire-se, assim, no contexto de DRS, o Banco do Brasil S/A na posição de ator e agente de desenvolvimento, amplamente abordada no tópico seguinte.

A atuação do Banco do Brasil no desenvolvimento regional sustentável

O Banco do Brasil foi o primeiro banco brasileiro, criado em 12 de outubro de 1808, por meio de um alvará do príncipe regente D. João (BANCO DO BRASIL, 2009b). É uma das mais sólidas instituições brasileiras e pode ser considerada a maior instituição financeira pública do país. Esse argumento fundamenta a importância de se conhecer o Banco do Brasil S/A como agente de Desenvolvimento Regional Sustentável, pois impulsiona a economia e o desenvolvimento dos municípios em que atua ao financiar a agricultura familiar, o agronegócio, o comércio exterior, as micro e pequenas empresas, entre outros.

O desenvolvimento do Brasil está expresso na missão do Banco do Brasil: “ser a solução em serviços e intermediação financeira, atender às expectativas de clientes e acionistas, fortalecer o compromisso entre os funcionários e a empresa e contribuir para o **desenvolvimento do País**” (grifo nosso) (BANCO DO BRASIL, 2009b), e de maneira específica, o desenvolvimento sustentável destaca-se entre os objetivos da instituição.

Nesse sentido, o Banco do Brasil, enquanto agente de desenvolvimento, é norteado pela crença

de se conciliar o atendimento aos interesses dos seus acionistas com o desenvolvimento de negócios social e ecologicamente sustentáveis, mediante o estabelecimento de relações eticamente responsáveis com seus diversos públicos de interesse, interna e externamente (BANCO DO BRASIL, 2009a).

Assim, o compromisso com o desenvolvimento sustentável, definido pelo Conselho Diretor e pelo Conselho de Administração do Banco do Brasil S/A e assumido por toda a organização, está expresso na Carta de Princípios de Responsabilidade Socioambiental e no Código de Ética do Banco do Brasil (BANCO DO BRASIL, 2009a).

A título de exemplo, a seguir, são enumerados os compromissos da instituição para com o desenvolvimento, destacando-se uma orientação explícita voltada ao Desenvolvimento Regional Sustentável.

- Atuar em consonância com Valores Universais, como: Direitos Humanos, Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho, Princípios sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.
- Reconhecer que todos os seres são interligados e toda forma de vida é importante.
- Repelir preconceitos e discriminações de gênero, orientação sexual, etnia, raça, credo ou de qualquer espécie.
- Fortalecer a visão da Responsabilidade Socioambiental como investimento permanente e necessário para o futuro da humanidade.
- Perceber e valer-se da posição estratégica da corporação BB, nas relações com o Governo, o Mercado e a Sociedade Civil, para adotar modelo próprio de gestão da Responsabilidade Socioambiental à altura da corporação e dos desafios do Brasil contemporâneo.

- Ter a transparência, a ética e o respeito ao meio ambiente como balizadores das práticas administrativas e negociais da Empresa.
- Pautar relacionamentos com terceiros a partir de critérios que observem os princípios de responsabilidade socioambiental e promovam o desenvolvimento econômico e social.
- **Estimular, difundir e implementar práticas de desenvolvimento sustentável.** (grifo nosso)
- Enxergar clientes e potenciais clientes, antes de tudo, como cidadãos.
- Estabelecer e difundir boas práticas de governança corporativa, preservando os compromissos com acionistas e investidores.
- Contribuir para que o potencial intelectual, profissional, artístico, ético e espiritual dos funcionários e colaboradores possa ser aproveitado, em sua plenitude, pela sociedade.
- Fundamentar o relacionamento com os funcionários e colaboradores na ética e no respeito.
- Contribuir para a universalização dos direitos sociais e da cidadania.
- Contribuir para a inclusão de pessoas com deficiência. (BANCO DO BRASIL, 2009a).

Assim, focando o Desenvolvimento Regional Sustentável, o Banco do Brasil S/A em parceria com o Governo Federal fomenta as ações dos diferentes agentes existentes nas comunidades, no sentido de superar as dificuldades e carências e promover o desenvolvimento não apenas de uma, mas de todas as etapas de uma atividade produtiva.

Essa medida visa implantar uma nova maneira de atuar junto a comunidades localizadas em regiões carentes, buscando mobilizar os agentes econômicos, políticos e sociais para impulsionar o desenvolvimento sustentável. Com isso, pretende também promover a geração de trabalho e renda de forma sustentável, inclusiva e participativa, considerando as características locais, de

natureza econômica, social, ambiental, institucional, política e cultural. Para o Banco do Brasil (2009a):

Desenvolvimento Sustentável é aquele que leva à construção de comunidades humanas que buscam atingir um padrão de organização em rede, com características de interdependência, reciclagem, parceria, flexibilidade e diversidade, considerando-se que as ações sejam economicamente viáveis, socialmente justas, ambientalmente corretas e culturalmente diversificadas.

Dessa forma, os esforços individuais na organização devem se orientar para a realização dos objetivos estabelecidos; e, os funcionários, imbuídos de solidariedade, dignidade e coesão com os valores, alinham-se a essa iniciativa, buscando empenhar-se na consecução dos objetivos e da estratégia proposta.

A etapa inicial desse processo envolve a educação para a formação profissional e atualização dos funcionários do Banco do Brasil que atuam em suas unidades. Essa capacitação é promovida pela Universidade Corporativa do Banco do Brasil que, em convênio com instituições de ensino superior do país, proporciona um MBA Executivo em Negócios do Desenvolvimento Regional Sustentável.

O sistema de Educação Corporativa do Banco do Brasil S/A existe desde 1965 e o foco da instituição é o desenvolvimento pessoal e profissional dos funcionários, visando multiplicar ações no Desenvolvimento Social (BANCO DO BRASIL, 2009a).

A capacitação mencionada em DRS favorece a mobilização e treinamento dos funcionários envolvidos para a implantação das ações de Desenvolvimento Regional Sustentável que se propõe a fortalecer o associativismo, a agricultura familiar, os mini e pequeno empresários formal ou informal, as cooperativas populares, em suma, o desenvolvimento de atividades produtivas identificadas como vocação das mais diferentes regiões, com respeito à cultura local e aos níveis de organização.

Os funcionários do banco, após a capacitação, são capazes de ampliar as ações no que diz respeito ao Desenvolvimento Regional Sustentável, fortalecendo atores locais, fornecendo a devida assessoria na elaboração de planos de negócios voltados para o incremento das comunidades.

Os programas e ações de aprendizagem dessa instituição são orientados pelos seguintes propósitos:

- Desenvolver a excelência humana e profissional de nossos funcionários;
- Prover soluções para problemas de desempenho profissional;
- Aperfeiçoar a performance organizacional; e
- Formar sucessores para quadros técnicos e gerenciais do Banco do Brasil. (BANCO DO BRASIL, 2009a)

Para o Banco do Brasil, a promoção ao Desenvolvimento Regional Sustentável gera novas oportunidades de negócio para os parceiros, promove maior participação no mercado de baixa renda, amplia a base de clientes e contribui para a fidelização de clientes. E a concretização dessa estratégia passa, necessariamente, por processos educativos e colaborativos de Desenvolvimento Social, tanto internamente, do qual participam funcionários em todos os níveis hierárquicos, quanto externamente, do qual participam organizações e indivíduos tanto da iniciativa pública, quanto da privada.

Conclusões

A reestruturação dos sistemas produtivos locais, de acordo com Parente (1997), depende de políticas territorializadas com base na formação do capital humano e social e na construção de uma nova relação estado-sociedade que permita a oferta de serviços inovadores de apoio à cadeia produtiva local composta de micro e pequenas empresas.

Deriva, portanto, a necessária articulação de iniciativas de políticas de geração de trabalho e renda que envolvam as camadas mais pobres da população nas estratégias de desenvolvimento local e regional, em detrimento de políticas assistencialistas e compensatórias mantenedoras de uma cadeia de favores e dependência. Assim, a pesquisa aqui empreendida se justifica à medida que constitui um referencial de conhecimento de práticas de DRS utilizadas por uma organização pública, na efetiva disposição política do Estado para estabelecer e aplicar os instrumentos de gestão necessários para tal.

O enfoque regional é da mesma forma, justificado pela crescente necessidade de fortalecer os espaços regionais, com projetos autossustentáveis que garantam a preservação da cultura e do meio ambiente, que minimizem a concentração de renda, a exclusão e a segregação econômica, resultado da nova dinâmica da competição mundial.

A relevância deste estudo está na discussão da efetividade de políticas adotadas por uma organização pública, sua experiência e contribuição para a minimização de problemas sociais e males que afetam a sociedade moderna. Afinal, o Desenvolvimento Sustentável não trata somente da redução do impacto da atividade econômica no meio ambiente, mas, principalmente, das consequências dessa relação na qualidade de vida e no bem-estar da sociedade, tanto presente quanto futura (ALBUQUERQUE,1996).

Para atender ao grande desafio de desenvolver com sustentabilidade e atuar como agente facilitador na promoção do desenvolvimento econômico regional e local, o setor público possui várias alternativas de atuação. Uma delas, pode ser “[...] um enfoque proativo e preventivo para a indústria e para a economia local, em busca de novas oportunidades de desenvolvimento dentro dos interesses e das vocações da comunidade local (MARTINELLI; JOYAL, 2004, p.59), o que constitui um desafio importante de estudo, debate e registro e delinea a ação buscada pelo Banco do Brasil S/A.

Esta foi à lógica que se pretendeu mostrar: a da organização que estabeleceu a missão e definiu estratégias capazes de realizar essa missão, contemplando as pessoas, identificadas com os valores e cultura organizacional. Assim, o Banco do Brasil S/A, como ator importante, com uma imagem institucional consolidada junto às comunidades, por meio da educação profissional voltada para o Desenvolvimento Regional Sustentável, busca assumir um papel ativo na construção de arranjos produtivos locais, por meio de processo participativo e concertação em conjunto com vários outros atores.

Dessa forma, o Banco do Brasil identificou-se com a busca de desenvolvimento sustentável, associando sua missão à necessidade de auxiliar as regiões a promoverem o seu desenvolvimento, com redução do desemprego e ampliação da renda das populações, notadamente envolvido por sentimentos de responsabilidade e de dignidade humana. Esse comprometimento originou a criação de uma carta de princípios, definindo uma visão pró-ativa na busca de ações sustentáveis, por meio da deliberação pelos membros da organização na definição e orientação explícita de uma estratégia voltada ao Desenvolvimento Regional Sustentável.

O Desenvolvimento Regional Sustentável pressupõe a existência, na comunidade, de recursos humanos capacitados ou da estruturação de um programa efetivo de envolvimento, assessoria, treinamento, desenvolvimento e qualificação; papel que pode ser desempenhado por uma organização do setor público. Proporcionar a atuação de atores capacitados para fomentar o Desenvolvimento Regional Sustentável, e em específico, os profissionais de uma organização pública, é indispensável para a construção de projetos que tenham cada vez mais sucesso e efetividade.

REFERÊNCIAS

ACCARINI, José H.; COSTA, Otávio G. P. da. *Desenvolvimento local integrado sustentável no Brasil (DLIS): Reflexões: Bahia análise & dados*, Salvador, v. 12, n.2, p. 57-70, set. 2002.

ALBUQUERQUE, Francisco. *Desenvolvimento e fomento produtivo local para superar a pobreza*. Tradução do trabalho “Desenvolvimento e fomento produtivo local para a superação da pobreza no Chile”, apresentado pelo autor no seminário de mesmo nome organizado pelo Fundo de Solidariedade e Investimento Social e pelo Ministério de Planejamento e Cooperação (FOSIS/MIDEPLAN), conjuntamente com o ILPES, realizado na sede da CEPAL em 12 e 13 de ago.1996.

Disponível em:

<http://www.rededlis.org.br/textos_download.asp?action=lista&ordena=titulo>
Acesso em: 18 jan. 2009.

BANCO DO BRASIL. *Sustentabilidade*. Disponível em:
<<http://www.bb.com.br/portalbb/home1,8305,8305,0,0,1,6.bb>> Acesso em:
3 jul. 2009a.

BANCO DO BRASIL. *Sobre o Banco do Brasil*. Disponível em:
<<http://www.bb.com.br/portalbb/home2,102,102,1,0,1,6.bb>> Acesso em: 30
nov. 2009b.

BUARQUE, Sérgio C. *Metodologia de planejamento do desenvolvimento sustentável*. Recife, IICA: 1994.

DEL CASTILLO, J. *Manuel de desarrollo local*. Departamento de Economía y Hacienda, Gobierno Vasco: Victoria-Gasteiz, 1994.

FRANCO, Augusto de. *Porque precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável*. 2000. Disponível em <<http://dlis.undp.org.br/pnud.nsf>>. Acesso em
20 fev. 2009.

LORENZO, Helena Carvalho de. *Algumas reflexões sobre o desenvolvimento local e sobre o espaço local como força interna do desenvolvimento*. Texto produzido para o Encontro de Ciências Sociais. Tocantins: Universidade Federal do Tocantins, 2007.

MAGALHÃES, R.; BITTENCOURT, G.. Projeto alternatido de desenvolvimento rural. In: CONTAG; Programa de formação de dirigentes e técnicos em desenvolvimetno local sustentável com base na agricultura familiar. Brasília:Mtb/Sefor/Codefat/Contag, set. 1997.

MARTINELLI, Dante Pinheiro; JOYAL, André. *Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas*. Barurei: Manole, 2004.

OLIVEIRA, Gilson Batista. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. *Recista FAE*, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago.2002.

PARENTE, Silvana. *A Construção Social dos Mercados: desenvolvimento local e microfinanças como mecanismos de mercado para combater a pobreza*. 1997. Disponível em <<http://www.projetobndespnud.org.br/artigo5.htm>>. Acesso em 10 jan. 2009.

SACHS, I. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 3. ed. Rio de Janeiro - São Paulo: Record. 2000.

SINGER, Paul. *Dinâmica populacional e desenvolvimento: o papel do crescimento populacional no desenvolvimento econômico*. 4. ed. São Paulo: Hucitec. 1988.

TOLOSA, Hamilton C. *Política urbana e distribuição de renda*. In: TOLEDO, Ana Helena Pompeu de; CAVALCANTI, Marly (Org.) - *Planejamento urbano em debate*. São Paulo: Cortez e Moraes, 1978. p.19-46.

O ESPAÇO EM QUESTÃO: SEGREGAÇÃO E DESIGUALDADE NA PERIFERIA DE RIBEIRÃO PRETO - SP

Maria Esther Fernandes

Introdução

A própria dialética nos ensina que nenhum fenômeno pode ser compreendido isoladamente. Sendo o espaço um produto social, resultado das relações entre as pessoas e o meio, ele assume, também, uma dimensão estratégica e política. Não se pode fazer referência ao “urbano” sem apontar a lógica¹ que preside sua estruturação. Portanto, quando falamos em “urbano”, teremos sempre que nele englobar o espaço central (lugar do poder de decisão) e o espaço periférico¹ (lugar da segregação, do abandono).

Meyer (1979), analisando a cidade sob a perspectiva do que ela denomina “apropriação do espaço”, leva-nos a perceber que enquanto a produção do espaço é obra coletiva, resultado de um trabalho comunitário, seu consumo tem sido sempre privilégio de classe. Para realizar seus objetivos, a cidade (cujos “atributos” são oferta de mão-de-obra, técnica e mercado de consumo, entre outros) cresce atendendo de forma eficiente os interesses

¹ Vários estudos têm-se voltado para a questão do urbano e suas desigualdades (Kowarick, 1994; Perlman, 1977; Bonduki, 1998; Maricato, 1996; Zaluar, 1994; Villaça, 1998; entre outros). Neste trabalho a expressão *bairros periféricos* será utilizada para apontar áreas de segregação sócio-territorial, onde seus habitantes vivem a condição de subcidadania enquanto moradores urbanos. “Os espaços da cidade são política e socialmente diferenciados de acordo com os grupos sociais que nela habitam, de tal modo a definir “territórios” distintos. Grosso modo, os pobres amontoam-se em bairros precários e os ricos espalham-se em espaços monumentais” (Rolnik, 1994: 97).

econômicos e muito precariamente os interesses dos habitantes. Assim, os aspectos “patológicos” desse desenvolvimento da rede urbana manifestam-se na geração de uma marginalidade urbana.²

Muitos autores debruçaram-se, também, sobre a questão da “segregação espacial”. Rolnik (1994, 97), ao discorrer sobre a hierarquização do espaço – a definição dos lugares que cada grupo ocuparia na hierarquia do espaço social, “qualquer um sabe seu lugar, qualquer um identifica onde pode e não pode circular” –, chama nossa atenção para as zonas populares, “setor degradado” onde os lotes são superocupados horizontalmente entre barro e esgoto a céu aberto, e as zonas onde se localizam os palacetes dos ricos.

Assim, os espaços da cidade são política e socialmente diferenciados de acordo com os grupos sociais que nela habitam.

(...) grosso modo, os pobres amontoam-se em bairros precários e os ricos espalham-se em espaços monumentais. Ao mesmo tempo que há separação e recorte, ocorre um processo de identificação e reconhecimento internamente a cada região. Confinados em determinadas zonas da cidade, os grupos sociais acabam de certo modo controlando seus respectivos territórios e sobretudo identificando-se com eles. Assim o bairro segregado não é apenas um lugar no espaço da cidade, mas é o próprio grupo social que o ocupa e com ele se identifica (ROLNIK, 1994, 27-28)

² O uso do termo “marginalidade” adquiriu diferentes conceituações na literatura econômica e sociológica e segundo momentos diversos dos contextos históricos e políticos da sociedade brasileira. A esse respeito, a consulta da obra de Doraci Alves Lopes (1997a), em particular das páginas 28 a 47, é de extrema valia para um aprofundamento sobre o assunto. Nas palavras da autora: “ao longo do tempo, percebe-se que a teoria da marginalidade perde as características mais explícitas e diretas de seu discurso inicial, sem perder sua concepção básica sobre favelas: a de um ‘território’ à parte, tomado por pobres ‘marginais’ que ‘impedem’ a cidade de ser melhor do que é. Com a crítica à teoria da marginalidade, elaborada principalmente por economistas e sociólogos nos anos 70, aprendemos como desmontar os principais fundamentos do dualismo. (...) Mas, nos perguntamos ainda se não ficaram faltando estudos menos macroestruturais sobre as conseqüências sociais desta visão de mundo, que aprofundariam nosso conhecimento sobre a história da classe trabalhadora em sua relação dinâmica com a cidade, através da moradia, nos períodos históricos em que estes estudos vigoraram”. (p. 27).

Economistas, sociólogos e geógrafos apontam como se organiza uma economia marginal (baseada no subemprego, no artesanato, no pequeno comércio ambulante, etc.) por parte da massa trabalhadora rejeitada pelo sistema produtivo principal. Dessa “economia marginal” resulta uma renda insuficiente, instável, que exclui essa população do mercado de consumo, levando-a a habitar as áreas periféricas da cidade.

É no interior dos aspectos até aqui considerados que surge a questão das contradições urbanas no bojo do processo de urbanização da cidade de Ribeirão Preto.

Embora a fragmentação do tecido urbano constitua característica marcante da urbanização dessa cidade, com o conseqüente aprofundamento da distância entre a “cidade luminosa” e os homens lentos das zonas urbanas “opacas”³, cada área da cidade deve ser analisada em suas relações com outras porções do espaço urbano da qual é parte integrante. Embora cada um dos bairros guarde sua especificidade, nenhum deles poderá ser verdadeiramente compreendido sem o esboço de uma contextualização que considere diferentes aspectos e processos que, juntos, colaboraram para o seu surgimento e desenvolvimento.⁴

³ “Na cidade 'luminosa', moderna, hoje, a 'naturalidade' do objeto técnico cria uma mecânica rotineira, um sistema de gestos sem surpresa. Essa historização da metafísica crava no organismo urbano áreas constituídas ao sabor da modernidade e que se justapõem, superpõem e contrapõem ao resto da cidade onde vivem os pobres, nas zonas urbanas 'opacas'. Estas são os espaços do aproximativo e da criatividade, opostos às zonas luminosas, espaços da exatidão. Os espaços inorgânicos é que são abertos, e os espaços regulares são fechados, racionalizados e racionalizadores” (Santos, 1996:261).

⁴ Apenas para ilustrar a afirmação anterior, pode-se citar a gestação de uma modalidade de bairro periférico presente na espacialidade da cidade. Buscar compreender os processos que levaram, em fins de agosto de 1996, moradores sem-teto a ocupar uma área de preservação ambiental na cidade, exige que o ensaio explicativo seja acompanhado de uma tentativa em explicitar as relações que esse espaço intra-urbano mantém com outros espaços, tanto os mais próximos, como aqueles do setor sucroalcooleiro, quanto os mais distantes, no caso os da expropriação dos camponeses do Vale do Jequitinhonha (Minas Gerais) e da economia global. Nesse caso, a assertiva anterior também é válida e isso se explica uma vez que a análise específica do bairro pesquisado, hoje denominado Jardim Progresso, evidencia que parcela significativa dos moradores é procedentes do Vale do Jequitinhonha, cuja origem é rural e que, à semelhança de migrantes de outras regiões, teve sua vida alterada pela modernização do campo brasileiro.

A “Califórnia Brasileira”: verdades e equívocos

O município de Ribeirão Preto, localizado no noroeste paulista (310 km da capital do estado), constitui um importante polo econômico regional, caracterizando-se pela atratividade exercida sob outros municípios circunvizinhos, fato este proporcionado, em grande parte, pelo considerável desenvolvimento de seu setor terciário. Atualmente, a região congrega as seguintes sub-regiões: Ribeirão Preto, Franca, Ituverava, São Joaquim da Barra, Barretos, Jaboticabal, Araraquara e São Carlos. A Região Administrativa do município compreende 80 municípios que participam dessas sub-regiões, abrangendo uma área de 36 mil km².

Nos últimos anos, vários estudiosos, sobretudo no campo geográfico e econômico, vêm apontando o interior do estado de São Paulo como uma das áreas do país que mais cresce em relação à sua metrópole. Santos, por exemplo, chama de *involução metropolitana* esse processo e assim o define:

Nos dias atuais, as cidades tocadas pelo processo de modernização agrícola ou industrial típico do período técnico-científico conhecem um crescimento econômico considerável, ao passo que é nas grandes cidades que se acumulam a pobreza e atividades econômicas pobres, uma reversão em relação ao período anterior. O interior modernizado se desenvolve e as metrópoles conhecem taxas de crescimento relativamente menores. Daí a nossa designação de “involução metropolitana” (1994 a:55).

Desde a década de 1970, vem ocorrendo a expansão dos complexos agroindustriais na região de Ribeirão Preto, processo este que exemplifica a crescente composição técnica de seu território. É possível afirmar que a especialização da agropecuária foi o principal fator responsável pela multiplicação de inúmeras cidades na região, ocorrendo, no início do período, a instalação da maior parte dos serviços modernos nos núcleos urbanos mais

antigos (Araraquara, Franca, São Carlos e Ribeirão Preto). De igual monta, foi a receptividade desses aglomerados urbanos à maior parte dos migrantes que se dirigiram à região. Em meados da década de 1970, com a instalação do Proálcool, a requisição de mão-de-obra aumentou em virtude das usinas de álcool e açúcar não conseguirem operar apenas com trabalhadores locais, proporcionando um aumento paralelo das migrações de outros estados para a região.

Todavia, ao longo da década de 1990, assistiu-se na região e, em particular, no entorno mais próximo da cidade de Ribeirão Preto, o recrudescimento da exclusão social com conseqüências na sua estrutura urbana; o que resultou num processo intenso de precarização das condições de vida nos bairros pobres, de parcelamento do solo que, entre outros aspectos, se fez acompanhar por litígios fundiários entre moradores sem-teto, o Executivo e Judiciário da cidade que empresta o nome à região.

Em 1993, segundo dados da Secretaria Municipal de Bem-Estar Social do município de Ribeirão Preto, divulgados em fevereiro de 1994, a cidade contava com 7 830 favelados ou pessoas vivendo em condições precárias de moradia, distribuídas em 21 favelas da cidade com o número de barracos estimado em 1 566. No início de 2001, transcorridos oito anos, de acordo com novo levantamento da Secretaria da Cidadania e Desenvolvimento Social, a cidade apresentava 26 205 moradores vivendo em favelas e ocupações de sem-teto que, reunidas, contabilizavam 31 áreas, nas quais existiam 5 027 barracos de favelados e casas de alvenaria no caso dos sem-teto. Dados mais recentes, fornecidos pela Secretaria Municipal de Bem-Estar Social, com base em levantamento realizado em 2007, apontam a existência de 19 245 favelados, vivendo em 4 381 barracos distribuídos em 33 núcleos, evidenciando o fato de que as políticas públicas do Município não lograram reverter esse quadro de modo substancial.

Elias, geógrafa que realizou o que talvez seja até o momento o estudo mais completo e atualizado sobre a região em questão, procurando

demonstrar como operou na região a construção e organização do espaço através da sua desigual composição orgânica, com grandes reflexos na organização interna das cidades, assim referenda a questão:

(...) a urbanização da sociedade e do território da região respondeu às necessidades de unificação do mercado e do território, atendendo aos anseios de acumulação e concentração das grandes empresas, que passaram a comandar a organização do território regional. (...) Dado o grande montante de capital necessário para dotar o território de fluidez para as grandes empresas, principalmente as associadas ao desenvolvimento dos complexos agroindustriais da cana e da laranja, a urbanização se deu de forma corporativa, uma vez que os recursos para a construção dos fixos⁵ foram aplicados privilegiando os interesses econômicos dessas mesmas empresas, em detrimento dos interesses sociais. (...) Os recursos necessários à expansão dos sistemas de engenharia foram garantidos a partir da aliança com o Estado nos seus diferentes níveis, do municipal ao federal, que atuou de forma intensa, direta e indiretamente na organização do espaço da região” (ELIAS, 1996: 223).

Isso significa dizer que, concomitante ao crescimento econômico inquestionável que foi registrado entre as décadas de 1970 e 1990, existiram conseqüências socioespaciais que estão longe de poderem ser desconsideradas, resultando na diminuição dos padrões de vida da grande maioria da população. Esse prognóstico é válido não somente para a cidade de Ribeirão Preto, como

⁵ Fixos artificiais no território seriam os próprios instrumentos de trabalho e as forças produtivas em geral agregados à natureza (aeroportos, estradas de rodagem, centrais de telecomunicações, silos, portos, bancos, centros de pesquisa). Santos (1978), em *Por uma geografia nova*, propugnou este conceito, assumindo a hipótese segundo a qual a geografia poderia ser edificada a partir da consideração de que o espaço seria um conjunto de fixos e fluxos. A esse respeito, Santos (1996:50) esclarece: “Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor (...). Fixos e fluxos juntos, interagindo, expressam a realidade geográfica e é desse modo que conjuntamente aparecem como um objeto possível para a geografia”.

também para todas as cidades da região, com notável visibilidade nas maiores, como é o caso de Araraquara, São Carlos e Franca. Não obstante, pelo fato de ser a área de maior atratividade da região, exercendo uma liderança inquestionável na oferta de produtos e serviços modernos, é na cidade de Ribeirão Preto onde se constata o acirramento de graves problemas urbanos.

O aumento acelerado da população urbana e do tamanho das cidades da região tornou o montante cada vez maior dos recursos financeiros e técnicos necessários para equipar o território, dotando-o de fluidez. Entrementes, focalizando mais especificamente o caso da cidade de Ribeirão Preto, os contrastes são notórios no que tange à distribuição dos equipamentos urbanos e sociais, assim como das atividades pelo seu território e dos grupos sociais. O que explicaria essa dissonância entre a grande monta de investimentos dirigidos à região e a precariedade crescente de sua infra-estrutura urbana, sobretudo aquelas que deixam de atingir as populações de baixa renda?

Seguindo as interpretações de Elias (1996, 230), como a maior parte dos recursos se destina a satisfazer as necessidades das firmas hegemônicas e das classes mais abastadas, o meio técnico-científico-informacional não teria se difundido de forma equitativa em toda a cidade, acarretando diferenças acirradas quanto à dotação dos sistemas de engenharia dos transportes, das comunicações, da eletrificação e dos serviços sociais básicos. Isso implica dizer que, também na região de Ribeirão Preto, “a composição técnica e orgânica do território não é a mesma em todos os lugares, reproduzindo-se a acumulação de vantagens no centro da cidade e desvantagens na periferia”.

Presenciou-se, então, um agravamento dos problemas sociais gerados pelo descompasso entre evolução econômica e social, entre os quais um dos mais significativos foi o déficit habitacional. Sem tangenciar essa questão, Elias (1996,234) referenda:

O crescimento da população e da urbanização no Brasil foram sempre acompanhados pela demanda de

estabelecimentos residenciais sempre superior à oferta, frente ao empobrecimento extraordinário das classes trabalhadoras e pelo tratamento mercantilizado da moradia (1996: 234).

Na década de 1960 surgiu o BNH, visando o financiamento para a construção de moradias para a população de baixa renda (até cinco salários-mínimos). Pelo intermédio de um importante aparato institucional e, atuando por meio de diferentes agentes (Caixa Econômica Federal, Cohab), financiava não apenas a construção das moradias mas todo tipo de infra-estrutura necessária. Na década de 1970, transformou-se num elemento popular do desenvolvimento urbano no país.

O BNH financiou, também, obras de infra-estrutura urbana, como saneamento básico e abastecimento de água, com o objetivo de facilitar a participação do seu território numa economia mundializada. O fato da região de Ribeirão Preto ter sido favorecida com vários programas de obras de desenvolvimento urbano, tornou-a extremamente atrativa para o investimento de capital de grandes corporações nacionais e multinacionais.

A tese de criação do BNH como instrumento de expansão do capital aplica-se à situação da região de Ribeirão Preto. Elias expressa essa correlação:

Os conjuntos habitacionais serviram quase como pretexto, quando o objetivo era dotar o território de maior fluidez, como de fato ocorreu. O BNH ajudou a expandir a malha urbana e a construir o modelo urbano corporativo e fragmentado. Como em todo país, “o uso diferente do capital social da cidade, pelos diversos capitais particulares, submeteu a construção de moradias populares às oscilações de conjuntura e não às reais necessidades estruturais da população, deixando seu comando ao encargo da especulação”. O resultado é a falta de moradias, assim como a baixa qualidade das construídas pelos diversos níveis de governo. (1996: 236)

A autora destaca que, em 1993, o déficit habitacional na cidade de Ribeirão Preto atingia 27 165 famílias (dados da Cohab-Ribeirão Preto).

Diante do exposto, podemos concluir que a política habitacional do governo federal, empreendida pelo BNH, deixou de cumprir sua função primordial de atendimento ao déficit habitacional das cidades da região.

Isso ocorreu no mesmo momento em que se destacou a economia ribeirão-pretana que, pujante na década de 1980, se projetou nacionalmente pelos meios de comunicação como a “Califórnia Brasileira”⁶, “fama construída de modo planejado para baratear a mão-de-obra desqualificada oferecida aos canaviais”. (Câmara Municipal de Ribeirão Preto, 2001, 8). Resultado importante dessas políticas malconduzidas foi a atração de grande contingente de migrantes interestaduais e do próprio estado de São Paulo para a região de Ribeirão Preto sem que lhes oferecesse a contrapartida de políticas públicas conforme suas necessidades.⁶

As desventuras da periferia: segregação e exclusão social na cidade corporativa⁷

“(...) sobre essa tal de política (ele se refere às políticas públicas) eu penso assim: é como se saísse lá da Prefeitura um tufo d’água, só que quando chega aqui na favela, chega uma gota que não dá pra molhá ninguém” (José

⁶ “A referência a Ribeirão Preto como Califórnia Brasileira surgiu muito antes do movimento desencadeado na década de 1980. Um relatório sobre Ribeirão, publicado em 1922, fazia referência à região como a Califórnia do Café em razão do clima quente e do grande número de fazendas cafeeiras nas cidades próximas. Os responsáveis por essa fama foram os imigrantes fluminenses e paulistas que, atraídos pelo solo fértil, transformaram a região na maior produtora de café do Estado de São Paulo. (...) O jornalista Ricardo Kotscho, autor da reportagem que chamou a atenção para a região, afirma que desconhecia a utilização desse termo no início do século” (Folha de S. Paulo, 19.jun.2000. Especial p. 7).

⁷ Os dados aqui apresentados fazem parte de uma pesquisa mais ampla realizada no âmbito do Programa de Políticas Públicas da Fapesp. no período compreendido entre agosto/98 a dezembro/02.

Carlos dos Reis, 43 anos, servente de pedreiro, morador da Favela do Zara)

As considerações até então realizadas, permitem agora adentrar e focalizar o problema da segregação e da subcidadania urbana na cidade de Ribeirão Preto.

Um dos objetivos deste trabalho foi analisar as contradições do urbano, ouvindo e dando voz aos moradores dos bairros periféricos incluídos no universo de nossa pesquisa¹, na tentativa de verificar em que medida as políticas públicas atendem às expectativas da população.

Mostra-se oportuno, desse modo, chamar a atenção para uma distinção simples, mas valiosa, oriunda da tradição de sociologia empírica norte-americana e reiterada por Castells (1978,204), que diferencia a “segregação ecológica” da “segregação involuntária”. A primeira deve ser compreendida como concentração de pessoas que reúnem características semelhantes entre si dentro de uma mesma área residencial. Ainda que não sejam idênticas, pode-se dizer que a primeira das noções possui algo de análogo com a desenvolvida por Caldeira (1997), que aponta o fato de se reproduzir nas cidades os “enclaves fortificados” ou “periferias privilegiadas”, os quais servem de local de residência para as classes mais altas em busca de melhor qualidade de vida e se apresentam dotados de todos os serviços básicos e de infra-estrutura. A proliferação dos condomínios fechados de casas, na cidade de Ribeirão Preto, talvez seja de longe o aspecto mais visível de sua espacialidade urbana, apenas não ultrapassando a nitidez da expansão de suas áreas “opacas” (Santos, 1994b,79), visibilidade esta percebida como constrangedora para os mais abastados.

Eles, por sua vez, não parecem compreender que, ao contrário da segregação por eles escolhida, aqueles que produzem as crescentes paisagens urbanas da periferia não-privilegiada não o fazem voluntariamente. Para elas foram lançados como resultado de um modelo instituído que gerou exclusão social e econômica, no interior de uma cidade que se organiza de

forma corporativa. Tal processo, já visível na década de 1980, mas que adquiriu contornos mais graves na de 1990, teve como eixos principais a expropriação de terras e modos de vida em várias regiões do país em virtude da expansão capitalista – o caso das migrações Vale do Jequitinhonha-Ribeirão Preto é exemplo paradigmático entre uma infinidade de outras (des)territorialidades que se processam no país – e os condicionantes nefastos da reestruturação produtiva ocorrida no mercado de trabalho da agroindústria sucroalcooleira na região de Ribeirão Preto. Ao mesmo tempo em que essas últimas transformações ocorreram, não foram oferecidas contrapartidas sociais para uma readaptação da força de trabalho desempregada por parte dos poderes públicos, administrações locais e do empresariado das cidades, que sofreram conseqüências dessa atitude. Desse modo, a única e derradeira opção dos pobres da cidade foi nutrir um espaço de lutas para fazer frente à segregação involuntária na qual, enquanto indivíduos e famílias se vêem obrigados a conviver em função da ausência de um desenvolvimento socialmente sustentável.

Vilhaça chama a atenção para o caráter de luta da segregação:

Trata-se, entretanto, de uma luta de classes. Se há luta, há, evidentemente, vitoriosos e derrotados. Os primeiros desenvolvem a segregação voluntária e os segundos, a involuntária. Na verdade, não há dois tipos de segregação, mas um só. A segregação é um processo dialético, em que a segregação de uns provoca, ao mesmo tempo e pelo mesmo processo, a segregação de outros. (1998,148)

A pesquisa de campo realizada em bairros periféricos de Ribeirão Preto vem comprovar, e ao mesmo tempo revelar, as “desventuras

da periferia”, que obriga seus moradores a enfrentar um cotidiano de problemas que sua condição de subcidadania lhes impõe.⁸

Um longo percurso marcou a caminhada desses moradores na luta pela casa própria e na conquista pelo direito à cidade. Originários, em sua maioria, do rural ou da cidade pequena, a chegada a Ribeirão significou o enfrentamento de uma série de percalços: o desemprego ou o subemprego, o transporte difícil, a moradia distante e precária, o alto custo do aluguel, o pouco dinheiro.

Chegando à cidade, a tarefa que se impõe a cada família e ao próprio indivíduo ele mesmo, não fica circunscrita à construção da casa num novo lugar. Nesse processo de adaptação, onde se busca compreender as regras da vida num ambiente desconhecido, o indivíduo é obrigado a rever padrões, costumes, valores, tecer e entretecer relações, criar e recriar o antigo e o novo. O que ficou para trás – muitas vezes avaliado como pior – a seca, o emprego difícil, a roça minguada, o alimento escasso, as dificuldades de manutenção da família, tudo isso, bem ou mal, é parte integrante de sua vida e esse corte com o passado – vizinhança, compadrio, festividades, devoções, amigos, parentes que ficaram distantes – em busca de melhores condições de vida não se faz sem perdas, sem dor.

No conjunto Anhangüera, situado na região leste da área urbana da cidade e que reúne os Jardins Anhangüera, Grajaúna, Novo Mundo e Zara

⁸ Desde o início, decidiu-se que entraria na amostragem um dos bairros da região conhecida como Complexo Aeroporto pelo fato de constituir periferia e área de marginalidade. Pensou-se em Salgado Filho I, Avelino Alves Palma, Simioni, Quintino Facci II, recaindo a escolha de Avelino Palma. A seguir, após contatos preliminares com Dirce Binoé Miranda e Aparecida do Carmo A. dos Santos, respectivamente assistente social e coordenadora da creche Girassol Encantado, ambas do Jardim Anhangüera, decidiu-se que o conjunto dos Jardins que compõe esse bairro também integraria o universo da pesquisa. De um lado, porque o bairro é antigo e poderíamos observar sua dinâmica ao longo dos anos, apontando-nos seu movimento rumo às conquistas. De outro, porque, ele inclui o Jardim Zara, que abriga a favela do Zara, formando um contraste, em função da proximidade das áreas, entre inclusão e exclusão.

Finalmente, em razão de sua peculiaridade (área da Prefeitura destinada a um parque ecológico, invadida pelos sem-teto em novembro de 1996) e, também, por não abrigar, no período de realização da pesquisa, nenhum tipo de serviço assistencial, decidimos que o Horto (hoje Jardim Progresso) passaria a integrar o conjunto da amostra.

(inclusive a Favela do Zara) a transformação do lote em casa, na década de 50, obrigou seus moradores, em meio a toda sorte de dificuldades, a roçarem o pasto e a erguerem o tipo de habitação compatível com as posses de cada família: mocós, barracos de tábuas e plástico ou, aos mais privilegiados, o primeiro cômodo de alvenaria. A compra do lote, em área sem a mínima infraestrutura, na ocasião, foi feita às custas de grandes privações, como narra uma depoente: *“Foram seis anos de sofrimento. Reservava o salário pra duas coisas básicas: a comida e a prestação”*.

Bonduki, ao abordar o processo que, na década de 1940 deu origem aos loteamentos periféricos na cidade de São Paulo, assinala que, para as classes mais necessitadas, restam apenas dois tipos de moradia a escolher: a casa feita com as próprias mãos e o cortiço. Denunciando a omissão do poder público na periferia, aponta uma combinação de fatores que viabilizou esse tipo de moradia popular predominante em São Paulo, após os anos 1940 e em grande parte das cidades brasileiras:

A enorme oferta de lotes baratos – pois distantes e desprovidos de benfeitorias urbanas – à venda nos quatro cantos da cidade, passíveis de serem pagos a prestação, que podiam ser ocupados sem os custos e os aborrecimentos envolvidos na feitura e aprovação de uma planta e sem o risco de perturbação pela fiscalização, com acesso por transporte público (mesmo precário, lento e complementado por longas caminhadas) – eis as condições que viabilizaram o mercado de loteamento periférico e criaram uma alternativa habitacional de massa para os trabalhadores de baixa renda. (1998, 287)

Os depoimentos dos antigos moradores do Jardim Anhanguera ilustram os percalços por eles enfrentados para viabilização do sonho de se tornarem proprietários. O relato de uma moradora do Jardim Anhanguera que, em 1981, se deslocou do Estado do Paraná para Ribeirão Preto é revelador das dificuldades enfrentadas:

“Meus pais vieram para cá em 1974. Quando aqui cheguei era um bairro novo. Em 1974, não tinha água, luz (...) nem para tomar banho. Em 1981 já havia água encanada. Não tinha esgoto, era fossa, foi quando começamos a lutar, reivindicar na prefeitura através da Igreja Católica por intermédio da irmã Cristina que com muita dificuldade começou a organizar os moradores. (...) Quando íamos na Prefeitura reivindicar, íamos pela Associação e a Igreja fazia parte espiritual e assim fomos pedindo melhoria para o bairro. Aí veio o esgoto, a iluminação, foi uma luta de quase dez anos. Aí depois veio a creche, antes era o Plimec que era uma casinha que começou a cair. Foi quando pegamos as crianças e levamos para o pátio da Igreja; através dos moradores e da Igreja é que começou a primeira casinha para a creche”.

No Avelino Alves Palma, bairro situado na região norte da área urbana de Ribeirão Preto, o caminho percorrido por aqueles que se instalaram por ocasião da entrega das primeiras casas à população, em 1982, onde as famílias, pouco a pouco, na medida de suas possibilidades, construía *“um cômodo a mais”*, também não se fez sem custos. É preciso tempo para construir um novo cômodo ou mesmo um pequeno arranjo como *“um puxado para cobrir o tanque”*. No percurso palmilhado, ao longo do tempo, para que a casa fosse assumindo fisionomia própria, fugindo à padronização imposta pelos conjuntos habitacionais, muitos percalços se fizeram presentes. Entre outros, o desnorтеio inicial, causado pela ausência de pontos de referência para a localização das pessoas, acrescido dos problemas de infraestrutura.

Um retrato do que era o bairro em sua inauguração é esboçado no depoimento de um dos seus moradores mais antigos, o Sr. José Roberto Lazarini, conhecido por todos como Seu Mineiro, proprietário de uma padaria:

“(...) aqui era tudo muito igual, as casas eram todas igualzinhas (...) não tinham muro nem na frente, nem dos lados e nem no fundo; com o tempo é que foi tudo mudando, cada um fazendo o seu muro, fazendo um puxadinho para o tanque, um cômodo a mais (...) e hoje

temos isso aí que a gente pode ver (...). Nessa época a falta de água era constante; era preciso buscar água nos bairros vizinhos com baldes, usando muitas vezes a perua da padaria para trazer água para os moradores daqui. (...) Não havia asfalto, esgoto, linha de ônibus, nem linha telefônica. Para entrar em casa, precisei colocar uma tábua sobre um buraco onde passava o esgoto, ainda sem encanamento. Alguns desses benefícios só chegaram depois de muita luta dos primeiros moradores”.

No Jardim Progresso, área situada na região sudoeste da cidade, em razão de sua própria história - invadida pelos sem-teto, no final de agosto de 1996 - foram muitas as frentes de luta encetadas por seus moradores. A ausência de infraestrutura levou-os a enfrentarem, durante muito tempo, problemas decorrentes da ausência de pavimentação: terra vermelha invadindo as ruas e as casas, nos dias de sol, ou a lama nos dias de chuva. Na fala de um morador, a expressão dessa dificuldade: *“Asfalto, nós precisamos também de asfalto aqui. Se não tivesse asfalto imediato, pelo menos o caminhão pipa, né? Para jogar uma água e abaixar a poeira, porque é muito pó. É criança com bronquite, é criança doente, é criança direto doente, as crianças aqui do bairro estão sempre doentes”*. Paralelamente às demandas da população pelo atendimento das necessidades mais elementares - água, luz, esgoto, serviço postal, asfalto -, os moradores desse bairro resistiram e lutaram pela permanência na área, até o momento de verem concretizado o direito a um espaço para viver. Sua história, embora recente, revela a força dos que não se intimidaram ante as constantes ameaças de despejo para permanecerem no local que uma conjunção de fatores os obrigou a ocupar e, por uma questão de direito, acreditaram, desde o início, como seu.

O sr. Oliveira, aposentado que trabalhava nas usinas de cana-de-açúcar da região, adoecido e tendo que arcar com o custo dos medicamentos que, em setembro de 2001 chegava a 631 reais mensais, esclarece as razões para ter vindo morar no Jardim Progresso:

"(...) eu vim para cá não foi porque eu quis. Eu vim para cá por causa do... vamos dizer, o que dizer..., eu fui obrigado a vir para não ficar devendo para ninguém. Porque se eu fosse ficar onde eu estava, eu iria estar devendo o aluguel, podia estar devendo o remédio...".

Outras falas dos sem teto do mesmo Jardim expressão as razões que os levaram a ocupar a área:

"Nossa! Como foi difícil! Passamos até necessidade das coisas dentro de casa pra comprar alguma... porque não é casa, você mesmo está vendo aí como é que é, só pra não ficar mesmo no térreo. E não sabia como ir embora também. Se fosse pra ir embora, não sabia como ir embora... Tinha que ficar ou na rua, ou na casa dos amigos, ou onde fosse tinha que ficar até arrumar um dinheiro pra ir embora. Foi quando surgiu isso aqui. Aí o meu marido veio, fêz aqui, fêz um cômodo aqui, nós viemos pra cá, sem porta, sem vidro, sem nada, nada, nada. Estamos aqui!

"Aqui só de falar que nós estamos dependendo dos sem-teto, isso já é um sofrimento. É porque não podemos comprar... estamos ocupando uma coisa porque não podemos comprar, você chegar e comprar uma propriedade, não é isso? E nós todos aqui, não é? Já tem não sei quantas famílias aqui dentro. Mas, graças a Deus por isso. Estamos com a saúde e já é o bastante."

Há, ainda, outro aspecto que consideramos relevante, uma vez que constitui o pano de fundo, o substrato da fala dos informantes: a casa, as representações sobre "casa", as aspirações da classe trabalhadora pela casa própria.

O contato com a literatura referente à habitação levou-nos a conhecer a produção intelectual de Doraci Alves Lopes (1999) e sua significativa contribuição para a compreensão da "ética do habitar" que engloba valores, aspirações, peculiaridades da cultura da classe trabalhadora. Foi então que decidimos ampliar os dados que surgiam espontaneamente na fala dos

informantes em torno de “casa”, realizando entrevistas com os moradores em torno de três questões: “O que é casa?”, “Quais as lembranças das casas onde viveu?”, “Como seria a casa do seu sonho?”.

As entrevistas mostraram que as representações sobre “casa” apontam um mesmo significado, habitam terreno comum: lar, proteção, segurança, abrigo, amparo para os filhos, “*um grande agasalho da gente*”. Mas, para além da “maternidade” da casa, que protege e ampara, há outro significado, indicando algo mais visceral. “*Casa é uma benção (...) quem não tem casa, não tem nada, é como se não tivesse vida*”; “*A casa é como se fizesse parte do corpo da gente (...) Quem não tem casa, nem família, fica tudo esparramado*”.

Para os moradores da Favela do Zara, as representações sobre a “casa do sonho” revelam o estreito limite dos sonhos, de suas vidas, de sua condição social, que, por vezes, chega a vedar a própria possibilidade de sonhar. Um senhor (53 anos), nos falou: “*É ruim sonhar. Uma com água encanada, porque a que eu moro não tem*”. Outros depoentes afirmaram: “*Nem se fosse um cômodo, que fosse minha, que eu não pagasse aluguel*”; “*Com meus filhos, com guarda roupa, que é para mim guardar roupa. Espaço, meu sonho é esse*”; “*Casa simples, desde que não chova na cabeça*”.

Acrescida à questão da habitação, surge a do preconceito nutrido em relação aos que habitam os espaços da favela, onde vivem marginais (bêbados, vagabundos, bandidos) e o estigma que pesa sobre os pobres da cidade, duplamente excluídos por serem “outros” e por serem “incultos” e “perigosos”, supostos agentes da violência urbana, “nódoa contra a qual têm que lutar diariamente, até com eles próprios na frente do espelho”, conforme notou Zaluar (1994,12), referendado neste depoimento:

“As pessoas têm medo do lugar, têm medo da gente, acha isso? Ter medo da gente? (...) Para mim, morar na favela não é bom, mas nós, pobre, não tem jeito, uai (...) a gente tem que agüentar a marimba, não tem dinheiro, tudo muito caro, a gente não tem como sair daqui, nem se quiser (...). Uma vez eu queria ter ido morar no Heitor

Rigon, tinha até carta da Cohab, coloquei na urna, mas não tive sorte. Aqui o terreno nem é da gente, mas o que vai fazer?”

Maricato (1996), debruçando-se sobre a intrincada questão da segregação ambiental, chama nossa atenção para a forma despótica como vem se processando o planejamento urbano nas metrópoles do país: totalmente descomprometido com a realidade empírica, com a luta pela vida e pelo espaço. Além de apontar a ineficácia das políticas públicas para a solução dos problemas sociais, afirma que essa orientação resultou em espaços segregados, geradores de conflitos e violência.

Em sentido complementar, a autora lembra que para o caso da cidade de São Paulo, onde metade da população mora em habitação irregular, *“a invasão é mais regra do que exceção, ao contrário do senso comum”*, concorrendo para isso imposições do mercado imobiliário que acabam empurrando para a clandestinidade até pessoas da classe média que não têm acesso a financiamentos para adquirir imóveis com melhor infra-estrutura.⁹

De modo semelhante, os mais recentes movimentos urbanos na cidade de Ribeirão Preto, que adotam a irregularidade, ilegalidade ou clandestinidade na ocupação do solo urbano, deveriam ser compreendidos como resposta daqueles que foram expropriados não somente do mercado de trabalho como também do mercado privado legal de unidades habitacionais, fazendo face ao ordenamento jurídico-institucional que, ao desconhecer a realidade socioeconômica e os direitos sociais da maioria, nega aos excluídos o acesso aos benefícios básicos para a vida nas cidades.

Importa lembrar que a violência no cotidiano de nossas cidades reveste-se de diversas formas, não somente naquelas evidenciadas pelo crime violento, mas também pelo desemprego e pelas formas espoliativas de moradia nas quais um maior número de trabalhadores está, compulsoriamente e cada

⁹ Para a professora, invasão é regra. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 04.jun.2000, Caderno Ribeirão, p. C-8.

vez de maneira mais acentuada, impossibilitado de pagar dignamente o aluguel. Permanecendo na condição de subcidadania (Kowarick, 2000,107) porque sem direito à cidade, filhos de um processo espoliativo resultante de uma somatória de extorsões, os sem-teto do Jardim Progresso lutaram para fortalecer o “lento e oscilante processo de institucionalização de direitos”, como forma de promover a extensão da cidadania de seu grupo, tornando-se protagonistas de uma história comum.

Conforme oportunamente coloca Lopes (1997,27), a ocupação urbana para trabalhadores com baixa escolaridade e baixa renda “transforma-se na alternativa derradeira para trabalhadores sem-teto imaginarem-se sujeitos instituintes, capazes de gerirem sua própria vida no espaço da moradia e, quem sabe, finalmente se inserirem na vida social”.

Considerações finais

Numa sociedade desigual e discriminatória como a nossa, frente à insensibilidade e descomprometimento do Estado, das elites e da própria sociedade civil, para absorver as demandas populares, parece-nos remota a possibilidade de uma cultura democrática da cidade.

Até então, as políticas públicas e, no caso específico, as políticas habitacionais, não lograram atingir o cerne da questão, ou seja, resgatar a dívida social do país, acumulada, sobretudo, nas últimas décadas.

O presente trabalho, de inspiração socioantropológica – empenhada em compreender um grupo social do seu interior –, realizou uma leitura qualitativa da realidade das periferias urbanas da região investigada: a busca das contradições do urbano a partir da reconstrução da fala dos moradores dessas periferias.

Assim, a pesquisa qualitativa recupera as representações dos próprios atores sociais sobre suas condições de existência e sobre o poder

público da cidade, oferecendo aos gestores das políticas públicas um quadro complexo, através do qual é possível vislumbrar a “cidade oculta”, aquela que só se mostra aos olhos de quem realmente se propõe a conhecer a teia das relações sociais no interior das quais se constituem os referidos atores sociais – ou o viver dos sujeitos investigados.

Os resultados desta pesquisa apresentam um panorama bastante concreto do universo onde se movem esses verdadeiros deserdados da cidade. Desnadam o outro lado da “Califórnia Brasileira”, marcada por uma experiência brutal de desigualdade social. Com ela, a expectativa de que o direito da periferia à cidade ultrapasse o plano dos anseios, transformando-se em realidade para o grande contingente que, segregado como se fora uma outra humanidade, habita os “espaços opacos” da região.

No dizer de um migrante nordestino do Jardim Progresso “(...) *se eu pensar para trás me dá aquele desgosto e começa a querer sair lágrima, chorar ... e a pessoa não aguenta somente o para trás. E eu só penso futuro e alegria, entendem?*” (grifo nosso)

“(...) para estas populações (periféricas) a vida quase sempre, é o que há a partir do que sobra. De vez em quando, porém, o sonho ultrapassa os limites do que sobra. Os corpos cansam, mas no coração e nas noites as pessoas praticam, a seu modo, os sonhos de uma existência em que a vida não seja apenas o que há a partir do que sobra”. (Paulo Freire: 1985, 10)

É na esperança de que o poder público se incline sobre os anseios e demandas da periferia, registrados neste trabalho, rompendo a lógica concentradora da gestão pública, tradicionalmente voltada ao atendimento dos interesses da cidade hegemônica, que ganham significado os resultados desse trabalho: a clara definição dos contornos da realidade a serem contemplados por políticas públicas comprometidas com a consolidação do respeito aos direitos humanos – e à cidadania – em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

- BONDUKI, N. & KOWARICK, L. Espaço urbano e espaço político: do populismo à redemocratização, in: KOWARICK, Lúcio (org.). *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 133-a 167, 1988.
- BONDUKI, N. *Origem da habitação social no Brasil*. São Paulo: Estação Liberdade/Fapesp, 1998.
- CALDEIRA, T. P. do R. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana, *Novos Estudos Cebrap*, nº 47, São Paulo, p. 155 a 176, 1997.
- CASTELLS, M. *La cuestión urbana*. Ciudad de Mexico, Siglo Veintiuno, 1978.
- CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO. *Comissão Especial de Estudos da Violência Urbana e da Segurança Pública*, ago. 2001.
- DAVEIRA, A. S. N. *A fala do povo: a reprodução do conhecimento no saber popular*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- ELIAS, D. *Meio técnico-científico-informacional e urbanização na região de Ribeirão Preto (SP)*. Tese de Doutorado, São Paulo, Dept. de Geografia/FFLCH-USP, 1996.
- ELIAS, D. de S. Fim de século e urbanização no Brasil, *Ciência Geográfica*, ano IV, n. 11, 1998.
- FREIRE, P. Prefácio. In: DAVEIRA, Adriano S. Nogueira. *A fala do povo*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- KOWARICK, L. (org.). *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- _____. *Escritos urbanos*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- LOPES, D. A. *Marginais da história? O movimento dos favelados da Assembléia do Povo (1979/1986)*. Campinas: Alínea, (1997a).

_____. *Trabalhador sem teto e habitação provisória: vivências acerca dos processos de perda da moradia urbana*. Tese (Doutorado), São Paulo, Dept. de Sociologia/FFLCH-USP, 1997b.

LOPES, D. A. Trabalhadores sem teto e ética do habitar: problemas do direito à habitação no modo de vida provisório, *Cadernos do ICH*, n. 7, 18-998 – PUC-Campinas, 1999.

MARICATO, E. *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MEYER, R. M. P. Segregação espacial. in: BLAY, Eva Alterman (org.). *A luta pelo espaço*. Petrópolis: Vozes, 1979.

PERLMAN, J. E. *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*: Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

ROLNIK, R. São Paulo, início da industrialização: o espaço e a política. In: KOWARICK, Lúcio (org.). *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

SANTOS, M. *Por uma geografia nova*. São Paulo: HUCITEC, 1978.

_____. *Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo*. São Paulo: Hucitec/Educ, 1994a.

SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994b.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

VILLAÇA, F. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel/Fapesp/Lincoln Institute, 1998.

ZALUAR, A. *Condomínio do diabo*. Rio de Janeiro: Revan Editora da UFRJ, 1994.

**DO PROJETO PEDAGÓGICO À PRÁTICA DE
RESPONSABILIDADE SOCIAL:
UM ESTUDO DE PESQUISAS E AÇÕES UNIVERSITÁRIAS
PARA O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO.**

Daniela de Figueiredo Ribeiro
Patrícia do Socorro M. F. do E. Santo
Paulo de Tarso Oliveira

Introdução

Este trabalho discute relatos de pesquisas desenvolvidas por docentes e alunos de graduação em Psicologia, no âmbito de programas de iniciação científica. Os procedimentos e os resultados dessas pesquisas dão origem a uma proposta de intervenção no plano social, tendo a psicologia comunitária como eixo norteador das ações. O presente estudo tem a intenção de focar tais atividades como concretização, no contexto do desenvolvimento social, de propostas do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Psicologia, ministrado no Centro Universitário de Franca - Uni-FACEF.

Inicia-se com uma breve caracterização das relações universidade/questões sociais, das proposições do referido projeto pedagógico e da apresentação de cenário dicotômico da globalização e ampliação dos saberes científicos e tecnológicos em relação aos índices de desigualdade e exclusão social. Prossegue, com a descrição detalhada das pesquisas realizadas, tanto em seus aspectos teórico-metodológicos, quanto em seus resultados.

Segue-se então, a partir desses resultados, uma proposta de intervenção no plano social.

Universidade, questões sociais e projeto pedagógico

A partir da segunda metade do século XX, cresce a idéia de universidade voltada para a realidade social e que procure envolver-se com os seus problemas. No Brasil, o final daquele século e o começo do atual coincidem com o início da construção do Estado Democrático de Direito, que demanda uma participação mais intensa da universidade. Essa participação não significa estar a serviço de um ou de outro segmento da sociedade, mas sim de estar comprometida com as transformações que caracterizam conquistas sociais democráticas.

Boaventura de Souza Santos, tratando da evolução das relações universidade/ sociedade, alerta para o fato de que muitas vezes a idéia de responsabilidade social da universidade fica reduzida à sua cooperação com a indústria, mas considera que

... a concepção mais ampla de responsabilidade social, de participação na valorização das comunidades e de intervenção reformista nos problemas sociais continua vigente no imaginário simbólico de muitas universidades e de muitos universitários e tende a reforçar-se em períodos históricos de transição ou de aprofundamento democráticos (SANTOS, 1999. P 209).

Cada vez mais, entende-se que as funções do ensino superior não podem seguir alienadas em relação aos desafios que se põem para a fase atual da humanidade. A propósito, pronuncia-se o professor Pedro Demo, comentando a respeito das demandas da sociedade em relação à universidade:

Diante de tamanhos desafios, a sociedade procura na universidade a sinalização dos rumos, o sensoramento

das tendências, o faro das oportunidades. A instituição que mais próxima está da produção científica e tecnológica assume, cada vez mais, a condição de lugar privilegiado para discutir e fazer o futuro (DEMO, 1993 p.140).

As funções do ensino superior não podem seguir alienadas em relação às questões nacionais. Do segmento universitário se espera a canalização da inteligência, do conhecimento e do pensamento superiores para reflexão e ações em direção aos problemas da sociedade brasileira, buscando soluções compatíveis com nossa cultura e civilização. Nesse sentido, é significativo o pronunciamento de Markovitch (1998 p.72-73):

A universidade brasileira dispõe de competência instalada para realizar uma ampla gama de programas mobilizadores em torno das questões sociais.

(...)

A exclusão social é o maior problema da sociedade moderna, principalmente em nosso país. Não há como a universidade furtar-se ao debate desta questão.

A relação universidade/sociedade deve exercer-se também com foco local e regional, no encontro dos saberes produzidos pela comunidade e pela instituição de ensino superior. As ações das instituições de ensino superior, no desenvolvimento de seus cursos, precisam levar em conta os traços da realidade regional. Esta concepção não deve atingir só o elenco de disciplinas. Deve abranger todo um conjunto de atividades formativas capazes de ultrapassar os limites da sala de aula e colocar o *ser em formação* num contínuo contato com os contextos sociais, até mesmo para melhor compreender as funções e a finalidade da atuação profissional. Assim, nos projetos pedagógicos,

há que sobressair a intenção de projetar cursos que busquem a formação profissional sob a égide humanística e que, além de preencherem os requisitos comuns à formação em termos nacionais, estejam plenamente identificados e comprometidos com a realidade regional,

levando em conta seus traços geohistóricos, econômicos, políticos e sociais, que estão e estarão no entorno da instituição e de seus membros (OLIVEIRA, 2003, p.16).

Às ações daí decorrentes pode-se dar o nome de *responsabilidade social da universidade*. Essas ações representam uma atitude de responsabilidade social que, no dizer de Loboschi et al (2003, p.94), “oferece uma rara oportunidade para integrar os valores no local de trabalho, para transformar o ideário pessoal de contribuir para a sociedade e para ajudar a garantir um futuro mais seguro às próximas gerações em concretude.”

O Projeto Pedagógico do Curso de Psicologia do Uni-FACEF (2007) procura contemplar plenamente tal atitude ao estabelecer que, na sua hierarquia de finalidades,

*“Tem por objetivo maior a formação de cidadãos capacitados para a vida profissional e comunitária e que, pelo **saber** e pelo **ser**, deverão atuar e interferir positivamente nos vários segmentos e instituições sociais, colaborando para uma sociedade mais justa e solidária.”*

e, entre os objetivos específicos,

“Partilhar, com todos os segmentos da sociedade, da identificação, análise e busca de soluções dos problemas da comunidade, tanto local e regional, quanto da sociedade mais ampla.”

e, entre as estratégias que busquem a obtenção dos objetivos do curso, propõe a realização de

“pesquisas bibliográficas e pesquisas de campo, na busca de uma maior familiaridade com a prática científica, bem como o estímulo para a busca do conhecimento no sentido de compatibilizá-lo às necessidades sociais e comunitárias.”

As discussões que se seguem, a par de apresentarem os relatos de pesquisa e projeto de intervenção no plano comunitário, revelam ações de concretude das proposições do curso e evidenciam também um caminho seguro para a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Alguns horizontes teóricos

O cenário atual caracteriza-se pelo crescente processo de globalização em âmbito mundial e por um amplo desenvolvimento tecnológico apoiado por uma ciência racionalista, que legitima uma visão de progresso como acúmulo de capital e organização racional da vida. Ao mesmo tempo em que o saber científico se expande pelo corpo social, observa-se um aumento nos índices de exclusão social e desigualdade econômica.

Os estados nacionais, considerados por vários autores como fracos na contemporaneidade (DUPAS, 1998; SORJ, 2001; NEGRI; COCCO, 2005), para manterem os orçamentos públicos equilibrados, uma vez que o mercado se torna a instância suprema, se isentam do ponto de vista social e, até os regimes de *welfare* mais consistentes, como na Escandinávia e Holanda, convivem com a necessidade constante de reformulação, situando-se em zona de risco. O aumento da informalidade no mundo do trabalho também contribui para o afastamento crescente de setores da população com relação à mediação do Estado.

Questiona-se assim o papel do Estado como principal protagonista na resolução das crises atuais. Negri; Cocco (2005) afirmam que, bem ao contrário, e em especial na América Latina, o Estado tem obstaculizado o desenvolvimento por conta de um pacto oligárquico-corporativo que reproduz estratificações do tipo neo-escravista. Os autores apontam que de 1940 a 1980 o Brasil viveu uma importante taxa de crescimento econômico de 7% ao ano, sem efeito democrático.

Baquero; Baquero (2007) também problematizam a soberania do aspecto econômico ao se pensar desenvolvimento e afirmam que ele deve ser pensado como parte de um projeto social que vise ao desenvolvimento humano, sendo este último o verdadeiro fim do desenvolvimento.

Alguns autores que utilizam o conceito de capital social (BAQUERO; BAQUERO, 2007; SORJ, 2001; GUIDDENS, 1999) afirmam que a produção de associativismo, relações horizontais (não-hierárquicas) e desenvolvimento da confiança mútua seriam alternativas para desenvolvimento de capital humano, o qual seria base para o desenvolvimento econômico, e não o contrário. Neste sentido, Guiddens (1999) aponta como alternativa a formação de comunidades, ou seja, redes de apoio e espírito de iniciativa para a renovação econômica em bairros de baixa renda. O autor amplia o conceito de *welfare*, para além do bem estar social, mas também bem estar econômico e psicológico.

Verificam-se, atualmente, inúmeros desequilíbrios ecológicos, crescimento de zonas de miséria no mundo, fenômenos chamados de “guerra urbana” nas grandes metrópoles, aumento dos índices de violência e desemprego, ampliação da política de *low-wage*¹ e prevalência de um estilo predatório de concorrência que Sorj (2001) chama de mercantilização das relações sociais.

Além disso, a vida doméstica é gangrenada pelo consumo da mídia; a vida conjugal é ossificada pela padronização de comportamentos e as relações de vizinhança são reduzidas a sua mais pobre expressão (GUATTARI, 2007).

Este autor afirma que é necessária a recomposição das práxis humanas nos mais variados domínios, tanto em escalas individuais quanto coletivas, do ponto de vista da vida cotidiana e de uma reinvenção da democracia. Trata-se de produzir uma re-singularização, ao invés de

¹ Baixos salários como na China e Índia.

permanecer no processo de produção de usinagem de subjetividades pela mídia, o que leva à desolação e ao desespero humano. Enfim, tornam-se importantes práticas específicas que tendam a modificar e a reinventar maneiras de ser no seio do casal e da família, no contexto urbano e do trabalho.

Guattari (2007) propõe, assim, ao refletir sobre a realidade atual, que nenhum aspecto seja colocado em posição infra-estrutural com relação a outros, afirmando que é necessária uma articulação entre os três registros ecológicos: o meio ambiente, as relações sociais e a subjetividade humana, para que se compreenda a realidade do mundo contemporâneo e se pense em alternativas para sua reorientação.

Ele afirma que o poder capitalista se deslocou em *extensão* - ampliando seu domínio para o conjunto da vida social, econômica e cultural do planeta; e em *intenção* - infiltrando-se no seio dos mais inconscientes extratos subjetivos.

Assim sendo, não é possível pretender se opor a ele apenas de fora, através de práticas sindicais e políticas tradicionais. Tornou-se igualmente imperativo encarar seus efeitos no domínio da ecologia mental, no seio da vida cotidiana individual, doméstica, conjugal, de vizinhança, de criação, de ética pessoal (GUATTARI, 2007, p. 33).

Isto significa que não é justo separar a ação sobre a psique daquela sobre o *socius* e sobre o ambiente. O despotismo que acontece nas relações conjugais e familiares é parecido com aquele existente no campo social. Por outro lado, a apreensão de um fato psíquico é inseparável das dimensões institucionais e de classe social que o fazem tomar corpo.

Guattari nomeia “subjetividade capitalística” a esta forma subjetiva serializada, individualizada e mantenedora das relações sociais assimétricas, onde agenciamentos diversos engendram um indivíduo dócil e submisso, que circunscreve uma sujeição econômica e subjetiva a um modelo indivíduo-para-

o-consumo, dando sustentação aos mercados capitalistas (LEITE; DIMENSTEIN, 2002).

Na superação da forma serializada e assujeitada dos indivíduos, importa reconstruir novas modalidades do ser-em-grupo, a enunciação do indivíduo é prisioneira das significações coletivas dominantes e somente um grupo-sujeito pode trabalhar fluxos semióticos, quebrar significações, abrir a linguagem para outros desejos e forjar outras realidades.

Enfim, o que está em questão é a maneira de viver daqui em diante sobre este planeta - trata-se de reapreciar a finalidade do trabalho e das atividades humanas em função de critérios diferentes daqueles do rendimento e do lucro. Intervir ativamente sobre todas as máquinas de poder dominante, quer se trate do poder do Estado burguês, do poder das burocracias de toda espécie, do poder escolar, do poder familiar, do poder falocrático no casal, e do poder repressivo do superego sobre o indivíduo. (GUATTARI, 2007)

Assim, para fazer face aos destroços do que Guattari (1987) chama de Capitalismo Mundial Integrado, ou ao sistema atual vigente, são menos necessárias as reformas de cúpula, leis, decretos e programas burocráticos, mas são fundamentais as práticas inovadoras, centradas no respeito à singularidade e no trabalho permanente da produção de subjetividade, que vai adquirindo autonomia e, ao mesmo tempo, se articulando ao conjunto da sociedade

O autor ressalta ainda que a reconquista de um grau de autonomia criativa num campo particular invoca outras reconquistas em outros campos. “Assim, toda uma catálise de retomada de confiança da humanidade em si mesma está para ser forjada passo a passo e, às vezes, a partir dos meios mais minúsculos” (GUATTARI, 2007, p.55, 56).

A pesquisa de campo

No âmbito do desenvolvimento regional, pode-se pensar em algumas demandas de pesquisa, buscando reconhecer as influências que o contexto mundial corporifica em situações específicas e locais. A pergunta que se insinua é quais são os efeitos do capitalismo mundial integrado na vida concreta de uma parcela da população local e quais as ações que promoveriam desenvolvimento, no seu sentido mais amplo?

No caso da cidade de Franca, é importante contextualizá-la como um importante pólo industrial calçadista brasileiro, e que vem passando recentemente por profundas modificações nos modos de produção, devido à reestruturação produtiva decorrente do processo de globalização.

Nos anos 90, a competição internacional imposta pela abertura da economia fez com que a indústria calçadista passasse a produzir bens e serviços de melhor qualidade e com preços mais competitivos. Ao longo dos últimos dez anos houve falência de inúmeras fábricas do setor e a transferência das mesmas para outras localidades, resultando em um número significativo de desemprego. Estas mudanças deram origem a propostas de terceirização por parte de várias empresas, que passaram a solicitar serviços domiciliares àqueles trabalhadores desempregados que tinham alguma experiência. Este processo de reestruturação produtiva desencadeou uma proliferação intensa de serviços ligados ao setor informal, sendo que parte da produção fabril passou a ser realizada em bancas de pespontos², montadas dentro das residências dos trabalhadores.

De acordo com a literatura (ANTUNES, 2003; FREITAS, 2001; NAVARRO, 2003) esta transferência penaliza o trabalhador do ponto de vista sócio-econômico, uma vez que se caracteriza pela inexistência de contratos que

² As bancas de pespontos são oficinas de trabalho localizadas normalmente dentro das residências dos trabalhadores, contando com máquinas em número variável, podendo ser informais ou legalizadas, e que se responsabilizam por uma parte específica da produção de calçados.

garantam a constância de fornecimento de trabalho e pela existência de intermediários que ganham sobre a produção das bancas. Além disso, pode gerar prejuízos à saúde dos banqueiros e de seus familiares, devido ao cheiro da cola, ao pó do couro e ao barulho das máquinas.

Outro aspecto que interfere na vida dos trabalhadores domiciliares está ligado ao que Barbosa e Mendes (2003, p. 65) afirmam:

Na indústria do calçado, o que observamos (...) é que o espaço doméstico se modifica, transformando em muitos casos, em uma unidade produtiva (...), ampliando-se para os cantos mais variados da cidade e, influenciando não somente o aspecto da produção de calçado, mas sobretudo a maneira de viver (...). Em muitos casos, não se pode distinguir onde começa a oficina ou termina a casa.

Observa-se assim, que as transformações no mundo do trabalho terminam por influenciar nas relações sociais e nos modos de vida da população que está inserida nesta realidade, produzindo novos arranjos relacionais, que precisam ser compreendidos.

Este é o pano de fundo a partir do qual foi formado um grupo de pesquisa em 2006, contando com sete alunas do curso de graduação em psicologia e uma professora orientadora. Nele se inserem quatro projetos de Iniciação Científica que receberam apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), entre 2006 e 2008, e dois que recebem apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), entre 2007 e 2009.

Na primeira etapa do estudo foi realizada uma pesquisa etnográfica em um bairro periférico da cidade, tipicamente operário, com o objetivo de conhecer o contexto geral onde se inserem os trabalhadores domiciliares e suas famílias, bem como compreender a maneira como representam aspectos da sua vida familiar e de trabalho.

Inicialmente entrou-se em contato com a assistente social responsável pelo trabalho técnico e social do bairro, que apresentou o grupo de pesquisa ao líder comunitário, propiciando os primeiros contatos. O grupo de pesquisa passou, então, a participar de algumas reuniões comunitárias, expondo o projeto que deveria ser realizado. Com a anuência e apoio dos líderes, as bancas de pesponto foram identificadas e os alunos apresentados para que se desse início às observações participantes. Vale ressaltar a importância da ajuda dos líderes comunitários para a identificação dos participantes da pesquisa, uma vez que se previa que a entrada no campo fosse difícil. Primeiro, pelo fato do setor informal funcionar em condições por vezes ilegais ou clandestinas e, segundo, pelo atual movimento contrário ao trabalho infantil, mas que dificilmente pode ser erradicado nesta realidade, quando a esfera pública do trabalho se mistura à esfera doméstica.

Após todas as negociações quanto às questões éticas envolvidas na pesquisa, e o compromisso de devolver à população os resultados obtidos em termos de uma atuação posterior em psicologia comunitária, deu-se início ao trabalho de campo.

Foram realizadas, pelas alunas pesquisadoras³, observações participantes em dez residências, sendo que em sete delas acontecia a costura manual do calçado e em três funcionavam bancas de pesponto.

O referencial metodológico utilizado nesta etapa da pesquisa foi um estudo do tipo etnográfico, que envolve um trabalho de campo, que visa uma aproximação das pessoas, situações, eventos, enfim, do estilo de vida de certo grupo social. O pesquisador deve buscar penetrar no cotidiano vivido pelos atores sociais, fazendo uso de dados descritivos, sistematicamente registrados em diários de campo, e coletados por meio de observações participantes, entrevistas intensivas e, se necessário, análise de documentos.

³ As alunas foram sistematicamente treinadas para a execução desta etapa da pesquisa em reuniões semanais com a pesquisadora responsável, tendo sido construído nestes fóruns um único roteiro de observação, utilizado por todas.

Desde a década de 80, estudos do tipo etnográfico passaram a ser amplamente realizados na área da educação, após as críticas realizadas ao modo tradicional de se fazer pesquisas em psicologia escolar, as quais terminavam por contribuir com as estigmatizações, com os lugares sociais estereotipados, e que partiam de uma visão de ciência que não levava em conta a complexidade de fatores envolvidos na produção do fracasso escolar, situando-o somente no “aluno-problema”. Passou-se então, via uma adaptação dos métodos etnográficos à área educacional, a se buscar uma compreensão aprofundada acerca do cotidiano escolar, das relações e conflitos que contribuem para a manutenção da “ordem das coisas” (ANDRÉ, 2001; ANDRADE, 1990; SOUZA, 1997).

A partir das contribuições positivas advindas dos resultados obtidos com estas pesquisas, acredita-se que a metodologia etnográfica possa ser utilizada em outros contextos, sendo um valioso instrumento para a compreensão do cotidiano e da cultura de um determinado grupo social. Na atual linha de pesquisa, esta perspectiva foi escolhida para orientar a investigação de trabalhadores que vivem em um mesmo bairro, já que permite a apreensão da cultura na qual se inserem e a maneira como vivenciam e representam as práticas sociais e os acontecimentos que constituem seu dia-a-dia. Este método se caracteriza por uma abertura e flexibilidade quanto ao processo de pesquisa, que deve ir sendo delineado na medida em que os problemas e hipóteses se apresentam no decorrer da coleta de dados. É possível e desejável que se façam mudanças estratégicas nos procedimentos de pesquisa, mas o problema do qual se parte deve ser bem delimitado a partir de uma extensa revisão da literatura. Vale ressaltar ainda que o pesquisador não assume uma postura de neutralidade, não havendo o compromisso da ciência positivista em estabelecer leis gerais. O que se pretende é uma compreensão abrangente e sempre provisória da realidade estudada, na qual o pesquisador também se coloca de maneira comprometida, ou seja, é co-construtor do produto final obtido.

Os dados coletados foram inicialmente ordenados para a construção de um mapa horizontal das descobertas em campo: transcrição de fitas, organização dos relatos, reorganização do material e dos dados de observação. Sua classificação e categorização foi realizada a partir de uma leitura exaustiva e repetida dos textos, o que permitiu a apreensão das idéias centrais sobre o tema.

Foram identificadas, em primeiro lugar, as categorias analíticas, construídas a partir da revisão da literatura e, em seguida, foram levantadas as categorias empíricas, organizadas a partir dos dados coletados e que extrapolavam o conhecimento já instituído sobre o tema. Realizou-se, assim, a construção de um corpus de comunicações e, em seguida, foi feito um enxugamento, mantendo os temas mais relevantes. As categorias foram agrupadas a fim de construir uma lógica unificadora. A análise final implicou em um movimento incessante do empírico para o teórico e vice-versa, constituindo um movimento dialético que embasa a construção do texto final, que é sempre provisório. (MINAYO, 1996)

Os resultados obtidos nesta primeira fase da pesquisa podem ser observados a seguir:

O bairro e a vida comunitária

Há aproximadamente 6 anos a Prefeitura Municipal de Franca e a PROHAB (Programa de Habitação Popular), em parceria com a Caixa Econômica Federal, iniciou a entrega das casas construídas no Jardim Andorinha⁴, que visava contemplar moradores que não tinham casa própria e que mantinham seus impostos em dia. Foram entregues 468 casas de 45, 7m², construídas em terrenos de 200 m². Para a seleção das famílias premiadas foram priorizadas as que possuíam renda mensal de até seis salários mínimos.

⁴ O nome do bairro é fictício.

Os moradores iriam pagar pela casa, durante 15 anos, uma taxa mensal de arrendamento inferior a um aluguel normal, correspondente a 0,7% do valor do imóvel. Em todas as casas havia instalação de água, energia, telefone, e ainda iluminação pública e pavimentação⁵.

No bairro não há clubes praças, postos de saúde, creches, centro comunitário, escolas, farmácias, casas lotéricas e igrejas, sendo os cultos e missas realizados nas residências dos moradores. Devido à falta de uma biblioteca pública, um dos moradores disponibilizou sua casa para tal finalidade, e desde então, recebe doações de livros. Há ainda uma grande quantidade de terrenos baldios, um campo de terra onde as crianças costumam se reunir para jogarem futebol, queimada, entre outros. Há telefones públicos, um supermercado, uma mercearia, uma papelaria, uma padaria e uma *lan house*, sendo todos estes pontos de comércio localizados na avenida central. A coleta de lixo reciclável (coleta seletiva) é feita por uma família do bairro que fica responsável pela tarefa. Além disso, há o caminhão de coleta de lixo da prefeitura que passa pelo local. Não há lixo espalhado pela rua. O transporte público passa pelo bairro de 20 em 20 minutos durante a semana, e de 30 em 30 minutos aos finais de semana. Há também um ônibus escolar oferecido pela prefeitura. Quanto a sua segurança, alguns moradores consideram o bairro Jardim Andorinha seguro, outros não. Desta forma, a ronda policial é solicitada pelos moradores para que passe várias vezes durante a noite. As reformas feitas na parte interna ou externa das casas, tais como calçada, pintura, garagem, muros, portões, entre outros, são por conta dos residentes. Com relação à movimentação do bairro, apenas os moradores do local transitam pelas ruas, sendo geralmente, ciclistas, grupos de adolescentes e crianças. No período noturno, há maior movimentação do que durante o dia. As opções de atividades de lazer no bairro são jogos de futebol masculino aos finais de

⁵ Dados disponíveis no site: <http://www1.caixa.gov.br>

semana, festas em datas comemorativas e quermesse uma vez por ano (FREITAS, S.M; RIBEIRO, 2008).

A relação entre vizinhos no bairro foge bastante do que é visto nos dias atuais, onde todos estão isolados em suas casas e não conhecem aqueles que vivem próximos. No bairro Andorinhas, os vizinhos parecem ter um relacionamento mais próximo, estão sempre indo à casa uns dos outros para ajudar ou para conversar. Empréstam as coisas uns aos outros, ajudam nos serviços domésticos, vão a reunião de pais na escola uns no lugar de outros e revezam-se para buscarem as crianças no ponto de ônibus. Opinam na vida uns dos outros, entram na casa do vizinho sem bater, ajudam a mexer a comida no fogão e levam comida para o outro experimentar (CINTRA; RIBEIRO, 2008).

Descrição dos cenários de trabalho

No interior das dez residências observadas ainda é mantido o modelo padrão de construção: dois quartos, um banheiro, sala e cozinha. Em algumas, as varandas foram cimentadas, enquanto outras continuam sendo de terra. Algumas casas foram muradas. Três residências possuem um cômodo separado, onde fica a banca de pesponto. Nas seis casas onde acontece a costura manual do calçado, o local de trabalho é a sala, e em duas a costura é realizada na varanda. Na costura manual, não há divisão entre local de trabalho e de moradia. Em todas as residências o trabalho é feito com um fundo musical, rádio ligado, ou até mesmo ao som da televisão. Como trabalham na sala e na varanda, a iluminação e ventilação são boas, pois a porta e as janelas ficam abertas (CINTRA; RIBEIRO, 2008).

As bancas de pesponto ficam em uma parte separada das residências, normalmente aos fundos, e contam com ventilador, rádio e televisão. Há café e água à disposição dos funcionários. No geral, as bancas possuem máquinas de costura todas enfileiradas; mesas paralelas às máquinas

onde os funcionários trabalham com a colagem de peças, e preparo dos *vaquetes*, que são peças de couro cortadas prontas para costura. Uma das bancas de *pesponto* observada é tida como grande quando comparada às outras, já que possui dois cômodos, 10 máquinas e 15 funcionários, sendo todos registrados (CINTRA; RIBEIRO, 2008).

Nas residências onde acontece a costura manual, os sapatos ficam jogados no chão, de um lado os que precisam ser costurados, de outro, os pares já costurados. A costura é feita com agulha especial e linha de couro. Às vezes os sapatos são de couro duro, e não vem furados, daí os trabalhadores acabam furando os dedos sempre no mesmo lugar (apesar das dedeiras). Algumas vezes a linha de couro vem com sebo facilitando um pouco o deslizar da mesma. Outra dificuldade relatada acontece quando as fábricas mudam os modelos que estão habituados a fazerem, ou mudam o tipo de ponto a ser costurado, o que acaba atrasando muito o serviço. Duas vezes por dia, um homem que é responsável pela entrega e recolhimento do serviço passa nas casas, uma vez no período da manhã e outra vez no final da tarde. Este homem, também chamado banqueiro, não possui uma banca de *pesponto*. Ele pega o serviço na fábrica, distribui e recolhe nas residências, ficando com a porcentagem maior do que é pago pelo serviço, e também com toda responsabilidade do material entregue a ele. Os sapatos que são deixados de manhã têm que ser entregues no final da tarde, e os do final da tarde são entregues no dia seguinte de manhã. Nas residências observadas, que funcionam como bancas maiores, não há um intermediário, o dono da banca vai até a fábrica buscar e levar os sapatos, em horários predeterminados. Os participantes da pesquisa relataram ganhar de R\$0,50 a R\$ 0,75 por par de sapatos costurado, trabalhando de segunda a segunda, e recebendo uma remuneração que varia entre R\$300,00 a R\$450,00 reais por mês (FELICIANO; RIBEIRO, 2008).

Atores do espaço social e algumas especificidades

Participantes que costuram sapatos em suas residências: dos sete trabalhadores domiciliares da costura manual, cinco são mulheres e trabalham sozinhas em casa. Em uma sexta residência trabalha um casal, onde o marido é aposentado, e em uma sétima residência trabalha toda uma família: pai, mãe e quatro filhos.

Participantes que possuem bancas de pesponto em suas residências: as três bancas de pesponto observadas podem ser comparadas em uma ordem crescente de complexidade e tamanho. Na primeira banca, a menor, trabalham pai, mãe, filho mais velho e uma vizinha. Na segunda banca trabalham: o casal de proprietários e mais seis funcionários. Por fim, a terceira banca é composta pelo casal de proprietários e treze trabalhadores (FREITAS, T.B; RIBEIRO, 2008).

As mulheres, tanto da costura manual como da banca, em sua grande maioria possuem Ensino Fundamental incompleto, pois começaram trabalhar muito cedo neste ramo, tendo aprendido com os pais por volta dos nove, dez anos de idade. Algumas por necessidades financeiras, outras porque os pais julgavam ser “preferível trabalhar em casa que ficar na rua aprendendo o que não precisa”, segundo as falas delas mesmas. Quando jovens, a maioria trabalhou em fábricas, retornando ao trabalho no lar por motivo de gravidez, ou nascimento dos filhos (FELICIANO; RIBEIRO, 2008).

Em uma das residências onde foi realizada a observação participante moravam seis crianças, todas ajudavam a mãe na costura manual do sapato. No período da tarde, apenas duas crianças ficavam em casa, uma menina ajudava a mãe no serviço doméstico e depois costurava sapato, e o menino passava parte do dia na rua brincando (mas quando chegava a casa também costurava). Quanto às outras crianças, uma trabalhava em banca de pesponto e as outras três estudavam até 16h. Quando havia serviço com calçado trabalhavam depois da escola juntamente com a mãe. Quando os filhos

se recusavam, ela aumentava o tom de voz, porém, na maior parte do tempo conversavam e brincavam sem nenhum problema. Em todas as casas observadas havia pelo menos uma criança, e todas trabalhavam: as que não costuravam sapato ajudavam no serviço doméstico, neste caso principalmente as meninas. Uma adolescente relatou que havia mudado o horário da escola para poder ficar mais tempo em casa e ajudar mais a mãe. Observou-se que mesmo aquelas crianças que não costuram sapato freqüentemente, sabem realizar a atividade (LIMA; RIBEIRO, 2008).

Após esta descrição do cotidiano de trabalho e de modo vida nas residências tornadas unidades produtivas, cada aluna-pesquisadora assumiu um aspecto da realidade em questão, a ser investigada de forma mais específica, por meio de entrevistas de profundidade, que consistiam na segunda etapa desta pesquisa, chamada fase focalizada.

Foram investigadas, na segunda etapa, as representações de aposentados que permanecem trabalhando de maneira informal⁶; a visão das mulheres acerca das relações familiares e o trabalho no lar⁷; a percepção das crianças e adolescentes sobre o trabalho que executam em suas residências⁸; as representações e vivências de trabalhadores sobre lazer, trabalho e tempo livre⁹; as relações familiares em bancas onde os cônjuges e muitas vezes os filhos também trabalham¹⁰ e, por fim, foi realizado um estudo comparativo entre os três ambientes de trabalho: fábrica, banca e costura manual, buscando compreender a modelização dos corpos que ocorre em cada um deles,

⁶ Pesquisa de Iniciação Científica realizada por Thais Silva Cintra, com subsídio da FAPESP.

⁷ Pesquisa de Iniciação Científica realizada por Vilma de Oliveira Feliciano, com subsídio da FAPESP.

⁸ Pesquisa de Iniciação Científica realizada por Marília Batarra Lima, com subsídio da FAPESP.

⁹ Pesquisa de Iniciação Científica realizada por Suzi Mara Freitas, com subsídio da FAPESP.

¹⁰ Pesquisa de Iniciação Científica realizada por Amanda Mendes Silva, com subsídio do CNPq.

utilizando, para tanto, a teoria foucaultiana sobre a sociedade disciplinar e a teoria deleuzeana sobre sociedade de controle¹¹.

Devido à restrição de espaço para a exposição aprofundada dos resultados obtidos em cada um dos estudos, será apresentada uma síntese geral, que deverá servir de subsídio para propostas de intervenção em psicologia comunitária, dentro da estrutura de estágios curriculares proposta pelo curso de graduação em Psicologia do Centro Universitário de Franca – Uni-FACEF.

Os resultados obtidos nesta etapa da pesquisa podem ser observados a seguir:

A vida no trabalho e o trabalho tornado vida

Após a permanência nas residências, observou-se que a maioria dos trabalhadores de costura manual se constitui por mulheres, crianças e aposentados. Já as bancas de pesponto são normalmente constituídas pelo núcleo familiar e um número variável de funcionários. Portanto, no total os entrevistados nesta etapa da pesquisa foram oito mulheres que trabalham com a costura manual, cinco aposentados, seis núcleos familiares que trabalham em bancas de pesponto (no caso foram entrevistados mulher, marido e, pelo menos, um filho) e dez crianças e adolescentes.

Para a maioria dos entrevistados o trabalho é percebido exclusivamente como meio de sustento, sendo gerador de sofrimento, principalmente pela exploração do tempo. Se por um lado aparecem queixas relativas ao trabalho dentro da fábrica, e o trabalho residencial aparenta ser mais flexível, ao longo das entrevistas foi sendo observado que o despotismo da fábrica é reeditado no trabalho domiciliar, de forma ainda mais intensificada.

¹¹ Pesquisa de Iniciação Científica realizada por Talita Bertanha de Freitas, com subsídio do CNPq.

As queixas relativas ao trabalho na fábrica se relacionam a falta de autonomia no controle do tempo, ao espaço constantemente vigiado, à disciplina imposta aos corpos no trabalho na esteira.

Em um primeiro momento, deixar este ambiente de trabalho e passar a trabalhar na própria residência era visto de forma positiva. O trabalho no lar significava maior tempo de contato com os filhos e com a família, maior liberdade e autonomia. Enfim, os participantes deixavam claro o desejo de serem seus próprios patrões.

Quanto aos discursos apresentados pelos trabalhadores durante as observações participantes, verificam-se afirmações de que o modo informal de trabalho é “bom”, pois permite aos trabalhadores uma maior aproximação familiar, além de relatarem que se sentem mais à vontade para desenvolverem o trabalho; não encontram dificuldades relacionadas ao transporte; é um ambiente agradável; e ainda podem intercalar, no caso da costura nas residências, o trabalho com outras atividades domésticas (FREITAS, S.M; RIBEIRO, 2008).

No decorrer do tempo, após a vivência concreta como trabalhador informal, novas queixas foram se fazendo: percebeu-se que a falta de tempo é ainda maior nesta situação e passou-se a desejar novamente a rotina da fábrica, que instaurava um horário de início e de término do trabalho.

Ser o proprietário da banca é ter um patrão interno ainda mais despótico e autoritário, os mecanismos disciplinares como “o exame” e “a sanção normalizadora” estão implícitos em seus discursos. A vida fora da banca é posta em segundo plano, as relações familiares se transformam em relações de trabalho, sendo que o principal dever do corpo encarnado pelo trabalho é aquele de sempre produzir (FREITAS, T.B; RIBEIRO, 2008).

As mulheres relataram uma sobrecarga de trabalho e a quase total ausência de tempo livre ou de descanso. Observou-se que a rotina da casa e do trabalho se misturam e acontece uma aceleração ininterrupta. No relato delas, para que o ganho seja suficiente é necessária uma grande quantidade de

trabalho, que invade as madrugadas e finais de semana. Elas se queixam ainda da instabilidade vivida devido ao fluxo irregular de disponibilidade de trabalho.

Durante as observações, a maioria das trabalhadoras disse que são elas que fazem o próprio ritmo de trabalho, porém costumam ficar até de madrugada e finais de semana costurando sapato. Dentro de suas casas é claro que não tem o “olhar vigilante” de um patrão, porém este olhar já é interiorizado, incorporado, se tornando uma auto vigilância. Elas sabem de seus “deveres”, muitas relataram que se cobram quando não conseguem fazer tudo que “devem” fazer: o trabalho com o sapato mais os afazeres da casa (FREITAS, T.B; RIBEIRO, 2008).

O que parece existir aqui é que as entrevistadas trabalham dez horas, até mais, por dia com a costura de sapatos. Quando param, vão preparar o jantar, fazer algumas tarefas domésticas mais urgentes, ajudar nas tarefas dos filhos, dar banho, colocá-los para dormir, adiantar alguma coisa para o outro dia. Nos finais de semana fazem os serviços mais demorados de lavar toda a roupa da casa, passar, faxinar, não sobrando tempo algum para lazer ou mesmo para o descanso. Apenas uma das entrevistadas destacou que descansa um pouquinho à noite após servir o jantar, ou quando “empaca como um burro cansado” (sic) (FELICIANO; RIBEIRO, 2008).

Algumas participantes que costuram sapato em casa afirmaram a desvantagem de haver uma estabilidade em termos de rendimento, “tem dia que tem muito serviço e tem dia que não tem nada”(sic), mas apesar de tudo afirmam que é muito bom, pois quando se cansam, dão uma parada e vão comer alguma coisa, sem pressão do patrão. As mulheres colocaram também que “trabalhar com o sapato é monótono e cansativo, mas ajuda a complementar o orçamento da casa”. Uma das mulheres ressaltou que no trabalho em casa não há folga e que se trabalha até nos finais de semana (FELICIANO; RIBEIRO, 2008).

A falta de seguridade social também pareceu ser sentida como um drama. Muitos participantes relataram problemas de saúde, vários deles por

conta do trabalho repetitivo que executam e, ao mesmo tempo, relataram a necessidade de convívio com a dor, e a percepção de um rebaixamento da produtividade. Ao mesmo tempo, colocaram a impossibilidade de se curarem das doenças, já que isto demandaria um afastamento do trabalho, o que é inviável porque a sobrevivência da família depende daquela renda.

No atual estudo o que parece acontecer é que a associação entre condições ruins de trabalho levou a manifestação de doenças físicas nas entrevistadas, pois estas mulheres permanecem sentadas por 10, 12 horas consecutivas gerando problemas de coluna, renais e circulatórios. Mesmo doentes elas permanecem trabalhando, pois não contribuem com a Previdência, e continuam executando as tarefas domésticas porque não há quem as faça por elas. Vale notar que uma das entrevistadas estava sem costurar sapatos devido à tendinite, mas estava recolhendo lixo reciclável nas ruas para conseguir algum dinheiro (FELICIANO; RIBEIRO, 2008).

Outra questão importante é a solidão do trabalho residencial, para os participantes que trabalham com a costura manual. Já no caso das bancas, como trabalha sempre mais de uma pessoa, o ambiente se mostrou mais alegre. Neste caso, observou-se uma informalidade considerada positiva pelos trabalhadores. O som do rádio ou televisão, as brincadeiras e piadas, além de cantorias e relações mais horizontais no trabalho são aspectos muito valorizados pelos entrevistados.

O que parece existir aqui é que o isolamento ditado pelo trabalho que elas realizam aumenta a tristeza e o humor deprimido. É fato que o trabalho coletivo é promotor de relações de amizade, companheirismo, oportunidades de vivências e trocas coletivas, aumentando o senso de realidade e comprometimento mútuo. Neste aspecto o trabalho domiciliar parece ter um componente negativo na opinião da maioria das entrevistadas (FELICIANO; RIBEIRO, 2008).

Esta situação das mulheres influencia diretamente a vida das crianças. Observou-se que em todas as famílias as crianças trabalhavam,

“ajudando os pais”, como se referiam. O trabalho com o calçado, nesta circunstância não parece se diferenciar do trabalho doméstico, ao qual as crianças já estão habituadas. Vale pensar até que ponto a sobrecarga das mulheres acaba sendo redistribuída para as crianças, uma vez que o que está em jogo é a sobrevivência da família. Nesta perspectiva, os estudos sobre trabalho infantil deveriam ir muito além da situação normalmente discutida no plano macro.

Com a produção de calçado dentro das casas, o ambiente doméstico e de trabalho se fundiram, e passaram a envolver todos os membros da família, inclusive as crianças. O trabalho infantil não ocorre mais dentro das fábricas, devido à proibição do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Porém sabe-se que não houve a erradicação do trabalho infantil, esse apenas passou a acontecer dentro do espaço doméstico (LIMA; RIBEIRO, 2008).

As crianças e adolescentes entrevistados possuem como padrões seus pais, e por isso algumas parecem estabelecer uma espécie de relação diferente da relação de empregado-patrão, pois nos discursos algumas não relataram que trabalhavam, mas que ajudavam os pais. As crianças e adolescentes disseram que não podem negar ajuda, senão apanham, então percebe-se que há exploração, mas esta precisa ser discutida a partir das singularidades desta situação específica, pensando-se também no estilo de autoridade parental dentro da família (LIMA; RIBEIRO, 2008).

Observou-se, ainda, o trabalho contínuo acontece não somente por conta da demanda financeira, mas também pela ideologia a respeito do trabalho, já incorporada pelos sujeitos. O trabalho é visto como um espaço digno da vida, que deve ser colocado sempre em primeiro plano. Este aspecto pode ser exemplificado por um trabalhador de banca que, mesmo sem serviço, passa o tempo no local de trabalho, como se aquilo significasse algum alívio à angústia gerada pelo tempo de não-trabalho. Observou-se em quase todos os relatos o discurso de que o trabalho dignifica o homem, que o tempo do

trabalho é dádioso e que o tempo do prazer pode ser postergado para o futuro.

Assim, é possível considerar que esse tipo de trabalho acaba se tornando uma “faca de dois gumes”, como se diz no popular, já que em alguns momentos favorece uma linha de estratificação flexível, e em outros momentos, o ser patrão de si mesmo exige além da capacidade física e emocional dessas pessoas, trazendo conseqüências que se manifestam até mesmo pela dificuldade do uso do tempo livre, como foi descrito por um entrevistado, que relata que durante seu período de folga, fica no ambiente da banca de pesponto procurando trabalho. De Masi (2000), fala da dependência psicológica do trabalho, ou seja, o *overtime*, que em inglês significa “além do tempo”. Aqui, o trabalhador se habitua de tal forma ao trabalho, que quando está fora dele, se sente perdido, desorientado e inútil (FREITAS, S.M; RIBEIRO, 2008).

Outro aspecto que se destacou nas pesquisas é a influência do trabalho na vida familiar. Na maioria dos casos existe uma intensificação dos conflitos, quer seja entre pais e filhos, quer seja entre marido e mulher. Todos os entrevistados relataram uma tentativa de não misturarem as duas esferas, mas, principalmente no caso das bancas de pesponto em que a família trabalha em conjunto, os conflitos se tornam inevitáveis. De forma geral, o que se relata é que o trabalho invade todo o espaço da vida doméstica.

Quanto à influência do trabalho nas relações familiares, a grande maioria dos entrevistados disse que esta situação gera muito desgaste e conflitos conjugais, uma vez que, em todas as famílias entrevistadas, marido e mulher trabalham juntos ou já passaram por essa experiência. Além de influenciar na relação conjugal, também acaba por influenciar na relação com os filhos, como relata um dos pais de família entrevistados, ao justificar sua ausência enquanto pai pelo excesso de trabalho (SILVA; RIBEIRO, 2008).

Já no caso dos aposentados entrevistados, observou-se que para todos eles a aposentadoria é percebida de forma positiva, não tendo sido relatadas situações de perda de inserção social. Até porque para todos eles

houve necessidade de complementação da renda após a aposentadoria, acontecendo a permanência no mercado de trabalho, com oportunidades no setor informal. Para alguns participantes, neste momento o trabalho tornou-se mais prazeroso e mais leve, com maior liberdade e menos cobranças. Alguns relataram uma flexibilização do tempo, colocando que se permitem mais encontros com amigos, participação em eventos comunitários e religiosos.

Cinco entrevistados revelaram um aumento de tempo livre, após a aposentadoria, para investirem em relacionamentos sociais, contrariando a crença de que a aposentadoria significa o começo do desengajamento social. Três disseram que os vínculos mais fortes se dão com as pessoas de suas comunidades religiosas, enquanto dois falaram de amizades em geral, um enfatizou sobre o tempo livre para aceitar convites de amigos para atividades de lazer, e outra aposentada revelou que após a aposentadoria começou a frequentar lugares que antes não frequentava devido ao trabalho (CINTRA; RIBEIRO, 2008).

A partir dos resultados obtidos, a questão que se coloca é como aproveitar as linhas de fuga que acontecem em um contexto de relativa flexibilização? Como pensar a vida e o trabalho sob uma ótica em que a potência de vida das pessoas não seja deteriorada, juntamente com as relações sociais?

Diante destes questionamentos, foi elaborada uma proposta de intervenção em psicologia comunitária, que será discutida no próximo seguimento.

Uma proposta de intervenção em psicologia comunitária

De acordo com Lane (1996) a história da Psicologia Comunitária remonta à década de 60 com profissionais da psicologia realizando trabalhos em comunidades de baixa renda tendo como um dos objetivos iniciais

“deselitizar” (grifo da autora) a profissão, contribuindo assim para melhoria da qualidade de vida da população. Destaca ainda que os valores da Psicologia Comunitária ligam-se à ética da solidariedade e ao compromisso político, tendo como problema central transformar o indivíduo em sujeito, com forte influência de Paulo Freire e sua “educação popular”.

A partir dos dados anteriormente apresentados e baseados no pensamento acima, surgiu a proposta de estágio em Psicologia Comunitária, também com o enfoque da Psicologia da Saúde que segundo Sebastiani (2002) também nasceu na década de 60 na América Latina e no Brasil e configura-se com atuação em diversas sub-áreas, com um campo de trabalho diversificado atuando também nas comunidades.

Pensar um trabalho de intervenção em Psicologia Comunitária articulado à Psicologia da Saúde vai ao encontro das diretrizes apontadas pelo Ministério da Saúde (2002) onde fica claro que desde a I Conferência, em 1986 que produziu a *Carta de Ottawa*, até V Conferência Internacional no México, em 2000 a saúde vem sendo apresentada como elemento necessário ao desenvolvimento social e econômico, colocando a promoção como “prioridade fundamental das políticas e programas locais, regionais, nacionais e internacionais” (BRASIL, 2002 p. 30).

Pautando-se inicialmente no conceito da Organização Mundial de Saúde (OMS) que preconizou em 1948 que saúde “É o estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença”, a psicologia da saúde acompanhou a evolução histórico-conceitual de se pensar saúde e doença de forma polarizada, para entendê-la como um processo saúde-doença, assumindo o modelo da determinação social que entende este processo como produto resultante dos diferentes modos de vida das pessoas em sociedade. Assim sendo a saúde tem estreita relação com as condições de vida da população.

Em 1986, foi realizada a VIII Conferência Nacional de Saúde momento em que se definiu saúde de forma ampliada, agora pensada nos

seguintes termos:

Saúde não é simplesmente não estar doente, é mais: é um bem-estar social, é o direito ao trabalho, a um salário condigno; é o direito a ter água, à vestimenta, à educação, e, até as informações sobre como se pode dominar este mundo e transformá-lo. É ter direito a um ambiente que não seja agressivo, mas que pelo contrário, permita a existência de uma vida digna e decente, a um sistema político que respeite a livre opinião, a livre possibilidade de organização e de autodeterminação de um povo. É não estar o tempo todo submetido ao medo da violência, tanto daquela violência resultante da miséria, que é o roubo, o ataque, como da violência do governo contra o seu próprio povo... Saúde é a possibilidade de trabalhar e ter acesso à terra (BRASIL, 2002)

Pensando saúde nos termos apresentados, sua promoção pressupõe dentre outras coisas capacitar a comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo.

Assim sendo, a proposta inicial do estágio tem como objetivos ampliar a cartografia que promove o reconhecimento das linhas de estratificação (ou produção de subjetividade capitalística) e linhas de fuga (ou produção de novos modos de vida). Os alunos estagiários devem acompanhar o acontecimento de grupos e associações naturais que são vivenciadas no bairro estudado, com vistas a potencializar os fluxos intensivos, ou aqueles que poderiam gerar transformações nas três ecologias: mental, social e ambiental.

Enquanto proposta político-pedagógica a instituição promotora busca formar psicólogos comprometidos com a busca da melhoria das condições de vida da população, integrando as necessidades de experiência profissional do estudante a uma verdadeira prestação de serviços voltados para o atendimento das necessidades de pessoas, grupos ou instituições, em situações reais de vida. Como atividade norteadora propõe-se a configuração de

estratégias grupais de atuação com intervenções psicológicas sócio-educativas na comunidade.

A partir da pesquisa já realizada, são propostas inicialmente alguns segmentos a serem trabalhados:

1 - Grupo de moradores – tendo como público-alvo todos os moradores do bairro com o objetivo de trabalhar temas relacionados ao cotidiano, entre eles: economia solidária, violência, autogestão, saúde, desemprego, família e trabalho.

2 - Grupo de mulheres – tendo como público-alvo as mulheres moradoras do bairro com o objetivo de trabalhar os condicionamentos impostos pela cultura a respeito da condição de gênero e as possibilidades de transformação; vivenciar emoções e sentimentos; pensar de forma crítica sobre os fatos cotidianos; buscar novos significados a seus conhecimentos e valores; debater sobre dilemas familiares existenciais, morais e análise de conflitos.

3 - Oficina de ritmo e expressão corporal para adolescentes – tendo como público-alvo pré-adolescentes e adolescentes com o objetivo de criar um espaço coletivo para trabalhar, através da linguagem corporal temas de caráter preventivo, entre eles: sexualidade, drogas, sonhos, escola, trabalho e relações familiares

4 - Grupo de pesquisa-intervenção com crianças “Minha vida no bairro” - tendo como público-alvo crianças de 7 a 10 anos com o objetivo de criar um ambiente para trabalhar as relações sociais e as perspectivas das crianças dentro do bairro.

Cumprе esclarecer que o objetivo de base que norteou e continua norteando o trabalho é ajudar a dar voz aos atores sociais do bairro, buscando atuar de uma forma preventiva e sempre com a crença/certeza de que o cidadão comum, aquele com o qual nos deparamos cotidianamente tem direito à saúde em sua aceção mais ampla, entendendo que de acordo com Guareschi (2006), as Relações Comunitárias são mais que meras relações sociais,

pressupõem que seus membros tenham possibilidade de participar, de manifestar sua opinião, que se definem pela necessidade de cooperação, que envolve afeto e que se trata de uma associação que se dá na linha do **SER**.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, A.S. O cotidiano de uma escola pública de primeiro grau: um estudo etnográfico. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo (73):26-37, maio 1990.

ANDRÉ, M. E. D. A. *Etnografia da prática escolar*. São Paulo: Papirus, 2001.

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo; Bomtempo, 2003.

BAQUERO, M.; BAQUERO, R. Trazendo o cidadão para a arena pública: Capital social e empoderamento na produção de uma democracia social na América Latina. In: *Revista REDES*, v.12, n.1, p.125-150, 2007.

BARBOSA, A. de S. e MENDES, A. M. Capital, Trabalho e Formação da Classe na Indústria de Calçado. In Políticas e Sociedade. *Revista do Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade da Universidade Estadual do Ceará*. Vol. 1, nº 5, Jan/Jun./2003.

BICALHO, A.G.D. et al. Responsabilidade Social das Empresas e Comunicação, in INSTITUTO ETHOS. *Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades*. vol. 2, São Paulo: Peirópolis, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. *As cartas de promoção da saúde*. Brasília, 2002.

CINTRA, T. S.; RIBEIRO, D. F. *As percepções de aposentados que continuam trabalhando informalmente na produção calçadista sobre velhice, aposentadoria e trabalho*. Relatório de Iniciação Científica/ FAPESP, Franca, 2008.

DE MASI, D. *O futuro do trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós industrial*. Rio de Janeiro: José Olympio. 2000.

DEMO, Pedro. *Desafios modernos da educação*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

DUPAS, G. A lógica econômica global e a revisão do Welfare State: a urgência de um novo pacto. In *Revista Estudos Avançados*, n.33, IEA/USP, set-dez 1998.

FREITAS, S. B. de. *Relações de gênero no trabalho: a visão masculina*, TCC, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, da Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Campus Franca, 2001

FELICIANO, V. O; RIBEIRO, D. F. *A fábrica no lar: percepções de mulheres sobre seu cotidiano, seu trabalho e suas relações familiares*. Relatório de Iniciação Científica/ FAPESP, Franca, 2008.

FREITAS, T. B.; RIBEIRO, D. F. *Poder Disciplinar e Linhas de Fuga em trabalhadores com costura manual, de bancas de pesponto e de fábricas de calçado*. Relatório de Iniciação Científica/ CNPQ – PIBIC, Franca, 2008.

FREITAS, S. M.; RIBEIRO, D. F. *A Percepção de trabalhadores domiciliares do setor calçadista de uma cidade industrial sobre tempo livre, trabalho e lazer*. Relatório de Iniciação Científica/ FAPESP, Franca, 2008.

GUARESCHI, P. A. Relações comunitárias relações de dominação. In: CAMPOS, R. H. de F. *Psicologia social comunitária*. Petrópolis: Vozes, 2006. p. 81-99.

GUATTARI, F. *As três ecologias*. Campinas: Papirus, 2007.

_____. *Revolução Molecular*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

GUIDDENS, A. *A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e futuro da social-democracia*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

LANE, S. T. M. Histórico e fundamentos da psicologia comunitária no Brasil. In: CAMPOS, R. H. de F. *Psicologia social comunitária*. Petrópolis: Vozes, 2006. p. 17-33.

LOBOSCHI, L. M. P. et al. Responsabilidade social e o empreendedorismo. In PIMENTEL, R.C. (org) *O novo e o antigo na administração: reeleitura sobre alguns temas*. Ribeirão Preto: Novosaber, 2003.

MARCOVITCH, Jacques. *A universidade (im)possível*. São Paulo: Futura, 1998.

MINAYO, M. C. de S. *O desafio do conhecimento: metodologia qualitativa em saúde*. Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1996.

NAVARRO, V. L.. *O trabalho e a saúde do trabalhador na indústria de calçado*. São Paulo: Pespec. online. Abr/jun.2003, vol. 17, n 2, p.32 – 41. Disponível na World Wide Web:

<http://www.scielo.php?script=sciartex&pial>. Acesso em 20 de julho de 2005.

NEGRI, A.; COCCO, G. *Glob(AI): biopoder e luta em uma América Latina globalizada*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

OLIVEIRA, P.T. Responsabilidade social da universidade e ensino de ciências sociais aplicadas. In OLIVEIRA, P.T.(coord) *Ensaio de ensino de administração*. Franca: FACEF, 2003.

UNI-FACEF. Projeto Pedagógico do curso de Psicologia. Franca: UNI-FACEF, 2007.

SANTOS, B. S. *Pela mão de Alice*. 6 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SEBASTIANI, R. W. Histórico e evolução da psicologia da saúde numa perspectiva latino-americana. In: ANGERAMI-CAMON, V.A. (org). *Psicologia da Saúde: um novo significado para a prática clínica*. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2002.

SORJ, B. *A nova sociedade brasileira*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

SOUZA, M. P. R. As contribuições dos estudos etnográficos na compreensão do fracasso escolar no Brasil In: MACHADO, A. M.; SOUZA, M. P. R.(orgs) *Psicologia escolar: em busca de novos rumos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

PRODUÇÃO CIENTÍFICA E GERENCIAMENTO DE BASES DE DADOS

Leilah Santiago Bufrem

Introdução

Se na vida acadêmica a pesquisa tem contribuído significativamente para o crescimento científico, devem ser procuradas formas coerentes de promovê-la e incentivá-la, especialmente em programas de pós-graduação *stricto sensu*, visando-se atingir o ideal universitário da integração ensino-pesquisa-extensão, em um legítimo processo de construção e socialização de saberes.

Tentativas para superar questões relativas à fragmentação do conhecimento em disciplinas curriculares vêm se apresentando no contexto educacional, por um lado na expressão crítica encontrada na literatura e, por outro, na concretização de cursos, propostas e eventos de caráter interdisciplinar ou transdisciplinar. Sem entrar na discussão semântica sobre os conceitos de multi, inter e transdisciplinaridade, já discutidos em artigo anterior (BUFREM, 2008a), a proposta orientadora desta reflexão é investigar até que ponto as construções teórico-práticas relacionadas ao gerenciamento e uso de uma base de dados podem contribuir para revelar o caráter interdisciplinar dos conhecimentos que elas representam. Ilustra-se a concretização dessa possibilidade, tomando-se o caso de um repositório específico, a Base Brasileira de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci), um instrumento representativo da organização transversal do conhecimento, que já vem subsidiando estudos e pesquisas no campo da informação.

Essa proposta justifica-se diante da estruturação de cursos, historicamente marcada pela excessiva compartimentalização, consequência do modo disciplinar de organização de conteúdos. Observa-se que o referencial semântico do conceito de disciplina apresenta dois sentidos, o primeiro que a toma como campo específico do saber, enquanto o segundo relaciona-se à hierarquização de conhecimentos e às relações de poder dela decorrentes, ambos oriundos do paradigma positivista clássico da ciência, fundante e norteador do pensamento ocidental.

Consolidada pelas circunstâncias históricas do desenvolvimento da sociedade, segundo concepção de Santos (2005), essa posição reflete a importância das classificações e categorizações como um método didático para se estruturar os conhecimentos, tanto de caráter científico quanto técnico. Entretanto, não se pode ignorar que há uma dinâmica histórica, na qual os saberes se enredam, se misturam, se transformam, se configuram e são influenciados pelas múltiplas dimensões da realidade concreta. Essa posição crítica às disciplinas como saberes especializados, sujeitos a uma organização aparentemente coordenada, coloca-se em oposição às fronteiras rígidas e pseudo-autônomas, impeditivas do diálogo entre conteúdos. Ao refletir sobre o progresso cumulativo da ciência, Morin (2000) já percebia a incompatibilidade entre essa visão e a forma de organização da realidade social complexa em que se situam os programas de ensino, o que dificulta os rumos para uma educação compromissada com a transformação social, exigindo propostas de uma nova disposição dos arranjos de conteúdos e procedimentos metodológicos para sua apresentação.

No caso dos cursos de pós-graduação já denominados de multidisciplinares e, mais recentemente, de interdisciplinares, a crítica a essa rigidez de fronteiras se faz mais pertinente e imperiosa. Quando a atenção se volta ao tratamento de um domínio do conhecimento, como ocorre neste trabalho, cujo foco específico é o dos saberes relativos à área da CI, a análise e a interpretação dessa conjuntura realizam-se a partir da crítica ao modo de

organização do conhecimento em currículos dos cursos. Pergunta-se, portanto, se realizações concretas, como projetos de pesquisa envolvendo docentes e discentes, voltados a concretizações de fontes ou repositórios de informação sobre a produção científica de um campo do conhecimento, podem contribuir efetivamente para a superação da compartimentalização disciplinar.

Os estudos sobre questões relativas à produção científica, presentes na literatura, têm se voltado com maior intensidade a questões como autoria, domínio científico, temática, citações, relações interpares e interinstitucionais e relações e políticas institucionais. Esse tipo de estudo pode constituir-se em instrumento valioso para rastrear a evolução da área de conhecimento e analisar os processos criativos que integram conteúdos, superando limites disciplinares. Sua contribuição também é evidenciada na análise de contextos teóricos, permitindo compreender as formações curriculares em cursos ou instituições e oferecendo, ainda, informações relevantes para a transformação e a avaliação dos processos educacionais.

Neste estudo, parte-se especificamente do resultado da produção científica de um grupo de pesquisa da Universidade Federal do Paraná (UFPR), denominado Educação, Pesquisa e Perfil Profissional, vinculado ao Mestrado em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da UFPR e ao Núcleo de Pesquisa de Produção Científica da Universidade de São Paulo. Voltado ao caso concreto da construção da Brapci, o estudo analisa posições teóricas e realizações práticas desenvolvidas na constituição dessa fonte de informação que abrange e disponibiliza referências e resumos de textos publicados em periódicos nacionais impressos e eletrônicos da área de CI. Ao reconhecerem o potencial interdisciplinar desse instrumento de pesquisa e análise, os estudos do grupo convergem para a tentativa de superar os modos de concepção e organização de conteúdos curriculares, especialmente em cursos de pós-graduação *stricto sensu* e de fomentar a almejada integração entre graduação e pós-graduação. Partindo dessa problemática, procura-se aqui revelar, com a experiência relatada, propostas de realização de

pesquisas alternativas às formas disciplinares convencionais, rígidas e isoladas, fomentando a discussão sobre seu alcance e modos de concretização.

Aceita-se como pressuposto que os conteúdos curriculares, em qualquer área ou nível institucional de ensino, são organizados sobre um perfil que se configura a partir de uma situação histórica e dos elementos discursivos com os quais os planejadores realizam suas práticas, representações e identidades. Para isso, concorrem conhecimentos já consolidados, na expectativa de que, a partir deles, sejam construídos novos saberes. Entretanto, as ramificações dos conhecimentos científicos exigem que se repensem não somente os conteúdos e objetivos curriculares, como também a forma de organização desses conteúdos, de modo a se evitar uma disposição curricular seriada e fragmentada.

Uma base como proposta

A reflexão sobre as relações entre um campo de conhecimento específico e os que a ele se integram amplia as possibilidades de delimitação do objeto científico, impondo-se a necessidade de uma análise cujas consequências repercutem na noção de domínio. A esse respeito, embora se reconheça que sempre haverá deficiências na explicitação dos saberes devido às novas informações e ao processo de mudanças sociais, Lloyd (1995, p. 18) argumenta que

as metodologias e os conceitos gerais podem mostrar-se suscetíveis ao permanente aperfeiçoamento em decorrência do pensamento analítico, incluindo o exame dos sistemas conceituais, da lógica de investigação e de raciocínio empregada por certas ciências e do modo como algumas delas avançam mais do que outras. Em particular, deve-se examinar o processo crucial de formação de um *domínio de pesquisa científica* coerente para a história estrutural econômica e social.

Essa possibilidade induz à convicção da necessidade de examinar o processo de formação de domínios do campo específico da CI e, para isso, o conceito de domínio tem especial posição como recurso aos pesquisadores pois, na visão de Lloyd, contribui para “constituir teoricamente objetos de investigação” (1995, p. 25).

Entre as tentativas previstas pelo projeto desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa, com vistas a fundamentar uma experiência interdisciplinar de valor empírico e teórico para o conhecimento de domínios da área, é que foi planejada a construção de uma base de dados referenciais que, além de conjugar esforços de estudantes da graduação e pós-graduação, revela uma possibilidade de reconhecer domínios científicos no contexto teórico em que se situam e numa visão diacrônica de sua evolução. Isso porque o conceito de base de dados envolve as questões sobre a natureza e a finalidade do seu conteúdo. O desenvolvimento do acervo define-se a partir da extensão e profundidade na cobertura temática, segundo os níveis estabelecidos no planejamento e, dessa definição, decorrem as atividades relativas tanto à sua construção quanto a sua manutenção, acesso e uso. Importa salientar que, ao permear o processo de planejamento de uma base de dados, a presença do usuário impõe-se para a definição dos propósitos e como orientação para avaliação dos processos e do produto gerado. O *corpus* deve ser, portanto, representativo das necessidades reais e potenciais da comunidade usuária (BUFREM, 2008, p. 41).

Em sua vertente analítico-descritiva, o projeto Brapci enseja a identificação e análise das áreas temáticas, objetos e fundamentos teóricos e metodológicos das pesquisas na literatura periódica acadêmica em CI no Brasil. Essa vertente consiste na realização de investigações e análises infométricas, historiográficas, editoriais, político-pedagógicas e curriculares dos artigos e periódicos.

Em sua vertente operacional ou instrumental, volta-se à atualização e manutenção da Brapci, objetivando identificar periódicos e artigos sobre CI para organização, cientificamente fundamentada, dos registros. Como

expansão do projeto, visando seu aperfeiçoamento, está sendo gerada uma metodologia para a criação de um novo ambiente integrado de gerenciamento e publicação, objetivando disponibilizar aos usuários de toda a rede o conteúdo integral e atualizado da base Brapci através de um ambiente específico de informações compartilhadas.

Atualmente, a Brapci disponibiliza referências e resumos de mais de 5500 textos publicados em 29 periódicos nacionais impressos e eletrônicos da área de CI (Gráfico 1), desde a primeira publicação em 1970 (Gráfico 2). Sua construção está contribuindo para estudos analíticos e descritivos sobre a produção editorial de uma área em desenvolvimento, ao subsidiar com uma ferramenta dinâmica os alunos, professores e pesquisadores da área de CI. Seus critérios de construção, manutenção e abrangência a habilitam como única no Brasil com toda a produção científica periódica na área e sua relevância sobreleva no processo de produção e disseminação do conhecimento, tanto na área de CI como em suas correlatas, devido à transdisciplinaridade que lhe é peculiar.

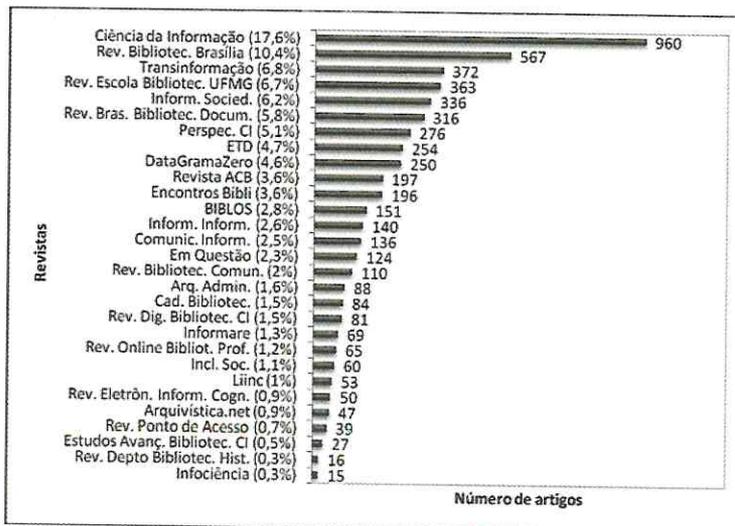


Gráfico 1 – Distribuição de artigos por revistas

O Gráfico 2 permite que se visualize o movimento ascendente, desde a primeira revista da área, inaugurando a década de 1970, até o ano de 2008, percebendo-se um aumento expressivo a partir do novo milênio, quando a maioria delas, estimulada pelo formato eletrônico, aumenta sua quantidade de artigos, graças às facilidades que ele apresenta. Esse formato teve um crescimento rápido. Segundo Barraviera (2007), em 1995 existiam no mundo cerca de cem revistas eletrônicas e, em 2007, estimava-se em 70 a 80 mil, sendo 25 mil delas com corpo editorial e revisão por pares. Destaca-se que, no Brasil, entre o universo das revistas da área de CI, houve um pico acentuado no número de artigos em 2006, atingindo quase 10% do total dos artigos publicados no período (Gráfico 2).

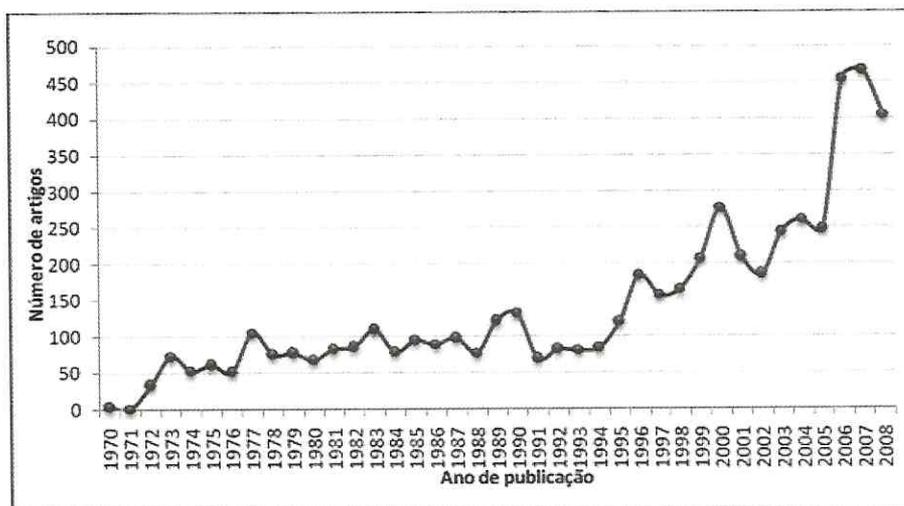


Gráfico 2 – Distribuição de artigos por ano de publicação

Contextualizando a trajetória

Quando da criação do Curso de Mestrado em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação, configurou-se a necessidade de uma agenda de

investigações nos domínios do curso, com interfaces para outras áreas ou linhas de pesquisa, tanto do ponto de vista dos conteúdos, quanto das modalidades e trajetórias metodológicas. No intuito de ensejar a construção continuada de abordagens relacionais, numa dinâmica presente na configuração da área de concentração Gestão da Informação e do Conhecimento, procurou-se explicitar duas linhas de pesquisa, cujo denominador comum fosse a informação, objeto nuclear, presente tanto na linha *Informação, Conhecimento e Estratégia*, quanto na linha *Informação, Tecnologia e Gestão*. A área de concentração explicita-se nas duas linhas de pesquisa, orientadoras da estrutura curricular e relacionadas com os projetos de pesquisa dos docentes e dos mestrandos, todos integrando os grupos de pesquisa registrados no CNPq. Anualmente ocorrem os seminários de pesquisa, de modo a promover a integração interdisciplinar dos projetos em andamento, apresentados sucessivamente numa dinâmica que permite o acompanhamento e andamento das pesquisas dos pós-graduandos.

O desenvolvimento do trabalho de pesquisa para a construção da Brapci teve como proposta inicial elaborar um censo com todos os registros correspondentes aos artigos de revistas científicas da área de CI no Brasil, identificados e localizados em edições impressas e eletrônicas. Essa possibilidade não se restringe aos pesquisadores, especialistas e estudantes de graduação e pós-graduação, mas a todos aqueles que, motivados pela denominada interdisciplinaridade da área, venham a se interessar pelos conteúdos por ela divulgados.

A análise inicial sobre questões teóricas relativas à construção de bases de dados fundamentou-se em realizações práticas que vêm sendo desenvolvidas na constituição de uma fonte de informação. O processo de construção e manutenção da base de dados Brapci tem como pressuposto o potencial interdisciplinar deste repositório para o ensino e a pesquisa. Justifica-se especialmente por revelar na prática relacionada ao gerenciamento e uso dessa fonte de informações o caráter interdisciplinar que ela apresenta, tornando-se um instrumento adequado para o reconhecimento de como se

constituem os saberes específicos da área. São selecionados e indexados nessa fonte elementos essenciais em termos de conhecimento específico e de representações sobre os modos e trajetórias de adquiri-los.

Para a realização do trabalho, foi elaborado inicialmente um recorte da Base Brapci, no qual foram privilegiadas apenas as revistas classificadas no Sistema de Avaliação Qualis, o conjunto de procedimentos utilizados pela Capes para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação.

A identificação das relações entre os saberes foi possível graças à própria informação dos sites das revistas e ao sistema de enquadramento em áreas do Qualis/Capes.

As vinte revistas da área de CI vigentes (Quadro 1) e classificadas no Sistema Qualis foram analisadas em relação a sua classificação em áreas distintas, sem a preocupação com as suas diferentes avaliações, ensejando as evidências desse relacionamento e sua distribuição em categorias temáticas, a partir das informações constantes nos sites das próprias revistas.

N	PERIÓDICOS	QUALIS 2009
1	Arquivística.net	B5 - Sociologia
2	Arquivo & Administração	B4 - História; B5 - Saúde Coletiva
3	BIBLOS: Revista do Departamento de Biblioteconomia e História	B5 - Geografia; B4 - Letras/Linguística; B5 - Educação
4	Ciência da Informação	B1 - Interdisciplinar; B1 - Ciências Sociais Aplicadas; B2 -Administração, Ciências Contábeis e Turismo; B2 - Engenharias Ii; B3 - Engenharias Iii; B4 - Letras/Linguística; B4 - Engenharias Iv; B5 - Ciências Agrárias; B2 Ciência Política E Relações Internacionais
5	Comunicação & Informação	B4 Interdisciplinar; C Ciência Política e Relações Internacionais; B4 Letras / Linguística; B5 Ciências Sociais Aplicadas I
6	DataGramZero	B3 Ciências Sociais Aplicadas I; B3 Interdisciplinar; B3 Educação; B3 Planejamento Urbano e Regional/Demografia; B3 Engenharias Ii; B5 Saúde Coletiva

7	Em Questão: Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS	B3 Interdisciplinar; B3 Educação; B4 História; B3 Ciências Sociais Aplicadas I; B4 Administração, Ciências Contábeis E Turismo
8	Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação	B3 Ciências Sociais Aplicadas I; B3 Interdisciplinar; B5 Engenharias I; B5 História; B3 Sociologia; C Educação; B3 Engenharias Ii;
9	ETD - Educação Temática Digital	B4 Ciências Sociais Aplicadas I; B4 Interdisciplinar; A2 Educação; B5 História; C Administração, Ciências Contábeis e Turismo; B5 Sociologia
10	Inclusão Social	B5 Ciências Sociais Aplicadas I; B5 Interdisciplinar; B5 Educação; B5 Serviço Social; C Administração, Ciências Contábeis E Turismo; C Direito
11	Informação & Informação	B4 Ciências Sociais Aplicadas I; B4 Educação; B4 Interdisciplinar; B5 Enfermagem; B5 Engenharias
12	Informação & Sociedade: Estudos	B2 Ciências Sociais Aplicadas I; B2 Educação; B2 Interdisciplinar; B2 Administração, Ciências Contábeis e Turismo
13	Liinc em revista	B4 Ciências Sociais Aplicadas I; B4 Educação; B4 Serviço Social; B4 Sociologia
14	Perspectivas em Ciência da Informação	B1 Ciências Sociais Aplicadas I; B1 Interdisciplinar; B2 Engenharias Iii; B2 Planejamento Urbano e Regional/Demografia; A2 Administração, Ciências Contábeis E Turismo; B2 Educação; B2 Letras/Linguística; B4 Saúde Coletiva
15	Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina	B4 Ciências Sociais Aplicadas I; B4 Interdisciplinar; B4 Letras/Linguística; B5 Educação Física
16	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação	B5 Ciências Sociais Aplicadas I; B3 Administração, Ciências Contábeis E Turismo
17	Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação	B4 Ciências Sociais Aplicadas I; B4 Educação; B4 Interdisciplinar
18	Revista Eletrônica Informação e Cognição	B4 Saúde Coletiva; B5 Ciências Sociais Aplicadas I; B5 Interdisciplinar
19	Revista Ponto de Acesso	B5 Ciências Sociais Aplicadas I; B5 Interdisciplinar
20	Transinformação	B2 Ciências Sociais Aplicadas I; B2 Interdisciplinar; B5 Engenharias I; B3 Engenharias Iii; B2 Educação; B5 Ciências Biológicas I; B4 Saúde Coletiva

Quadro 1 – Revistas da área de CI vigentes e classificação no Sistema Qualis 2009

Importa salientar que, para este modelo de análise, foram adotadas as definições de Amaral (1990), formuladas com fins de esclarecer concepções estabelecidas em cinco instâncias diferenciadas, entretanto só parcialmente hierarquizadas: *campo*, *área*, *linha*, *programa* e *projeto*. O autor considera os três primeiros como linhas de demarcação, enquanto o programa e o projeto são “formas de dinamização”. As demarcações de fronteira permitem, segundo o autor, perceber o campo como o território total cuja investigação o curso pretende operar. Medicina, Filosofia, Comunicação são campos, enquanto área seria “uma subdivisão do campo, um corte introduzido artificialmente por motivos de estratégia exploratória”. Exemplificando, “Teorias da Comunicação e da Cultura e Tecnologias da Imagem são áreas, como Filosofia Brasileira ou Cirurgia”. Ao explicitar a relação entre campo, área, linha e temas, o autor concebe a linha como uma modalidade aglutinadora de temas de caráter informal, dentro de uma área, dando forma à cooperação entre pesquisadores. “Estes então se reúnem para, trabalhando em conjunto em torno desses temas, aprofundarem a área e desenvolverem o campo” (AMARAL, 1990).

Caráter interdisciplinar das revistas científicas

Ao definir as bases de dados como repositórios dos conhecimentos consensuais gerados pela ciência moderna, Sayão (1996) as considera constituintes da memória da ciência oficialmente aceita. Sua existência justifica-se especialmente pela necessidade que os pesquisadores e estudantes têm de informações organizadas sobre as fontes disponíveis para o domínio, sempre relativo, da literatura de sua área e dos meios existentes para difusão de seus próprios estudos.

Entre as categorias de publicações que veiculam a produção intelectual em repertórios especializados, optou-se pela revista científica, por ser um veículo tanto como meio de divulgação acadêmica, quanto como

modalidade de promoção e fortalecimento do ciclo criação, organização e difusão do conhecimento.

Os estudos sobre revistas científicas na literatura recente, mais especificamente nos dez últimos anos (BUFREM; BRENDA; SORRIBAS, 2007), embora com marcante presença dos dados quantitativos como base empírica para reforçar argumentações, revelam uma tendência à análise e interpretação de caráter qualitativo, especialmente justificada pela complexidade de fatores intervenientes nas atividades de produção e divulgação científica. Os estudos qualitativos sobre essas transformações concretas constatáveis na comunicação científica são possibilidades ao desafio permanente de compreender e interpretar tendências e modos pelos quais as informações são publicadas, disseminadas, acessadas e usadas. Além disso, combinando-se características da WEB com o acesso a periódicos científicos e publicações, emerge o retrato de um ambiente dinâmico, cenário ideal para a discussão sobre os elementos efetivos para a fertilização do processo de crítica e criação do conhecimento nas instituições de ensino superior. Essa possibilidade adquire especial relevo quando se concebe a pós-graduação como pesquisa e a CI como interdisciplinar.

Graças a essa interdisciplinaridade, a CI relaciona-se com disciplinas de outras ciências e suas relações de saber se definem de modo especial com outros campos de conhecimento. Aqui são considerados os campos: *fundantes*, como a antropologia, a educação, a filosofia, a epistemologia, a sociologia e a teoria do conhecimento; *instrumentais*, como a administração, a comunicação, a estatística, a informática, a linguística, a matemática e a psicologia e outros campos, aqui considerados *complementares* ou *afins*, pois se integram à CI, segundo as peculiaridades de seus projetos, pesquisas e realizações, seja para a construção de saberes em processo interdisciplinar, seja pela adoção de modelos e paradigmas, tais como a arquivologia, a arte, a documentação, o direito, a história, a museologia, a saúde e os demais que possam vir a integrar-se ao saber e fazer da CI.

As questões aqui levantadas despontam de modo especial em relação à análise das revistas científicas, como já se afirmou, uma modalidade de estudo com presença significativa e reiterada na literatura voltada à produção de conhecimento e de sua representatividade em bases de dados.

As revistas brasileiras de CI, assim como as demais revistas nacionais, são distribuídas conforme os campos de conhecimento enunciados no sistema Qualis e enquadradas em estratos indicativos da qualidade, em ordem descendente, desde o A1, o mais elevado, passando por A2, B1, B2, B3, B4, B5, até o C, este com peso zero. Como um mesmo periódico é utilizado por mais de uma área do conhecimento, ele pode ser classificado em duas ou mais áreas distintas, vindo a receber, desse modo, diferentes avaliações, conforme foi visto no Quadro 1. Segundo esclarecimento da Capes, isso não pode ser considerado inconsistência, uma vez que expressa o valor atribuído, em cada área, à pertinência do conteúdo veiculado. E como não se pretende com este estudo definir a qualidade dos periódicos analisados, mas suas características como componentes de um corpus específico, essa possibilidade de identificação das áreas correlatas é justamente o que interessa destacar.

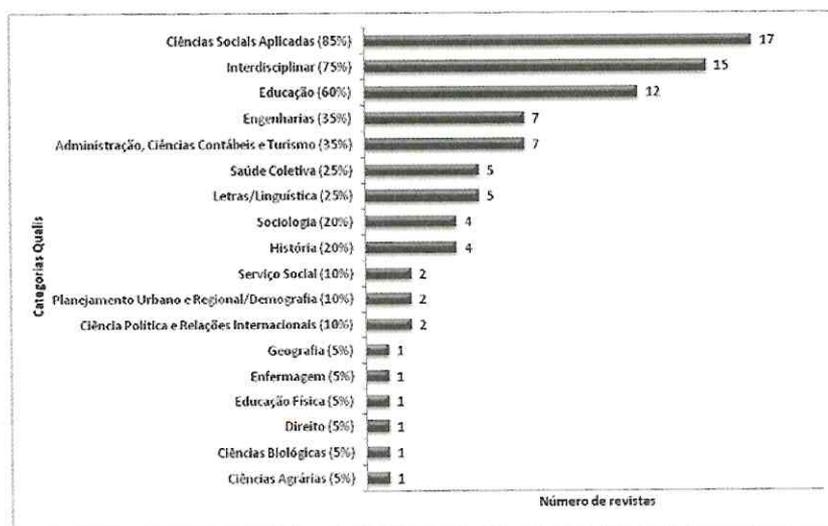


Gráfico 3 – Distribuição de revistas por categorias de avaliação do Sistema Qualis

Embora a maioria das revistas faça parte do universo da CI, há títulos representativos também de outras áreas como se pode observar no Gráfico 3. Destacam-se as Ciências Sociais Aplicadas como o território que acolhe a maioria dos títulos (85%), seguidas das ciências denominadas Interdisciplinares (75%) e da Educação (60%). Essas relações evidenciadas concordam, primeiramente, com a filiação institucional da CI às categorias Capes e CNPq. Condizem igualmente com a característica interdisciplinar do campo de conhecimento. Quanto à aproximação com os saberes relativos à Educação, pode-se confirmar a proximidade histórica que se construiu em décadas de produção científica. Essa aproximação foi construída institucionalmente, desde a organicidade administrativa que aproximava departamentos de biblioteconomia e educação, até a atualidade, com revistas que demonstram em seus próprios títulos essa proximidade, que vincula tecnologias de informação e educação, aprendizagem e processos organizacionais, teoria do conhecimento e da aprendizagem.

O mesmo ocorre, em menor intensidade com as áreas das Engenharias por se relacionarem com a área de Tecnologia da Informação mais especificamente e da Administração, das Ciências Contábeis e do Turismo, por integrarem a mesma grande área na classificação genérica institucional.

Observa-se a intencionalidade latente na aproximação entre saberes específicos da CI e áreas instrumentais, como a Administração, a Comunicação, a Estatística, a Informática, a Matemática e a Psicologia, de modo mais pronunciado no Gráfico 4, pelo qual também se podem perceber as áreas fundantes, presentes em saberes do campo educacional, filosófico e sociológico.

De modo especial, pela frequência com que se evidenciam, os campos complementares à CI, tais como a Biblioteconomia, a Arquivologia, a História, a Documentação e Linguagens, concedem suporte aos propósitos de se planejarem projetos com a utilização dos saberes integrados na dinâmica da pesquisa.

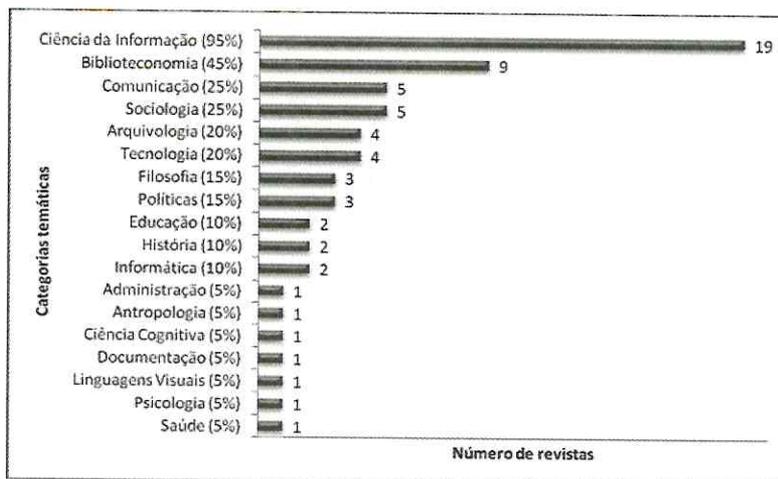


Gráfico 4 – Distribuição de revistas por categorias temáticas

Há uma forte relação histórica, visível no Gráfico 4, entre a Biblioteconomia e a CI. Embora não haja concordância sobre a origem biblioteconômica da CI, há concretamente uma continuidade de esforços de estruturação teórica, revelando-se nos primeiros periódicos e suas denominações, tais como Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG atualmente denominada Perspectivas em Ciência da Informação. Estudos temáticos também vêm revelando as influências do processamento automático na organização e recuperação da informação. Por outro lado, as contraposições ativas entre as atividades práticas da Biblioteconomia e a necessária adequação aos conhecimentos que vinham sendo forjados estimularam reflexões teóricas sobre as transformações e os desafios encontrados pelos profissionais, gerando a mobilização para a renovação nos modos de resolução dos problemas de organização e transmissão das informações registradas.

Outra possibilidade de análise foi apresentada quando se estabeleceu a síntese das categorias, com a definição de campos mais amplos, de acordo com as informações constantes nos *sites* das revistas enfocadas (Gráfico 5).

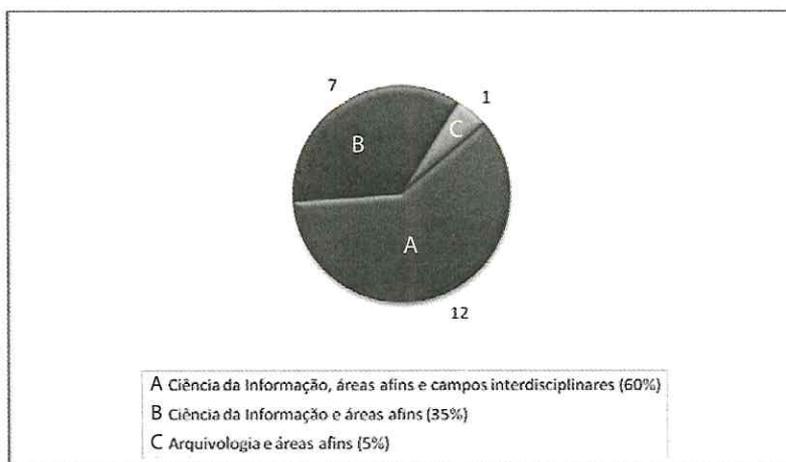


Gráfico 5 – Distribuição de revistas por campos mais amplos

Essa representação em três grandes categorias reforça por meio do enunciado *campos interdisciplinares*, que o corpo de conhecimentos presente na base, além de favorecer a percepção das relações entre os domínios nele presentes, é intencionalmente vocacionado à interdisciplinaridade.

As perspectivas de mudanças a partir do reconhecimento dessa vocação têm sido frequentes nos estudos da área de CI, especialmente no sentido de adequar pesquisas ao momento de acentuadas transformações tecnológicas e às peculiaridades culturais, com propostas pertinentes ao dinamismo do atual cenário.

Pode-se afirmar que as peculiaridades da CI se concretizam dinamicamente, permitindo que se arrisque afirmar, de modo transdisciplinar, entendendo-se este conceito em seu sentido etimológico, enquanto traduz o que rompe os limites disciplinares para se comprometer com a descoberta e a criação. Devido às possibilidades de atuação em outras áreas do conhecimento, à diversidade de fontes utilizadas e aos meios de acesso e produção da informação com que trabalha a CI, esta investigação coloca-a em meio a expressões de saber diferenciadas, partindo do pressuposto de que é mérito e

objetivo da pesquisa científica na universidade desenvolver a crítica ao seu campo específico, integrando o futuro pesquisador aos objetos, abordagens e dinâmicas de seu domínio de conhecimento.

Considerações finais

A análise permite verificar que, ao contribuírem para a construção do conhecimento científico, as formas institucionalizadas de acesso aos saberes registrados desdobram-se em instrumentos diversos, destacando-se as bases de dados.

A importância da Brapci se evidencia não somente no campo da pesquisa científica, mas também no âmbito da formação de acadêmicos e profissionais, favorecendo a integração entre ensino e pesquisa, teoria e prática, com vistas à formação de uma visão crítica e consciente da amplitude interdisciplinar do trabalho que desenvolvem.

Importa salientar que a qualidade almejada não se pode expressar apenas no valor numérico dos artigos indexados na base, mas principalmente na busca da veracidade quantitativa e na honestidade com que se estabelecem critérios, se organizam informações e se comunicam e disseminam os resultados do que se pode denominar de acervo efetivamente controlado. Desse modo, a análise do corpus da pesquisa proporciona uma visão interdisciplinar que congrega as interfaces temáticas, favorecendo sua visibilidade e o conhecimento das relações existentes entre domínios diferenciados que, por suas características, integram-se a grandes áreas interdisciplinares. Organizam-se conforme aptidões dos grupos institucionais, cujos interesses convergem para projetos comuns.

A análise sobre ciclos de vida relativos a saberes específicos, sua evolução, tendências e renovação pode ser expressa em futuras pesquisas, contribuindo para o conhecimento de domínios e, desse modo, ensejando

reflexões sobre o avanço e as tendências das pesquisas nos contextos em que se desenvolvem. Além de elucidar o contexto teórico e empírico da área, as relações temáticas e a estruturação de categorias de análise, esses estudos diacrônicos também evidenciam a contribuição dos autores nos domínios de conhecimento que concorrem para a produção de interesse para o pesquisador.

A interdisciplinaridade ocorre, portanto, quando respeitadas as individualidades disciplinares na produção de conhecimentos, supera-se a unilateralidade ou predominância de um dos pólos da relação, caracterizando-se um processo em que as ciências não são percebidas como disciplinas isoladas e os objetos passam a ser tratados em seu contexto.

Constata-se que, embora com trajetórias individuais e diferentes linhas editoriais, particularmente visíveis quando se realizam análises de contextos temáticos, as revistas vêm contribuindo não somente para o autoconhecimento dos domínios científicos, incluindo-se autores, temas e configurações metodológicas, quanto para a percepção das relações interdisciplinares. Evidenciam também a evolução histórica das categorias temáticas representadas nesses artigos, assim como dos ciclos de maturidade científica e de transformação dos conhecimentos, sugerindo que se ampliem os estudos tanto para aperfeiçoar o gerenciamento deste tipo de repositório quanto para desenvolver análises de conteúdo e estudos diacrônicos e sincrônicos relativos aos domínios científicos abrangidos por esse instrumento.

A expectativa de que o processo venha a colaborar decisivamente para esse caso concreto amplia-se quando se ambiciona transferir esses conhecimentos para outros domínios, respeitadas as peculiaridades que os conformam. Isso porque o processo é dimensionado como coadjuvante para a estruturação de problemas teóricos ou práticos encontrados nas atividades cotidianas, cujas implicações repercutem sobre o repensar e o recriar da investigação, concretizados na prática.

Com o apoio da base Brapci pretende-se, desse modo, continuar favorecendo a construção de saberes e a concretização de práticas acadêmicas

cujos desenvolvimento é crucial para a definição de domínios e objetos desse campo específico.

NOTAS

O processo, baseado nas informações fornecidas por meio do aplicativo Coleta de Dados, foi concebido para atender as necessidades específicas do sistema de avaliação e, como resultado, disponibiliza uma lista com a classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da sua produção. A estratificação da qualidade dessa produção é realizada de forma indireta. Dessa forma, o Qualis afere a qualidade dos artigos e de outros tipos de produção, a partir da análise da qualidade dos veículos de divulgação, ou seja, periódicos científicos e anais de eventos. A classificação de periódicos e eventos é realizada pelas áreas de avaliação e passa por processo anual de atualização. O aplicativo que permite a classificação e consulta ao Qualis das áreas, bem como a divulgação dos critérios utilizados para a classificação de periódicos e anais é o WebQualis, disponível em: <<http://www.capes.gov.br>>.

Como resultado dos procedimentos, a Capes disponibiliza uma lista com a classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da sua produção (CAPES, 2009).

REFERÊNCIAS

AMARAL, Márcio Tavares d'. Nota sobre a organização de um curso de pós-graduação nos moldes de um programa de pesquisa. **Boletim Informativo**, IBICT/DEP, v. 10, n. 6, 1990.

BARRAVIERA, Benedito. Revista eletrônica: sua história, sua evolução entre 1991 e 2007. In: Encontro Nacional de Editores Científicos, 11., São Paulo. **Acesso aberto e indexação de periódicos científicos**. São Paulo, UNESP, 2007. Mini curso.

BASE DE DADOS REFERENCIAIS DE ARTIGOS DE PERIÓDICOS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. **Sobre o projeto**. Curitiba: UFPR, 2008. Disponível em:< <http://www.capes.gov.br>>. Acesso em: 03 abr. 2009.

BUFREM, Leilah Santiago. **Opções metodológicas em pesquisa: a contribuição da área da informação para a produção de saberes no Ensino Superior**. Projeto de pesquisa em andamento registrado no BANPESQ/THALES/UFPR sob número 2000008165.

_____. Práticas de organização e divulgação da produção intelectual em Ciência da Informação no Brasil. **Encontros Bibli** (UFSC), v. Esp., p. 36-53, 2008.

BUFREM, Leilah Santiago; BRENDA, Sônia Maria; SORRIBAS, Tídra Viana. Revista Educação Temática Digital: aproximação entre educação e Ciência da Informação. **Encontros Bibli** (UFSC), v. 23, p. 195-215, 2007.

BUFREM, Leilah Santiago; FREITAS, Juliana Lazzarotto; COSTA, Francisco Daniel de Oliveira . Organização transversal do conhecimento: possibilidades na área da informação. Revista Ponto de Acesso, v. 2, p. 43-57, 2008(a).

BUFREM, Leilah Santiago; SORRIBAS, Tídra Viana . Mediação e convergência em bibliotecas acadêmicas: saberes e práticas culturais. **Encontros Bibli** (UFSC), v. 13, p. 68-83, 2008(b).

COORDENAÇÃO de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior. **WebQualis**. Brasília, 2009. Disponível em:< <http://www.capes.gov.br>> Acesso em: 14 maio 2009.

MORIN, E. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SANTOS, Akiko et al. Transdisciplinaridade na universidade. In: UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO. **Laboratório de Estudos e Pesquisas Transdisciplinares**. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.ufrj.br/leprans/>>. Acesso em: 15 mar. 2008.

SAYÃO, Luís Fernando. Bases de dados: a metáfora da memória científica. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 314-318, 1996.

Sobre os Autores

Alfredo José Machado Neto

Possui graduação em Ciências Econômicas pelo Centro Universitário de Franca (1972), graduação em Administração de Empresas pelo Centro Universitário de Franca (1973), mestrado em Administração pelo Centro Universitário de Franca (2000) e doutorado em Administração pela FEA - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (2006). Atualmente é Reitor e Professor Titular do Centro Universitário de Franca. Participa, ainda, dos Conselhos Deliberativos da ACIF - Associação do Comércio e Indústria de Franca, da ADAM - Agência para o Desenvolvimento da Alta Mogiana, da Delegacia Regional do CIESP, das Diretorias da Santa Casa de Misericórdia de Franca e do Instituto Pró-Criança. Tem experiência na área de Administração de Empresas, atuando principalmente nos seguintes temas: ensino superior, internacionalização de empresas e cenários econômicos. alfredo@facef.br

Ana Cristina Ghedini Carvalho

Possui Graduação em Direito pela Faculdade de Direito de Franca (1999) e Especialização em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários - IBET. Atualmente é advogada associada do escritório de advocacia Ataíde Marcelino Advogados, em Franca, São Paulo, atuando na área de direito tributário. É mestranda em Desenvolvimento Regional pelo Centro Universitário Unifacef, instituição na qual ministra a disciplina de Contencioso Administrativo e Judicial Tributário nos cursos de Pós-Graduação Lato Sensu, MBA em Controladoria e Finanças, Auditoria e Planejamento Tributário. Membro do Grupo de Pesquisa “GEDE - Grupo de Estudos de Desenvolvimento” – Uni-FACEF. anacristinaghedini@gmail.com

André Ruwer

Mestrando do Programa de Mestrado Programa de Mestrado Interdisciplinar em Desenvolvimento Regional do Centro Universitário de Franca Uni-FACEF. Especialista em Gestão da Informação no Agronegócio - Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF (2006), Pós-Graduado em Assessoria Gerencial -

Universidade Tuiuti do Paraná - UTP (2004);e é graduado em História - Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (2000).

aruwer@gmail.com

Bárbara Fadel

Doutora em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo em 1994, mestre em História da América Latina pelo Instituto de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho em 1986. Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (UNESP/Marília). Coordenadora e Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional do Centro Universitário de Franca – Uni-FACEF. Líder do Grupo de Pesquisa “Administração em Unidades de Informação” no período de 1995 a 2005. Coordenadora do “Laboratório de Preservação de Documentos” da UNESP/Marília de 1996 a 2005. Coordenadora do “Centro de Documentação e Memória” – CDM do Uni-FACEF. Membro do Grupo de Pesquisa “Informação, Conhecimento e Inteligência Organizacional” – UNESP e Membro do Grupo de Pesquisa “GEDE - Grupo de Estudos de Desenvolvimento” – Uni-FACEF. Organizadora e uma das autoras do livro/CD-Rom “A informação nas Organizações Sociais: Desafios em face de multiplicidade de Enfoques” . Autora e co-autora de capítulos de livros. bafadel@facef.br

Carla Aparecida Arena Ventura

Possui graduação em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (1993), graduação em Direito pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1998), especialização em Administração pela Universidade de São Paulo (2000), mestrado em Direito Internacional pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2001) e doutorado em Administração pela Universidade de São Paulo (2004). Atualmente é professor doutor da Universidade de São Paulo, professora do UNIFACEF e Centro Universitário Moura Lacerda. Possui experiência nas áreas de Direito Internacional Público e Privado, Direito Internacional da Saúde e Proteção Internacional dos Direitos

Humanos, Administração Pública e Metodologias Sistêmicas.
caaventu@eerp.usp.br

Daniela de Figueiredo Ribeiro

Psicóloga graduada pela Universidade de São Paulo em 1996, doutora em Ciências pela mesma universidade, em 2004. Psicodramatista didata desde 2007, com registro na Federação Brasileira de Psicodrama. Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional do Centro Universitário de Franca Uni-FACEF. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho, Educação e produção de subjetividades. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Subjetividade e Educação (USP) e Membro do Grupo de Pesquisa GEDE - Grupo de Estudos de Desenvolvimento (Uni-FACEF).
ribares@netsite.com.br

Everton Roberto de Oliveira Pires

Mestrando do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da UniFACEF/Franca. Especialista em Gestão Empresarial pelo UniFACEF/Franca e MBA Executivo em Gestão Empresarial pela FGV/SP. Graduado em Economia pelo Uni-FACEF/Franca. É membro do GEDE - Grupo de Estudos de Desenvolvimento. Atualmente é Diretor Comercial da empresa Eletropires.
pires_everton@hotmail.com

Fernando Carvalho de Almeida

Possui graduação em Engenharia pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (1984) e doutorado em Administração - Université Piere Mendes France - Grenoble 2 (1993). Atualmente é professor doutor da Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de Planejamento Estratégico e de Sistemas de Informação, atuando principalmente nos seguintes temas: inteligência competitiva, monitoramento estratégico do ambiente, data mining, estratégia em distritos industriais, indústria de calçados. falmeida@usp.br

Hélio Braga Filho

Graduado em Ciências Econômicas pela Facef, especialização em Economia pela FIPE/USP, mestrado em Gestão Empresarial pelo UNI-Facef, Doutor em Serviço Social pela UNESP/FHDSS- Franca/SP, Professor do Depto de Economia do UNI-Facef, Professor do Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional do UNI-Facef, ex-pesquisador do IPES, ex-Diretor de Políticas Públicas do governo municipal, Pesquisador do GEDE/UNI-Facef e do PRAPES (Prática em Pesquisa) da UNESP/Franca, Participação na criação da agência do Banco do Povo-Franca e da ADAM-Agência de Desenvolvimento da Alta Mojiana, ex- conselheiro do Conselho de Desenvolvimento Rural e do Conselho Municipal da Assistência Social e Desenvolvimento Humano. hgp@com4.com.br

Juliana Cardoso dos Santos

Mestre em Ciência da Informação pela UNESP/Marília. Pós-Graduada em Moda e Gestão pelo SENAI/SC – Londrina. Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Coordena a Área de Negócio em Informação Tecnológica SENAI Londrina. juliana.cardoso@pr.senai.br

Leilah Santiago Bufrem

Atualmente é Professora Titular do Curso de Gestão da Informação, Coordenadora e Professora do Programa de Pós-graduação em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPR. Graduada e licenciada em Filosofia pela Universidade Católica do Paraná (1964), graduada em Biblioteconomia e Documentação (UFPR, 1963), é Mestre em Educação (UFPR, 1981), doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (1991), pós-doutora pela Universidad Autónoma de Madrid (1995). Tem especialização em Teoria do Conhecimento (1974) e em Métodos e Técnicas de Ensino (1975) pela UFPR, em Cultura Portuguesa pela Universidade de Lisboa (1975) e em Ação Cultural. pela Universidade de São Paulo (1987). É Membro do Conselho Assessor da Revista Iberoamericana sobre usuário de informação: Forinf@online e do *Brazilian Journal of Information Science*. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Educação, Pesquisa e Perfil

profissional em Informação e pesquisadora do Grupo de Pesquisa Cultura, práticas escolares e educação histórica da UFPR e do Núcleo de Produção Científica (NPC) da Escola de Comunicações e Artes da USP. Avaliadora de instituições de educação superior e de cursos de graduação do Ministério de Educação. Tem experiência na área de Ciência da Informação e Educação, com ênfase em Metodologia e Produção Científica, atuando principalmente nos seguintes temas: Ciência da Informação, manuais didáticos, metodologia científica, educação e pesquisa em Ciência da Informação. Tem 8 livros publicados como autora ou co-autora e diversos artigos em periódicos científicos nacionais e internacionais. leilah@ufpr.br

Letícia Gorri Molina

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP/Marília. Mestre em Ciência da Informação pela UNESP/Marília. Membro do Grupo de Pesquisa 'Informação, Conhecimento e Inteligência Organizacional'. Atualmente é docente colaboradora do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina (UEL). É membro do Arranjo Produtivo Local de Tecnologia da Informação de Londrina e Região. Coordenadora da área de EaD da Exactus Software. lgmolina@uol.com.br

Luana Maia Woida

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP/Marília. Mestre em Ciência da Informação pela UNESP/Marília. Membro do Grupo de Pesquisa 'Informação, Conhecimento e Inteligência Organizacional'. Bolsista CAPES. Graduada em Administração pela Universidade Estadual de Londrina. Atuou como docente substituta na Fundação Universidade Federal de Rio Grande (FURG). luanawoida@yahoo.com.br

Maria Esther Fernandes

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1968). Mestre e doutora em Ciências da Comunicação pela

Universidade de São Paulo (1976-1986). Pós-doutorada em Sociologia Rural pela Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais - Paris- França (1987). Livre-docente pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1992). Coordenadora de uma pesquisa no âmbito do Programa de Políticas Públicas da Fapesp (1998-2003), o que culminou na publicação de um livro "A cidade e seus limites: as contradições do urbano na Califórnia Brasileira" (2003). Atualmente é docente do Departamento de Psicologia e do Mestrado em Desenvolvimento Regional no Centro Universitário Uni-Facef. Tem experiência na área de Sociologia e Antropologia, com ênfase em pesquisa de campo, atuando principalmente nos seguintes temas: cultura, comunicação, metodologia e exclusão social. mesther2009@gmail.com

Marines Santana Justo Smith

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (UNESP/Marília), Mestre em Administração – Área de Concentração Gestão Empresarial pelo Centro Universitário de Franca (Uni-FACEF) em 2000. Curso de especialização em Administração Financeira, Auditoria e Recursos Humanos pelo Instituto Nacional de Pós-Graduação I.N.P.G. em 1990. Bacharel em Processamento de Dados pela Universidade de Franca em 1988. Bacharel em Ciências Contábeis pelo Uni-FACEF em 1985. Docente Titular de graduação e pós-graduação *Lato Sensu* no Centro Universitário de Franca – Uni-FACEF (autarquia municipal). Membro do Grupo de Pesquisa “Informação, Conhecimento e Inteligência Organizacional” – UNESP e Membro do Grupo de Pesquisa “GEDE - Grupo de Estudos de Desenvolvimento” – Uni-FACEF.

marinessmith@facef.br

Marta Lígia Pomim Valentim

Livre Docente em Informação, Conhecimento e Inteligência Organizacional pela UNESP. Doutora em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), em 2001. Mestre pela PUC-Campinas, em 1995. Docente de graduação e pós-graduação da Universidade Estadual Paulista (UNESP/Marília). Bolsista Produtividade Pesquisa (PQ) do CNPq na área de inteligência competitiva organizacional,

gestão da informação e gestão do conhecimento. Coordenadora da Coordenadoria Geral de Bibliotecas da UNESP. Líder do Grupo de Pesquisa "Informação, Conhecimento e Inteligência Organizacional". Coordena o projeto de pesquisa Informação e conhecimento em organizações complexas: a gestão da informação e do conhecimento em organizações competitivas. Organizadora e uma das autoras do livro "Gestão da informação e do conhecimento no âmbito da Ciência da Informação". Organizadora e uma das autoras do livro "Informação, conhecimento e inteligência organizacional". Organizadora e uma das autoras do livro Métodos qualitativos de pesquisa em Ciência da Informação. Organizadora e uma das autoras do livro Atuação do profissional da informação. Organizadora e uma das autoras do livro Avaliação de fontes de informação na Internet. Organizadora e uma das autoras do livro Formação do profissional da informação. Organizadora e uma das autoras do livro Profissionais da informação: formação, perfil e atuação profissional. Autora do livro "O custo da informação tecnológica". Atualmente exerce o cargo de Vice-Presidente da Associação de Educação e Investigação em Ciência da Informação da Iberoamerica e Caribe / Asociación de Educación e Investigación en Ciencia de la Información de Iberoamérica y el Caribe (EDICIC), gestão 2009-2010. Coordena o Grupo de Trabalho "Gestão da Informação e do Conhecimento nas Organizações" (GT-4), da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB), gestão 2009-2010. Exerceu o cargo de Presidente da Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN), gestão 2001-2004. Exerceu o cargo de tutora da Empresa Júnior de Gestão de Informação e Documentação (EGID) da UNESP/Marília de 2007 a 2008. Participa da ONG Mundoquelê. valentim@valentim.pro.br

Melissa Franchini Cavalcanti Bandos

Doutora em Administração pela Universidade de São Paulo (2008), mestre em Administração pela Universidade de São Paulo (2003), graduada em Administração pela Universidade de São Paulo (1997) e graduada em Direito pela Universidade de Ribeirão Preto (1998). Atualmente é docente do Programa de Mestrado Interdisciplinar em Desenvolvimento Regional do Centro Universitário de Franca Uni-FACEF e docente da graduação em Administração de Empresas e Economia do Centro Universitário de Franca Uni-FACEF.

Tem experiência nas áreas de Administração e Direito, com publicações, principalmente, nos temas: abordagem sistêmica, negociação, agências reguladoras, políticas públicas. melissa@facef.br

Patrícia do Socorro Magalhães Franco do Espírito Santo

Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Pará (1995), Especialista em Psicomotricidade pela Universidade do Estado do Pará (1998), Mestre em Ciências Médicas pela Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (2003), Doutora em Psicologia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. Experiência na área de Psicologia, com ênfase em docência, atuando principalmente nos seguintes temas: Psicologia Social, Psicologia Sistêmica, Psicologia da Saúde, Psicologia Hospitalar, Psicologia Fenomenológica e Metodologia Qualitativa. Atualmente é docente do Centro Universitário de Franca (UniFACEF). patfranco_1999@yahoo.com

Paulo de Tarso Oliveira

Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1967), graduação em Direito - Faculdade de Direito de Franca (1969), graduação em Administração pelo Centro Universitário de Franca (1981), mestrado em Direito pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2004), doutorado em Psicologia pela Universidade de São Paulo (1973) e Livre Docência em Psicologia (1994). Foi docente da UNESP durante 25 anos, onde também foi Diretor da Faculdade de História, Direito e Serviço Social - campus de Franca, Assessor da Reitoria, tendo exercido a chefia de Gabinete do Reitor. Foi Secretário Executivo do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (CRUESP). Foi também Secretário de Educação e Cultura do Município de Franca-sp. Atualmente, aposentado da UNESP, é professor titular do Centro Universitário de Franca - UniFACEF e professor titular da Fundação Educacional de Ituverava. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Didática do Ensino Superior, atuando principalmente nos seguintes temas: direito educacional, psicologia jurídica e metodologia da pesquisa. tarsoliveira@yahoo.com

Formato: 16x23cm
Tipologia: Garamond - corpo 9/9,5/10,5/11,5/12
Calibri - corpo 14/22
Papel: Offset 75g
Tríplex 250g
Nº de páginas: 256
Capa: Guilherme Raramilho

Impressão e Acabamento:



CULTURA
ACADÊMICA
Editora


fundepe
editora

Uni-FACEF
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FRANCA

ISBN: 978-85-98176-27-7



9 788598 176277